

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
CULTURAS E IDENTIDADES BRASILEIRAS

ARTHUR HIRATA PRIST

**A QUESTÃO AGRÁRIA E O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NO  
BRASIL: UMA INTERPRETAÇÃO HISTÓRICO-ESTRUTURAL**

Versão corrigida

São Paulo

2024



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
CULTURAS E IDENTIDADES BRASILEIRAS

A Questão Agrária e o Desenvolvimento Capitalista no Brasil:

Uma interpretação histórico-estrutural

Arthur Hirata Prist

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Culturas e Identidades Brasileiras do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Filosofia

**Área de concentração: Estudos Brasileiros**

Orientador: Prof. Alexandre de Freitas  
Barbosa

São Paulo

2024

P959

Prist, Arthur Hirata

A questão agrária e o desenvolvimento capitalista no Brasil : uma interpretação histórico-estrutural / Arthur Hirata Prist ; Alexandre de Freitas Barbosa, orientador -- São Paulo, 2024.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Brasileiros. Programa de Pós-Graduação em Culturas e Identidades Brasileiras. Área de concentração: Estudos Brasileiros. Linha de pesquisa: Brasil: tensões, rupturas e continuidades entre passado, presente e futuro.

Título em inglês: The agrarian question and the capitalist development in Brazil : a historical-structural interpretation - São Paulo, SP.

Descritores: 1. Desenvolvimento econômico 2. Economia agropecuária 3. Trabalho rural 4. Classes sociais rurais 5. Capitalismo 6. História econômica I. Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Brasileiros. Programa de Pós-Graduação II. Barbosa, Alexandre de Freitas, orient. III. Título.

IEB/SBD155/2024

CDD 22.ed. 338.1

Bibliotecária responsável: Daniela Plantola - CRB-8/9171

ARTHUR HIRATA PRIST

A QUESTÃO AGRÁRIA E O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NO BRASIL:  
UMA INTERPRETAÇÃO HISTÓRICO-ESTRUTURAL

Banca Examinadora:

---

Prof. Alexandre de Freitas Barbosa – IEB/USP

---

Prof. Alexandre Machionne Saes – FEA/USP

---

Prof. Larissa Alves de Lira – IEB/USP

---

Prof. Herick Vazquez Soares – UNIFAL-MG

Resultado: \_\_\_\_\_

São Paulo, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, ao meu orientador Alexandre de Freitas Barbosa, por ter despertado, ainda em 2020, em uma disciplina sobre Celso Furtado, a curiosidade sobre o Brasil que viria a alimentar o presente trabalho, e ter me oferecido diferentes ferramentas para descortinar o enigma que é esse país. Agradeço, ainda, o apoio, o constante olhar crítico e a camaradagem por todo esse período.

Gostaria de agradecer também aos professores que participaram de minha banca de qualificação: Alexandre Saes - que também esteve presente no início desta trajetória, ministrando o curso sobre Celso Furtado – e Herick Vazquez Soares. Sua leitura atenta, sugestões e conhecimentos transmitidos foram fundamentais para a realização desta pesquisa.

Às professoras Luciana Suarez Galvão e Inês Cordeiro Gouveia, agradeço pela contribuição à pesquisa oferecida na disciplina que cursei ainda no 1º semestre no Instituto de Estudos Brasileiros. Aos alunos da disciplina “História Econômica do Trabalho no Brasil”, em que realizei o estágio PAE, agradeço pela oportunidade de discutir temas e apresentar ideias que vieram a ser incorporadas à pesquisa.

Meus agradecimentos à Profa. Maria Paula Dallari Bucci, que me acompanhou na minha primeira experiência de pesquisa acadêmica, ainda no Direito, pela orientação atenta e pelo incentivo para que eu seguisse nessa trajetória.

À minha família, agradeço imensamente, por tudo aquilo que jamais caberia nestas páginas, mas principalmente pelo carinho, compreensão e valores ensinados. Aos meus amigos, agradeço a companhia, as risadas e a sinceridade.

Agradeço, por fim, à Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que me contemplou com uma bolsa de pesquisa, por subsidiar a mim e outros pesquisadores.

## RESUMO

Neste trabalho, busca-se reconstituir e interpretar a transformação do meio rural brasileiro no intervalo que se estende de 1930 a 1964, com o objetivo de identificar o conteúdo e a dinâmica do que se convencionou chamar de “a questão agrária no Brasil” e seus vínculos com o processo de emergência, consolidação e expansão do sistema capitalista que lhe serve de pano de fundo.

Através da revisão conceitual em conjunto ao manejo de dados estatísticos, buscou-se apresentar as principais características da economia agrária brasileira naquele momento histórico, identificando as transformações que se operavam em sua estrutura social e nas relações sociais de produção que a constituíam. A partir desse quadro, buscou-se reconhecer como esta economia agrária em transformação se articulou ao processo global de acumulação capitalista no Brasil nesse período chave de nossa história, de modo a oferecer uma contribuição para a compreensão da forma particular de desenvolvimento capitalista que houve no país.

Palavras-chave: Desenvolvimento econômico, Economia Agropecuária, Trabalho Rural, Classes sociais rurais, Capitalismo, História Econômica

## **ABSTRACT**

This study seeks to reconstruct and interpret the transformation of the Brazilian rural milieu in the period from 1930 to 1964, in order to identify the content and dynamics of the so-called “agrarian question in Brazil” and its connection with the process of emergence, consolidation and expansion of the capitalist system that constitutes its background.

Through a conceptual review combined with the analysis of statistical data, we sought to describe the main characteristics of the Brazilian agrarian economy at that time, identifying the transformations that were taking place in its social structure and in the social relations of production that compose it. Based on this framework, we sought to recognize how this transforming agrarian economy was intertwined with the global process of capitalist accumulation in Brazil during this key period in our history, in order to offer a contribution to the comprehension of the particular form of capitalist development that took place in the country.

Keywords: Economic development, Agricultural economy, Rural labor, Rural social classes, Capitalism, Economic history.

## LISTA DE TABELAS

Tabela I.1 – Estabelecimentos por classes de área [1940]	139
Tabela I.2 – Estabelecimentos por classes de área [1950]	139
Tabela I.3 – Estabelecimentos por classes de área [1960]	139
Tabela II – Variação do número e da área dos estabelecimentos, por classes de área	142
Tabela III – Valor das exportações (FOB) do Brasil, em milhões de dólares [1929-1964]	144
Tabela IV.1 – Estimativa da distribuição da PEA Agrícola (Brasil), por classes sociais	160
Tabela IV.2 – Estimativa da distribuição da PEA Agrícola (Brasil), por classes sociais e ocupações	160
Tabela V – Participação dos empregados na PEA Agrícola, segundo classes de área	166
Tabela VI – Estabelecimentos com empregados e sem pessoal contratado, segundo classes de área	167
Tabela VII – Empregados por classe de área	176
Tabela VIII.1 – Máquinas e Instrumentos Agrários (SP, RS, PE)	177
Tabela VIII.2 – Estabelecimentos por Trator (SP, RS, PE)	177
Tabela IX – Número de trabalhadores permanentes e temporários, por classes de área	181
Tabela X – Variação e incremento da PEA Agrícola, segundo classes de área	189
Tabela XI – Pessoal ocupado, por classes de área (PE, SP, PR)	191
Tabela XII.1 – Área total por pessoa ocupada, por classes de área (BR, PE, SP, PR)	192
Tabela XII.2 – Área de lavoura por pessoa ocupada, por classes de área (BR, PE, SP, PR)	192
Tabela XIII – População total, rural e urbana, em milhares de habitantes	206
Tabela XIV – Crescimento da população total, rural e urbana, em milhares de habitantes	206
Tabela XV – Distribuição da População Economicamente Ativa (PEA) e da População em Idade Ativa (PIA), em milhões	207
Tabela XVI – População total, rural e urbana, segundo as regiões	209
Tabela XVII – Participação dos setores econômicos na formação da renda interna	213
Tabela XVIII – Distribuição da renda interna, por regiões	215
Tabela XIX – Comparação do valor da produção de gêneros agrícolas com o valor da produção de café	217

Tabela XX – Rendimentos físicos das principais culturas agrícolas, em t/há	221
Tabela XXI – Rendimento monetário por hectare de culturas selecionadas, por quadriênios (Cana-de-açúcar = 1,00)	222
Tabela XXII – Produção agropecuária do estado de São Paulo (produtos selecionados)	223
Tabela XXIII.1 – Produção de gêneros básicos de alimentação no Paraná	227
Tabela XXIII.2 – Produção de gêneros básicos de alimentação no Centro-Oeste	227
Tabela XXXIII.3 – Produção de gêneros básicos nos estados do Nordeste	228
Tabela XXIV – Área de lavoura, por estratos de área	231
Tabela XXV – Renda interna da agricultura, por regiões (anos selecionados)	231
Tabela XVI.1 – Nº e área dos estabelecimentos, por classes de área e estados da Federação [1940]	244
Tabela XVI.2 - Nº e área dos estabelecimentos, por classes de área e estados da Federação [1950]	245
Tabela XVI.3 - Nº e área dos estabelecimentos, por classes de área e estados da Federação [1960]	246
Tabela XVII.1 – Participação dos estabelecimentos no total de estabelecimentos e na área ocupada, por classes de área e estados [1940]	247
Tabela XVII.2 - Participação dos estabelecimentos no total de estabelecimentos e na área ocupada, por classes de área e estados [1950]	248
Tabela XVII.3 - Participação dos estabelecimentos no total de estabelecimentos e na área ocupada, por classes de área e estados [1960]	249
Tabela XVIII.1 – Estimativa da distribuição da PEA Agrícola (SP, MG, RS), por classes sociais e ocupações	250
Tabela XVIII.2 – Estimativa da distribuição da PEA Agrícola (CE, PE, BA), por classes sociais e ocupações	251
Tabela XVIII.3 – Estimativa da distribuição da PEA Agrícola (MA, GO, PR), por classes sociais e ocupações [1940-1960]	252
Tabela XIX.1 – Produção e área cultivada de gêneros agrícolas (alimentos simples e exportáveis/industrializáveis)	253

Tabela XIX.2 – Produção e área cultivada de gêneros agropecuários (hortifrutícolas e origem animal)	254
Tabela XXX – Exportações do Brasil	255

## SUMÁRIO

<b>Apresentação</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo 1 – Introdução histórico-metodológica</b>	<b>7</b>
Economia-mundo capitalista e o lugar da “periferia”	7
Economia cafeeira e a gênese de um capitalismo periférico	16
Dinâmica e natureza do desenvolvimento capitalista no Brasil	29
Estado, classes sociais e a Questão Agrária	37
<b>Capítulo 2 – O debate sobre a questão agrária no Brasil</b>	<b>49</b>
Terra, trabalho e capital na formação histórica brasileira	52
Padrão técnico e desequilíbrios setoriais e regionais	75
Agricultura, desenvolvimento e a questão do mercado interno	92
Reforma agrária: reforma ou revolução	112
<b>Capítulo 3 – Desenvolvimento capitalista e mudança social no campo</b>	<b>137</b>
Estrutura fundiária e expansão da fronteira agrícola	138
Estrutura social e relações de produção	157
A transformação das relações de produção do setor capitalista	169
Dinâmica e crescimento do setor camponês	184
Economia agrária e acumulação capitalista no Brasil	204
<b>Considerações finais</b>	<b>235</b>
<b>Anexo Estatístico</b>	<b>243</b>
<b>Bibliografia</b>	<b>257</b>

## APRESENTAÇÃO

Em uma de suas últimas entrevistas, Celso Furtado, sintetizou o leque de preocupações que orientou sua extensa reflexão sobre a economia e sociedade brasileiras em um questionamento só aparentemente simples: “Por que o Brasil é diferente?”

A mesma preocupação motivou nossa investigação sobre a transformação do meio rural brasileiro no intervalo que se estende de 1930 a 1964. Essa pesquisa se insere, portanto, no amplo e diversificado campo que tem como objeto a natureza e a especificidade da sociedade que se constituiu no Brasil, problema que possibilita e exige as mais variadas respostas.

A contribuição que se pretende oferecer para esse debate tem uma dupla natureza. De forma imediata, objetiva-se reconhecer e interpretar o conteúdo e a dinâmica do que se convencionou chamar de “a questão agrária no Brasil”, para, a partir deste ponto de vista privilegiado, identificar certos aspectos da forma particular de desenvolvimento capitalista que houve no país.

Ambas as questões colocadas possuem uma relação íntima. Em nosso entendimento, a “questão agrária” consiste no conjunto de problemáticas e contradições que emergem do processo de transformação do campo sob o capitalismo. A “questão agrária” aparece, assim, como um “momento” de um fenômeno mais amplo que é a emergência, consolidação e expansão do modo de produção capitalista em geral, e sua penetração no meio rural, em particular.

É por constituir “momento” do processo de transformação capitalista que se acredita que a análise da forma pela qual as problemáticas e contradições relativas à “questão agrária” emergiram e se desenvolveram nesse período chave da história de nosso país pode fornecer subsídios para uma compreensão da especificidade do “desenvolvimento capitalista no Brasil”.

A ideia de desenvolvimento remete a uma transformação estrutural da sociedade amparado, em última instância, na reconfiguração de sua base econômica pela criação de novas forças produtivas e da transformação das relações sociais de produção.

O desenvolvimento capitalista, por sua vez, apresenta-se como uma transformação estrutural cujo impulso reside na dinâmica da reprodução ampliada do capital, na

generalização da forma mercadoria e na apropriação privada dos frutos do trabalho social. Trata-se, assim, de uma forma particular de desenvolvimento, a qual, por mais que apresente uma determinada dinâmica, bem como suas próprias contradições, não se manifestou da mesma forma em cada um dos lugares em que ocorreu.

A história do desenvolvimento capitalista em cada território do globo não é, portanto, mera repetição do que ocorreu nos demais, como diria Celso Furtado. Recuperar essa história é medida essencial para conhecermos a sociedade que nos tornamos.

Ainda que se trate, em linhas gerais, de uma pesquisa em história econômica – ou, talvez, de uma economia histórica – a amplitude e complexidade do tema da investigação exigiu um enfoque interdisciplinar. Reuniram-se e confrontaram-se, portanto, contribuições provenientes de diferentes campos das ciências humanas, com a intenção de se captar as múltiplas faces do concreto em transformação.

Esta pesquisa se ampara fundamentalmente em duas tradições teórico-metodológicas, cuja influência sobre o presente trabalho foi inestimável: de um lado, o “pensamento sobre o desenvolvimento no Brasil”, de outro, a tradição marxista.

Por “pensamento sobre o desenvolvimento no Brasil”, referimo-nos ao esforço teórico empreendido por diferentes pensadores e pensadoras nacionais, que, partindo de perspectivas metodológicas diferentes, mas passíveis de múltiplos cruzamentos e diálogos e sempre orientadas pela interdisciplinaridade, buscaram compreender a especificidade da transformação estrutural da sociedade brasileira na longa duração, ressaltando os vínculos existentes entre mutações operadas na base econômica interna, a correspondente evolução do tecido social e a reconfiguração das formas de inserção do país no plano internacional.

O “pensamento sobre o desenvolvimento” – ou estilo de interpretação histórico-estrutural, como diria Alexandre Barbosa – deu lugar às mais originais interpretações sobre a formação e transformação da sociedade brasileira, fornecendo as bases para uma verdadeira “consciência de si” nacional.

Nessa pesquisa, buscou-se estabelecer diálogos com estas múltiplas e fecundas interpretações, sem deixar de proceder à sua crítica ou seu reenquadramento quando isto se mostrou necessário.

Em termos metodológicos, a influência do estilo de interpretação histórico-estrutural pode ser visualizada na constante tentativa de visualizar a economia e sociedade brasileira sob o ponto de vista da “totalidade”, reconhecendo de que forma os diferentes setores ou estruturas que as constituíam participavam de um mesmo movimento de transformação.

Como identificado pela análise histórico-estrutural, a economia e a sociedade brasileiras encontravam-se, durante nosso período de estudo, no momento de passagem de uma “situação estrutural” para outra – economia colonial para economia nacional, economia agrário-exportadora para economia industrial, sociedade escravista-estamental para sociedade de classes, etc.

Este processo de “passagem” – para além de estar condicionado pela forma de inserção do país na economia mundial – dava lugar, no interior da sociedade brasileira, a setores cuja dinâmica, temporalidade e ritmos de mudança próprios tornava-os diferentes entre si. Por essa razão, o estilo de interpretação histórico-estrutural privilegiou a análise “setorial” da economia e sociedade brasileira, sem deixar de reconhecer que a evolução de cada um dos setores se vinculava à dinâmica global do sistema em transformação.

Assinale-se, entretanto, que a apropriação do método histórico-estrutural empreendida nessa pesquisa foi realizada a partir de uma perspectiva marxista. As categorias próprias da análise marxista – modo de produção, acumulação, mais-valor, exploração, classes sociais, forças produtivas, relações sociais de produção –, a “teoria da acumulação de capital” delineada por Marx nos três volumes d’O Capital e a crítica ao desenvolvimento capitalista compuseram os alicerces teórico-metodológicos através dos quais se buscou compreender o real em transformação.

A operacionalização da perspectiva marxista não se fez sem mediações. De fato, para além da leitura direta de Marx, este trabalho amparou-se no enorme esforço empreendido por diversos intérpretes da realidade brasileira no sentido de adaptar a teoria e as categorias marxistas para o contexto periférico.

Cabe registrar alguns dos “intérpretes” da realidade brasileira, cujas perspectivas, análises e categorias serviram de baliza para o nosso próprio esforço interpretativo.

Alguns são mais do que conhecidos. São eles Celso Furtado, Caio Prado Jr., Ignácio Rangel, Florestan Fernandes e Luiz Aguiar da Costa Pinto, que poderíamos

identificar como uma primeira geração de pensadores sobre o desenvolvimento no Brasil. Suas interpretações conformaram o ponto de partida de nossa pesquisa, e sua influência pode ser verificada a todo lugar, ainda que, a cada nova etapa da investigação, tenhamos nos permitido voos por caminhos mais distantes e incertos.

Para que isso fosse possível, um segundo conjunto de intérpretes se mostrou fundamental. Alguns, por propiciarem o encontro entre o método histórico-estrutural e o marxismo, como fizeram Francisco de Oliveira e Paul Singer; outros, por aperfeiçoarem o método histórico-estrutural, levando-o às suas últimas consequências – é o caso de Antônio Barros de Castro e Wilson Cano.

Um último conjunto de intérpretes nos forneceu os meios necessários para nos aprofundarmos na realidade do meio rural brasileiro. Alguns deles são nomes correntes e inescapáveis no debate sobre o campo brasileiro: José de Souza Martins, José Graziano da Silva, Manuel Correia de Andrade, Juarez Brandão Lopes, Otávio Guilherme Velho e Maria Nazareth Wanderley. Outros, infelizmente, não são presenças tão constantes no atual debate acadêmico, mas forneceram subsídios conceituais e históricos que se mostraram indispensáveis para a resolução dos mais diversos problemas teóricos enfrentados no curso da investigação. São eles Moacir Palmeira, Vinicius Caldeira Brant, Francisco Sá Jr., Ruy Miller Paiva, cujas análises mais ou menos esquecidas situam-se ao lado do que de melhor foi realizado no sentido de se interpretar o Brasil, e seu meio rural em particular.

Para além de fornecer uma revisão teórica acerca da questão agrária, na forma como esta aparece em diferentes interpretações do Brasil, buscou-se nessa pesquisa oferecer uma contribuição para a compreensão da transformação da economia agrária brasileira naquele momento histórico baseada em dados empíricos. Os resultados do laborioso tratamento de dados censitários e estatísticos foram operacionalizados no terceiro e último capítulo do trabalho, que consiste no núcleo da análise realizada e na principal contribuição desta pesquisa.

A redação deste capítulo exigiu um constante confronto entre categorias, conceitos e teorias, de um lado, e uma “realidade” apreendida via dados estatísticos, de outro. É claro que nenhum nem outro constituem, de fato, o “real”; ambos constituem apenas um elemento parcial do que pode vir a ser uma reconstituição do concreto em sua

constante transformação, cuja apreensão só pode ocorrer do confronto constante entre teoria e empiria.

Essas colisões por vezes encaminham a investigação para caminhos inesperados, uma vez que o movimento dos dados observáveis não se ajustava às hipóteses previamente estabelecidas. O confronto com o “real” – só parcialmente apreensível através de dados estatísticos – demandou, assim, seguidas reformulações das categorias e hipóteses, uma constante expansão do quadro conceitual e a negação de determinadas preconcepções.

Por outro lado, a pesquisa empírica, isoladamente, não é capaz de evidenciar as múltiplas determinações e diferentes significações que se escondem por trás dos dados estatísticos – sobretudo num país de dimensões continentais como o Brasil, em que os múltiplos espaços que o constituem possuem dinâmicas por vezes frontalmente contrastantes, mesmo quando estas se escondem por trás de tendências que parecem caminhar no mesmo sentido. Para que os números possam “contar uma história”, devemos saber lhes fazer as perguntas corretas, e interpretar suas enigmáticas respostas. Para isso, a teoria é imprescindível, desde que não nos sirva de mordaça, mas nos traga instrumentos para manusear a realidade apreensível em sua complexidade.

O trabalho encontra-se dividido em três capítulos, seguidos por uma breve recapitulação e conclusão.

No primeiro, discutimos a gênese e a natureza do capitalismo no Brasil, como forma de apresentar os fundamentos históricos e teórico-metodológicos da pesquisa que será desenvolvida nos capítulos seguintes.

No segundo capítulo, reconstituímos o debate sobre a “questão agrária no Brasil” travado durante a década de 1950 e início da seguinte, quando surgiram as primeiras tentativas de se apreender cientificamente o campo brasileiro em sua complexidade.

No terceiro capítulo, propusemos uma interpretação do processo de transformação da economia agrária brasileira durante o período 1930-1964, sob o enfoque das relações sociais de produção. Tendo em vista o movimento geral de transformação das relações de produção no campo, analisamos as formas de articulação entre a economia agrária e a economia brasileira como um todo, ressaltando os vínculos estruturais forjados entre esta economia em mutação e o desenvolvimento capitalista no Brasil, cujas características

centrais e estruturantes, acredita-se, foram ao menos em parte definidas neste período de intensas mudanças econômicas, sociais e políticas.

## Capítulo 1

### INTRODUÇÃO HISTÓRICO-METODOLÓGICA

Nessa introdução histórico-metodológica, pretendemos reconstituir o processo de emergência, consolidação e expansão do capitalismo no Brasil, reconhecendo as condições que tornaram essa evolução possível, bem como identificando a natureza deste desenvolvimento capitalista, em suas linhas gerais, e o significado da emergência da “questão agrária” nesse contexto histórico.

Será a partir dessa compreensão global do desenvolvimento capitalista no Brasil e do reconhecimento do significado da emergência da questão agrária como um “problema nacional”, que, nos capítulos seguintes, se buscará reconstituir a transformação do meio rural brasileiro nesse período chave da história do país, identificando como essa transformação articulou-se ao processo de desenvolvimento capitalista que lhe servia de pano de fundo.

O presente capítulo contém quatro seções. Na primeira, se discutirá a forma particular de inserção do território brasileiro no processo mais amplo de emergência e irradiação do sistema capitalista em escala mundial. Na segunda, se buscará reconstituir as condições internas que tornaram possível que este sistema aflorasse e se difundisse no Brasil, primeiramente a partir da economia cafeeira paulista. Na terceira, se apresentarão considerações sobre a natureza do desenvolvimento capitalista no Brasil no período posterior à Revolução de 1930, a partir de quando se dá a consolidação e expansão deste sistema no país. Por fim, na última seção, busca-se reconhecer o papel da dinâmica de classes e do Estado neste processo de desenvolvimento capitalista vivenciado pelo país a partir de 1930, ressaltando, ainda, como se deu a emergência da questão agrária brasileira nesse contexto histórico.

#### **Economia-mundo capitalista e o lugar da “periferia”**

Acima dissemos, parafraseando Celso Furtado, que o desenvolvimento capitalista em cada território do globo não se apresenta como mera repetição do ocorrido nos demais. Isso ocorre porque o desenvolvimento capitalista de cada país não se processou em um

“vazio histórico”, mas foi condicionado pela posição ocupada por cada um destes países no que podemos chamar de “economia-mundo capitalista”.

Como descrito pelo historiador francês Fernand Braudel, no decorrer do lento processo de dissolução da sociedade feudal, surge no continente europeu um bloco econômico que interligava, por meio de relações comerciais de troca, territórios diversos e politicamente autônomos. Em outras palavras, através de um processo formativo que se estende do século XI até o século XIII, constitui-se na Europa uma “economia-mundo”, isto é, “um pedaço do planeta economicamente autônomo, capaz, no essencial, de bastar a si próprio e ao qual suas ligações e trocas internas conferem certa unidade orgânica”.<sup>1</sup>

A princípio gravitando ao redor das cidades-Estados italianas - Florença, Milão, Veneza e Gênova –, se estabeleceram progressivamente, de norte a sul da Europa, e até a China a leste, redes de comércio de longa distância altamente lucrativas.<sup>2</sup> Já no século XVI, estas redes haviam se expandido a ponto de incluir tanto pontos da costa africana quanto as colônias da América Ibérica. Antes seu limite exterior, o Atlântico foi incorporado pela economia-mundo europeia, e por ele passou a cruzar um fluxo sempre crescente de mercadorias e pessoas, articulando entre si três continentes e mobilizando enormes somas de valor. Uma parcela cada vez maior da produção mundial era realizada tendo em vista sua comercialização e consumo em territórios longínquos, e o processo como um todo era gerenciado por um grupo extremamente minoritário de comerciantes cujo objetivo era a obtenção de um volume sempre maior de lucro comercial.

Uma análise aprofundada acerca da emergência e evolução desta “economia-mundo” na Europa excederia em muito os limites deste trabalho. Cabe, entretanto, pontuar alguns de seus aspectos principais.

Como identifica Braudel, a irradiação desta rede complexa de trocas e a incorporação de novos territórios à “economia-mundo” surgida na Europa deu lugar a um sistema hierarquizado, constituído por diversas zonas interligadas a níveis diferentes, polarizadas entre a dominação e a dependência. Seguindo o caminho aberto por Wallerstein<sup>3</sup>, Braudel afirma existirem três diferentes “posições estruturais” ou níveis de

---

<sup>1</sup> Braudel, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*, Vol. 3: *“O tempo do mundo”*. 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009-A, p. 12-4.

<sup>2</sup> *Ibidem*, pp. 45, 78.

<sup>3</sup> Cf. Wallerstein, Immanuel. *“O sistema mundial moderno”*, Vol. 1. Porto: Edições Afrontamento, 1990.

hierarquia entre as quais se distribuíram as nações: uma zona central dominante, uma zona intermediária semiperiférica, e uma zona periférica propriamente dita.<sup>4</sup>

Ao constituir-se essa rede complexa de trocas, forjou-se lentamente, como “uma cadeia de subordinações que se determinam umas às outras”, uma divisão internacional do trabalho. As diferentes formas de inserção de cada território nesta “divisão de tarefas” em escala mundial determinaram que fossem também bastante diversos os resultados decorrentes dessa participação na “economia-mundo” em formação.<sup>5</sup>

Com efeito, no curso da expansão da “economia-mundo” europeia, determinadas nações converteram-se em centros estratégicos da acumulação em escala mundial, os quais absorveram, através da “troca desigual”, a quase totalidade dos recursos e benefícios decorrentes dessa expansão comercial. O surgimento e a sucessão destes centros de acumulação em escala mundial, aliás, foi elemento fundamental para que o sistema capitalista se desenvolvesse e, em determinado momento, se expandisse a ponto de se tornar um sistema mundial dominante.

Para ilustrar como se processou a evolução do sistema capitalista no bojo da formação e desenvolvimento da economia-mundo europeia, cabe, aqui, uma breve digressão sobre a forma particular que Braudel se utiliza do conceito de “capitalismo” em sua “tipologia da vida econômica”. Para além de contribuir para a presente exposição, essa tipologia será retomada à frente, quando nos concentrarmos na emergência do sistema capitalista no Brasil.

Braudel representa a “vida econômica” a partir de uma estrutura em três níveis, na qual estariam inseridas diferentes modalidades de atividade econômica. Na base desta estrutura, em seu “andar térreo”, encontra-se o que até recentemente era sua mais ampla esfera, a saber, a da vida material ou da “não-economia”, em que é produzida a subsistência daqueles que se encontram além das margens do mercado. Acima encontra-se a “economia de mercado”, onde a produção que supera o nível da subsistência é comercializada, desde que se encontre compradores. Aí, vigora a concorrência entre os produtores e comerciantes, e “certo automatismo liga habitualmente oferta, procura e preços”. Essa esfera se encontrou em pleno desenvolvimento na Europa, segundo sua

---

<sup>4</sup> Braudel, F., 2009-A, p. 29.

<sup>5</sup> Ibid., pp. 37-9.

perspectiva, a partir do século XIII, e mais destacadamente a partir do século XV, ao se multiplicarem “as ligações horizontais entre os diversos mercados” existentes.<sup>6</sup>

Por fim, não se identificando com a “economia de mercado”, mas se valendo e existindo a partir e sobre ela, há o “andar superior” em que se localiza o “capitalismo”. Braudel define esta camada simplesmente como “o lugar do investimento e da alta taxa de produção do capital”. O capitalismo se situa, assim, no topo de “um ‘conjunto’ cada vez mais vasto do que ele, que o transporta e levanta no seu próprio movimento”<sup>7</sup>; conjunto este que é a própria “economia de mercado” em relação a qual ele se diferencia por constituir “um mundo em si mesmo”, um “mundo” em que são gerados e apropriados os “altos lucros”. Segundo Braudel, é somente neste topo da hierarquia mercantil, onde a lei da concorrência entre produtores e comerciantes – que rege a “economia de mercado” – dá lugar ao “poder de monopólio” e à “lei do mais forte”, que se geram os grandes lucros, em volume suficiente para permitir a rápida e sustentada acumulação e autoexpansão do capital.<sup>8</sup>

Para Braudel, no período pré-industrial, a acumulação propriamente “capitalista” incluía apenas uma pequena fração das operações econômicas; segundo o historiador, se na sociedade pré-industrial existia alguma espécie de “capitalismo”, ele se localizava acima de “um não-capitalismo de proporções imensas.”<sup>9</sup> No intervalo temporal ao qual dedicou seu estudo (séculos XV-XVIII), portanto, seriam propriamente capitalistas apenas os “grandes comerciantes”, aqueles que manipulavam grandes somas de dinheiro, e em particular aqueles que lidavam com o comércio de longa distância, sobre os quais detinham o poder de monopólio.<sup>10</sup>

Dessa forma, o capitalismo pré-industrial, ou comercial, para se valer de termo já estabelecido pela literatura marxista, se encontrava como que incrustado em algumas poucas áreas favoráveis à reprodução do capital, em sua grande maioria restritas à esfera da circulação – com destaque para o comércio de longa distância – uma vez que não lhe era possível avançar sobre a esfera produtiva e a partir daí obter os necessários grandes lucros. Sua atividade consistia simplesmente em apropriar-se, a partir de cima, de cadeias

---

<sup>6</sup> Braudel, F., 2009-B, p. 197.

<sup>7</sup> Ibidem, p. 329.

<sup>8</sup> Ibid., pp. 196-200.

<sup>9</sup> Braudel, Fernand. “*Civilização material, economia e capitalismo: Séculos XV-XVIII*”, Vol. 2: “*O jogo das trocas*”. 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009-B, pp. 199-200, 207-9.

<sup>10</sup> “[O] comércio de longa distância teve, por certo, um papel principal na gênese do capitalismo mercantil; foi, por muito tempo sua ossatura”. Ibid., p. 355.

produtivas e comerciais desenvolvidas espontaneamente ou não, e dirigir o escoamento de certos produtos de alto valor relativo. Mesmo quando novas produções foram estabelecidas para o abastecimento do mercado mundial, como foi o caso nas colônias americanas, o capitalismo se limitou à mera apropriação do produto final.

Nesse sentido, e aí reside o centro da questão, é difícil, se não impossível, referir-se ao capitalismo pré-industrial ou comercial como “um sistema extensivo ao conjunto social”, uma vez que este ainda vive em “sistema fechado”, restrito a uma esfera bastante minoritária da vida social. Mas essa constatação não equivale a negar sua existência, diria Braudel.<sup>11</sup>

Foi só a emergência, na Grã-Bretanha, da indústria moderna e do “modo de produção capitalista”, entretanto, que conduziu à transformação qualitativa do capitalismo, permitindo que este se constituísse propriamente como um sistema mundial dominante extensivo e transformador da existência social.

Não há espaço para se estender, aqui, sobre a forma como os processos de expansão e autovalorização do capital chegam a alturas nunca antes imaginadas, uma vez rompida a barreira que restringia as operações capitalistas à esfera da circulação. Cabe apenas ressaltar que a “internalização dos custos de produção”<sup>12</sup> pela alçada da lógica capitalista suscita um processo acelerado de desenvolvimento das forças produtivas, através do estabelecimento de uma relação íntima entre a inovação das formas de produzir e a extração de mais-valor absoluto e relativo dos trabalhadores proletarizados, como descreveu Marx e aqueles que o seguiram.

O que deve ser retido desta discussão é que a revolução industrial, no bojo da qual a “lógica capitalista” pôde extravasar os domínios aos quais até então encontrava-se restringida, só foi possível em razão da crescente concentração de recursos financeiros e naturais nas nações centrais – e, em particular, na Grã-Bretanha –, fruto do desenvolvimento secular da “economia-mundo” surgida na Europa e da “troca desigual” entre os diferentes territórios que a constituíam. Ao estender e aprofundar as redes de comércio e intercâmbio, ao ponto de se estabelecer um “mercado mundial”, os agentes

---

<sup>11</sup> Ibid., pp. 207-16.

<sup>12</sup> Arrighi, Giovanni. *“O longo século XX”*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 2013, p. 226.

capitalistas criaram as condições pelas quais o capitalismo pôde se destituir da qualidade de mero “modo de acumulação”, e constituir-se como “modo de produção”.<sup>13</sup>

Se a concentração de recursos financeiros e naturais através dos mecanismos do mercado mundial foi a condição de desenvolvimento das nações centrais e do próprio sistema capitalista, o que se processou nas chamadas nações “periféricas” foi bastante diverso. Para os países da “periferia”, a expansão da economia-mundo europeia significou um processo violento de pilhagem e extração de excedente, implicou em verdadeiros genocídios da população autóctone e promoveu a destruição de formas sociais e produtivas pré-existentes, fazendo surgir, em seu lugar, sociedades orientadas a abastecer o mercado mundial com produtos primários.

Desde a chegada dos portugueses às Américas, este foi o destino reservado ao território que veio a se tornar o Brasil: território periférico da economia-mundo em que se inseria, mero produtor e exportador de produtos primários destinados à venda no mercado mundial – açúcar, ouro, algodão, tabaco, cacau; e, já no século XIX, o café. A posição “periférica” ocupada pelo Brasil na rede comercial em escala global irá determinar em grande medida o tipo de sociedade que aqui se constituía, bem como a forma de crescimento econômico que lhe será possível. Trata-se do “sentido da colonização”, como definiu Caio Prado Jr.<sup>14</sup>

Visando a estrutura social do Brasil colônia, Caio Prado Jr. se refere à economia centrada no latifúndio trabalhado por braço escravizado e voltado para a exportação como o “setor orgânico” da economia e sociedade brasileiras, o único a apresentar um dinamismo econômico. Os demais setores seriam, por sua vez, “inorgânicos”, no sentido de meros apêndices destinados a subsidiar e tornar possível a exploração agrícola em larga escala.<sup>15</sup> Essa sociedade escravista agrário-exportadora se estabelece, assim, como uma comunidade econômica e social dependente das variações da demanda internacional

---

<sup>13</sup> Como diz Marx, acerca do “capital comercial”: “Sua existência e seu desenvolvimento até certo nível são inclusive o pressuposto histórico para o desenvolvimento do modo de produção capitalista, 1) como precondição da concentração da riqueza monetária e 2) porque o modo de produção capitalista tem como premissa a produção para o comércio, a venda por atacado, e não a um cliente individual [...] Por outro lado, o desenvolvimento inteiro do capital comercial é voltado a conferir à produção um caráter cada vez mais orientado para o valor de troca, para a progressiva conversão dos produtos em mercadorias. Porém [...] seu desenvolvimento, considerado por si só, é insuficiente para explicar e efetuar a transição de um modo de produção ao outro.” Marx, Karl. “*O Capital*”, Vol. 3, “*O processo global da produção capitalista*”. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 371.

<sup>14</sup> Prado Jr., Caio. “*Formação do Brasil Contemporâneo*”. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

<sup>15</sup> Prado Jr., C., 2011.

por produtos aqui produzidos; todo e qualquer dinamismo econômico verificado no país provinha dessa fonte externa.<sup>16</sup>

Nos quadros do “exclusivo metropolitano”, instrumento fundamental do regime colonial, os mercadores dotados de poder de monopólio sobre o comércio colonial podiam deprimir os preços pagos aos produtores da colônia “até o nível abaixo do qual seria impossível a continuação do processo produtivo”, o que constituía um mecanismo de “transferência de renda real da colônia para a metrópole, bem como [de] concentração desses capitais na camada empresária ligada ao comércio ultramarino”.<sup>17</sup> Vista como uma unidade, portanto, a economia capitalista mundial, sob à égide do capital comercial, se valia da produção colonial como uma forma de se promover a “acumulação primitiva” no centro. Para tanto, era suficiente que estendesse suas redes de comércio até o Brasil, e daqui extraísse produtos de alto valor comercial, sem que se fizesse necessário adentrar no processo produtivo.<sup>18</sup>

Nesse contexto, a parte da renda gerada internamente e retida pelos senhores de engenho era extremamente ínfima em relação à drenada para fora e retida pela Coroa Portuguesa sob a forma de tributos, e especialmente em relação àquela obtida sob a forma de lucro mercantil pelos grupos financeiros-comerciais que administravam o fluxo do intercâmbio. Este excedente retido pelos agentes econômicos internos não poderia nem mesmo ser assimilada a um lucro obtido por um prévio processo de capitalização; ele se revela, na verdade, como mera “remuneração” pela função especializada desempenhada por estes agentes. Completamente heteronômica, ou “dependente”, a grande lavoura colonial não gerava, portanto, um fluxo de renda que pudesse originar um circuito autônomo de reinversão e acumulação, assim como não detinha qualquer poder de dinamização da economia interna.<sup>19</sup>

A ação do “capital comercial” não figurava, portanto, como fator de dinamização da economia interna brasileira do período colonial, uma vez que os estímulos externos apresentavam baixa capacidade de irradiar-se da grande lavoura para outros setores da

---

<sup>16</sup> Furtado, Celso. “*Formação Econômica do Brasil*”. 34ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, *passim*.

<sup>17</sup> Novais, Fernando. “*Portugal e Brasil na Crise do Sistema Colonial*”. 6ª ed. São Paulo: Hucitec, 1995, p. 89.

<sup>18</sup> Novais, F., 1995, p. 114.

<sup>19</sup> Fernandes, F. 2020, pp. 30, 36-9. Cf. também os capítulos sobre o “nível” e o “fluxo” da renda na economia colonial brasileira, contidos em Furtado, C. “*Formação Econômica do Brasil*”. 2007, caps. 8,9 e 14.

economia. Consolidaram-se, assim, nas nações da periferia, sociedades marcadas pela miséria da massa da população, de um lado, e de outro pela concentração de renda em uma elite minoritária vinculada aos interesses externos, ainda que na posição de “sócios menores”.

A emergência do “modo de produção capitalista” na Europa no decorrer do século XIX, contudo, alterou as relações travadas entre as nações “centrais” e “periféricas”. A aceleração do ritmo da acumulação de capital nesse novo contexto estimulou as nações centrais a avançarem sobre as nações periféricas e empreender a reorganização de seu espaço econômico interno, “de modo que ele pudesse ativar um maior número de funções essenciais ao desenvolvimento capitalista, o que permitiria articulá-lo aos mercados das economias centrais”. Não mais bastava às nações centrais industrializadas o controle sobre a comercialização dos produtos das nações periféricas; a crescente demanda por recursos naturais e pela “abertura de mercados” impunha a necessidade de induzir o desenvolvimento capitalista na periferia, ainda que restrito à sua parte mais rica e avançada, e calibrado pelos objetivos de promover sua adaptação e articulação aos dinamismos das economias centrais.<sup>20</sup>

A intervenção nas economias periféricas se deu em muitas frentes, desde a ampliação da rede de comunicações e transportes até a implantação e o estímulo ao desenvolvimento da livre empresa, e incluiu uma massiva transferência, por parte das nações centrais, de recursos e tecnologias de ponta. O objetivo central era facilitar e dinamizar a produção e o escoamento em massa de artigos primários exportáveis, de modo a rebaixar os “custos de produção” envolvidos na reprodução do capital industrial nas economias centrais.<sup>21</sup>

Por essa razão, o maior beneficiário da relativa “modernização” das forças produtivas brasileiras induzidas por fora foi seu polo dinâmico, o setor exportador de produtos primários. Ainda assim, em razão da conseqüente importação de progresso técnico e do maior volume de renda gerada e fixada internamente, as repercussões desse processo se estenderam para a economia brasileira como um todo.<sup>22</sup>

Vislumbra-se, assim, como a reformulação e aprofundamento das relações externas do Brasil com as nações centrais da economia mundial se mostrou elemento fundamental para a posterior emergência e expansão do capitalismo no país. Como diz

---

<sup>20</sup> Fernandes, F., 2020, pp. 234-5.

<sup>21</sup> Mello, João Manuel. Cardoso de. “*O Capitalismo Tardio*”. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 45.

<sup>22</sup> Fernandes, F., 2020, pp. 239-40.

Florestan Fernandes, em um país de passado colonial e onde vigorava até então uma sociedade escravista-senhorial, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil constituiu um episódio de “transplantação cultural” de determinado “padrão de civilização”. Uma vez que as “bases econômicas e psicossociais” que vigoravam em nosso país diferiam completamente das que prevaleciam na região de globo onde o capitalismo nasceu e evoluiu, sua implementação no Brasil se realizou a partir de um processo gradativo de absorção de determinados atributos mentais e culturais, de formas particulares de organização da vida econômica e de modelos institucionais político-administrativos advindos da civilização ocidental moderna.<sup>23</sup>

Parte crucial deste “transplante cultural” dizia respeito à progressiva subordinação da organização das atividades produtivas, das formas de distribuição da riqueza e de aplicação do excedente econômico aos mecanismos de mercado, como indicado por Celso Furtado.<sup>24</sup> Num país em que predominava a produção para subsistência e não comercializável, de um lado, e em que a escravidão consistia na forma de subordinação do trabalhador no setor dinâmico da economia, de outro, a ativação e expansão de um “mercado interno” deveria contar com influências externas.

Não à toa, um impulso fundamental para a constituição e desenvolvimento de uma economia de mercado no Brasil proveio do processo de “reelaboração econômica da apropriação colonial”<sup>25</sup> após a Independência, em que se moldaram, sob novas bases, os nexos da produção interna com o mercado mundial e as economias centrais. A partir da reorganização e expansão dos negócios de importação e exportação, não só se aprofundou a integração da economia brasileira ao mercado mundial, como se estimulou o desenvolvimento de um setor urbano-comercial, até então quase insignificante, e que passa a se apresentar como centro difusor do “horizonte cultural” capitalista.<sup>26</sup>

Ainda que intimamente vinculado ao mercado externo, este nascente “mercado capitalista moderno” implantado em cidades-chave do país passa a absorver parcelas crescentes do excedente econômico gerado e retido internamente. A cidade e o mercado passam a desempenhar, nesse contexto e em maior medida, “as funções de reaplicação do excedente econômico e de foco de integração do mercado interno”, impulsionando a diferenciação produtiva (agrícola, manufatureira, em dado momento industrial) e a

---

<sup>23</sup> Fernandes, F., 2020, pp. 91, 93.

<sup>24</sup> Furtado, Celso. “*Criatividade e dependência na civilização industrial*”. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, pp. 59-61.

<sup>25</sup> Fernandes, F., 2020, p. 102.

<sup>26</sup> *Ibidem*, pp. 105-6, 110

concentração e centralização do capital, bem como uma bastante incipiente e gradual integração dos diversos mercados locais e regionais.<sup>27</sup>

A operação deste “transplante cultural” não seria possível sem o maior dinamismo econômico conhecido pelo país após o florescimento do capitalismo industrial no centro da economia mundial e a reformulação e aprofundamento da divisão internacional do trabalho nesse novo contexto. Dessa forma, a transformação das estruturas econômicas internas e a expansão de uma ainda incipiente economia de mercado no Brasil se realizou sem que a histórica “dependência externa” que ligava o país às nações centrais fosse eliminada, visto que era ainda do exterior que provinha grande parte dos estímulos e das condições que tornavam essa nova evolução possível.

Ainda assim, as influências externas e o aprofundamento da divisão internacional do trabalho após a implantação na Europa da indústria moderna não constituíram os únicos elementos que tornaram possível a emergência do capitalismo em terras brasileiras. Como nos diz Cardoso de Mello, toda essa evolução histórica se determinou, “em primeira instância, por ‘fatores internos’ e, em última instância, por ‘fatores externos’”.<sup>28</sup>

Tentemos identificar, portanto, os fatores internos que possibilitaram a emergência do capitalismo no Brasil. Para tanto, necessitamos nos atentar ao conjunto de transformações estruturais que irradiam da economia cafeeira que se desenvolve principalmente no estado de São Paulo a partir de meados do século XIX.

### **Economia cafeeira e a gênese de um capitalismo periférico**

Como vimos, durante o período que se estende do século XVI até aproximadamente meados do século XIX, não existia no Brasil nada que pudesse ser associado propriamente ao capitalismo. Durante esse intervalo, a grande lavoura agrícola, ou melhor, os agentes econômicos que a administravam, não constituíram de modo algum “sujeitos” do processo de acumulação capitalista sobre bases comerciais. Suas atividades consistiam tão somente em uma “etapa” final da cadeia de intercâmbio que provinha do continente Europeu, e que era administrada pelos agentes propriamente capitalistas ligados ao comércio de longa distância.<sup>29</sup>

---

<sup>27</sup> Fernandes, F., 2020, pp. 229, 239-40.

<sup>28</sup> Mello, J. M. C. de. 2009, p. 52.

<sup>29</sup> Braudel, F. 2009-A, p. 52.

Algo diferente emerge da economia cafeeira que se gesta e se desenvolve a partir de meados do século XIX. Uma análise da forma assumida pela expansão cafeeira e de suas repercussões revela como se puderam gestar, no curso dessa evolução, as condições sobre as quais irão se apoiar processos cumulativos de acumulação de capital.

Em primeiro lugar, se deve ressaltar a expressão que assume a economia cafeeira no conjunto das atividades econômicas do país, como fonte de geração de renda e obtenção de “altos lucros” pelos proprietários rurais. Segundo Celso Furtado, entre os anos de 1840 e 1890 a economia cafeeira – localizada na região Sudeste do país, e particularmente no entorno de São Paulo – gera um incremento de renda real de 4,5% ao ano a partir das exportações do grão (que se expandiram em 341% durante o período compreendido). Considerando o aumento da população durante o mesmo intervalo, a economia cafeeira gera uma taxa de aumento da renda real per capita de 2,3% ao ano, bastante significativa, se comparada com as demais atividades que aqui se desenvolviam. A maior parcela desse aumento de renda foi absorvida pelos proprietários rurais sob a forma de lucros grandiosos, o que explica a rápida e intensa “acumulação de capital” na economia cafeeira, refletida no número crescente de fazendas de café abertas por todo o século XIX e início do seguinte.

Mas a relevância atribuída à economia cafeeira na evolução histórica brasileira não se esgota em uma avaliação quantitativa. Isto é, não é só por constituir propriamente “um lugar de investimento e alta produção de capital” que visualizamos a economia cafeeira como berço do capitalismo no Brasil. Para essa caracterização, outros fatores relevantes estão em jogo.

Como indicado por Braudel, para “localizar” o capitalismo não podemos nos limitar a identificá-lo tão somente ao espaço em que o capital se reproduz sob uma “alta voltagem”; devemos buscá-lo lá onde o poder econômico se encontra e se funde com o poder político.<sup>30</sup>

É claro que essa fusão entre o poder econômico e o político não poderia ocorrer enquanto vigorava o estatuto colonial, quando a instância de poder se localizava fora da sociedade brasileira e era, portanto, inatingível ao agente econômico interno. Decretada a Independência, se eliminava esse impeditivo, mas restava a necessidade de se constituir

---

<sup>30</sup> “O capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, quando é o Estado.” (Braudel, Fernand. “*A dinâmica do capitalismo*”. Rio de Janeiro: Rocco, 1987, p. 77).

um setor econômico verdadeiramente dinâmico, de modo que a acelerada acumulação de capital fomentasse a ascensão política de um grupo de agentes econômicos. Este não era o caso da economia açucareira nordestina, em estado de decadência secular, nem da produção algodoeira, cujo mercado internacional se encontrava dominado pela produção norte-americana, e muito menos das demais e menos significativas atividades produtivas brasileiras (tabaco, couros, arroz, cacau).<sup>31</sup>

Coube ao grupo de fazendeiros do café promover essa fusão entre o poder econômico e o político, e assim levar os processos de acumulação de capital a novas alturas. Como diz Celso Furtado, a vanguarda da economia cafeeira constituiu-se, desde o início, por agentes dotados de “experiência comercial”, o que era reflexo da existência prévia de uma economia de mercado mais robusta no território nacional, e da internalização de uma parte das atividades de comercialização externa uma vez rompido o estatuto colonial. Essa “classe empresária” se constituiu, então, com uma consciência muito maior de seus interesses do que os agentes econômicos que a precederam. E não é só, “desde muito cedo eles compreenderam a enorme importância que podia ter o governo como instrumento de ação econômica.”<sup>32</sup>

De modo que, a partir de meados do século XIX, se verifica um processo de progressiva subordinação da atividade estatal aos interesses da economia cafeeira, que contribui enormemente para sua crescente rentabilidade e expansão. Esse processo atinge seu ápice com a Proclamação da República e a descentralização do poder político, momento a partir do qual a “política cafeeira” se torna elemento central da ação do Estado.<sup>33</sup> O destino da economia do café, e da economia nacional como um todo, por certo não seria o mesmo se tal “intercâmbio político” não tivesse estimulado o Estado a cumprir esse papel fundamental que lhe coube no período.

A atividade dessa classe empresária proveniente do café veio a corresponder também com outra característica atribuída por Braudel à atuação dos agentes capitalistas, e de importância crucial para o historiador: a não-especialização na aplicação do capital,

---

<sup>31</sup> Furtado, C., 2007, pp. 166-8.

<sup>32</sup> *Ibidem*, p. 171-2.

<sup>33</sup> *Ibidem*. Para citar apenas os elementos mais relevantes, o Estado responsabilizou-se tanto pela organização e financiamento da política de imigração – voltada a fornecer mão de obra para a economia do café -, quanto despendeu grandiosos recursos financeiros na compra, armazenamento e eventual destruição dos sucessivos excedentes invendáveis da economia cafeeira, decorrentes de sucessivas crises de superprodução ocorridas a partir do início do século XX (nesse sentido, cf. Castro, Antônio Barros de. “*A herança regional no desenvolvimento brasileiro*”. In: Castro, A. B. “7 ensaios sobre a economia brasileira”. Vol. 2. Rio de Janeiro, São Paulo: Forense, 1971, pp. 75-7).

sua flexibilidade e ecletismo perante as diferentes atividades e formas de obtenção de lucros.<sup>34</sup>

Florestan Fernandes dedicou-se a investigar e expor a forma pela qual os fazendeiros de café progressivamente se despojaram de sua posição senhorial-aristocrática, própria da sociedade colonial em estado de mutação, para assumirem a postura de puro *homo oeconomicus*, isto é, do típico “homem de negócios”. Como descrito pelo sociólogo, no curso da expansão cafeeira, a fazenda de café passa a aparecer a seus administradores, convertidos em “homens de negócios”, não mais – ao menos não primordialmente – como fonte de *status*, mas de riqueza; a fazenda passa por uma reorganização de caráter propriamente capitalista, convertendo-se em “variante típica da plantação tropical moderna”.<sup>35</sup>

Simultaneamente, começa a tomar vulto dentre os fazendeiros do café o “emprego do dinheiro a juros e [a] participação regular de atividades especulativas no setor comercial”, isto é, o “aproveitamento sistemático das oportunidades existentes para intensificar a acumulação de capital ou para aplicá-lo reprodutivamente”.<sup>36</sup>

Como descrito por Wilson Cano, o acelerado ritmo de acumulação de capital na economia cafeeira, principalmente no Oeste paulista, seu setor “novo”, deu lugar a uma rede de atividades – leia-se, oportunidades de aplicação e valorização de capital – interdependentes, que passam a constituir um “complexo econômico”.<sup>37</sup>

No “complexo cafeeiro”, o plantio e a comercialização do café constituíam a atividade principal, de onde se originava a maior massa de lucros, e onde uma grande parte desse excedente era reinvertida, com destaque para a compra de novas terras que viriam servir de suporte à expansão da produção.

O desenvolvimento da economia de mercado e do setor comercial-financeiro na esfera urbana, prévia e concomitantemente à expansão da economia cafeeira, entretanto, deram lugar a novas oportunidades de aplicação deste excedente – na construção de ferrovias, na fundação de bancos e de empresas comerciais, na diversificação da própria atividade agrícola (tendo em vista o abastecimento do mercado interno, e particularmente das áreas urbanas em expansão), em dado momento no desenvolvimento da indústria. Se por um lado essas aplicações contribuíam para o próprio desenvolvimento da economia

---

<sup>34</sup> Braudel, F. 2009-B, p. 382.

<sup>35</sup> Fernandes, F., 2020, p. 120.

<sup>36</sup> Ibidem, p. 130.

<sup>37</sup> Cano, Wilson. “*Raízes da concentração industrial em São Paulo*”. 4ª ed. Campinas: UNICAMP, 1998-A, pp. 54-98.

cafeeira – a possibilidade de introduzir novas terras ao sistema econômico e a redução dos custos de produção e transporte por decorrência da expansão ferroviária são os maiores exemplos –, sua lucratividade própria lhes atribuía, por outro, “o caráter de *origem* de novos capitais que permit[iam] nova ampliação do excedente do complexo”.<sup>38</sup>

Dessa forma, ao ampliar as possibilidades de aplicação e reprodução do capital originado da lavoura cafeeira, os fazendeiros do café se diferenciaram em grande medida do senhor de engenho da época colonial, que, por falta de alternativas de aplicação de seu excedente na economia interna, achava-se como que “escravizado à sua fonte de renda”, mesmo nos períodos de depressão da demanda externa.<sup>39</sup>

O crescente envolvimento dos proprietários rurais na economia urbana; a absorção do “horizonte cultural” burguês, cujas cidades eram os principais centros difusores, especialmente através dos hábitos de consumo; o desempenho de novos papéis econômicos que derivavam do desenvolvimento deste setor urbano-comercial-financeiro; e a multiplicação das opções de escolha no que tange à aplicação do excedente na economia interna estimulam e aceleram a conversão de uma parte significativa dos fazendeiros de café em agentes propriamente capitalistas, segundo nosso ponto de vista “braudeliano”. Por outro lado, estabelece-se uma relação mais profunda de articulação entre os setores rural e urbano-comercial-financeiro da economia nacional, a partir da qual “uma parte considerável das potencialidades capitalistas da grande lavoura foi canalizada para o crescimento econômico interno”.<sup>40</sup> Mas isso é apenas uma parte da história.

Na exposição acima, concentramos o olhar nos agentes econômicos que induziram a expansão da economia cafeeira sob uma forma “capitalista”, muito em razão de uma mudança em suas mentalidades e nas formas de organização da atividade econômica e de aplicação do excedente.

Essa evolução, entretanto, não pode ser compreendida em sua totalidade sem que se reconheça as mudanças que se operavam na base da economia cafeeira, as quais se orientavam para a transformação das relações sociais de produção que nela se desenvolviam, através da gradual substituição do trabalho escravizado pelo livre. Ao fazê-lo, nos afastaremos parcialmente da trilha de Braudel, para adentrarmos nos caminhos abertos por Marx e outros que o seguiram.

---

<sup>38</sup> Cano, W., 1998-A, p. 64.

<sup>39</sup> Fernandes, F., 2020, p. 37.

<sup>40</sup> *Ibidem*, p. 40.

Para Marx, o capital é valor em movimento, ele é o processo através da qual o valor de troca autonomizado se valoriza ao se transformar, sucessiva e alternadamente, em mercadoria e dinheiro. A valorização do capital, como compreendida pelo autor, exige e produz uma relação social de produção específica, historicamente criada: o trabalho assalariado. Pois é só a partir da absorção de força de trabalho que o capital pode valorizar-se, dada a capacidade do trabalhador de produzir um mais-valor – isto é, de produzir no processo de trabalho um valor superior àquele que lhe é concedido como retribuição à venda de sua força de trabalho. Esse intercâmbio depende da existência no “mercado” da força de trabalho tornada mercadoria, isto é do trabalhador livre, tanto jurídica – no sentido de poder dispor livremente de sua força de trabalho e de seu corpo – quanto materialmente – uma vez que separado de qualquer meio de produção de sua própria subsistência, que não a obtenção de um salário a partir da venda de sua força de trabalho.<sup>41</sup>

Em qualquer lugar em que ocorreu, a emergência do trabalhador “livre” constituiu “o resultado de um desenvolvimento histórico anterior, o produto de muitas revoluções econômicas, da destruição de toda uma série de formas anteriores de produção social”.<sup>42</sup>

No Brasil, não foi diferente. Aqui, essa evolução se processou como uma prolongada fase de adaptação econômica e social iniciada com a proibição do tráfico de escravos para o país, em 1850, durante a qual os efeitos da substituição do trabalhador escravizado pelo livre foram atenuados e calibrados para que não houvesse uma alteração súbita do volume de mão de obra, nem uma elevação dos custos envolvidos em sua integração ao sistema produtivo.<sup>43</sup>

Com efeito, a forma como esta transição foi conduzida pelo Estado e pelos grandes proprietários rurais permitiu que, no curso da transformação das relações de produção engendrada com a crise do escravismo e a gradativa generalização do trabalho juridicamente livre, fossem preservadas as características essenciais da economia agrário-exportadora fundada sobre o latifúndio e sobre a subordinação quase completa do trabalhador à grande lavoura.<sup>44</sup>

---

<sup>41</sup> Marx, K. “*O Capital*”, Vol. 1, “*O processo de produção do capital*”. São Paulo: Boitempo, 2013, cap. 3.

<sup>42</sup> Marx, K., 2013, p. 244.

<sup>43</sup> Barbosa, Alexandre de Freitas. “*A formação do mercado de trabalho no Brasil*”. *Op. Cit.*, 2008, p. 126.

<sup>44</sup> *Ibidem*, 2021, p. 30-1.

Para que isso fosse possível, argumenta José de Souza Martins<sup>45</sup>, a reformulação do regime de propriedade fundiária promovida pela Lei de Terras, também de 1850, teria um papel equiparável somente à própria extinção legal do tráfico de africanos, sucedida pela abolição da instituição. A partir de então, a aquisição da propriedade de terra devoluta só poderia se realizar pela compra em dinheiro.<sup>46</sup> Ao lhe ser atribuída um preço, portanto, a terra se tornava “mercadoria”.

Como resultado, estabelecia-se um “monopólio de classe” sobre a propriedade da terra, cujo acesso tinha se tornado impeditivo àqueles que não compunham a minoritária classe de proprietários portadores de maiores somas de dinheiro. Lograva-se, assim, “interditar o acesso do lavrador pobre à terra, impedindo-o de trabalhar para si e obrigando-o a trabalhar para terceiros, especialmente para os grandes proprietários.”<sup>47</sup> A restrição do acesso à terra e sua monopolização pelos grandes proprietários convertia-se, assim, em meio de sujeição do trabalho.<sup>48</sup>

Em síntese, a subordinação do trabalhador livre não mais se fazia pela coerção física, mas pela combinação de mecanismos econômicos e jurídicos cujos efeitos eram a separação do trabalhador de sua principal fonte de subsistência, a terra. Como indicado por Martins, “se no regime sesmarial, o da terra livre, o trabalho tivera que ser cativo, num regime de trabalho livre a terra tinha que ser cativa”.<sup>49</sup>

Nesse contexto, a transição para o trabalho livre não configurou uma ruptura brusca, mas uma “transição para várias formas de dependência” baseadas numa “articulação de modos precários de assalariamento com antigas relações de propriedade e mando”.<sup>50</sup> A forma concreta de sujeição do trabalho, entretanto, assumiu formas diversas nas diferentes regiões do país, de acordo com o dinamismo relativo e das características das economias regionais.

Nos setores estagnados da economia, em particular o Nordeste e a região cafeeicultora “velha” do Vale do Paraíba, a demanda estável por força de trabalho permitiu que essa transição se processasse através da integração do trabalhador nacional ou liberto. Em ambos os casos, dada a escassez de excedente produzido e retido pelos proprietários,

---

<sup>45</sup> Martins, José de Souza. *“O cativo da terra”*. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2021, cap. 1.

<sup>46</sup> O efeito mais imediato dessa reformulação recaiu sobre as formas de financiamento da grande lavoura: a terra, cuja aquisição é tornada onerosa, em especial aquela dotada de incrementos de capital, converte-se em garantia hipotecária para a obtenção de empréstimos de capital de custeio da fazenda, em substituição ao plantel de escravos do proprietário, que até então cumpria essa função. Martins, J. S., 2021, pp. 46-7.

<sup>47</sup> *Ibidem*, p. 125.

<sup>48</sup> Barbosa, A. F., 2008, p. 121.

<sup>49</sup> Martins, J. S., 2021, pp. 35, 47.

<sup>50</sup> Barbosa, A. F., 2008, p. 157.

a integração do trabalhador à lavoura se realizou mediante diferentes formas de acomodação, em que o salário não cumpria papel muito relevante.<sup>51</sup>

A economia açucareira nordestina, por exemplo, passa a incorporar os chamados “moradores”, homens livres que por gerações viveram de favor nos limites externos das fazendas, e dos quais se passa a exigir, como condição pela permanência na terra, uma renda em trabalho que consistia em dias de serviço no canavial parcamente remunerados em dinheiro. Este sistema ficou conhecido como “cambão”.<sup>52</sup> Dada a precedência, nessas relações, da territorialização – isto é, da vinculação do trabalhador à terra –, sobre o próprio assalariamento, Barbosa pôde identificar tais relações, e outras que lhe eram semelhantes, como “várias modalidades de subassalariamento”.<sup>53</sup>

Algo diferente se processou no setor dinâmico da economia brasileira, as fazendas de café que se expandem no sentido da região oeste da província de São Paulo. Quando esgotadas as possibilidades de expansão pela via do “tráfego interprovincial”, que deslocou escravizados dos setores estagnados da economia para as fazendas de café do oeste paulista, a economia cafeeira solucionou o “problema da mão de obra”<sup>54</sup> através da substituição dos trabalhadores nacionais e libertos pelo imigrante, inicial e preponderantemente o italiano, mas também o português, o espanhol e o japonês.<sup>55</sup>

Nas fazendas de café, surge um regime de trabalho bastante peculiar. Trata-se do colonato, um “quase-assalariamento”<sup>56</sup> caracterizado pela combinação de pagamentos anuais em dinheiro – uma parcela fixa relativa ao trato do cafezal e uma parcela proporcional à quantidade de café colhido –, da prestação de determinados trabalhos gratuitos ao fazendeiro, e da permissão para o cultivo de culturas de subsistência (feijão, milho, arroz) no interior das lavouras de café ou em outros terrenos.

As relações de produção que surgem com a crise do escravismo apresentavam, portanto, um elemento comum: nelas, combinava-se uma relação monetária com um elemento “camponês” - a produção pelo próprio trabalhador de parte de sua subsistência. Essa combinação se baseava na “insuficiência relativa” de ambas as formas de remuneração do trabalho; nem a cultura de subsistência nem os pagamentos de salário,

---

<sup>51</sup> *Ibidem* p. 144.

<sup>52</sup> Martins, J. S., 2021, p. 119.

<sup>53</sup> Barbosa, A. F., 2008, p. 152.

<sup>54</sup> Furtado, C., 2007, caps. 21 a 24.

<sup>55</sup> Martins, J. S., 2021, p. 35.

<sup>56</sup> Barbosa, A. F., 2008, p. 154.

individualmente considerados, eram suficientes para garantir a sobrevivência da família de trabalhadores rurais.<sup>57</sup>

Tratava-se, portanto, de “relações não capitalistas” de produção, criadas pelo próprio desenvolvimento e pelas condições específicas da acumulação de capital em cada ponto do território do país, cujo elemento comum era a incompleta expropriação do trabalhador das condições de realização de seu trabalho.<sup>58</sup> Em essência, a manutenção pelos trabalhadores de uma relação direta com a terra como seu “modo de existência objetivo”<sup>59</sup> – como meio de produção de pelo menos parte de sua própria subsistência – se de um lado obstruía a “mercantilização de todos os fatores envolvidos”<sup>60</sup> na produção, de outro reforçava a acumulação ao reduzir os dispêndios monetários do proprietário/empregador.<sup>61</sup>

A forma em que essa transição se processou na região de São Paulo, contudo, com a ampliação da parte da renda constituída por salário monetário, conjuntamente ao crescimento absoluto da renda – por mais que bastante concentrada – gerada pela acumulação do capital cafeeiro, estimulou o desenvolvimento de uma economia de mercado baseada na existência de um mercado interno e a diversificação das atividades produtivas voltadas para seu abastecimento, ao ponto de induzir um “surto manufatureiro” já na segunda metade do séc. XIX.<sup>62</sup>

Com efeito, o investimento industrial era estimulado sempre que houvesse um crescimento da renda interna e uma expansão do estoque de divisas disponíveis para aquisição de máquinas e equipamentos no mercado externo. Nesse contexto, a rentabilidade da economia cafeeira estimulou que fossem realizados investimentos tanto na produção doméstica de insumos e bens de capital para o setor exportador – com destaque para a “construção de estradas de ferro e portos” –, quanto na “fabricação de máquinas de beneficiar café e outras máquinas e implementos agrícolas e de sacaria de juta para ensacar o produto para exportação”. Em sentido parecido, o desempenho da economia cafeeira também estimulou investimentos na produção de bens de consumo

---

<sup>57</sup> Martins, J. S., 2021, pp. 126-7.

<sup>58</sup> Ibidem, p. 36.

<sup>59</sup> Marx, Karl. “*Grundrisse*”. São Paulo: Boitempo, Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011, p. 397.

<sup>60</sup> Martins, J. S., 2021, p. 37.

<sup>61</sup> Ibidem, p. 140; Barbosa, A. F., 2003, p. 184.

<sup>62</sup> Suzigan, Wilson. “*Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*”. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2021, p. 77; Cano, W., 1998-A, cap. 1.

(tecidos e roupas de algodão, chapéus, calçados, produtos alimentícios), assim como financiou, por mecanismos tributários, investimentos do Estado em infraestrutura.<sup>63</sup>

Além disso, a existência de um mercado interno (tanto rural quanto, e principalmente, urbano) em formação e expansão no estado paulista bem como a “ampla e diversificada ‘infraestrutura’ transmitida pelo café às atividades que o sucederam”, estimulou a diversificação da produção agrícola, voltada para o abastecimento desse mercado regional. Além de potencializar a concentração de capital na economia agrária paulista ao ampliar o leque de “alternativas de emprego para os recursos acumulados” e possibilitar um “poderoso movimento de substituição *inter-regional* de importações”, a diversificação da produção agrícola – com o crescimento da produção açucareira, algodoeira, pecuária e de cultivos alimentares – também serviu de reforço para o “surto manufatureiro paulista”, ao estimular o desenvolvimento de atividades manufatureiras e industriais vinculadas ao beneficiamento e elaboração desses produtos primários (indústrias açucareira, têxtil, de carnes e couro, por exemplo).<sup>64</sup>

Em outras regiões do país, ocorriam processos semelhantes de desenvolvimento de atividades manufatureiras diretamente vinculadas às atividades primárias ali desenvolvidas, no que Antônio Barros de Castro se referiu como “industrialização descentralizada no Brasil”.<sup>65</sup> Nestas regiões em que o capital se reproduzia com menos vigor e o assalariamento cumpria papel menos fundamental, contudo, limitavam-se os efeitos de ativação da economia monetária local e regional, que não se reproduziram na mesma intensidade do que no estado paulista.<sup>66</sup>

As diversas estruturas econômicas e condições em que se desenvolviam as diferentes regiões do país na segunda metade do século XIX e início do seguinte determinaram que fossem também diversos os resultados provenientes desses “ensaios de industrialização” descentralizada, como diz Castro.<sup>67</sup> Sem recorrer a qualquer tipo de determinismo, é como se as disparidades e a concentração regional de riqueza que acompanharão a evolução econômica brasileira nas etapas subsequentes pudessem ser traçadas a tais diferentes formas de reprodução das economias regionais nesse momento inicial de emergência do capitalismo como modo de produção.

---

<sup>63</sup> Ibidem, p. 77.

<sup>64</sup> Castro, Antônio Barros de. “*A herança regional no desenvolvimento brasileiro*”. *Op. Cit.*, 1971, pp. 15, 80-5.

<sup>65</sup> Ibidem.

<sup>66</sup> Barbosa, A., F., 2008, p. 152.

<sup>67</sup> Castro, A. B., 1971, pp. 15-6. Em seus termos, “os embriões industriais abrigados pelas regiões espelham em sua diversidade os diferentes contextos que lhe deram origem”. Ibidem.

Dessa forma, as condições em que se desenvolvia a economia cafeeira – ampla acumulação de capital, maior grau de assalariamento e monetização da economia, constituição de mercado interno e de uma infraestrutura física e logística – geraram estímulos ao desenvolvimento manufatureiro e industrial que não se reproduziram nos demais territórios em que estas condições não se manifestaram no mesmo grau e amplitude. Por essa razão, a “industrialização descentralizada” visada por Castro se converterá, a partir da década de 1930, em uma industrialização progressivamente centralizada ao redor deste polo hegemônico situado no estado paulista.

Nesse contexto, São Paulo gradativamente se diferenciará das demais regiões do país, por conter em suas fronteiras as mais avançadas relações capitalistas de produção. Será nesta região que se concentrará a ação “revolucionária” do desenvolvimento capitalista, que tenderá, nas etapas seguintes, a acentuar as disparidades regionais existentes.

São Paulo se tornará, assim, o polo de onde se originarão os mais fortes estímulos de transformação da estrutura produtiva e social brasileira, que gradativamente extrapolarão seu contexto regional, avançando sobre outros espaços. Nesse contexto, cada região do país será diferentemente afetada, de acordo com sua maior ou menor capacidade de receber os estímulos irradiados de São Paulo e de se articular aos processos de reprodução ali situados.

Assinale-se, entretanto que, não obstante sua relevância e significação, o conjunto de transformações econômicas e sociais tratados nessa seção não configuraram uma ruptura com a forma de desenvolvimento “agrário-exportadora” que até então vigorava na economia brasileira.

A reinserção sob novas bases na divisão internacional do trabalho, a constituição de um mercado interno e de uma infraestrutura física e logística (comunicações e transportes), a transição para o trabalho livre, a acumulação de capital na economia rural e a diversificação da aplicação do excedente na economia urbana-comercial-financeira, e por fim, o estímulo à diversificação produtiva (inclusive da produção agrícola para o mercado interno) e à industrialização; todo esse conjunto vasto de transformações que se processaram no Brasil do século XIX e início do seguinte se originaram do desenvolvimento da economia brasileira sob uma base agrário-exportadora. Não por outra razão, foi a economia regional mais intimamente ligada ao exterior – a economia cafeeira paulista – que difundiu em maior grau esse potencial transformador.

Apenas em uma nova conjuntura que a economia brasileira passará a emanar de si própria ao menos uma parte importante dos estímulos que determinarão a continuidade da transformação em curso. Novamente, fatores internos e externos concorreram para gerar essa mudança de cenário.

Quanto aos últimos, a Crise de 1929 e a conseqüente desarticulação do mercado mundial estancam os fluxos que interligavam a economia exportadora brasileira ao mercado externo, comprimindo-se subitamente a renda de suas exportações. No âmbito interno, as políticas econômicas de preservação da renda interna – em especial a partir da “política de defesa do café” – lograram reestabelecer rapidamente a demanda, antes mesmo que as economias centrais fossem capazes de normalizar a oferta de produtos exportados para o Brasil. Nesse contexto, e pela primeira vez, o setor voltado para a produção destinada ao mercado interno, e particularmente o setor industrial, se apresenta como mais rentável do que o setor exportador.<sup>68</sup>

Verifica-se, a partir de então, o desenvolvimento da indústria brasileira sob o modelo que ficou conhecido como “substituição de importações”. Produtos cuja importação se tornou difícil ou onerosa, em razão do aumento relativo do preço de produtos importados no cenário de redução da oferta mundial, passam a ser produzidos nacionalmente; já a preservação da renda interna promovida pela política econômica estatal garante uma demanda estável ou crescente para estes produtos voltados para a comercialização no mercado interno. Celso Furtado, em sua interpretação clássica, intitulou esse processo de “deslocamento do centro dinâmico”<sup>69</sup>. Não é mais o setor exportador, e conseqüentemente, a procura externa, o grande motor de desenvolvimento e expansão da economia brasileira, e sim o setor industrial, voltado para o abastecimento do mercado interno.

O “deslocamento de centro dinâmico” da economia brasileira, e a conseqüente substituição do padrão de acumulação “agrário-exportador” pelo “urbano-industrial” no pós-1930 constituíram condições necessárias para que o sistema capitalista efetivamente emergisse como “sistema extensivo ao conjunto social”<sup>70</sup>, passando a partir de então à sua fase de consolidação e expansão.

---

<sup>68</sup> Furtado, C., 2007, caps. 30 e 31.

<sup>69</sup> Ibidem, cap. 32.

<sup>70</sup> Braudel, F., 2009-B.

Como se pode depreender dos escritos de Marx<sup>71</sup>, o pleno desenvolvimento do modo de produção capitalista exige a generalização da indústria moderna. É a partir de então que, a partir de seu próprio movimento, o capital é capaz de reproduzir as condições mesmas de sua existência, em escala cada vez mais ampla, isto é, trabalhadores expropriados em busca de ocupação, por um lado, e trabalho acumulado (capital) em busca de aplicação lucrativa, por outro.

A concentração e centralização progressiva do capital, estimuladas pela ação da inovação e da busca incessante por extrair mais-valor absoluto e relativo, os quais atingem seu ápice pela “subordinação real do trabalho ao capital” através da indústria, garantem um sempre crescente raio de ação e atração à dinâmica capitalista. Assim, não só se promove um fluxo cada vez maior de trabalhadores pauperizados em busca de ocupação nos centros de acumulação, como a irradiação das relações de produção mediadas pelo capital desintegra as relações até então existentes e desapropria uma crescente população do acesso aos meios necessários à provisão de sua subsistência, realimentando o fluxo de mão de obra à disposição do capital. É assim que o capital produz para si uma população crescente de trabalhadores e consumidores de mercadorias.

É só com a indústria moderna que o capital é capaz de transformar e desenvolver as potências sociais do trabalho a ponto de garantir que sua valorização ultrapasse qualquer limite natural ou social à absorção de mais-valor. Assim “turbinada”, a acumulação capitalista implica numa tendência à expansão da indústria moderna como “modo de produção”. Apoderando-se de um ramo da produção após o outro, invadindo espaços que antes não lhe era possível atingir, dissolvendo relações de produção pré-existentes e impondo sua própria dinâmica ao conjunto social, o modo de produção “especificamente capitalista” – isto é, o “capitalismo industrial” – tende a se impor como a “forma geral, socialmente dominante, do processo de produção”.<sup>72</sup>

Após ter sido deflagrada a industrialização brasileira no pós-1930, portanto, será o modo de produção capitalista em processo de consolidação, e, em dado momento, em processo de expansão e unificação no território nacional que a partir de então conduzirá às principais transformações econômicas e sociais que se verificarão durante o século XX e até os dias de hoje. Analisemos, portanto, a particularidade desse capitalismo que veio

---

<sup>71</sup> Marx, K., 2013.

<sup>72</sup> Ibidem, p. 579.

a surgir em nosso país, e como foi interpretado por aqueles que testemunharam sua emergência, consolidação e expansão.

### **Dinâmica e natureza do desenvolvimento capitalista no Brasil**

Na seção anterior, buscou-se reconstituir o processo através do qual foram gestadas as condições necessárias para que o sistema capitalista emergisse numa sociedade agrário-exportadora e dependente como o Brasil. Dada a forma de vinculação externa e as estruturas internas da economia brasileira, grande parte dos estímulos que tornaram essa evolução possível provieram de fora do país, em particular do mercado externo, bem como se concentraram muito fortemente num ponto particular de seu território, o estado de São Paulo.

Estes elementos são reveladores de duas características fundamentais da economia e sociedade brasileiras: de um lado, a dependência externa, de outro, o desenvolvimento interno desigual ou heterogeneidade estrutural. Nesta seção, buscaremos demonstrar que ambos estes elementos, ainda que gestados no passado colonial e agrário-exportador do país, não foram eliminados com o desenvolvimento capitalista pós-1930, quando a indústria se alça à unidade central do sistema. Pelo contrário, estes elementos se “atualizaram” no curso dessa evolução, reaparecendo sob formas renovadas e imprimindo particularidades ao desenvolvimento urbano-industrial do país.

A exposição acima se orientou para demonstrar como as transformações estruturais pelas quais passou o Brasil a partir de meados do século XIX tiveram como causa fundamental a inserção do país ao mercado mundial pela via da economia cafeeira em expansão. A flutuação da demanda externa por artigos aqui produzidos condicionou, portanto, o grau e a amplitude destas transformações, o que caracterizaria a situação de dependência externa.

A dependência externa, todavia, assume uma nova forma a partir do momento em que o setor industrial se apresenta como polo dinâmico da economia brasileira. Ela se apresenta, a partir de então, fundamentalmente como dependência tecnológica: a industrialização periférica passa a depender, em grau cada vez maior, da importação de equipamentos, tecnologias e matérias-primas produzidos nos países do centro.

Com efeito, em suas etapas iniciais, a industrialização periférica se limitava a “localizar, parcial ou totalmente, na ‘periferia’, a produção física de artigos que continuam a ser criados nos centros dominantes”.<sup>73</sup> Sob a forma da industrialização por “substituição de importações”, portanto, o progresso aparecia como a capacidade de “mimetizar” os padrões de consumo e os estilos de vida próprios dos países desenvolvidos, evidentemente que apenas por parte de uma elite minoritária, ainda que crescente, e sem que fossem estabelecidas aqui as condições estruturais, econômicas e sociais em que se assentaram o progresso e a inovação tecnológica nos países centrais.<sup>74</sup>

Inexistindo no país uma estrutura produtiva de bens de capital e de suprimentos básicos capazes de sustentar esse processo de “modernização” da produção e do consumo, o crescimento do setor industrial esteve permanentemente restringido pela capacidade de importar estes bens dos países centrais, a qual provinha exclusivamente da rentabilidade do setor exportador. Por mais que a produção interna de artigos de consumo antes importados tendesse a aliviar esta capacidade de importação, o lento crescimento da rentabilidade do setor exportador, se comparado à demanda crescente de bens de capital e suprimentos importados por parte do setor industrial, limitava significativamente a expansão deste último e induzia a economia brasileira a um estado de desequilíbrio externo latente.<sup>75</sup>

Um aspecto essencial da industrialização brasileira no pós-1930 reside exatamente na luta pela constituição de uma indústria nacional de bens de capital e, principalmente, de suprimentos básicos, o que se fazia necessário para atenuar essa situação de dependência externa no que concerne o fornecimento desses artigos no espaço nacional.

Avançar sobre essa esfera significava internalizar o padrão produtivo e tecnológico do “capitalismo monopolista”, ou “capitalismo de corporações”, que emerge e se difunde principalmente a partir dos Estados Unidos no século XX, e exige um nível superior de concentração demográfica urbana-industrial, de capital, e financeira; de densidade econômica e integração física e logística do mercado interno; de renda *per capita*, etc.<sup>76</sup> Em outras palavras, dependia de processos prévios e intensos de

---

<sup>73</sup> Furtado, Celso. “*Teoria e política do desenvolvimento econômico*”. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 259.

<sup>74</sup> Furtado, C., 2000, pp. 255-8; Mello, João. Manuel Cardoso de; Novais, Fernando. “*Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*”. In: Novais, F. (ed.); Schwarcz, L. M. “*História da Vida Privada no Brasil*”, Vol. 4, 1998, pp. 645-6.

<sup>75</sup> Furtado, C., 2009-A, cap. 5.

<sup>76</sup> Fernandes, F. 2020, p. 252.

acumulação, concentração e centralização de capital e de transformação da sociedade em que essa acumulação se assentava. E mais, os investimentos exigidos para a internalização deste padrão produtivo exigiam enormes inversões de capital, com longo prazo de maturação e remuneração, com os quais a iniciativa privada nacional não podia, ou não se interessava em arcar.

Coube, em um primeiro momento, ao Estado, mais tarde acompanhado do capital transnacional estrangeiro, promover e gerir esses investimentos. Já na década de 1940, sob à égide do Estado Novo, surgem as primeiras empresas nacionais de tipo “monopolista”, ambas estatais, a Cia. Siderúrgica Nacional (CSN), com a construção da usina de Volta Redonda, e a Cia. Vale do Rio Doce (CVRD). Em 1953, após ampla campanha a favor do monopólio estatal sobre o petróleo, desde a prospecção até o refino, é instituída a Petrobrás; ainda no setor energético, o Estado promove inversões em energia elétrica – construção de hidrelétricas e estatização da transmissão – os quais culminam, já na década de 1960, na criação da Eletrobrás.<sup>77</sup> Assim, o panorama industrial brasileiro foi modificado pela emergência de um setor caracteristicamente monopolista, através do qual se logrou substituir uma ampla gama de bens de capital, e particularmente de suprimentos básicos – bens intermediários como minério, aço, combustíveis – anteriormente importados.

De todo modo, o Brasil só adentra definitivamente a era do capital monopolista a partir de meados da década de 1950, no governo de Juscelino Kubitschek, momento a partir do qual esta forma de empreendimento avança sobre novos setores da economia brasileira, e passa a exercer domínio sobre aqueles mais dinâmicos. Nesse cenário, contudo, a expansão do capitalismo monopolista se realiza a partir da penetração massiva do capital transnacional estrangeiro, o qual dinamizou as indústrias de bens de capital e bens intermediários<sup>78</sup>, com destaque para as indústrias química, mecânica, de material de transporte e de material elétrico, e outros. Além disso, começa a tomar vulto, também a partir da centralidade do capital estrangeiro, a indústria de bens de consumo duráveis, cujo automóvel é o representante paradigmático.<sup>79</sup>

---

<sup>77</sup> Singer, Paul. “*Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento*”. In: Fausto, B. (org.) “*História Geral da Civilização Brasileira*. t. III. O Brasil republicano. Vol 11: Economia e cultura. São Paulo: DIFEL, 2007, pp. 278-9; Abreu, M. P., 2013, p. 193.

<sup>78</sup> A participação no produto industrial dos bens de capital passa de 5,2% em 1949 para 11,1% em 1959, enquanto dos bens intermediários parte de 30,4% para 37,3% no mesmo período. Abreu, M. P., 2013, pp. 217-8.

<sup>79</sup> Singer, P., 2007, pp. 279-81.

Visualiza-se, assim, como os esforços voltados para a substituição de importações no Brasil tenderam a repor, sob novas formas, a dependência externa. Afinal, quando a continuidade e a aceleração da industrialização passaram a exigir a internalização do padrão produtivo e tecnológico próprio do “capitalismo monopolista”, este processo foi conduzido – ainda que por via de uma escolha política mais do que uma estrita necessidade estrutural<sup>80</sup> – pela penetração do capital estrangeiro. Ao invés de promover a autonomização do desenvolvimento capitalista brasileiro e eliminar a dependência externa, em especial a tecnológica, essa transição ampliou o controle da economia interna e a drenagem de recursos pelo capital internacional, que opera então “a partir de dentro”, monopolizando os setores econômicos mais dinâmicos.<sup>81</sup>

Da mesma forma que o desenvolvimento capitalista brasileiro pós-1930 não logrou eliminar a dependência externa, este desenvolvimento não conduziu à homogeneização dos níveis de produtividade e renda no território nacional, preservando, portanto, o desenvolvimento desigual interno no curso de sua evolução.

Como vimos na seção anterior, a penetração do capitalismo no Brasil, ainda no século XIX, restringiu-se ao setor dinâmico da economia, o exportador, e se concentrou na economia cafeeira paulista. Com seu potencial de expansão limitado pela dependência da demanda externa, o desenvolvimento deste setor dinâmico não foi suficiente para alterar significativamente a estrutura ocupacional do país, de modo que um enorme contingente populacional se manteve inserido em atividades econômicas de baixíssima rentabilidade, sob relações não capitalistas de produção, quando não restritos à chamada “agricultura de subsistência”.<sup>82</sup>

A industrialização pós-1930, ainda que vigorosa, não apresentou dinamismo suficiente para absorver completamente esse contingente populacional que se preservava fora das operações monetárias, e, portanto, não era beneficiário do desenvolvimento econômico em curso. O desencadeamento da industrialização conduziu, assim, à constituição de uma estrutura econômica e tecnologicamente heterogênea no que concerne os seus três principais setores: industrial, agropecuário comercial (exportador ou voltado para o mercado interno) e o diversificado e amplamente difundido “setor de subsistência”. Cada um destes setores apresentava uma dinâmica própria, e,

---

<sup>80</sup> Ibidem, p. 282.

<sup>81</sup> Fernandes, F., 2020, pp. 271-3

<sup>82</sup> Furtado, C., 2000, pp. 205-11

principalmente, diferentes relações de produção, polarizadas entre aquelas propriamente capitalistas (predominantes no setor industrial e em partes do setor agropecuário comercial) e as evidentemente não capitalistas (próprias ao “setor de subsistência”, mas presentes em pontos do setor agropecuário comercial).<sup>83</sup>

Esta população superabundante em relação aos níveis de demanda por trabalho nos setores dinâmicos, em sua maior parte inseridas em relações não capitalistas de produção, constituía um “excedente estrutural de mão-de-obra”, como descreveu Celso Furtado.<sup>84</sup> Sua reprodução não aparecia apenas como consequência da falta de dinamismo da expansão capitalista em curso, mas resultava da própria forma deste desenvolvimento, baseada na importação pelo setor industrial de padrões tecnológicos dos países centrais – em sua maioria intensivos em capital e poupadores de mão de obra –, o que tornava não só mais complexa, como possivelmente permanente esta situação de desequilíbrio de fatores.<sup>85</sup>

A industrialização pós-1930 não apenas aprofundou as disparidades de produtividade e renda entre os diferentes setores da economia, mas, por ter se concentrado espacialmente na região de São Paulo, acentuou as disparidades espaciais que decorriam das diferentes formas de reprodução das economias regionais e da permanência, em largas porções do território nacional, de formas não propriamente capitalistas de “produção, troca e circulação”.<sup>86</sup>

Com efeito, ao aprofundar-se a industrialização brasileira, a economia regional centrada em São Paulo torna-se palco de processos cumulativos de aumento da produtividade do trabalho, não só no setor industrial, mas também no setor agropecuário voltado ao mercado interno e externo, beneficiado pela proximidade em relação aos mercados mais dinâmicos do país, pela mais rápida adoção de padrões capitalistas nesse contexto e pela já pré-existente infraestrutura legada pela economia cafeeira.<sup>87</sup>

A região de São Paulo torna-se, assim, centro de atração de um enorme contingente populacional proveniente das regiões mais empobrecidas do país, num fluxo

---

<sup>83</sup> Ibidem.

<sup>84</sup> Ibid., pp. 214-7.

<sup>85</sup> Furtado, C., 2009, p. 225.

<sup>86</sup> Fernandes, Florestan. “*Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*”. 5ª ed. São Paulo: Global, 2008, p. 59 Idem, 2020, p. 226.

<sup>87</sup> Nesse sentido, cf. “*A herança regional no desenvolvimento brasileiro*” e “*A industrialização descentralizada no Brasil*”, ambos contidos em Castro, A. B., 1971, *Op. Cit.*

que se avoluma a cada etapa da industrialização. Nesse contexto, o desenvolvimento da infraestrutura de transportes aparecia como fundamental, ao acentuar a mobilidade espacial da mão obra e converter o que até então era uma “população para as regiões” em uma “população para a nação”, nos termos de Francisco de Oliveira.<sup>88</sup>

Uma parte importante desse fluxo dirigiu-se, em dado momento, para a capital do estado, convertida em “metrópole industrial”, e que aparecia então como centro gravitacional do que viria a se constituir como um “mercado de trabalho nacional”. Ao “absorver aos poucos mas de forma contínua e exponencial uma massa de trabalhadores historicamente poupados do braço pesado do capital”, o desenvolvimento capitalista centrado em São Paulo dava lugar a uma classe trabalhadora urbana em formação que se manterá bastante heterogênea, mas que será “aos poucos uniformizada pelo capital em dois grandes segmentos profundamente inter-relacionados: os assalariados, sob várias formas, e os subproletários ainda mais heterogêneos.”<sup>89</sup>

Essa classe de trabalhadores urbanos se constitui distribuindo de forma desigual os diferentes tipos sociais que lhe compuseram – “o imigrante estrangeiro, o migrante rural e o negro urbano e seus descendentes” – na hierarquia capitalista do trabalho em formação. Os diferentes “pontos de partida” não poderiam deixar de favorecer os primeiros, que ocupam as posições mais vantajosas na hierarquia do trabalho, enquanto impunham “limites estreitos” à ascensão social dos demais.<sup>90</sup> Não obstante a intensa mobilidade social do período, as marcas do passado ainda se faziam sentir, e obteriam elas também novos contornos no curso dessa evolução.

O desenvolvimento industrial de São Paulo não se beneficiou apenas do afluxo de força de trabalho proveniente de outras regiões do país. Com a implementação de uma robusta infraestrutura de transportes e comunicações e a eliminação das barreiras alfandegárias, tornava-se possível superar a condição de “território arquipélago”, constituído por “ilhas” não comunicáveis entre si, e estabelecer a “unidade nacional”, vista, é claro, do ponto de vista do mercado.<sup>91</sup>

Ao se empreenderem esforços do Estado brasileiro orientados para criar um “mercado interno nacional”, criavam-se as condições para que a economia capitalista

---

<sup>88</sup> Oliveira, Francisco de. *“Elegia para uma re(li)gião”*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 77.

<sup>89</sup> Barbosa, A. F., 2008, p. 281.

<sup>90</sup> Mello, J. C. M. e Novais, F., 1998, pp. 581-4.

<sup>91</sup> Oliveira, F., 1981, pp. 74-5; Gomes, Ângela de Castro. *“População e sociedade”*. In: Gomes, A. C. (org.). *“Olhando para dentro (1930-1964)”*, op. cit., 2013, pp. 41-4.

centrada em São Paulo se expandisse em direção a outros territórios do país, “pela invasão de mercadorias produzidas no Centro-Sul, onde a produtividade do trabalho estava em crescimento”, pela absorção de “excedentes de capital que não podiam ‘reproduzir-se’ nas suas regiões originais”, e, por fim, pela penetração e instalação como capital propriamente dito, isto é, como “pressuposto” da produção de mercadorias.<sup>92</sup>

As diferentes formas de reprodução das economias regionais, bem como as diferentes possibilidades que cada uma delas possuía de receber os estímulos emanados de São Paulo determinou que fossem também diversos os efeitos dessa integração do mercado nacional liderada pelo estado paulista. Ainda que não tenha ocorrido uma estagnação da “periferia nacional” nesse contexto, é certo que desse cenário resultaram ritmos diferenciais de acumulação que tenderam a acentuar as existentes disparidades regionais e estimular a progressiva concentração da renda nacional na região dinâmica ou naquelas que melhor puderam se articular a sua dinâmica de acumulação de capital.<sup>93</sup>

Com efeito, determinadas áreas lograram absorver parte dos benefícios econômicos oriundos do desenvolvimento capitalista centrado em São Paulo ao se converterem em “zonas de complementação” da região hegemônica e, assim, “entrosar-se funcionalmente com a região central”.<sup>94</sup>

Ao integrar-se a uma renovada “divisão inter-regional do trabalho”, dentro da qual viriam a assumir “funções claramente definidas no organismo industrial brasileiro”, certas regiões conheceram um significativo desenvolvimento industrial, ainda que se tratasse de um desenvolvimento mais vinculado ao centro dinâmico paulista do que ao território em que se alojavam.<sup>95</sup> Outras regiões, por sua vez, puderam se articular ao desenvolvimento capitalista da região central através do fornecimento de produtos agrícolas demandados em volume cada vez maior pelo crescente mercado interno das áreas mais dinâmicas, o que impulsionou seu crescimento econômico.<sup>96</sup>

Por fim, determinadas regiões, em especial aquelas mais distantes da região central e em que já predominavam formas historicamente constituídas de reprodução

---

<sup>92</sup> Oliveira, F., 1981, pp. 65, 77.

<sup>93</sup> Cano, Wilson. *“Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil”*. 2ª ed. Campinas: UNICAMP-IE, 1998-B.

<sup>94</sup> Castro, A. B., 1971, pp. 141-62.

<sup>95</sup> Ibidem.

<sup>96</sup> Cano, W., 1998-B.

econômica, a ação dos “efeitos de estímulo” não se mostraram tão intensos quanto os de “bloqueio”, para se utilizar a terminologia de Wilson Cano.<sup>97</sup>

No caso do Nordeste, ou dos “Nordestes”, por exemplo, em que já existiam uma gama mais robusta de atividades econômicas, mas em que predominavam sobretudo padrões não capitalistas de produção, ou, que se capitalistas fossem, ainda se encontravam em estado incipiente, isso se fez patente.

A manutenção de relações não capitalistas de produção e acumulação, que até então havia sido um método de sobrevivência das classes proprietárias nordestinas, lhes tornou incapazes de conduzir a expansão capitalista “no que deveria ser o *seu espaço*”, impedindo-as de promover aumentos de produtividade e de “gerir novas formas de geração de valor”.<sup>98</sup> Pouco puderam fazer, então, quando a acumulação de capital na região hegemônica já havia atingido ímpeto o suficiente para que sua própria dinâmica pudesse extrapolar seu próprio contexto regional e avançar sobre os demais espaços. No Nordeste, conseqüentemente, “assiste-se à destruição ou fechamento de fábricas, à invasão de produtos agrícolas do Centro-Sul, a ritmos diferenciais de acumulação que implicavam, no final, no predomínio das mercadorias do Centro-Sul sobre as dos ‘Nordestes’, em todos os setores.”<sup>99</sup>

Em resumo, o desenvolvimento capitalista brasileiro no pós-1930 consistiu, essencialmente, na expansão de uma economia dinâmica de tipo capitalista centrada no Sudeste para as demais regiões do país que preservou, e mesmo acentuou, em determinados casos, as desigualdades internas à economia brasileira. Não obstante a intensidade desse desenvolvimento capitalista, se mantiveram, em largas partes do território, e mesmo em partes da região “central”, uma ampla gama de relações de produção não capitalistas (ainda que em processo lento de desagregação e transformação).

Dessa forma, tal qual a dependência externa, a heterogeneidade estrutural foi reposta sob novas formas, imprimindo determinadas características ao padrão de desenvolvimento capitalista que houve no país. Tal padrão de desenvolvimento consistiria essencialmente numa expansão capitalista que se processa através da subordinação das diferentes economias regionais do país a um centro hegemônico, de um

---

<sup>97</sup> Ibidem.

<sup>98</sup> Olveira, F., 1977, p. 90.

<sup>99</sup> Ibidem, p. 76.

lado, e, do outro, através da manutenção e reprodução de uma “larga periferia” não capitalista.<sup>100</sup>

### **Estado, classes sociais e a Questão Agrária**

Na exposição precedente, algumas questões de suma importância permaneceram obscuras ou não receberam a devida atenção. Em particular, não se abordou em detalhe o papel fundamental do Estado e da dinâmica da luta de classes na conformação do sentido para o qual se orientou a expansão capitalista no Brasil. Uma compreensão adequada da natureza do desenvolvimento capitalista no Brasil, bem como das condições que lhe tornaram possível, exige, entretanto, que se integre à análise o elemento “político” como “variável endógena”.<sup>101</sup>

Essa perspectiva se escora na concepção de que a forma concreta de manifestação de determinado modo de produção não se esgota na base das relações sociais de produção, mas se determina em última instância pelas relações travadas na ordem do político, isto é, pela “estrutura do poder” e pelo “estilo de dominação” que se constituem e se transformam no curso de sua evolução.

Ao abordar esses elementos, portanto, poderemos formular uma concepção mais adequada da natureza do desenvolvimento capitalista no Brasil e das condições que lhe tornaram possível. Além disso, essa análise permitirá que se introduza sucintamente nosso objeto de estudo – a Questão Agrária – ao se reconstituir seu processo de emergência no debate público e político brasileiro – o qual, por sua vez, só pode ser devidamente compreendido como manifestação da emergência, consolidação e expansão do modo de produção capitalista no Brasil e sua penetração e irradiação sobre o campo.

Com efeito, se o período pós-1930 pode ser considerado aquele em que o capitalismo efetivamente se consolida e se expande na sociedade brasileira, é certo que a mutação do “padrão de acumulação” no sentido da afirmação do modelo “urbano-industrial” só foi possível por ser acompanhada da gradativa “substituição das classes proprietárias rurais na cúpula da pirâmide do poder pelas novas classes burguesas

---

<sup>100</sup> Oliveira, Francisco de. “*Crítica à razão dualista*”. In: Oliveira, F. “*Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*”. São Paulo: Boitempo, 2013.

<sup>101</sup> *Ibidem*, p. 29.

empresário-industriais”.<sup>102</sup> Afinal, se a unidade industrial foi alçada a partir de então a elemento central do sistema produtivo do país, isso se realizou simultaneamente e por consequência do acúmulo de poder político por parte da burguesia urbana-industrial, que logrou converter seu desenvolvimento em objetivo central da política econômica estatal.

É exatamente por constituir-se como um processo de superação da hegemonia agrário-exportadora e estabelecimento da predominância da base urbano-industrial ligada ao mercado interno que o desenvolvimento capitalista no Brasil no pós-1930 apresenta como aspecto central a atuação “intervencionista” do Estado. Dada a complexidade desse processo, sua deflagração e continuidade não poderia ser deixada à cargo da espontaneidade e das leis do mercado, mas deveria ser objeto de um projeto de Estado, orientado para a “destruição das regras do jogo segundo as quais a economia se inclinava para as atividades agrário-exportadoras” e “criação das condições institucionais para a expansão das atividades ligadas ao mercado interno”.<sup>103</sup>

A regulamentação da relação entre o capital e o trabalho a partir das leis trabalhistas, no que se insere a instituição do salário mínimo e da Justiça do Trabalho; a intervenção direta do Estado na esfera econômica, operando a partir da fixação de preços, da distribuição de ganhos entre os diferentes setores capitalistas, do gasto fiscal e da taxa cambial favorável aos setores industriais, e do avanço sobre a esfera produtiva através das empresas estatais; a criação de uma estrutura técnica-burocrática-regulatória responsável pelo planejamento, regulação e financiamento de uma política econômica estatal<sup>104</sup>; enfim, toda uma gama de atividades do Estado se orientou para criar as bases institucionais e fornecer os fatores necessários para o desencadeamento e a aceleração do processo de industrialização e expansão capitalista no país.<sup>105</sup>

Para tanto, teve o Estado brasileiro de edificar-se como um “Estado capitalista”, revolucionando e ampliando suas estruturas internas, de modo a tornar-se capaz de

---

<sup>102</sup> Oliveira, F., 2013, p. 62

<sup>103</sup> Ibidem, p. 35.

<sup>104</sup> Destacam-se, dentre as instituições criadas durante as décadas de 1930 e 1960 com o intuito de fornecer a estrutura técnica-burocrática-regulatória necessária para estimular o processo de desenvolvimento industrial e expansão capitalista brasileiro, o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), o Conselho Técnico de Economia e Finanças (CTEC), o Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE), a Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Abreu, Marcelo de Paiva. “*O processo econômico*”. In: Gomes, A. C. (org.). “Olhando para dentro (1930-1964)”. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013, pp. 196-200, 208.

<sup>105</sup> Oliveira, F., 2013, p. 35-42.

promover, organizar e acelerar o processo de acumulação de capital.<sup>106</sup> O desenvolvimento do capitalismo no Brasil no pós-1930 é impensável sem tal revolução interna da estrutura do Estado, que se processou *pari passu* à conquista da hegemonia pela burguesia urbano-industrial.

Entretanto, como dito por Francisco de Oliveira, a “mudança das classes proprietárias rurais pelas novas classes burguesas empresário-industriais” na cúpula do poder não exigiu “uma ruptura total do sistema” pré-existente. Esta mudança pôde ocorrer, portanto, sem excluir totalmente “as classes proprietárias rurais nem da estrutura do poder nem dos ganhos da expansão do sistema”, e sem exigir “a destruição completa do antigo modo de acumulação”. As oligarquias rurais, em processo de conversão em uma burguesia propriamente dita, mantiveram-se, então, “parcialmente hegemônicas”, preservando formas de reprodução econômica e exercício do poder político lhes eram próprias. Nessa relativamente mansa convivência entre diferentes estratos das classes dominantes reside uma das particularidades da forma de desenvolvimento capitalista ocorrida no Brasil.<sup>107</sup>

Em resumo, o desenvolvimento capitalista no Brasil se processou sob a égide de um “pacto oligárquico”, forjado entre os estratos agrários e urbano-industriais das classes dominantes sobre as bases de uma “solidariedade de classe”, que trataram de harmonizar seus interesses e preservar suas formas particulares de reprodução econômica e dominação política nos “seus próprios espaços”.<sup>108</sup>

Este pacto forjou-se principalmente no interior da estrutura estatal, que se apresentou durante o período como instância de articulação entre os “interesses ora complementares ora conflitantes, do setor agrário-exportador e do setor industrial”.<sup>109</sup> Nesse contexto, ainda que no decorrer da expansão capitalista a burguesia industrial lograsse fortalecer-se e impor em maior medida seus interesses sobre e a partir da esfera estatal, sobretudo no que tange à política econômica, esta não fez mais do que reduzir “as formas de reprodução da economia agroexportadora até o limite necessário para que estas não continuassem a impor sua própria forma de reprodução ao conjunto da economia

---

<sup>106</sup> Draibe, Sônia. “*Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960*”. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

<sup>107</sup> Oliveira, F., 2013, pp., 63-5.

<sup>108</sup> Fernandes, Florestan. “A Revolução Burguesa no Brasil”. 2020, pp. 296-306.

<sup>109</sup> Maranhão, Ricardo. “*O Estado e a política ‘populista no Brasil (1954-1964)*”. In: Fausto, B. (org.). “*História Geral da Civilização Brasileira*”. t. III. O Brasil republicano. Vol. 3: Sociedade e política. São Paulo: DIFEL, 1981, pp. 263.

nacional”, sendo, ainda assim, “suficientemente elástica para permitir a sobrevivência dessas formas de reprodução”.<sup>110</sup>

Nesse contexto, enquanto em determinados espaços mais dinâmicos a fração urbano-industrial da burguesia assumia a dianteira do processo de transformação econômica, em largas partes do território, sobretudo na “periferia nacional”, a hegemonia ainda se fazia exercer quase exclusivamente pela fração rural das classes dominantes, que agia para preservar suas formas não “especificamente capitalistas” de reprodução econômica, bem como de exercício do poder político, exercido através de “formas autocráticas de controle”<sup>111</sup>, da “oligarquização do voto”<sup>112</sup> e da “captura do Estado”<sup>113</sup>.

Este pacto “por cima” forjado entre os estratos agrários e urbano-industriais da burguesia, entretanto, se por um lado manteve-se vigente durante todo o período de expansão capitalista até 1964, por outro não deixou de ser perturbado pela emergência do proletariado como categoria de presença cada vez mais significativa na estrutura social brasileira.

Pela sua própria natureza, a consolidação e expansão do modo de produção capitalista refletia-se no crescimento em importância da camada de indivíduos proletarizados que se ligavam à estrutura produtiva pela via do assalariamento, sendo esta a relação social de produção típica do sistema capitalista. De fato, foi o proletariado o agrupamento que mais cresceu em importância na estrutura social brasileira no pós-1930, e principalmente seu estrato urbano.<sup>114</sup>

A emergência social do proletariado implicava numa necessária renovação das formas de dominação e exercício do poder, ao tornar inevitável a “incorporação das massas populares ao processo político”. Com efeito, a cada nova etapa do desenvolvimento capitalista brasileiro no pós-1930, e sobretudo a partir de 1945, quando a ditadura estadonovista dá lugar à democracia liberal, político algum poderia “esquivar-se totalmente às expectativas populares”, e a todos cabia, de uma forma ou de outra, “prestar contas às massas eleitorais”, as quais aparecem então como “base da legitimidade

---

<sup>110</sup> Oliveira, F., 1981, p. 83.

<sup>111</sup> Fernandes, F., 2008, p. 109

<sup>112</sup> Camargo, Aspásia. “*A Questão Agrária: Crise de Poder e Reformas de Base (1930-1964)*” In: Fausto, B. (org.). *Op. Cit.*, 1981, pp. 127

<sup>113</sup> Oliveira, F., 1981.

<sup>114</sup> Nesse sentido, cf. Singer, Paul. “*Dominação e desigualdade: estrutura de classes e repartição da renda no Brasil.*” Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

do Estado”.<sup>115</sup> A forma particular pela qual se processou tal incorporação no Brasil recebeu a alcunha de “populismo”.

O chamado “Estado populista” emerge como entidade apta a promover a articulação dos diferentes interesses conflitantes – seja das diferentes frações das classes dominantes, seja das classes dominantes e das classes subalternas –, sobretudo naquele espaço em que todas essas classes e frações de classes já se encontravam em estágio avançado de consolidação, a saber, o Centro-Sul e principalmente São Paulo. Como sintetizou Francisco de Oliveira:

O pacto populista era a forma da hegemonia burguesa, uma hegemonia que se afirmara sem liquidar com o seu antigo contendor, a oligarquia agrária cafeicultora; uma hegemonia que se afirmara dirigindo poderosamente a ação e a intervenção do Estado como sustentáculo e mola de sua expansão; uma hegemonia que se afirmara utilizando o Estado para vigiar o proletariado urbano sem necessariamente ser repressor ostensivo; não é paradoxal, portanto, que a luta de classes específica da sociedade do Centro-Sul tivesse o Estado como centro da contradição: nessas condições, ela não podia nunca tomar a forma clássica da luta de classes que opunha burguesia de um lado contra proletariado de outro, tendo o Estado apenas como mediador.<sup>116</sup>

Nessas condições, em que nenhuma das classes exercia “com exclusividade o poder político”, o Estado aparece como órgão dotado de uma “autonomia relativa diante das forças sociais em conflito”, abrindo-se e respondendo a “todos os tipos de pressões, sem se subordinar, exclusivamente, aos objetivos de qualquer delas”.<sup>117</sup> Nesse cenário de “autonomia relativa” da esfera estatal, uma importante função na determinação do sentido assumido pela expansão capitalista no Brasil foi desempenhada pelo que Alexandre Barbosa se referiu como “intelectuais orgânicos do Estado”.<sup>118</sup>

Dada a “heterogeneidade e fragmentação objetiva” dos interesses de classe e das frações de classe, as funções de formular objetivos e os meios para atingi-los, interpretar os interesses sociais em conflito e buscar conciliá-los, costurar alianças políticas e encaminhar o desenvolvimento para este ou aquele sentido foram empreendidas especialmente pelos quadros técnico-burocráticos-intelectuais responsáveis pelo planejamento e execução da política econômica estatal, bem como pelo Presidente, que

---

<sup>115</sup> Weffort, Francisco. *“O populismo na política brasileira”*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, pp.17-21.

<sup>116</sup> Oliveira, F., 1981, p. 88.

<sup>117</sup> Weffort, F., 1978, pp. 50-1.

<sup>118</sup> Barbosa, Alexandre de Freitas. *“O Brasil desenvolvimentista e a trajetória de Rômulo de Almeida”*. São Paulo: Alameda, 2021.

estabelecia a “unidade da política econômica” e ao qual este corpo burocrático respondia em última instância. Não cabia ao Estado, portanto, tão somente realizar a “intermediação neutra” dos fragmentados interesses e entre as efêmeras alianças de poder, mas principalmente promover a concretização desses interesses em medidas palpáveis de política econômica, formuladas a partir do conhecimento técnico especializado. Era esse o “espaço da atuação mais ‘independente e politizada da burocracia”, que lhe atribuía certa autonomia no período em questão, em especial no tocante à formulação da política econômica.<sup>119</sup>

O Estado “populista” figurava, portanto, como “núcleo da contradição”, uma vez que, naquele contexto histórico, a luta de classes convergia “sobre ele, sobre sua forma, sobre sua direção”. O pacto populista era, assim, tanto a forma da “hegemonia burguesa” quanto a forma da “luta de classes” no Brasil nesta ainda inicial etapa de seu desenvolvimento capitalista.<sup>120</sup>

No entanto, se no curso da expansão capitalista do pós-1930 o “pacto político” então vigente foi reformulado para viabilizar a participação, ainda que de forma “vigiada”, do emergente proletariado urbano, o mesmo não ocorreu em relação à população rural, sobretudo para aquela que se reproduzia na “periferia nacional”.

De fato, a ampla e em grande medida miserável população do campo brasileiro vivenciava a expansão capitalista em curso na condição de “excluída do pacto político”.<sup>121</sup> Diferentemente do ocorrido com o proletariado urbano, a participação política da massa rural era bloqueada pelo “coronelismo” e pela violência organizada de classe, que dispensava a atuação “mediadora” do Estado por se fazer exercer diretamente, no âmbito da “ordem privada”.<sup>122</sup>

Acreditamos que o processo de deterioração das condições de vida do trabalhador rural e do camponês que acompanha a consolidação do modo de produção capitalista no Brasil – e que será objeto de análise por todo o decorrer deste trabalho – se explica em última instância por essa exclusão do homem do campo do pacto político inaugurado com a Revolução de 1930, e modificado com a abertura democrática pós-Estado Novo.

---

<sup>119</sup> Barbosa, A. F., 2021, pp. 142, 149, 156; Draibe, S., 1985, 23-4, 53.

<sup>120</sup> Oliveira, F., 1988, p. 88-9.

<sup>121</sup> Azevedo, Fernando. “*As ligas camponesas*”. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, pp. 37-41.

<sup>122</sup> Camargo, A., 1981.

Essa situação era, certamente, resultado da posição de hegemonia, mesmo que parcial, desfrutada pelas classes dominantes agrárias, que lograram manter posições de comando no interior da máquina pública, sobretudo em razão de sua capacidade de “instrumentalizar dominação e controle social em voto”, e, através delas, preservar as condições econômicas, sociais e políticas que garantiam sua dominação no que era o “seu espaço”. “Não é por outra razão que o Congresso, sede das representações regionais, torna inoperantes os numerosos projetos de reformulação da estrutura agrária”, oriundos principalmente do Executivo, “mais sujeito às pressões diretas de amplas massas”.<sup>123</sup>

Nesse contexto, direitos já garantidos desde a década de 1930 aos trabalhadores urbanos não foram estendidos à população rural até a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963. Com efeito, neste intervalo praticamente inexistiram quaisquer políticas orientadas para a valorização do trabalho agrícola e elevação dos padrões de vida da massa rural.

De todo modo, aproximadamente a partir de meados da década de 1950, a crescente deterioração das condições de vida da população rural dá lugar ao contexto no qual estes “excluídos” buscaram forçar sua entrada no pacto político, trazendo suas reivindicações para o centro do debate público. Não obstante as dificuldades enfrentadas pela população rural em fazer valer seus interesses e mesmo se organizar “como classe”, a deterioração de suas condições de vida no processo de expansão capitalista em curso fez-se fato conhecido e debatido por amplos setores da sociedade. Para isso, concorreram, de um lado, a proliferação e intensificação dos conflitos sociais no campo, e, de outro, o reconhecimento, por determinados setores da “elite dirigente” e da intelectualidade, do lugar ocupado pela “questão agrária” no processo de desenvolvimento econômico do país.

A intensificação do conflito social no campo acompanhava a penetração e apuração das relações capitalistas no meio rural brasileiro, que implicava na desagregação de relações sociais de produção e práticas até então existentes e na deterioração das condições de vida da massa rural.

É por configurarem lutas de resistência ao avanço do capital sobre o campo e a desagregação das relações sociais que lhe acompanha que o “movimento camponês” emerge, primeiramente, com uma tônica essencialmente “defensiva”<sup>124</sup>. Sua passagem

---

<sup>123</sup> Ibidem, p. 127.

<sup>124</sup> Nesse sentido, cf. Bastos, Elide Rugai. “*As ligas camponesas*”. Petrópolis: Vozes, 1984.

para “ofensiva”, na forma da luta pela reforma agrária, foi resultado do acúmulo de experiências e do que só pode ser descrito como o reconhecimento, por parte das diferentes categorias que o compunham, de uma situação comum, de aspirações semelhantes, de um projeto político compartilhado. Em outras palavras, no bojo da luta pela reforma agrária, trabalhadores rurais e camponeses puderam se reconhecer como uma “classe social”, dotada de um projeto político a ser imposto à sociedade.

A expansão e fortalecimento do “movimento camponês” e o reconhecimento das condições de miséria e pauperização aberta atravessada por grande parte das massas rurais tornou a reforma agrária elemento incluído em diferentes projetos políticos, e amplamente discutido por diversos setores da sociedade.<sup>125</sup> A ideia de uma reforma agrária passa a adentrar as estruturas do Estado, a despeito da resistência exercida por frações das classes dominantes. As disputas se evidenciam pelas seguidas discussões no Congresso Nacional de diferentes projetos de Reforma Agrária, as quais, entretanto, não chegaram a ser aprovadas, o que demonstra a capacidade das frações agrárias das classes dominantes em influenciar a tomada de decisão na esfera estatal.

Se no Congresso a resistência das classes dominantes conseguiu enterrar a quase totalidade dos projetos orientados à transformação da estrutura agrária, a situação dava sinais de transformação, quando passaram a se formar alianças entre determinadas lideranças políticas, principalmente do Executivo, e o crescente movimento “camponês”. De fato, na virada da década de 1960 determinadas lideranças políticas – com João Goulart sendo o principal exemplo – buscaram se vincular às emergentes forças populares urbanas e rurais de modo a garantir bases de apoio a seus projetos e enfrentar as resistências no interior da esfera estatal.<sup>126</sup>

As disputas internas ao Estado se evidenciavam num contexto marcado pela crescente diferenciação entre “projetos de desenvolvimento”, pautados por visões de mundo e interesses que passam a se mostrar inconciliáveis em razão da própria evolução

---

<sup>125</sup> No segundo capítulo deste trabalho, veremos como parte da intelectualidade identificava a estrutura agrária brasileira como obstáculo ao desenvolvimento do país, pois, acreditava-se, entrava o desenvolvimento “capitalista” no campo e não criava mercado para as mercadorias industriais. Na última seção deste segundo capítulo, aliás, serão analisadas algumas das principais concepções de reforma agrária que emergiram no debate público, em particular nos anos 1960.

<sup>126</sup> Maranhão, R., 1981.

da economia brasileira e das problemáticas que daí afloram, com as questões distributivas ocupando papel central nas discórdias.

De um lado postavam-se aqueles que defendiam um projeto de desenvolvimento “nacionalista”, em que a transformação da estrutura social e a construção da “nação” figuravam como objetivo último do desenvolvimento econômico. Nesse sentido, tendiam a “incorporar as demandas sociais no projeto mais amplo de desenvolvimento”, bem como a priorizar a “diversificação do mercado interno”, “mudanças sociais e políticas internas”, e a “alteração das relações entre o centro e a periferia” (no plano externo), como condições para o desenvolvimento nacional “autônomo”. Do outro lado, havia aqueles que dispunham de uma visão do desenvolvimento restrita à sua dimensão econômica, em que o mercado se apresentava “como ponto de referência básico” e a iniciativa privada como o agente econômico privilegiado, devendo o Estado garantir seu pleno desenvolvimento, bem como priorizar a integração da economia do país à ordem econômica internacional, vista como fonte de investimentos externos capazes de impulsionar o mercado interno. Este seria o projeto “mercadista”, nos termos de Barbosa.<sup>127</sup>

O acirramento das disputas, que já se anunciava desde o governo Juscelino Kubitschek, converte-se em “conflito aberto” no decorrer da primeira metade da década de 1960. Nesse contexto, acirram-se os confrontos entre a versão radicalizada do projeto de desenvolvimento baseado no mercado/iniciativa privada/capital estrangeiro proposta pelos “mercadistas” e a perspectiva “nacionalista” que se orientava para a proposição e mobilização de apoio popular às chamadas “reformas de base” - reforma agrária, bancária, administrativa, universitária, eleitoral, disciplinamento do capital estrangeiro, entendidas como “cruciais para o aprofundamento e o desenvolvimento da democracia” e da própria economia brasileira.<sup>128</sup>

A desaceleração do crescimento no início da década de 1960 desfez o consenso aparente que vigorou até o fim do governo de Kubitschek, e as consequências do novo padrão de acumulação e expansão capitalista de tipo “monopolista” se faziam agora sentir diretamente, em especial através da maior concentração de renda e da depressão dos salários, corroídos pela inflação que se acelerava. Estouram em número cada vez maior

---

<sup>127</sup> Barbosa, A. F., 2021, pp. 212-254.

<sup>128</sup> Ibidem, pp. 327, 333, 338.

greves operárias no contexto urbano, e as classes camponesas e trabalhadoras rurais, como já afirmamos, tornam o campo um espaço de conflito violento. Para além da reforma agrária, que se torna elemento central do debate público do período, exigia-se aumento dos salários e expansão dos direitos sociais; controle do poder econômico privado, em especial estrangeiro, e dos meios de comunicação; uma escola pública e acessível; enfim, as instituições necessárias para garantir a igualdade e justiça social e a participação democrática de cidadãos conscientes de seus direitos e politicamente ativos.<sup>129</sup>

Com efeito, o estabelecimento desse cenário conflituoso acompanhou o próprio processo de aprofundamento da luta de classes, no campo e nas cidades, que se fazia sentir pela maior organização e autonomia das classes populares em reivindicar sua participação nos benefícios do desenvolvimento econômico, bem como pelas reações “defensivas” e “repressivas” dos estratos dominantes nesse contexto.

É assim que o início da década de 1960 se apresenta como um momento de “crise do poder burguês”, em sentido duplo. No plano econômico, a desaceleração do crescimento indicava as perturbações inerentes, mesmo que conjunturais, à internalização do padrão de desenvolvimento do capitalismo-monopolista, e a necessidade de reajustes estruturais internos que viabilizassem a continuidade desta expansão. Mas o ponto central residia no plano político: o acirramento dos conflitos de classe nesta situação de deterioração econômica desfazia o “pacto populista” que sustentou o consenso anteriormente estabelecido, em que se mantinha certo apoio das camadas populares urbanas à expansão capitalista em curso.

O que estava em jogo era uma reformulação profunda da natureza mesma desta expansão, em um sentido democrático, ou sua manutenção, o que exigiria a imposição sob uma nova forma da dominação burguesa que se encontrava desgastada.<sup>130</sup> É o que traduz o questionamento de Celso Furtado, escrito no calor da hora: “abriremos uma nova fase de transformações qualitativas, ou caminharemos para uma cristalização da estrutura já estabelecida?”<sup>131</sup>

---

<sup>129</sup> Olivera, F., 2013, pp. 78-92; Singer, P., 2007, 294-5, Mello e Novais, 1998, pp. 616-7.

<sup>130</sup> Fernandes, F., 2020, pp. 317-22, 327-8.

<sup>131</sup> Furtado, C., 1962, pp. 10-11 *apud* Barbosa, A. F. 2021, p. 334.

A unificação dos interesses burgueses sob a forma de uma “aliança pelo capital” e a tomada do Estado pelo Golpe Militar de 1964, nesse contexto econômico, social e político de acirramento da luta de classes e de disputas acerca dos “fins” do desenvolvimento econômico, configuram, portanto, uma “contrarrevolução”, no sentido atribuído ao termo por Florestan Fernandes, de “uso da violência militar para impedir a continuidade da revolução democrática”.<sup>132</sup>

. Como diz o sociólogo, postas contra a parede pelas pressões advindas das contradições do processo de desenvolvimento capitalista, e que exigiriam, para sua resolução em um sentido “democrático”, uma verdadeira ofensiva contra a dupla articulação (desenvolvimento desigual interno e dominação imperialista externa), as classes burguesas repeliram qualquer conciliação de classes e optaram pela manutenção e aprofundamento do modelo até então imperante de desenvolvimento, o que só se tornou possível através de uma elevação em grau do uso organizado da violência de classe.<sup>133</sup>

No contexto da tomada do poder pelas classes burguesas solidárias entre si e associadas às forças militares e aos interesses externos, opera-se a cristalização da “dissociação pragmática entre desenvolvimento capitalista e democracia”, ainda nas palavras de Florestan Fernandes<sup>134</sup>. Sob as ruínas desta primeira efetiva experiência democrática no Brasil, emerge o “Estado autocrático”, que se volta inteiramente para o autoprivilegiamento dos estratos dominantes burgueses e para a imposição da “modernização dependente”.

A partir de então, a ação estatal se lastreia em última instância num pacto político de cunho elitista e classista, responsável por bloquear muito ferozmente as pressões igualitárias advindas da constituição de uma sociedade de classes como consequência mesma da expansão capitalista. A reforma agrária, a valorização do trabalho, a expansão do mercado interno, enfim, uma gama de processos vividos pelas nações centrais como forma de acomodação de interesses conflitantes e de ampliação do “pacto burguês”, e que vieram a se provar verdadeiros instrumentos de aceleração da acumulação capitalista, foram aqui inibidos, ou mesmo interditados, por este pacto conservador que lhes “cortou pela raiz”.

---

<sup>132</sup> Fernandes, Florestan. “*O que é revolução*”. São Paulo: Expressão Popular, 2018, p. 9.

<sup>133</sup> Fernandes, F., 2020, pp. 328.

<sup>134</sup> *Ibid.*, p. 290.

Nesse contexto, o desenvolvimento capitalista no Brasil se mostrou incapaz de superar as extremas desigualdades distributivas que historicamente cingiram a sociedade brasileira. Pelo contrário, sua dinâmica não apenas se utilizou, mas se mostrou, a cada nova etapa, dependente de níveis crescentes de exploração da força de trabalho e de concentração de renda para alavancar a acumulação de capital.<sup>135</sup>

A crescente exploração da força de trabalho, ao garantir lucros extraordinários, e a concentração de renda nos estratos altos e médios-altos, garantiam, de uma só vez, os altos níveis de inversão necessários para a expansão do sistema de tipo monopolista, e o mercado consumidor<sup>136</sup> para os produtos ofertados pelos setores dinâmicos da economia, em especial os bens de consumo duráveis.<sup>137</sup> A industrialização prossegue, portanto, “explorando a fundo as oportunidades de uma minoria, integrada pelos estratos de médias e altas rendas”, buscando “na permanente diversificação de seus produtos, o mercado que não encontra no poder aquisitivo das massas”.<sup>138</sup>

O resultado é a cristalização de um “capitalismo selvagem”, que, ao contrário de se mover no sentido de transformar, em um sentido democrático, as estruturas econômicas e sociais sobre o qual seu desenvolvimento se realiza, se utiliza e agudiza as contradições internas como instrumento de reforço da acumulação.<sup>139</sup> Neste trabalho, buscaremos identificar alguns dos mecanismos que tornaram essa evolução possível.

---

<sup>135</sup> Ibid., pp. 50-2.

<sup>136</sup> Mercado consumidor “estrito em termos da população nele contida, mas grande em termos de renda disponível”, nos termos de Oliveira. Ibid., p. 114.

<sup>137</sup> Ibid., *passim*, particularmente os caps. IV-VI.

<sup>138</sup> Castro, A. B., 1988, p. 144-5.

<sup>139</sup> Ibidem.

## Capítulo 2

### O DEBATE SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

(1945-1964)

O presente capítulo tem como objeto as interpretações sobre a questão agrária brasileira produzidas durante o período 1945-1964, as quais representam as primeiras tentativas de apreensão científica do fenômeno agrário no país e que, conjuntamente, constituíram um pioneiro debate sobre suas diferentes dimensões, bem como sobre as possibilidades de intervenção no meio rural brasileiro. Na introdução acima, buscou-se recuperar o contexto histórico em que a questão agrária emerge como “problema nacional”, mobilizando um conjunto diversificado de agentes sociais e intelectuais; cabe, agora, apresentar os termos desse debate.

As interpretações analisadas no presente capítulo condensam posições assumidas neste debate, ilustrando a multiplicidade de perspectivas que o compuseram e o enriqueceram. Segundo o recorte proposto, a seleção das obras e a exposição de seus argumentos se orientou tendo em vista os fins instrumentais de apresentar as várias dimensões da questão agrária brasileira e de seus vínculos com o processo mais amplo de expansão capitalista que serve de pano de fundo para sua emergência e evolução.

Desta feita, privilegiou-se as interpretações que problematizaram a questão agrária a partir de um ponto de vista que acentuava as relações existentes entre a economia agrária brasileira e o processo mais amplo de transformação econômica, social e política que se chamou, à época, de desenvolvimento econômico. A seleção das obras analisadas decorreu, portanto, fundamentalmente de uma questão de método, visto que as diferentes formas de apreender a problemática da “agricultura e desenvolvimento” nelas contidas permitem múltiplos diálogos, cruzamentos e confrontos entre as perspectivas analisadas, dado seu substrato comum, ancorado em determinada forma de ver e compreender a realidade brasileira em mutação.

Paralelamente, a análise das obras e a redação do presente capítulo se orientaram para mapear e introduzir os elementos fundamentais da estrutura e do funcionamento da economia agrária brasileira naquele momento histórico, bem como as principais problemáticas que dela derivavam tendo em vista o processo de desenvolvimento

econômico e expansão capitalista em curso. A partir deste levantamento, buscou-se estabelecer o contexto para a investigação empírica e histórica que será desenvolvida no capítulo seguinte.

Em nossa leitura, buscamos captar determinados e diferentes aspectos das estruturas observadas e das transformações que ocorriam naquele momento histórico e sobre as quais se buscava atuar, ressaltando a complexidade do movimento simultâneo de transformação e permanência das estruturas. Os diálogos, cruzamentos e confrontos entre as diferentes perspectivas servirá de tentativa de reunir tais fragmentos em algo próximo de um retrato dinâmico do campo brasileiro em nosso período de interesse.

O presente capítulo contém quatro seções. Em cada uma, se discutirá um aspecto da questão agrária brasileira, na forma como esta foi apreendida no período em questão. Ao estabelecer esta divisão temática, pensamos poder apresentar os consensos e dissensos que se estabeleceram naquele momento histórico em relação a cada uma destas diferentes problemáticas provenientes do campo brasileiro em transformação, de modo a ilustrar a riqueza do debate que se formou e que ora se busca reconstituir.

Na primeira seção, nos concentramos no tópico da propriedade da terra e das relações de produção no campo brasileiro, como a base sobre a qual se erguem as demais camadas da problemática agrária brasileira. Na segunda, a questão agrária foi apresentada sob um enfoque dinâmico a partir da noção de desequilíbrios setoriais e regionais presentes na economia brasileira de então, que resultavam em uma série de movimentos que tinham como ponto de partida a transformação do campo naquele período histórico. Na terceira, se apresentou a discussão sobre o papel da agropecuária no processo de desenvolvimento econômico, com enfoque na questão da capacidade do setor primário de alimentar o mercado interno. Por fim, na quarta e última seção foram apresentadas e discutidas propostas de reforma agrária apresentadas por importantes intérpretes da problemática agrária e da realidade brasileira naquele momento histórico.

Antes de passar à exposição das diferentes perspectivas acerca da questão agrária brasileira, contudo, pensamos ser conveniente apresentar uma advertência geral, com o intuito de evitar que o conhecimento presente sobre o nosso passado atrapalhe na tentativa de mergulhar na consciência daqueles que viveram esse momento da história do país e de compreender como estes visualizavam o processo histórico que corria diante de seus olhos. É preciso evitar que a memória dos eventos posteriores, em particular do Golpe de

1964 e da perversão do projeto desenvolvimentista que o seguiu, contamine a visão de todo o período precedente, impedindo que se visualizem outros fins possíveis para esse contraditório período de nossa história, em que era verdadeira a expectativa de mudança, e vigorosa a luta contra as “forças do atraso” (como se dizia à época), a despeito das dificuldades que se colocavam àqueles que queriam promovê-la.

Para tanto, é preciso reconhecer que a decretação da Ditadura Militar, a qual viria a encerrar com tons trágicos esse período de 19 anos de nossa história, não era algo “dado” ou necessário, e nem se processou em um vazio ou por mera conveniência. Deve-se reconhecer o golpe de 1964 pelo que ele foi: uma derrota histórica, imposta de cima para baixo, a todos aqueles que acreditavam, e lutavam para que o Brasil superasse o que havia sido legado de seu passado colonial, escravista e dependente.

Em resumo, se esse período da história brasileira pode parecer a nós tal qual uma “crônica de uma morte anunciada”<sup>140</sup>, para esse fragmento de geração que efetivamente o viveu ele não poderia receber outro nome do que revolucionário. Para eles, o Brasil parecia ter finalmente obtido consciência de suas contradições e da necessidade urgente de enfrentá-las pela atitude pensante e crítica, assim como aparentava já ter angariado as condições e os meios para fazê-lo. Era tão urgente a necessidade de mudança, e tão ativa e atuante a consciência daqueles que buscavam promovê-la, que a revolução podia “fantasiar-se” de reforma sem destituir-se de seu conteúdo, sem se modificar “no íntimo mais forte de seu desejo”, para citar Francisco de Oliveira.<sup>141</sup> Dos escombros de uma sociedade imensamente desigual, deveria surgir algo novo, que viesse a incluir e atribuir unidade a este povo que é seu maior patrimônio, como é o de qualquer outro território que se entenda como um país.

Por essa razão, aqueles que pensavam o Brasil e buscavam modificá-lo não conseguiam escapar do termo revolução; se o punham porta afora, ele entrava pela janela, como diria Braudel.<sup>142</sup> Não à toa, podemos ver o termo ocupando lugar central em obras de vários dos autores cuja interpretações sobre a questão agrária logo serão expostas. O historiador Caio Prado Jr. vislumbrava e almejava a “revolução brasileira”<sup>143</sup>; o

---

<sup>140</sup> Cito aqui o título de uma obra do escritor colombiano Gabriel García Márquez.

<sup>141</sup> Oliveira, Francisco. “Noiva da revolução/Elegia para uma re(li)gião”. São Paulo: Boitempo, 2018, pos. 755 (e-book kindle)

<sup>142</sup> Braudel, F. “Civilização material, economia e capitalismo: Séculos XV-XVIII”, Vol. 2: “O jogo das trocas”. 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009-B, p. 199.

<sup>143</sup> Prado Jr., Caio. “A revolução brasileira”. In: Prado Jr., Caio. “A revolução brasileira/A questão agrária no Brasil”. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

economista Celso Furtado se valeu do termo no título de sua “A Pré-Revolução Brasileira”<sup>144</sup>; o sociólogo Florestan Fernandes, por sua vez, já buscava compreender como se processava a “revolução burguesa no Brasil”, o que viria a se tornar título de sua mais importante obra, concluída e publicada, entretanto, apenas em 1974.<sup>145</sup>

Fato é que, sendo um só o fenômeno histórico em processamento – o qual descrevemos em nossa introdução histórico-metodológica como o de emergência, consolidação e expansão do sistema capitalista no Brasil – eram por outro lado múltiplas as interpretações e os pontos de vista a partir dos quais ele era compreendido, a depender do aspecto da mudança que se buscava ressaltar. Caio Prado Jr. acreditava que o Brasil haveria finalmente de liquidar seu “passado colonial”, e que como síntese dialética da colônia iria emergir uma “nação”. Celso Furtado via uma “economia agrário-exportadora” transformar-se em “economia industrial de realização interna” dotada de um mercado interno pujante, etapa primeira do processo de superação do “subdesenvolvimento”. Já Florestan Fernandes via ruir uma formação social “escravista-estamental”, e dela surgir uma “sociedade de classes”.

Não devemos confundir esperança com ingenuidade. Todos os citados, e outros ao qual só se fará referência depois, detinham completa consciência dos obstáculos que se apresentavam, e de como seria árdua e violenta a luta pela mudança, em um país construído sobre as bases do escravismo, do racismo, do elitismo e das formas mais cruéis de exploração de sua população trabalhadora. Não baixaram a cabeça, entretanto, até serem expulsos do campo de batalha. Resta a nós contar sua história.

### **Terra, trabalho e capital na formação histórica brasileira**

É bastante natural associar a “questão agrária” – entendida aqui como o conjunto de problemáticas e contradições de caráter econômico, social e político, oriundas e relacionadas ao meio rural sob à égide do modo de produção capitalista – com a “questão fundiária”, no sentido da problemática da distribuição da propriedade da terra e da estrutura agrária que se origina primariamente desta distribuição. De fato, ambos os

---

<sup>144</sup> Furtado, Celso. “*A Pré-Revolução Brasileira*.” Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

<sup>145</sup> Fernandes, Florestan. “*A Revolução Burguesa no Brasil*”. *Op. Cit.*, 2020. Antes dessa publicação, Fernandes já havia tratado de “alguns dilemas da ‘revolução burguesa no Brasil’”, por exemplo, em Fernandes, Florestan. “*Sociedade de classes e subdesenvolvimento*”. 5ª ed. São Paulo: Global, 2008, publicado originalmente em 1968.

conceitos possuem tal grau de proximidade que muitas vezes são tomados como sinônimos. Nosso entendimento, entretanto, é o de que a questão agrária é algo mais amplo e complexo, que engloba a questão fundiária como um elemento parcial do conjunto de problemáticas interdependentes que a compõe. Ao longo deste trabalho se buscará ilustrar essa concepção.

De todo modo, é inegável que, sendo a questão agrária o conjunto de problemáticas decorrentes da penetração do modo de produção capitalista no meio rural, a questão da propriedade fundiária ocupa, neste conjunto, lugar central. A terra se trata, afinal, do meio de produção fundamental no âmbito das atividades primárias, e principalmente nos estágios mais incipientes de desenvolvimento econômico, em que o capital aplicado neste tipo de produção ainda é relativamente reduzido e possui menor importância na formação de valor do produto final – como é o caso do Brasil em nosso período de interesse, a despeito das diferenças regionais já existentes. Se tratando, assim, da “força produtiva” fundamental nestes espaços, sua forma de distribuição determinará também, em grande medida, como se organizarão as “relações de produção” que ali se desenvolverem.

Ou seja, ao se abordar a natureza da questão agrária em determinado espaço, deve-se ter como ponto de partida uma compreensão da forma de distribuição da propriedade fundiária, isto é, da estrutura agrária sobre a qual se apoia e se organiza o conjunto de atividades que ali se realizam. É só a partir deste diagnóstico inicial que se poderá derivar novas problemáticas e dimensões, estabelecendo-se as relações de interdependência existentes entre os diversos elementos da questão agrária neste território particular.

Este foi o caminho percorrido, mesmo que de forma implícita, por todos aqueles que se dispuseram a compreender a questão agrária brasileira em nosso período de interesse, no qual, repita-se, se originaram as primeiras tentativas de apreensão científica deste fenômeno no país. Toda e qualquer reflexão sobre nossa questão agrária se apoiou, inicialmente, numa compreensão da forma da estrutura agrária existente no país e das principais consequências originadas desta forma particular de distribuição da propriedade fundiária.

Sendo incontestável o lugar central ocupado pela estrutura fundiária no conjunto da problemática agrária, algo que diferenciava as interpretações produzidas no período era se estas tomavam a estrutura agrária brasileira, na forma como então se manifestava,

como algo “dado” ou como elemento passível de transformação no decorrer do processo histórico mais imediato. No primeiro caso, a estrutura agrária brasileira, na forma como se encontrava, era tomada como pressuposto da análise empreendida, que teria como objeto outras dimensões da problemática agrária; no segundo, era vista como o próprio objeto da investigação, na qual sua análise crítica e propositiva ocupava lugar de destaque. Mais do que se fixar em cada um destes pontos extremos, as interpretações empreendidas localizavam-se em pontos intermediários, aproximando-se às vezes de um, às vezes de outro destes polos.

Dentre as interpretações sobre o fenômeno agrário que emergiram no debate público naquele período, aquelas que se dispuseram mais ativamente a problematizar, contestar e asseverar a necessidade de transformação da estrutura fundiária brasileira provieram do campo da esquerda “progressista” e “revolucionária”. Mais precisamente, tais interpretações provieram de sujeitos ligados ao Partido Comunista Brasileiro – PCB, envolvidos numa teoria e prática que ficou conhecida como a da “Revolução Brasileira”.

Nesta seção, nos concentraremos neste conjunto de interpretações que problematizaram a questão agrária brasileira primordialmente a partir do enfoque crítico de nossa estrutura fundiária. Assim, se poderá simultaneamente apresentar esse polo do debate público sobre a questão agrária e reconhecer, ainda que sumariamente, as principais características da estrutura fundiária brasileira de então, revelando as consequências e contradições que dela derivavam, sobretudo no campo das relações sociais de produção.

Como se verá, mesmo no interior do campo mais à esquerda do espectro político, se verificaram importantes divergências teóricas e práticas. Tendo isso em mente, concentraremos nossa exposição na perspectiva de Caio Prado Jr., cujo enfoque apresentou relevantes divergências com o que pode ser chamado de perspectiva “hegemônica” do PCB. Tal perspectiva “hegemônica”, por sua vez, será apresentada naquilo que há de mais compatível ou de mais conflitante com a visão aqui adotada como centro da exposição, de modo a revelar os pontos de convergência e de choque e esclarecer “para quem” e “contra quem” Caio Prado Jr. estava se manifestando.

Começamos indicando o que se entendia por “Revolução Brasileira”. A emergência da questão agrária no debate público brasileiro no momento histórico que nos concerne indicava, dentre outras coisas, um anseio de superar a permanência de

determinados traços da estrutura social e econômica brasileira que haviam sido gestados durante seu passado colonial e agrário-exportador, e que ainda se faziam presentes, mesmo que sob formas renovadas. Traços estes que não detinham caráter secundário ou acessório, mas que pelo contrário serviram de base sobre a qual se estruturou a organização econômica e social do país. Dada a permanência destes “traços coloniais”, o próprio curso da evolução econômica e social brasileira foi direcionado para determinado sentido, restringindo-se o grau e a amplitude das transformações verificadas na estrutura econômica e social do país. Uma concepção neste sentido encontra-se presente em uma série de escritos produzidos por Caio Prado Jr entre as décadas de 1940 e 1960, mas obteve sua formulação acabada em sua “A Revolução Brasileira”.<sup>146</sup>

Neste “manifesto militante” publicado originalmente em 1966, dois anos após o Golpe Militar, Caio Prado Jr. apresentou sua interpretação sobre o processo evolutivo da sociedade brasileira que se iniciou com a desagregação do regime colonial e a Independência, a qual foi sucedida pela “supressão do tráfico africano” e pelos “dois corolários que daí derivam diretamente, a saber, a imigração de trabalhadores europeus [...] e a abolição do trabalho escravo.” Segundo o historiador, esses momentos da história brasileira representaram etapas parciais de um processo complexo para o país, e que se estendia até aquele momento, de superação de sua condição colonial e constituição de “uma coletividade nacionalmente integrada, isto é, voltada para si mesma, e estruturada social e economicamente em função de sua individualidade coletiva e para atender às aspirações e necessidades próprias”.<sup>147</sup>

Entretanto, segundo o historiador, esse processo se encontrava ainda incompleto naquele momento histórico. Para que se completasse, se fazia necessário o enfrentamento de “duas ordens de circunstâncias fundamentais do sistema colonial brasileiro”, cujos remanescentes ainda se faziam sentir e nas quais residiam, em seus termos, “as principais contradições entre o passado, que o processo evolutivo brasileiro tende ou dever tender a superar, e o futuro a que essa superação conduz”<sup>148</sup>:

São essas circunstâncias, de um lado o caráter originário da economia brasileira estruturada na base da produção para o atendimento de necessidades alheias e voltada assim essencialmente para o fornecimento de mercados exteriores; e de outro lado, o tipo de relações de produção e trabalho vigentes na agropecuária brasileira, bem como as condições materiais e morais da população trabalhadora daí derivadas e que conservam ainda muito

---

<sup>146</sup> Prado Jr., Caio. “*A revolução brasileira*”. *Op. Cit.*, 2014.

<sup>147</sup> Prado Jr., C., 2014, p. 82-6.

<sup>148</sup> *Ibidem*.

acentuadamente alguns dos traços nas impressões pela tradição escravista herdada do passado colonial.<sup>149</sup>

Assim posta, a questão agrária brasileira, e mais precisamente o seu enfrentamento e possível resolução, conjuntamente à eliminação dos laços entre as atividades econômicas internas e os interesses externos, se apresentavam como etapas ainda a se concluir, e possivelmente as etapas finais, do árduo processo de superação dos traços coloniais ainda presentes, naquele momento, na estrutura econômica e social brasileira, o que se fazia necessário para a constituição entre nós de uma “nação autônoma”. Podemos ver uma interpretação semelhante em obras de outros importantes autores ligados ao Partido Comunista, tal qual Nelson Werneck Sodré, que situa o fenômeno do “imperialismo” no centro das “contradições externas” que afligiam o país, enquanto as condições de funcionamento de sua economia agrária equivaliam ao principal de suas “contradições internas”.<sup>150</sup>

Tanto Caio Prado Jr., quanto os demais autores do PCB como o citado Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães – referido à frente -, viam a gênese de ambas as contradições que obstaculizavam a constituição do Brasil como “nação autônoma” em processos históricos longínquos, que remetiam à formação do país como colônia ainda no despertar do século XVI. Munidos da visão dialética da história, própria à perspectiva marxista por eles compartilhada, todos voltaram seus olhos ao passado como fonte das contradições que se verificavam no presente, e compreenderam a “superação do passado colonial” como o sentido para o qual se encaminhava o processo histórico brasileiro e que deveria culminar, em sua visão, na “Revolução Brasileira”. Apresentaremos, à frente, a visão de Caio Prado Jr. deste processo, com enfoque em sua problematização da temática agrária, para depois revelar os pontos em que sua perspectiva colide com a defendida pelo PCB.

Ao publicar, ainda em 1942, sua mais conhecida obra, “Formação do Brasil Contemporâneo”, Caio Prado Jr. explicitou já na introdução a importância por ele atribuída ao ato de se voltar os olhos ao passado, e particularmente ao início do século XIX, momento que representaria uma síntese, um balanço final da “obra realizada por três séculos de colonização”. É porque sendo este o ponto inicial desta fase de

---

<sup>149</sup> Ibid., p. 86.

<sup>150</sup> Sodré, Nelson Werneck. “*Formação Histórica do Brasil*”. 5ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1968, pp. 342-64.

transformação profunda da sociedade brasileira que se inicia com a desagregação do regime colonial, é lá que se deveria buscar a base e a estrutura sobre a qual se processaram essas mudanças. Este período constituiria, assim, “uma chave, e chave preciosa e insubstituível, para se acompanhar e interpretar o processo histórico posterior”.<sup>151</sup>

Através do conceito de “sentido da colonização”, Caio Prado Jr. expôs o que seria, em seu entendimento, o fundamental deste passado colonial, a sua essência. A ocupação do território brasileiro foi realizada com o intuito de fornecer gêneros tropicais ou minerais de alto valor comercial para o mercado europeu; ela seria mero capítulo de um todo maior, que era a expansão comercial europeia a qual fizemos referência na introdução deste trabalho. “É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras.”<sup>152</sup>

Como consequência, constitui-se na colônia brasileira uma formação social e econômica cuja estrutura e organização íntima se voltavam inteiramente para o desempenho da função de satisfazer necessidades alheias, externas a seu território e à população que nele residia. A estrutura econômica brasileira ao final do período colonial é reflexo cristalino dessa orientação. Nela, a agricultura para exportação ocupava lugar central. Sendo o “nervo econômico da colonização”, foi a partir dela que se promoveu “a ocupação da maior e melhor parte do território brasileiro.”<sup>153</sup> É ali que se concentravam a enorme maioria dos esforços, dos recursos naturais, do capital e da força de trabalho; ela era, por assim dizer, a “razão de ser” da colônia.

Já o restante da economia agrária brasileira, que não se voltava para o comércio externo mas para o abastecimento da própria colônia com gêneros essenciais – basicamente a pecuária e as culturas alimentares –, encontrava-se em segundo plano. Estas eram atividades acessórias e dependentes, “destinadas a amparar e tornar possível” a exploração em larga escala voltada para exportação, e nada mais do que isso. Ocupavam, assim, os interstícios da estrutura econômica colonial, seja no interior das unidades produtoras exportadoras – como atividade subsidiária dos escravizados –, seja nas “sobras” de terra sobre as quais esta última ainda não havia avançado, ou que foram

---

<sup>151</sup> Prado Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, pp. 7-11.

<sup>152</sup> Prado Jr., C., 2011, p. 29.

<sup>153</sup> *Ibidem.*, 135.

relegadas pela menor qualidade natural do solo. Daí sua baixa produtividade – a qual já não era alta para o conjunto da colônia –, e a capacidade limitada de satisfazer as necessidades da grande massa da população colonial. Reside aí, nessa orientação “para fora” das atividades econômicas brasileiras, a gênese do que seria a primeira das circunstâncias que viriam a obstaculizar seu processo de constituição como “nação autônoma”.

O setor fundamental da organização econômica da colônia era, portanto, o da agricultura de exportação. Neste setor, a organização da produção se caracterizava por três elementos: “a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo”. Constitui-se, nesses moldes, “a grande exploração rural”, que constituía a “célula fundamental” da economia agrária do Brasil colônia, assim como a “base principal” em que se assentou “toda a estrutura do país, econômica e social”. Foi nos domínios da “grande lavoura”, afinal, que se constituiu o “clã patriarcal”, núcleo individual da sociabilidade brasileira colonial, que deu lugar a um regime aristocrático em que se concentravam, na pessoa do proprietário ou “senhor de terras”, a riqueza, o poder e a autoridade.<sup>154</sup>

Decorre desta forma de organização da produção, e da centralidade que ocupa no conjunto da colônia, “a concentração extrema da riqueza que caracteriza a economia colonial”, a qual se concentrava nas mãos dos poucos proprietários dirigentes de uma numerosa e explorada mão de obra que constituía a grande massa da população.<sup>155</sup> E não poderia ser diferente, uma vez que a escravidão era a pedra angular do regime colonial de exploração agrícola.

Uma segunda consequência desse modo de organização da produção agrícola colonial, na qual a disponibilidade de terras em abundância cumpria papel crucial, era o progresso quase nulo em termos de aperfeiçoamento técnico. As condições em que se realizava a produção agrícola, diz Caio Prado Jr., permaneciam ao fim do período colonial em grande parte muito semelhantes àquelas que datavam do início da colonização três séculos antes. Na instalação de novas culturas, ainda baseada no processo prévio de “queimada” da mata virgem; no trato e no melhoramento da terra, praticamente inexistentes; na lavra do solo, destituída de qualquer instrumento que não a mais primária enxada; isto é, em todas as atividades que lhe constituíam se revelava o “ínfimo nível

---

<sup>154</sup> Ibid., p. 305-7.

<sup>155</sup> Ibid., 123-9.

técnico” da produção agrícola brasileira do período colonial. Resultavam daí não só a baixa produtividade da agricultura de exportação de modo geral, mas também um “regime oneroso e exaustivo” do solo, “que acabará numa esterilização quase completa de áreas extensas.”<sup>156</sup>

Essas são as bases em que se constituiu, ainda no período colonial, a estrutura agrária brasileira, em que a grande lavoura figurava como unidade produtiva fundamental. Reside aí, na centralidade da “grande exploração agromercantil”, a especificidade da economia e da estrutura agrária brasileira, bem como é daí que derivaram os demais elementos que a caracterizam no que é fundamental: desequilíbrio entre o setor exportador e setor de gêneros de subsistência; exploração do trabalho e extrema concentração de renda; baixo nível técnico da produção agrícola de modo geral.

A concentração da propriedade fundiária em poucas mãos, situação que nos foi legada de nosso passado colonial e encontrava-se “como que predeterminada no próprio caráter e nos objetivos da colonização”<sup>157</sup>, constituiu o elemento central, bem como o principal fator de êxito da agropecuária brasileira, que pôde preservar suas características fundamentais mesmo após a abolição da escravatura. Como resultado dessa evolução da economia agrária brasileira, durante e após o período colonial, instituiu-se uma separação rígida entre uma minoria de proprietários de terra e dirigentes da produção agrária, de um lado, e de outro uma ampla maioria constituída por aqueles que “nunca estiveram em condições de seriamente disputar para si o patrimônio fundiário da nação.”<sup>158</sup>

Uma das consequências dessa situação, senão a principal, é a abundante disponibilidade de mão de obra que ela gera. Trata-se da considerável parcela da população que, devido à concentração da propriedade, não encontra outra alternativa para prover à sua subsistência que alhear a sua força de trabalho e se pôr a serviço dos grandes proprietários e fazendeiros. [...] A concentração da propriedade fundiária tem assim o duplo efeito: primeiro, o de conceder ao empreendimento agromercantil uma base territorial conveniente para a realização de seus objetivos; e, em seguida, de assegurar ao mesmo empreendimento a mão de obra indispensável de que necessita.<sup>159</sup>

Da estrutura agrária brasileira, assim constituída, originou-se uma estrutura social que lhe era correspondente e que, portanto, era também específica e determinada pelo

---

<sup>156</sup> Ibid., p. 140-9.

<sup>157</sup> Prado Jr., Caio. “Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil”. In: Prado Jr., Caio. “A revolução brasileira/A questão agrária no Brasil”. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 325.

<sup>158</sup> Prado Jr., C., 2014, p. 299.

<sup>159</sup> Ibidem, p. 317.

papel central ocupado no conjunto pela grande exploração rural. Uma vez que a propriedade da terra foi monopolizada por uma classe restrita, o papel que historicamente coube à maioria da população do campo brasileiro privada de acesso à terra foi tão somente “o de fornecer mão de obra à minoria privilegiada e dirigente desta empreitada que é e sempre foi a agropecuária brasileira.”<sup>160</sup>

Nesse contexto, formou-se uma classe de trabalhadores rurais que nasceu e evoluiu em uma relação de dependência quase completa da grande exploração rural, sua única forma de acessar os meios necessários para prover sua subsistência. Estabelecia-se, assim, uma relação “indireta” entre essa massa de trabalhadores e a terra, visto que seu acesso a ela era mediado e condicionado pela necessidade de fornecer força de trabalho ao proprietário de terras e dirigente da grande exploração.<sup>161</sup>

Dada essa relação de dependência e falta de alternativas para o trabalhador rural, sua incorporação às atividades da grande lavoura se realizou, sempre, a partir de um nível ínfimo de remuneração, quando não através da simples concessão do direito de uso da terra que à princípio lhe era privada. Resultam daí os “baixos padrões de vida” aos quais foi historicamente submetida a grande maioria da população rural, e que ainda vigoravam no Brasil da década de 1960.<sup>162</sup> Baixos padrões de vida que constituíam, segundo Caio Prado Jr., remanescentes de um passado recente da sociedade brasileira, em que ainda vigorava a escravidão.<sup>163</sup>

É também em decorrência da extrema concentração da propriedade fundiária, e da premência da grande exploração rural no conjunto da economia agrária brasileira, que a situação inversa da acima descrita, isto é, a existência de uma coletividade de trabalhadores cuja relação com a terra fosse “direta”, se apresentou como caso excepcional na história do país. Em outras palavras, se chegou a se constituir no Brasil um setor econômico baseado na pequena propriedade fundiária e na exploração individual e parcelária da terra pelo pequeno proprietário, isso se tratou de fenômeno residual, em regra resultante da “decomposição e destruição da grande exploração” que antes ocupava o território em questão.<sup>164</sup>

---

<sup>160</sup> Ibid., p. 299.

<sup>161</sup> Ibid., p. 49.

<sup>162</sup> Ibid., 299-300, 333-6.

<sup>163</sup> Ibid., p. 97, 341-2.

<sup>164</sup> Ibid., pp. 46-7.

De fato, em quase todas as regiões do país foi a grande exploração que primeiramente se instalou – a exceção foram alguns territórios particulares, como parte do Espírito Santo e dos estados do Sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná). Mesmo que a exploração da terra pelos grandes proprietários só viesse a ocorrer depois, os títulos de propriedade caminharam sempre “muito adiante da frente pioneira de penetração e ocupação”.<sup>165</sup> Nesse cenário, a lenta e progressiva constituição de uma economia baseada na pequena propriedade apenas foi possível, e ainda assim como um setor secundário e de menor expressão, por decorrência “dos insucessos da grande exploração, seja porque não logrou tomar pé, seja porque não resistiu a situações mais graves da conjuntura econômica”.<sup>166</sup> A pequena propriedade e a exploração parcelária da terra surgem, então, em função da decadência e desagregação da grande propriedade que lhe é, em regra, anterior.<sup>167</sup>

De todo modo, diz Caio Prado Jr., a grande propriedade apresentou, historicamente, “considerável resistência ao fracionamento”, razão pela qual a economia agrária baseada na pequena propriedade, quando e onde foi capaz de emergir, se manteve “restrita a áreas relativamente pouco extensas” constituídas pelas “margens e sobras que lhe concede a grande exploração lá onde não vingou ou sofreu algum acidente fatal.” Isso quando não se tratou de fenômeno transitório, tendo sido logo depois dissolvida pela absorção das terras pelas grandes propriedades. Assim constituída, como setor residual e instável, essa economia baseada na pequena propriedade não poderia garantir um alto padrão de vida para os produtores que nela se envolvessem, não só por ocupar terras de menor qualidade natural, relegadas ou já esgotadas pela grande exploração, mas também pelas reduzidas dimensões das pequenas propriedades, muitas vezes de tamanho

---

<sup>165</sup> Ibid., p. 299.

<sup>166</sup> Nos termos de Caio Prado Jr.: “Na própria origem da pequena propriedade, em quase todo o país, encontramos a ação e influência da grande exploração e das vicissitudes que ela atravessa. Já nos referimos a esse ponto e observamos que, salvo em áreas muito restritas do país, é a grande exploração em larga escala, com base fundiária na grande propriedade agrária, que originariamente se instala nos territórios que vão sendo devassados e ocupados pelo povoamento. [...] Quanto à pequena propriedade, ela vem depois e deriva do fracionamento da grande propriedade. [...] O grau de fracionamento da grande propriedade, e em consequência a maior ou menor extensão da área que se transfere para o domínio da pequena propriedade, é em regra, nas diferentes zonas do país, função inversa da prosperidade e rentabilidade da grande exploração local.” Ibid., p. 345.

<sup>167</sup> A desagregação da grande propriedade pode ocorrer por sua decomposição propriamente dita, isto é, pelo seu fracionamento (total ou parcial) em pequenos lotes, adquiridos por aqueles que se tornam, por essa via, pequenos proprietários. Ela pode ocorrer, também, pela descaracterização da grande propriedade, isto é, pela concessão do direito de uso da terra a pequenos produtores que passam a praticar sua exploração individual e parcelária, mas sem que ocorra a transferência da propriedade. Estes pequenos produtores aos quais é cedido o direito de uso da terra devem em regra pagar uma renda ao proprietário.

insuficiente para garantir um melhor aproveitamento da terra. Situação que se torna mais grave com o progressivo fracionamento das pequenas propriedades, em especial pela partilha sucessória, resultando na multiplicação de “minifúndios”.<sup>168</sup>

É essa a história da constituição no Brasil de uma economia baseada na pequena propriedade. Não se trata, contudo, pelo que se viu, de uma história de sucesso. Ao vislumbrar a situação dos pequenos produtores rurais em meados do século XX, Caio Prado Jr. constatava que, diante do papel secundário e residual que ocupavam no conjunto da economia agrária brasileira, das reduzidas dimensões das propriedades, e da constante pressão exercida pelos grandes proprietários, seu padrão de vida em grande medida se assimilava e se confundia ao dos trabalhadores rurais incorporados às atividades da grande exploração como fornecedores de força de trabalho.<sup>169</sup>

Completa-se, assim, o quadro da economia agrária brasileira vislumbrada por Caio Prado Jr., quando o historiador se voltou a investigar e analisar a “questão agrária no Brasil”. O que ele vê é, de um lado, uma classe de grandes proprietários de terras e dirigentes da grande exploração rural, que, originada no período colonial, permanecia como a “célula fundamental” da economia rural brasileira; do outro, a grande massa da população rural. Esse último conjunto dividia-se em dois setores: um primeiro, em que se incluía a sua grande maioria, e que estava diretamente vinculado à grande exploração rural, como simples fornecedora de força de trabalho, e um segundo constituído por uma minoria que chegou a atingir a propriedade ou a posse da terra, mas cujas dimensões da exploração, condições naturais, localização e demais fatores a ela relacionadas, não permitia uma substancial elevação de seus padrões de vida. É desse cenário, de extrema desigualdade e injustiça social, que Caio Prado Jr. extrai o que é, em sua visão, o verdadeiro sentido da questão agrária brasileira:

Acima de 30 milhões de brasileiros, ou seja, mais da metade da população do país, dependem necessariamente para seu sustento [...] da utilização da terra. Doutro lado, por força da grande concentração da propriedade fundiária que caracteriza a economia agrária brasileira, bem como as demais circunstâncias econômicas, sociais e políticas que direta ou indiretamente derivam de tal concentração, a utilização da terra se faz predominantemente e de maneira acentuada em benefício de uma reduzida minoria. Decorrem daí os ínfimos padrões de existência daquela considerável parcela da população brasileira – padrões materiais, e como consequência, também culturais.<sup>170</sup>

---

<sup>168</sup> Ibid., p. 347.

<sup>169</sup> Ibid., p. 349.

<sup>170</sup> Ibid., p. 291.

A posição de Caio Prado Jr. encontra-se, aí, muito bem delimitada. Segundo sua visão, a questão agrária brasileira seria definida e devidamente enquadrada nos termos da “relação de efeito e causa entre a miséria da população rural brasileira e o tipo de estrutura agrária do país, cujo traço essencial consiste na acentuada concentração da propriedade fundiária.” Assim posto, o verdadeiro “sentido” para o qual deveria se orientar a resolução da questão agrária brasileira seria o de atenuar, ou mesmo superar, o “considerável desnível entre os dois setores essenciais da agropecuária brasileira: grandes proprietários e fazendeiros de um lado; trabalhadores sem terra, ou com insuficiente quantidade de terras, do outro.”<sup>171</sup> Algo que só poderia ser atingido intervindo-se naquilo que nos foi legado pelo passado colonial do país: uma estrutura agrária na qual a propriedade fundiária encontra-se extremamente concentrada nas mãos de alguns poucos proprietários, e uma estrutura social que relega os trabalhadores rurais e pequenos produtores ao segundo plano e lhe condena a ínfimos padrões de vida.

Feitas certas adaptações, e concentrando-se naquilo que é fundamental, a perspectiva de Caio Prado Jr. acima apresentada possui uma série de convergências em relação à visão dos autores pecebistas sobre a questão agrária.

Em sua obra “Quatro Séculos de Latifúndio”, o pecebista Alberto Passos Guimarães argumenta que a essência da questão agrária residia em três elementos principais. Primeiro, o monopólio da terra por uma classe restrita de latifundiários, o que era equivalente ao “domínio absoluto da totalidade dos meios de produção agrícolas” no país. Segundo, e por consequência desse monopólio, a possibilidade de que tal classe latifundiária exercesse, para além de seu poder econômico, um poder extraeconômico, a partir de relações coercitivas que resultavam em um verdadeiro “governo”, por parte dessa classe, “das coisas e das pessoas dentro e em torno dos latifúndios”. Por fim, como causa genética e elemento de acentuação dessas duas características, havia o caráter colonial – isto é, voltado para atender demandas externas – da produção agrária brasileira.<sup>172</sup>

Como se vê, tais visões possuem importantes semelhanças, tanto em termos de diagnóstico, sobretudo em relação à centralidade atribuída ao monopólio sobre a

---

<sup>171</sup> Ibid., pp. 294, 296.

<sup>172</sup> Guimarães, Alberto Passos. “*Quatro séculos de latifúndio*”. São Paulo: Fulgor, 1963, pp. S32-5

propriedade fundiária como causa primária da problemática agrária brasileira, quanto em relação a sua perspectiva ético-social que denunciava a flagrante injustiça social decorrente desta situação. Ademais, ambos autores reconheciam os efeitos deletérios que as condições e a estrutura sobre a qual se apoiava o funcionamento da economia agrária brasileira impunham à economia nacional como um todo. Tais condições se apresentavam, para Guimarães, como entraves ao desenvolvimento das “forças produtivas” e à “emancipação econômica e ao progresso de nosso país”. Em sentido parecido, argumentava Prado Jr. que o “abismo” existente entre os dois extremos da estrutura social do campo, resultado da estrutura fundiária extremamente concentrada, se apresentava como o principal obstáculo ao “desenvolvimento econômico em bases nacionais [...] pois entre outras consequências restringe o mercado interno e assim entrava a industrialização que representa o fundamento de uma economia nacional.”<sup>173</sup>

Werneck Sodré também apresenta pontos de convergência com a perspectiva de Caio Prado Jr., ao apontar o “monopólio da terra” como “a causa do atraso no campo”, responsável por bloquear o desenvolvimento técnico da agropecuária brasileira e deprimir a remuneração da força de trabalho. Tal qual Caio Prado Jr., Werneck Sodré também identificava no monopólio da terra e na subordinação aos interesses externos a causa para um desequilíbrio entre o setor agrícola voltado a abastecer o mercado interno com gêneros essenciais, o qual, segundo ele, padecia de “uma crise crônica de subprodução”, e o setor agrícola exportador, que, pelo contrário, atravessava “crises frequentes de superprodução”.<sup>174</sup>

Entretanto, sob essa camada de semelhanças, que revelavam a unidade de uma perspectiva revolucionária orientada para o enfrentamento de uma estrutura agrária extremamente concentrada e para a elevação dos padrões de vida da massa rural, situava-se uma divergência teórica fundamental, da qual se originava uma orientação prática também bastante diversa.

Fato é que ao redigir sua “A Revolução Brasileira”, Caio Prado Jr. buscou apresentar sua divergência em relação à “teoria revolucionária” hegemônica propagada pelo PCB. Em particular, Caio Prado Jr. denunciava o fato de que toda a teoria pecebista acerca da questão agrária brasileira apresentava como ponto de partida o que ele entendia

---

<sup>173</sup> Prado Jr., C., 2014., p. 100.

<sup>174</sup> Sodré, N. W., 1968, pp. 350-7.

ser um gravíssimo erro teórico, do qual resultou uma orientação prática também equivocada.

Em síntese, a controvérsia dizia respeito à tese pecebista da existência do “modo de produção feudal” no Brasil, o qual, supunha-se, se encontrava em estado de desagregação, mas que ainda se fazia sentir sob a forma de “resquícios feudais” – principalmente na economia agrária –, os quais deveriam ser eliminados como condição para o desenvolvimento do país.<sup>175</sup> Vejamos, então, de forma sintética, os contornos dessa tese do PCB, e as suas mais importantes derivações teóricas e práticas, e como a perspectiva contrária de Caio Prado Jr. apresentou contribuições importantes para a compreensão da questão agrária no Brasil.

A tese do “feudalismo no Brasil” encontra-se muito bem delimitada na referida obra de Alberto Passos Guimarães, “Quatro Séculos de Latifúndio”. Nela, diz o autor que o regime econômico e social instaurado no Brasil colônia transplantara os “elementos mais regressivos” da metrópole portuguesa, que se encontrava à época, tal qual toda a Europa, em fase de “pleno florescimento do mercantilismo” e de conseqüente desagregação do feudalismo “clássico”. Fazendo “girar em sentido inverso a roda da História”, diz Guimarães, Portugal teria instaurado no Brasil uma estrutura produtiva tipicamente feudal, baseada no monopólio da terra e na concentração do poder econômico e extra-econômico derivada desse monopólio. A diferença fundamental em relação ao feudalismo europeu residia no fato de que, na ausência do servo da gleba, tal regime “teve de regredir ao escravismo”, tornando-se um feudalismo singular, o “feudalismo-colonial”. Isso, na visão de Guimarães, não alterava o caráter do regime, visto que “as formas escravistas entrelaçaram-se com as formas servis de produção”, baseadas na renda-trabalho e na renda-produto.<sup>176</sup>

Com a abolição da escravidão, diz Werneck Sodré, as relações de produção evoluíram em dois sentidos opostos. Ou aprofundaram seu caráter servil, isto é, tiveram seu aspecto “feudal” acentuado, ou se transfiguraram para formas de “trabalho livre”. Sodré diz ainda que foram muito mais numerosos os “elementos que passam da escravidão à servidão [...] do que os que passam da escravidão ao trabalho livre”.<sup>177</sup>

---

<sup>175</sup> Prado Jr., C., 2014, pp. 40-64.

<sup>176</sup> Guimarães, A. P., 1963, pp. 20-8.

<sup>177</sup> Sodré, N. W., 1968, p. 245.

É importante esclarecer o que se entendia, nos quadros do PCB, por “relações servis”, ou “relações feudais” de produção, e sua oposição ao “trabalho livre”. Por relações servis, referia-se àquelas relações de produção cujo elemento central de subordinação do trabalho era a terra, e não o salário. De fato, após a abolição, grande parte das relações de produção no campo brasileiro evoluiu para formas não monetárias, ou em que a remuneração em dinheiro ocupava papel secundário.<sup>178</sup> O fundamental era a concessão de uso da terra feita pelos grandes proprietários fundiários, que lhes garantia o fornecimento de força de trabalho por parte de uma numerosa classe de “agregados”. Afinal, tal concessão deveria ser retribuída pelo fornecimento de trabalho nas plantações do proprietário ou de parte do produto fruto do trabalho exercido nessa terra concedida. É nesse aspecto que residia o caráter “feudal” das relações de produção no campo brasileiro, segundo a perspectiva pecebista.

Ressaltemos, então, duas conclusões fundamentais decorrentes da tese do “feudalismo no Brasil”. Primeiro, a de que a evolução do Brasil durante os séculos XIX e XX, repetindo o que havia ocorrido na Europa em etapas anteriores, estaria se orientando para a superação do “modo de produção feudal” e de passagem para o “modo de produção capitalista”. Isso estava ocorrendo inclusive no meio rural, visto que, diante de uma suposta “crise do sistema latifundiário”, parte dos latifúndios “feudais” convertia-se em “propriedades capitalistas”, pela adoção de “métodos e processos de produção diferentes dos que antes utilizava”, sobretudo pelo maior investimento de capital cujo resultado era o aumento da produção e elevação da produtividade. Surgia, assim, uma “burguesia rural” em uma relação de oposição à classe “latifundiária feudal”, dado o caráter “progressista” da primeira, traduzido por seu ímpeto em promover a transformação capitalista no campo.<sup>179</sup> O capitalismo aparecia, aí, com sinal positivo, apresentando-se como etapa posterior ao feudalismo, em que o desenvolvimento das forças produtivas que lhe é inerente abriria as portas para uma postulada revolução socialista no futuro.

No entanto, argumentava-se, o ainda existente “monopólio feudal da terra” e os “resquícios feudais” daí decorrentes, entravavam e distorciam tal evolução, servindo de obstáculo à penetração do capitalismo e ao desenvolvimento das forças produtivas no

---

<sup>178</sup> Esses aspectos foram objeto de análise em nossa Introdução Histórico-Metodológica, em particular em sua segunda seção.

<sup>179</sup> Guimarães, A. P., 1963, pp. 141-56.

campo e, por consequência, no conjunto da economia brasileira. Esse suposto estado de coisas levava à segunda conclusão, qual seja, a da necessidade de realização de uma “reforma agrária democrática” – no sentido de redistribuição da propriedade fundiária – com o intuito de “extirpar e romper [...] os vínculos feudais de subordinação ao poder extra-econômico, político e jurídico da classe latifundiária”, e simultaneamente desatar os “vínculos de dependência ao imperialismo”, em relação ao qual essa classe supostamente se associava diretamente. A reforma agrária democrática se apresentava, portanto, como condição para “libertar as forças produtivas e abrir novos caminhos à emancipação econômica e ao progresso de nosso país”.<sup>180</sup>

Caio Prado Jr. se contrapôs muito ativamente a tese do “feudalismo” no Brasil. O historiador argumentava que seus companheiros de partido haviam se prendido a esquemas teóricos abstratos e importados de outros contextos histórico-sociais; tratava-se de uma “teorização às avessas que vai dos conceitos aos fatos, e não inversamente desses fatos aos conceitos”. Em particular, argumentava, se tratava da aplicação de uma visão “etapista” da história como “modelo universal”, fruto de uma distorção da teoria marxista, segundo a qual todas as sociedades humanas deveriam passar pelos mesmos estágios: escravismo – feudalismo – capitalismo – socialismo. Perdia-se de vista, assim, a singularidade da realidade brasileira, e com base nesse erro teórico acumulavam-se também erros práticos de condução política.<sup>181</sup>

Eram duas as principais divergências de Caio Prado Jr. em relação à tese pecebista. Primeiro, o historiador não acreditava que havia existido qualquer forma de “feudalismo” no Brasil e, portanto, não poderia haver, também, qualquer espécie de “resquícios feudais” na economia e sociedade brasileiras. Segundo, Caio Prado Jr. não estava de acordo com o caráter “progressista” atribuído pelo PCB ao capitalismo, ao menos não de forma tão unilateral e destituída de contradições.

A principal inconformidade de Caio Prado Jr. em relação à tese do feudalismo no Brasil provém de sua constatação de que inexistiu, na formação histórica do país, o elemento fundante da economia feudal: “a ocorrência, na base do sistema econômico-

---

<sup>180</sup> Ibid., pp. 35-6.

<sup>181</sup> Prado Jr., C., 2014, pp. 30-9.

social, de uma economia camponesa, isto é, da exploração parcelária da terra pela massa trabalhadora rural”.<sup>182</sup>

Como já ficou claro acima, diante do caráter mercantil da economia brasileira e da monopolização da terra por uma elite privilegiada, a expressiva maioria da população do campo se constituiu de trabalhadores subordinados à grande exploração rural. Nesse contexto, a formação de uma economia “camponesa”, baseada na exploração individual, familiar e parcelária da terra se tratou de fenômeno residual, quando não transitório na história do país.<sup>183</sup> Vista deste ângulo, isto é, da inexistência do “campesinato” como classe fundamental e oposta à dos “proprietários fundiários”, o argumento da existência do feudalismo no Brasil parece ter pouca aderência à realidade. Não era essa a oposição fundamental do campo brasileiro, mas sim a existente entre “trabalhadores”, de um lado, e “empresários da produção”, de outro, diria Caio Prado Jr.

Em sua obra “Sociedade de classes e subdesenvolvimento”, Florestan Fernandes apresenta um argumento semelhante. Para o sociólogo, o “Brasil não chegou a conhecer um campesinato propriamente dito”. Este diagnóstico amparava-se nas precárias condições existentes no campo para que se promovesse uma multiplicação dos contatos entre os indivíduos pertencentes à mesma posição social, base para a formação de uma “consciência de classe”. Para ele, as condições de vida no campo conduziam antes “à dispersão das famílias ou à constituição de pequenos aglomerados descontínuos e instáveis que às formações mais ou menos densas e estáveis”. Essa situação, conjuntamente à dependência e instabilidade que caracterizava a posição social do “homem do campo”, levava Fernandes a ver o “campesinato” como “uma classe social em vir a ser”, isto é, em processo de formação.<sup>184</sup>

Mas como caracterizar as relações de produção no campo brasileiro originadas com a abolição da escravidão? Já se disse que grande parte dessas relações havia se constituído não sobre as bases de uma retribuição em dinheiro, mas principalmente pela concessão de uso da terra por parte dos grandes proprietários e pela remuneração *in natura* ou, no máximo, híbrida (parte em dinheiro e parte *in natura*). Não se tratava de relações propriamente capitalistas, portanto.

---

<sup>182</sup> Ibidem, pp. 44.

<sup>183</sup> Ibid., 79.

<sup>184</sup> Fernandes, Florestan. “Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento”. 5ª ed. São Paulo: Global, 2008, pp. 66-8.

Algumas das principais relações de produção do campo brasileiro à época detinham esse aspecto. Na lavoura cafeeira paulista, como vimos, havia o “colono”, responsável pelo plantio, trato e colheita do café e cuja remuneração híbrida consistia em uma parcela fixa anual para o trato do cafezal, uma parcela variável por saco de café colhido, complementadas pelo direito de cultivar alguns gêneros por conta própria, intercalados entre os pés de café ou em terras concedidas para esse fim.<sup>185</sup>

Já na lavoura canavieira do Nordeste, localizada particularmente em sua faixa úmida (a Zona da Mata), eram duas as principais modalidades de trabalhadores. Havia os “moradores”, residentes em casas dispersas nas propriedades do empregador, mas na maioria das vezes próximas aos canaviais, onde podiam cultivar alguns gêneros de subsistência, sob a condição de conceder ao empregador dois ou três – e posteriormente, cinco ou seis – dias de trabalho no canavial; também eram chamados, portanto, de “moradores de condição”. Um segundo grupo era constituído pelos “foreiros”, que habitavam terras alheias mais distantes dos canaviais, onde cultivavam a terra por conta própria, principalmente para prover sua própria subsistência ou para obter alguma renda (como no caso da cultura do algodão, de fácil venda no mercado), devendo pagar ao proprietário aluguel (foro) sob alguma forma. Deviam também ao proprietário alguns dias de trabalho nos canaviais nas épocas de safra (em que era maior a demanda de mão de obra), em regra gratuitos ou por ínfimos salários, no que ficou conhecido como “obrigação” ou “cambão”.<sup>186</sup>

Havia também os já referidos “parceiros”, que exploravam terra alheia sob a condição de pagamento de renda em parte do produto ao proprietário da terra, em uma proporção que variava de 20% a 50% (no caso da chamada meação), de acordo com a menor ou maior participação do proprietário no preparo da terra e no fornecimento do capital necessário (sementes e equipamentos).<sup>187</sup> Para além de ter se difundido nas áreas de decadência do café, ou em outras regiões e culturas em fase descendente, onde deu lugar à uma policultura de subsistência, a parceria constituía a principal relação de produção nas áreas dedicadas à cultura do algodão, na região de São Paulo e também no Nordeste – em especial no Agreste e no Sertão –, a qual era na maioria das vezes praticada

---

<sup>185</sup> Ibid., p. 336.

<sup>186</sup> Prado Jr., C. 2014, p. 336; Andrade, Manuel Correia de. “*A terra e o homem no Nordeste*”. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2005, pp. 108-9,125.

<sup>187</sup> Candido, Antônio. “*Os parceiros do Rio Bonito*”, 12ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul; São Paulo: Edusp, 2017, pp. 123-4; Prado Jr., Caio., p. 336.

por pequenos produtores nas mesmas terras em que praticavam uma agricultura de subsistência.<sup>188</sup>

Para além da cultura do algodão sob a forma da parceria, e muitas vezes associada a ela, predominava no Agreste e no Sertão nordestinos a atividade pecuária<sup>189</sup>, que progressivamente se fazia presente também na área de influência paulista, dada a valorização da carne em paralelo à urbanização. Nas fazendas de gado, encontrávamos o “vaqueiro”, trabalhador dedicado ao trato dos animais e cuja remuneração era tradicionalmente feita pela prática da “quarta”, que consistia no recebimento, pelo vaqueiro, de um a cada quatro bezerros nascidos. Essa prática permitia que este trabalhador, ao longo dos anos, pudesse constituir rebanho próprio, e eventualmente tornar-se ele também fazendeiro.<sup>190</sup>

É interessante notar que o caráter singular destas relações de produção baseadas não no salário, mas nas diversas formas de concessão de uso da terra e de participação no produto, levou outros autores a se referirem a elas, também, como “feudais”. É o caso dos economistas Celso Furtado e Ignácio Rangel, que se utilizaram do termo para caracterizar este conjunto de relações de produção “pré-capitalistas” encontradas em quase todo o campo brasileiro, sob diversas formas. Segundo este último, o regime econômico que se instaura com a abolição da escravidão seria “feudal” pois, nele, “a propriedade da terra é suficiente para conferir ao seu detentor comando supremo da riqueza móvel e do próprio homem”, razão pela qual é na concessão de seu uso que reside a essência das relações entre os latifundiários e seus “agregados”, que lhe fornecem força de trabalho.<sup>191</sup>

Mas o fato de se tratar de relações “não capitalistas” não autorizava caracterizar tais relações como “feudais”, dizia Caio Prado Jr. Segundo o historiador, era preciso

---

<sup>188</sup> Como diz Manuel Correia de Andrade, a maior vantagem decorrente da cultura do algodão era a possibilidade de “partilhar com uma cultura de subsistência a terra que ocupava, permitindo ao pequeno agricultor produzir em uma mesma área, com um só trabalho de preparação da terra e de limpeza das culturas, o alimento e o produto comercial”. Andrade, M. C. de., 2011, p. 158.

<sup>189</sup> A referida associação entre a atividade pecuária e a cultura algodoeira e de subsistência consistia na concessão de alguns dias de trabalho do parceiro ao proprietário das terras que ocupava, trabalho que era exercido na atividade pecuária. Além disso, muitas vezes a concessão de terras ao parceiro era feito sob a condição de que o gado pudesse, posteriormente, se alimentar da “palha” que restava após a colheita das culturas. Ibidem, p. 161-2.

<sup>190</sup> Prado Jr., C., 2014, p. 337.

<sup>191</sup> Rangel, Ignácio. “*A dualidade básica da economia brasileira*”. In: Rangel, I. “Obras reunidas”, v. 1, Rio de Janeiro: Contraponto, 2012, pp. 296-7. De todo modo, é preciso esclarecer que Rangel via o “latifúndio feudal” como uma “dualidade” entre seu lado interno, isto é, suas relações internas de produção, de caráter “feudal”, e suas relações externas, na qual ele figura como uma “empresa capitalista” como qualquer outra.

evitar que a “forma” mascarasse o “conteúdo” dessas relações, cujo aspecto central residia, tal como nas relações escravistas que a precederam, no fornecimento de força de trabalho e em sua apropriação por uma elite minoritária proprietária dos meios de produção. Ou seja, diferentemente do camponês, que é o “efetivo ocupante e explorador da terra”, o trabalhador rural brasileiro se encontrava “inteiramente submetido na sua atividade produtiva à direção do proprietário, que é o verdadeiro e único ocupante propriamente da terra e empresário da produção”.<sup>192</sup>

Argumentando pela inexistência no Brasil de qualquer forma de “feudalismo”, Caio Prado Jr. também não poderia concordar que havia “resquícios feudais” na economia agrária brasileira. Tais resquícios eram identificados pelos pecebistas principalmente nas relações de produção, entendendo-os como obstáculos ao desenvolvimento das forças produtivas no campo brasileiro. Não há muita clareza do que se entendia por tais resquícios, e Caio Prado Jr. aparenta ter razão ao afirmar que seu uso dava a entender que se tratava de quaisquer “formas intensivas de exploração do trabalho”<sup>193</sup> – em particular, as referidas relações baseadas na concessão de uso da terra e participação no produto, e outras formas de exploração do trabalhador baseadas em “poderes extra-econômicos”, resultantes do relativo isolamento dos trabalhadores rurais e de sua quase completa subordinação aos grandes proprietários.

No entanto, dizia Caio Prado Jr., tais elementos, efetivamente presentes no campo brasileiro, sob diversas formas, não constituíam qualquer reminiscência feudal. Elas indicavam, na verdade, a presença de “acentuados traços escravistas” nas relações de produção e trabalho da economia agrária brasileira, estes sim provenientes do passado ainda recente do país, em que ainda vigorava a escravidão. Estes traços se revelavam, no entendimento do historiador, pela forma de inserção do trabalhador na organização econômica “como simples força de trabalho, como instrumento vivo destinado a fornecer energia física”, e nada mais do que isso.<sup>194</sup>

Essa diferenciação inicial se desdobrava em uma importante conclusão teórica: não havia contradição entre o desenvolvimento capitalista da agricultura brasileira e a permanência, nela, destes traços escravistas. Pelo contrário, eles se apresentavam como fator de expansão e êxito da economia agrária capitalista no Brasil, por rebaixar os custos

---

<sup>192</sup> Prado Jr., C., 2014, pp. 44-7.

<sup>193</sup> Ibidem, p. 43

<sup>194</sup> Ibid., p. 95.

de reprodução da força de trabalho. “O que sobra do escravismo”, dizia Caio Prado Jr., “representa assim um elemento de que o capitalismo se prevalece.”<sup>195</sup>

No entanto, se por um lado contribuíam para seu êxito, estes remanescentes escravistas eram de fato, na visão de Caio Prado Jr., responsáveis pelos “baixos padrões de produtividade e ínfimo nível tecnológico” que ainda predominavam na agropecuária brasileira em meados do século XX. Para o historiador, o baixo custo da mão de obra garantia a rentabilidade de um grande número de estabelecimentos agropecuários que ainda empregavam métodos “primitivos” de produção. Não se exigia, assim, que tais estabelecimentos promovessem o aperfeiçoamento tecnológico, nem que fossem dispensados maiores esforços “na condução das atividades produtivas e intensificação da produção”; ou seja, reduzia-se a demanda por inversões de capital e, portanto, os custos envolvidos na manutenção da grande exploração rural.<sup>196</sup>

O segundo grande ponto de divergência de Caio Prado Jr. em relação às teses pecebistas diz respeito ao suposto caráter “progressista” atribuído à apuração das relações capitalistas no conjunto da economia brasileira e de sua economia agrária em particular. Caio Prado Jr. não via tal desenvolvimento capitalista como algo que, por si só, viria a expurgar ou mesmo atenuar os elementos ditos “arcaicos” da economia agrária do país – em particular, a monopolização da propriedade fundiária e a exploração da força de trabalho.

No que concerne a estrutura agrária e o nível de concentração da propriedade fundiária, Caio Prado Jr. reconheceu que o então recente desenvolvimento da economia agrária, sob influência da apuração das relações capitalistas na economia brasileira como um todo e também em sua economia agrária<sup>197</sup>, havia resultado em uma maior concentração da propriedade fundiária, revelando, assim, uma tendência à “acentuação da disparidade entre a grande e pequena exploração, em favor da primeira”.<sup>198</sup>

Essa situação tornava-se ainda mais reveladora ao se constatar que era “nas regiões e zonas de maior progresso e desenvolvimento” da economia agrária que se observava “um processo de concentração mais acentuado e de predomínio cada vez maior

---

<sup>195</sup> Ibid., p. 95-7.

<sup>196</sup> Prado Jr., Caio. “*O Estatuto do Trabalhador Rural*”. In: Prado Jr., Caio. “A revolução brasileira/A questão agrária no Brasil”. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 413.

<sup>197</sup> O qual era reconhecido inclusive pelos autores pecebistas, como se vê em Guimarães, A. P., 1963, pp. 162-76.

<sup>198</sup> Prado Jr., C., 2014, pp. 353.

da grande exploração.”<sup>199</sup> Esse era o caso na região de São Paulo, em que um processo prévio de “subdivisão e retalhamento das velha fazendas cafeeiras” por consequência das sucessivas crises da economia do café havia sido revertido, a partir de 1940, pelo progresso e prosperidade da lavoura canavieira e da pecuária na região, os quais “determinaram um reagrupamento da propriedade de tal ordem que entre os dois recenseamentos de 1940 e 1950 se pôde observar um forte processo de concentração da propriedade.” Também era esse o caso na Zona da Mata nordestina, em que a prosperidade e a conseqüente expansão da grande exploração canavieira havia determinado um processo equivalente de reagrupamento e concentração da propriedade fundiária.<sup>200</sup>

Nesse cenário, os dados para o conjunto do país demonstravam que em 1950 os pequenos estabelecimentos agropecuários – de extensão menor do que 100 hectares – ocupavam apenas 17% da área total ocupada pela economia agrária, por mais que representassem 85% da totalidade dos estabelecimentos. Já os grandes estabelecimentos – de extensão maior do que 200 hectares –, mesmo que representando 9% dos estabelecimentos, ocupavam 75% da área total ocupada pela agropecuária.<sup>201</sup>

Revelava-se, assim, a tendência em que o movimento pendular de decadência da grande exploração rural, por um lado, e prosperidade dessa mesma exploração, por outro, resultava em um movimento inverso de expansão ou retraimento da economia agrária fundada sobre a pequena propriedade ou direcionada para atender as necessidades básicas da população trabalhadora. Isso pois, dizia Caio Prado Jr., “a grande exploração de tipo comercial [...] tende, quando a conjuntura lhe é favorável, a se expandir e absorver o máximo de terras aproveitáveis, eliminando lavradores independentes, proprietários ou não, bem como suas culturas de subsistência.”<sup>202</sup>

Em outras palavras, o progresso da grande exploração rural, então estimulado pela apuração das relações capitalistas no conjunto da sociedade brasileira, tendia a reduzir a área total dedicada, bem como a força de trabalho aplicada no que Caio Prado Jr. chamava de “setor secundário” das atividades rurais, o qual era dedicado à produção de gêneros necessários de subsistência. Este setor era encontrado sob duas formas, já referidas acima,

---

<sup>199</sup> Ibidem, p. 354.

<sup>200</sup> Ibid., p. 330-2.

<sup>201</sup> Ibid., 292.

<sup>202</sup> Ibid., p. 304.

quais sejam: incluído na grande propriedade fundiária, como atividade subsidiária dos trabalhadores empregados pela grande exploração; e constituído como atividade autônoma de pequenos produtores rurais, proprietários de terras ou apenas parceiros.<sup>203</sup> Ambos estes tipos de produção de gêneros de subsistência eram, assim, negativamente afetados pela prosperidade e expansão da grande exploração rural.

É nesse sentido que a apuração das relações capitalistas no contexto geral da economia brasileira, e de sua economia agrária em particular, se traduzia em uma deterioração das condições de vida da massa da população do campo constituída por trabalhadores rurais e pequenos produtores. No caso dos pequenos produtores, “espremidos” entre as grandes propriedades, isso se fazia patente, uma vez que estes se encontravam na iminência de perder as suas propriedades no curso da expansão da grande exploração rural, e retornar assim à condição de trabalhador subordinado a esta última.<sup>204</sup>

Já no caso dos trabalhadores empregados na grande exploração, a apuração das relações capitalistas se traduzia pela tendência “no sentido de se reduzir e mesmo eliminar inteiramente toda retribuição ou compensação ao trabalhador que não [fosse] puramente monetária.” O salário passava então a “a substituir outros benefícios antes concedidos ao trabalhador, seja o direito a uma participação no produto, seja o de utilizar terras do proprietário, seja enfim uma combinação dos dois.”<sup>205</sup> Essa tendência à mais completa proletarização do trabalhador rural se traduzia, ao fim e ao cabo, em uma redução de seus já historicamente baixos padrões de vida. Reduzida sua capacidade de produzir ao menos uma parte dos gêneros necessários à sua subsistência – seja pela perda do direito de produzi-los nas terras do proprietário, seja pela intensificação do ritmo do trabalho que lhe privava do tempo necessário para produzir estes gêneros -, e agravando-se sua dependência do comércio para garantir sua sobrevivência, o trabalhador rural vivia à época em “piores condições que no passado”.<sup>206</sup>

Nota-se, assim, a partir da argumentação de Caio Prado Jr., que não só inexistia contradição entre as condições “arcaicas” da economia agrária brasileira e o desenvolvimento capitalista que nela se processava, como este último poderia se

---

<sup>203</sup> Ibid., p. 328.

<sup>204</sup> Ibid., pp. 330-1.

<sup>205</sup> Ibid., p. 338-9. Essa situação se verificava na tendência à emergência do trabalhador temporário nas lavouras cafeeiras paulistas, à redução do escopo das culturas subsidiárias dos trabalhadores da lavoura canavieira no Nordeste, e também na eliminação da retribuição em parte do produto na pecuária do sertão nordestino. Voltaremos a isso à frente.

<sup>206</sup> Ibid., p. 98.

apresentar, e de fato assim se apresentava naquele momento, como fator de reafirmação e agravamento dessas mesmas condições.

Esta há de ser a principal contribuição teórica de Caio Prado Jr. à compreensão da questão agrária brasileira. Ao afastar a tese da existência de “resquícios feudais” na sociedade brasileira, e indicar que a problemática do campo não seria resolvida por uma suposta “superação capitalista”, Caio Prado Jr. colocou toda a questão em termos novos e mais complexos. A problemática agrária brasileira não dizia respeito à “falta de capitalismo”; pelo contrário, a cada nova etapa se revelava que a expansão capitalista que se processava no país não só lhe mantinha irresolvida, como lhe atribuía novos traços e mesmo lhe tornava mais aguda. Se fazia necessário intervir e atuar no sentido de modificar a “natureza” do capitalismo que progressivamente se instalava no país, orientando-o para a satisfação das necessidades da grande massa da população, base sobre a qual se ergueria a constituição do país como uma “nação autônoma”.

Os contornos da “questão agrária brasileira” e os desafios que se apresentavam àqueles que buscavam sobre ela intervir só podem ser devidamente compreendidos nestes termos. Em síntese, a estrutura agrária do país, legada por certo de nosso passado colonial, não se apresentava como elemento estático no conjunto da evolução da economia e sociedade brasileiras; pelo contrário, sua dinâmica era modificada pelas transformações ocorridas no conjunto da qual ela era parte componente. Tais transformações, entretanto, não necessariamente se encaminhariam para a superação das contradições que lhe caracterizavam, e podiam mesmo torná-las mais proeminentes. Em sentido inverso, as condições em que se realizava a economia agrária brasileira, em parte modificadas pela emergência e expansão das relações capitalistas, por sua vez modificavam e direcionavam o processo de transformação da sociedade brasileira, como a parte atuante, e fundamental, que era no conjunto social e econômico do país. Por essa razão, sua compreensão se mostra fundamental, ainda hoje, para a compreensão da forma e natureza do desenvolvimento capitalista que se deu entre nós.

### **Padrão técnico e desequilíbrios setoriais e regionais**

Uma segunda perspectiva a partir da qual pode se abordar a questão agrária e que esteve fortemente presente em uma série de interpretações sobre a economia agrária brasileira em nosso período de estudo diz respeito a seu padrão técnico. Por padrão

técnico deve se entender o conjunto de técnicas e métodos de produzir que, ao servirem de regra geral no que toca as atividades próprias de um setor econômico, implicam em um determinado nível médio de produção e de produtividade para a totalidade do sistema. Em um contexto dado, a elevação do padrão técnico significa a introdução de novas técnicas e métodos que tornem o trabalho aplicado mais produtivo, e, portanto, resultem em aumento da produção a partir de uma mesma quantidade de trabalho aplicado.

Já mostramos como Caio Prado Jr. identificava que, nas condições de extrema concentração da propriedade fundiária e de conseqüente alta taxa de exploração da mão de obra do campo brasileiro, puderam os grandes proprietários rurais se escusar de promover a elevação dos padrões técnicos da agricultura brasileira. Suas atividades corresponderam, assim, à uma atividade extensiva e predatória, responsável por onerar e exaurir a fertilidade natural de largas extensões de terra, uma após a outra.

Celso Furtado apresentou um diagnóstico semelhante em “Desenvolvimento e Subdesenvolvimento”, de 1961. Contrapondo a evolução da economia agrária brasileira com aquela ocorrida na Inglaterra e nos Estados Unidos, o economista demonstra que as condições aqui presentes – abundância de terras e de mão de obra disponível – não resultaram em estímulos à elevação da produtividade da terra, como no caso inglês, ou do trabalho, como no norte-americano, em que esses elementos haviam se tornando relativamente escassos.<sup>207</sup>

Na ausência de forte pressão no sentido de aumentar a capitalização na agricultura – porta pela qual teriam de penetrar as novas técnicas – dificilmente a estrutura agrícola sofreria modificações de maior importância. Dessa forma, não se pode falar propriamente de um “desenvolvimento” agrícola, para o conjunto do país, e sim, tão somente de um crescimento em extensão da agricultura, sem apreciável aumento de produtividade.<sup>208</sup>

Sendo reconhecido que o setor agrário brasileiro não havia absorvido relevantes inovações técnicas durante o período de industrialização do país no pós-1930, a conclusão era a de que os ritmos diferenciados de crescimento da produtividade implicavam em um crescente afastamento entre os dois grandes setores da economia do país – de um lado, o setor urbano-industrial, palco de sucessivos aumentos de produtividade, de outro, o setor rural-agropecuário, em que este índice se encontrava, ao que tudo indica, estagnado.

---

<sup>207</sup> Furtado, Celso. “*Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*”. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2009, p. 226-31.

<sup>208</sup> Furtado, C., 2009, pp. 230-1.

Mas não era apenas entre cidade e campo que se viam ritmos e níveis de produtividade bastante diferenciados. Também no interior do heterogêneo campo brasileiro vislumbravam-se níveis de produtividade bastante contrastantes. Além disso, à essas diferenças setoriais somavam-se disparidades particularmente espaciais, ou regionais, visto que, nos termos de Furtado, o Brasil se apresentava como um “imenso contínuo territorial dotado de unidade política e cultural, mas descontínuo e heterogêneo do ponto de vista econômico.” Ainda segundo Furtado, tais diferenças regionais podiam ser constatadas simplesmente pela observação comparativa dos dois principais “sistemas econômicos autônomos” existentes, a economia nordestina e a centro-sulina – que se estendia de Minas Gerais até o Rio Grande do Sul, mas cujo centro dinâmico era São Paulo, que se distanciava inclusive do restante de sua “região”.<sup>209</sup>

Esse conjunto de ideias e interpretações brevemente apresentadas podem servir de ilustração de uma concepção fundamental do pensamento de Furtado, e de circulação corrente à época, no que diz respeito à sua conceituação do subdesenvolvimento como processo histórico autônomo e diverso daquele vivido pelos países centrais em seu caminho rumo ao desenvolvimento.<sup>210</sup>

No referido “Desenvolvimento e Subdesenvolvimento”, Celso Furtado conceitua o desenvolvimento econômico como um processo apoiado sobre a acumulação de capital e a adoção de novas técnicas e tecnologias na estrutura produtiva, e principalmente no setor industrial, do qual resulta uma expansão concomitante da produtividade e da renda real da coletividade.<sup>211</sup>

Furtado entende que, se o desenvolvimento dos países centrais resultou na progressiva homogeneização dos níveis de produtividade entre os diversos setores que compunham seu sistema econômico, o que se verificou nos países chamados subdesenvolvidos foi a emergência de estruturas econômicas híbridas. Enquanto uma parte passava a se comportar como um sistema capitalista, e assim se tornava palco para os efeitos cumulativos decorrentes da acumulação de capital, outra parte tendia a manter suas atividades sob formas pré-capitalistas, do que resultava a manutenção de baixos índices de produtividade e a rigidez de suas estruturas. Dessa forma diversa de

---

<sup>209</sup> Furtado, Celso. “*Perspectivas da Economia Brasileira*”. Cadernos do Desenvolvimento. Vol. 1, nº 2, 2006, p. 182. No presente capítulo, nos valemos em grande medida dessa espacialização (“Centro-Sul”), para se manter fiel à literatura analisada.

<sup>210</sup> Furtado, C., 2009, p. 171

<sup>211</sup> *Ibidem*, pp. 147-59.

comportamento entre os setores econômicos, derivava um também diferente nível de absorção de progresso tecnológico, que estaria presente nos setores capitalistas, por isso chamado de “modernos”, e em grande medida ausente nos demais setores, por isso denominados “atrasados”.<sup>212</sup>

Primeiro, foi o setor exportador de produtos primários que, sendo o nervo econômico do país até as primeiras décadas do século XX, se destacou em relação às demais atividades econômicas, concentrando em seus domínios a maior e melhor parte dos recursos e fatores produtivos – principalmente terras de melhor qualidade, mão de obra, e capital. Com a deflagração da industrialização – em paralelo à crise do setor exportador (particularmente do café) que lhe antecede e impulsiona – o setor urbano-industrial se tornou palco de processos cumulativos de aumento da produtividade, distanciando-se e se sobrepondo ao setor exportador em termos de geração de riqueza. Tudo isso ocorreu, entretanto, sem que uma grande parcela da população do país fosse diretamente afetada, já que esta se encontrava à margem das operações de mercado, desenvolvendo o que se chamou de “agricultura de subsistência”, baseada em métodos tradicionais e cujos baixíssimos níveis de produtividade mal chegavam a garantir sua sobrevivência.<sup>213</sup>

Furtado conceitua, então, o subdesenvolvimento – em sua fase “mais complexa”, em que se enquadrava o caso brasileiro – como uma estrutura híbrida, constituída por três setores cuja diferença residia em seus diversos níveis de produtividade. Na base, encontrava-se um setor “principalmente de subsistência”; tratava-se de um setor extremamente heterogêneo e encontrado, em diferentes proporções, em todo o território nacional. Um segundo setor constituía-se por atividades agrícolas comerciais e direcionadas “sobretudo para a exportação”, mas que passava a englobar também atividades primárias voltadas para o abastecimento do mercado interno. Ainda que suas atividades fossem também agrícolas, este setor se diferenciava do setor de subsistência por níveis de produtividade ligeiramente mais elevados, e principalmente por encontrar-se integrado ao mercado e respondendo a seus estímulos, razão pela qual pode ser denominado de setor “agrícola-comercial”. Por fim, havia o “núcleo industrial ligado ao mercado interno”, e as atividades urbanas, principalmente os serviços, a ele relacionados.

---

<sup>212</sup> Ibid., pp. 161, 173-4.

<sup>213</sup> Ibid., pp. 161-72.

Como já dito, este setor era palco de sucessivas elevações de produtividade, distanciando-se, assim, das demais atividades econômicas desenvolvidas no país.<sup>214</sup>

Furtado conceituava o desenvolvimento econômico de estruturas subdesenvolvidas, portanto, como o crescimento da importância relativa dos setores “modernos”, ou capitalistas, através da progressiva absorção da mão de obra até então alojada nos setores “atrasados”, e particularmente no setor de subsistência. Naquelas condições, isso significava o aumento da produtividade para o conjunto do sistema, e por consequência, o aumento da renda gerada no território do país.<sup>215</sup> Segundo o economista, era exatamente nisso que consistia o desenvolvimento econômico brasileiro pós-1930:

Tudo indica que esse desenvolvimento se vem traduzindo, basicamente, em transferência de mão de obra (a) de setores de mais baixa produtividade na agricultura (regiões de Minas e Nordeste) para outros de mais elevada produtividade (São Paulo e Paraná); (b) da agricultura em geral para as indústrias; e (c) desses dois setores para outras formas de emprego urbano. Em todos esses casos a transferência se traduz em elevação do salário real, e, em quase todos, em aumento da produtividade.<sup>216</sup>

Ignácio Rangel nos oferece uma perspectiva diferente em sua obra “Introdução ao Desenvolvimento Econômico Brasileiro”.<sup>217</sup> Ele reconhece que o processo de desenvolvimento implica e tem como causa a elevação da produtividade no conjunto do sistema econômico. No entanto, dizia o economista, “o aumento de produtividade não basta para explicar o processo do desenvolvimento.”<sup>218</sup> A explicitação do conteúdo do desenvolvimento deveria compreender, segundo Rangel, as mudanças operadas no “modo social de produção” durante esse processo, as quais se orientariam para uma ampliação e aprofundamento da divisão social do trabalho no conjunto do sistema econômico:

A divisão social do trabalho é [...] condição para o desenvolvimento, porque é condição para que a sociedade em seu conjunto aumente seu poder sobre a natureza, para obrigá-la a fornecer os meios de satisfação das necessidades humanas. As possibilidades de desenvolvimento das forças produtivas são muito restritas sem divisão do trabalho e podem ser estudadas como função desta. Segue-se, portanto, que na introdução de um novo modo de produção, caracterizado pela divisão social do trabalho, reside a medula do processo de desenvolvimento, de modo que podemos distinguir prontamente se uma economia é desenvolvida ou não simplesmente observando o grau de divisão

---

<sup>214</sup> Ibid., p. 171.

<sup>215</sup> Ibid., 162.

<sup>216</sup> Ibid., 231.

<sup>217</sup> Rangel, Ignácio. “Introdução ao Desenvolvimento Econômico Brasileiro”. In: Rangel, I. “Obras reunidas”, vol. 1, Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2012.

<sup>218</sup> Ibidem, p. 148.

do trabalho. Em igualdade de condições o crescimento da riqueza, por onde começamos nosso estudo do desenvolvimento econômico, será tão intenso quanto mais rápido seja a substituição da produção individual pela social.<sup>219</sup>

Rangel coloca, assim, o processo de desenvolvimento sob o microscópio. Sua análise se orientará para evidenciar os mecanismos e processos através dos quais uma economia evolui de estágios em que é reduzida a divisão do trabalho e, portanto, são também limitadas às operações de mercado, para aqueles em que a “produção social” se torna predominante. A partir deste conjunto de ideias, Rangel também identifica a economia brasileira a uma estrutura composta por “três camadas sobrepostas”, em que o nível de divisão do trabalho se aprofunda ao subirmos de uma camada para outra.

A primeira camada seria a da “economia natural”, em que predominava a produção para o autoconsumo, isto é, a produção ao nível do indivíduo ou da unidade familiar tanto de bens agrícolas quanto de bens de consumo, os quais provêm da elaboração pelo próprio indivíduo ou núcleo familiar dos bens agrícolas por ele produzidos, na forma da “indústria doméstica”.<sup>220</sup>

A segunda camada seria a da “economia de mercado”, cuja produção se destinava ao mercado, e não ao abastecimento do próprio produtor, como no caso da “economia natural”. Nesta camada encontrávamos tanto as indústrias e outras atividades urbanas, quanto a “agricultura comercial, especialmente a grande *plantation* voltada seja para o mercado externo, seja para o interno”.<sup>221</sup> Além disso, por mais que em grande parte dependentes da “economia natural”, os produtores da chamada “agricultura de subsistência” levavam, eventualmente, uma parte de sua produção ao mercado, encontrando-se, assim, com um pé em cada um destes setores, como diz Rangel.<sup>222</sup>

Por fim, a terceira camada consistiria no setor do “comércio externo” ou “setor resto do mundo”, que englobaria as atividades através das quais “nossa economia entra em contato com a economia mundial” e os “ramos de produção interna mais diretamente dependentes desse comércio” – isto é, mais dependentes de importações, tais quais os setores de produção de bens de capital e suprimentos básicos (energia, combustíveis, transportes, etc.). Nessa última camada, vigoraria um capitalismo de tipo monopolista,

---

<sup>219</sup> Ibid., p. 140.

<sup>220</sup> Ibid., pp. 147-8, 165-6, 306.

<sup>221</sup> Ibid.

<sup>222</sup> Ibid., 230.

“que no Brasil tende a orientar-se para o capitalismo de Estado, sob a forma jurídica do serviço de utilidade pública.”<sup>223</sup>

Segundo Rangel, o desenvolvimento econômico brasileiro da primeira metade do século XX havia consistido no “resultado da ação que a segunda formação exerce sobre a primeira, respondendo a estímulos partidos da terceira.” Ou seja, considerando que a maior parte da população brasileira em condições de trabalhar ainda se encontrava incorporada à economia natural, em suas diversas formas, o desenvolvimento econômico correspondia à “transferência dessa população para o nível da segunda formação, daquele onde domina o capitalismo privado”.<sup>224</sup> Essa transferência se fazia pela especialização da população rural nas atividades propriamente agrícolas e sua integração ao mercado ou pela migração para as cidades em que se processava o desenvolvimento industrial.<sup>225</sup>

Para melhor visualizar esse processo, o conceito de “complexo rural” apresentando por Rangel é fundamental. A ideia de “complexo rural” busca traduzir o conjunto de atividades empreendidas, principalmente, no âmbito da economia agrária, nos estágios mais primários de desenvolvimento econômico. A característica principal do “complexo rural” seria a quase ausência de divisão do trabalho, do que resultaria um expressivo isolamento das unidades produtivas, e o desempenho, no seu interior, de um conjunto de atividades agrícolas e não agrícolas, sobre o qual se apoiam este isolamento e autossuficiência.<sup>226</sup> Ou seja, o tamanho relativo do “complexo rural” diz respeito ao número de atividades desempenhadas no interior de uma mesma unidade produtiva, para além da atividade agrícola principal.

Se tratando de um conjunto de atividades econômicas, o “complexo rural” pode se manifestar sob diversas formas. No caso brasileiro, diz Rangel, ele se manifestou primordialmente no âmbito da “fazenda de escravos”, pela divisão entre os escravizados “do eito” – isto é, aplicados em trabalhos propriamente agrícolas – e os da “casa-grande”, responsáveis por desempenhar um conjunto de atividades não agrícolas, incluindo-se a elaboração de bens primários em bens de consumo, sobre a qual se apoiava a autossuficiência da fazenda.<sup>227</sup>

Com a crise da escravatura, que culminaria na abolição da instituição, não era mais a subordinação direta do trabalho, mas a monopolização da propriedade fundiária

---

<sup>223</sup> Ibid.

<sup>224</sup> Ibid., pp. 148.

<sup>225</sup> Ibid., p. 167.

<sup>226</sup> Ibid., 151-9.

<sup>227</sup> Ibid., pp. 169-70.

que garantia a disponibilidade de mão de obra ao latifúndio. O latifúndio se reorganizava, e era pela “promessa de concessão de terra” em troca de uma parte da produção ou do fornecimento de trabalho que seu proprietário lograva manter em seus domínios a mão de obra que lhe era necessária. Nesse contexto, prossegue Rangel, o “complexo rural” se transfigura e a autossuficiência que lhe caracteriza agora deve se concretizar ao nível do núcleo familiar.<sup>228</sup>

Tomemos como exemplo, então, uma família de pequenos produtores, ou o núcleo familiar de um trabalhador rural, do Brasil das primeiras décadas, ou mesmo de meados do século XX. Só uma parte do tempo de trabalho destas famílias era dedicado às atividades agrícolas propriamente ditas. Destas atividades resultava um produto em bens agrícolas, parte do qual podia se tornar fonte de uma renda monetária (seja através da venda no mercado, seja através do salário recebido em troca desses bens), enquanto a parte restante era consumida diretamente pelo núcleo familiar.<sup>229</sup>

No entanto, diz Rangel, a produção de bens agrícolas (tanto dos artigos comerciais quanto dos gêneros de subsistência) não chegava a ocupar todo o tempo de trabalho deste núcleo familiar, e suas necessidades não eram completamente satisfeitas pelo consumo do produto agrícola e pela renda monetária decorrente destas atividades agrícolas. De fato, uma parte muito relevante do tempo de trabalho deste núcleo familiar era dedicada à elaboração de bens primários, isto é, à produção doméstica de bens não agrícolas essenciais para sua subsistência (moradia, vestimenta, equipamentos e utensílios, etc.).

É daí que resultava o relativo isolamento deste núcleo familiar, do fato de que grande parte das necessidades de seus membros era satisfeita através destas atividades manufatureiras domésticas, isto é, por meio desta “produção natural”, e não pela compra no mercado. Entretanto, dada a ausência de divisão do trabalho, que tornava cada membro do “complexo rural” um “oficial de mil ofícios”, era bastante baixa a produtividade do trabalho deste núcleo familiar, que no limite era suficiente tão somente para satisfazer, em grau mínimo, suas necessidades básicas.<sup>230</sup> Por consequência, o nível de divisão do trabalho e de produtividade da economia como um todo encontra-se em relação inversa à grandeza relativa do “complexo rural”.

No caso brasileiro, Rangel identificava, à época – o texto em questão é de 1955 – , que esta “produção natural” ainda tinha muito mais importância para a família rural, isto

---

<sup>228</sup> Ibid., p. 172.

<sup>229</sup> Ibid., 151-2.

<sup>230</sup> Ibid., 152-4, 157.

é, compunha uma parte maior de sua “renda efetiva”, do que a produção indireta, mediada pela compra e venda no mercado. “Segue-se que a economia de mercado não passa de leve crosta boiando em imenso oceano de força de trabalho à espera de melhor ocupação”, dizia o economista.<sup>231</sup>

É nesse sentido que o desenvolvimento econômico, para Rangel, se identificaria com a “abertura do complexo rural”, isto é, com a introdução de novos modos de produção pautados pela divisão social do trabalho, em especial a produção industrial, e a eliminação, do âmbito do complexo rural, “de uma atividade após outra”. A abertura do complexo rural resultaria, assim, em dois movimentos complementares: a atividade expelida do complexo rural passa a ser realizada em condições de produção social integrada ao mercado; e o complexo rural se simplifica, ampliando-se o grau de especialização do núcleo familiar rural nas atividades agrícolas propriamente ditas. “Quer isso dizer que a dissolução do complexo rural é condição para o aumento da produtividade, não apenas da mão de obra que emigra para fora do meio agrícola, como da que aí fica.”<sup>232</sup>

Este movimento seria resultante, em última instância, da transferência de mão de obra do setor agrícola para atividades de maior produtividade, particularmente as urbanas e industriais. Através do mesmo movimento, a população que permanece no meio rural tende a se especializar nas atividades propriamente agrícolas, com expansão da sua renda derivada da comercialização de bens agrícolas, aumento da quantidade de bens e serviços adquiridos no mercado e conseqüente abandono progressivo das atividades não agrícolas. Essa especialização e o conseqüente aumento de produtividade das atividades agrícolas seriam necessários não só para que o aumento da renda monetária compensasse o abandono das atividades próprias da “economia natural” pela população rural, mas para atender ao aumento da procura por bens agrícolas determinado pela expansão da população urbana.<sup>233</sup>

Desta feita, tanto para Furtado, quanto para Rangel, o conteúdo do desenvolvimento econômico brasileira se identificava com o árduo, mas consistente, processo de transferência da população dedicada à “economia natural” ou à “agricultura de subsistência” para a “economia de mercado” – seja através da migração da população rural para as cidades, seja através da especialização e integração no mercado da população

---

<sup>231</sup> Ibid., 158.

<sup>232</sup> Ibid., 158-9.

<sup>233</sup> Ibid., 159-61.

que permanecia no setor agrário. Tal transferência implicava em um aumento de produtividade no sistema econômico como um todo. De todo modo, tal transferência ainda se processava, na década de 1960, de maneira bastante lenta, sendo ainda considerável o contingente que se encontrava integrado à chamada “economia natural”.

Além de se processar de maneira lenta, tal transferência não se processava de forma tão simples e destituída de contradições quanto à princípio se pode pensar, em especial a partir do ponto de vista deste trabalhador que até então se integrava à chamada “economia natural” ou de subsistência. De fato, a dissolução da economia natural e a inserção de um trabalhador à economia de mercado, algo que era visto como positivo a partir da totalidade do sistema econômico, possuía traços muito mais ambíguos se visualizada do ponto de vista deste indivíduo.

Do ponto de vista do trabalhador que ficava no campo, a integração ao mercado significava maior especialização nas atividades agrícolas. Como diz Antônio Candido, em seu “Parceiros do Rio Bonito”<sup>234</sup>, isso exigia uma intensificação do ritmo de trabalho, cuja contrapartida seria a eliminação da indústria doméstica e de outras atividades tradicionais (a caça, por exemplo). No entanto, dizia Candido, essa concentração nas atividades agrícolas podia não ser suficiente para que um trabalhador até então inserido na economia natural mantivesse seu nível de vida, medido em termos de bens de consumo a ele acessíveis, em especial por razão da “desproporção entre as suas possibilidades totais de lucro e o preço que paga para satisfazer as necessidades complementares.”<sup>235</sup>

Além disso, a dissolução do regime de autossuficiência e a integração deste indivíduo à ordem edificada e propagada pela expansão capitalista e pela urbanização acelerada demandava uma complexa adaptação cultural, no sentido do abandono de um conjunto de ritmos, práticas, hábitos e rotinas e sua substituição por outras que lhe eram mais ou menos impostas. No entanto, diante da impetuosidade da expansão capitalista e da mercantilização das relações sociais, tal adaptação podia se realizar de forma bastante precária, assumindo a forma de uma “crise social e cultural”, visto que a dissolução de um conjunto de instituições historicamente consolidadas não era compensada suficientemente pelo estabelecimento de novas. Nos termos de Candido:

Assim, por exemplo, a solidariedade vicinal se atrofia – mas a situação do parceiro e do pequeno sitiante não lhes permite dispensá-la. A indústria doméstica se atrofia – mas o poder aquisitivo não comporta a sua substituição

---

<sup>234</sup> Candido, A., 2017.

<sup>235</sup> Ibidem, p. 209.

satisfatória pelos produtos manufaturados. Os velhos utensílios e instrumentos são desprezados – mas os novos não se tornam acessíveis. Os grupos e os indivíduos vão se despreendendo da absorção do meio imediato – mas não tem elementos para promover de maneira adequada o reajuste a novos meios. A caça e a pesca se reduzem a quase nada como recurso de abastecimento – mas não podem ser substituídas pela alimentação cárnea do comércio.<sup>236</sup>

Já do ponto de vista do trabalhador que emigra do campo, este deveria encontrar uma nova ocupação nos espaços urbanos. Isso tornava o processo inteiramente dependente do nível de absorção de força de trabalho pelas atividades urbanas. Caso este nível não se equivalesse à velocidade de dissolução da economia natural e de abertura do complexo rural, viriam a se acumular nos espaços urbanos uma crescente camada de desocupados. É assim que a “abertura do complexo rural” poderia se manifestar como uma “crise agrária” na forma de um “excedente de força de trabalho” incapaz de ser absorvido em outros setores. À frente, veremos como esta ideia cumpre papel central na teorização de Rangel sobre a questão agrária.

Antes, ainda nos cabe demonstrar como os desequilíbrios setoriais acima referidos se materializavam no Brasil muito particularmente por disparidades crescentes entre os diferentes sistemas econômicos regionais que se desenvolviam no extenso território do país, e como tais circunstâncias atuavam sobre a forma de manifestação de nossa questão agrária.

De fato, se existiam em todas as regiões do Brasil diferenças gritantes entre as atividades ali desenvolvidas, no que toca seu padrão técnico e nível de produtividade, se tornava cada vez mais óbvio que uma região particular – Centro-Sul, sendo seu polo São Paulo – se distanciava progressivamente das demais ao concentrar em suas fronteiras as atividades mais “modernas” do país, tanto na indústria quanto na agricultura. Nos concentraremos à frente nas crescentes disparidades entre esta região e o Nordeste brasileiro, tanto para fins de simplicidade da exposição, quanto porque estes dois se apresentavam como os principais “sistemas econômicos regionais” então presentes no país, como já dito.

Ao publicar sua mais conhecida obra, “Formação Econômica do Brasil”<sup>237</sup>, Furtado já havia identificado que o processo de desenvolvimento econômico brasileiro havia implicado em uma crescente concentração regional da renda na região paulista, e

---

<sup>236</sup> Ibidem, p. 251-2.

<sup>237</sup> Furtado, Celso. “*Formação Econômica do Brasil*”. 34ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

consequentemente havia elevado as disparidades existentes entre as diferentes regiões, e particularmente entre esta e a região nordestina.<sup>238</sup> Nesta última, o desenvolvimento industrial era ainda bastante incipiente, o que tornava a região dependente da exportação de alguns poucos artigos de exportação. Como a demanda por estes artigos era pouco dinâmica, predominava na região uma larga faixa de atividades de subsistência, e era evidente a existência de um “excesso estrutural de mão de obra”.

Ao comparar as duas regiões ao final da década de 1950, Furtado identificava que a renda *per capita* do Nordeste equivalia a menos de 1/3 da centro-sulina. Além disso, uma parcela muito maior da população nordestina encontrava-se ocupada na agricultura do que a população do Centro-Sul (71,7% contra 51,1%).<sup>239</sup>

No entanto, não era só pela predominância de um setor industrial que se verificava tal diferença regional na geração de renda. A agricultura centro-sulina também se encontrava em estágio mais avançado de desenvolvimento do que a nordestina, uma vez que sua produtividade era cerca de 52% superior do que a agricultura do Nordeste, além de possuir um grau de capitalização por hectare de terra cerca de quatro vezes maior. Por fim, a agricultura centro-sulina era dotada de maior disponibilidade de recursos naturais, e particularmente de terra arável, o que se verificava pela quantidade de terra disponível por homem ocupado em atividades agrícolas: 1,3 hectare no Nordeste contra 2,4 hectare no Centro-Sul.<sup>240</sup>

Nota-se, assim, como a questão agrária nordestina se revelava pela existência de uma população excedente, tanto em relação à quantidade de terras disponíveis para a produção primária – sobretudo considerando o extremo nível de concentração fundiária na região –, quanto ao capital existente e aplicado neste tipo de atividade. O problema se tornava mais complexo e grave pelo fato de o fraco desenvolvimento do setor industrial nordestino não ser capaz de absorver este excedente populacional, situação que era estimulada pela concorrência oferecida pelas indústrias centro-sulinas em estágio mais avançado de desenvolvimento.<sup>241</sup>

Rangel argumentava em sentido parecido. Sua problematização da questão nordestina emerge no interior de sua interpretação mais ampla do campo brasileiro, em

---

<sup>238</sup> Furtado, C., 2007, cap. 36.

<sup>239</sup> GTDN. “*Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*”. In: “A Saga da Sudene (1958-1964)”. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009-B, p. 90.

<sup>240</sup> GTDN, 2009-B, pp. 90-1.

<sup>241</sup> Furtado, Celso. “*A Operação Nordeste*”. In: Furtado, C. “A Saga da Sudene (1958-1964)”. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009-B, pp. 30-4.

sua obra “A Questão Agrária Brasileira”. Rangel conceitua a “questão agrária brasileira” nos seguintes termos: o Brasil conhece no século XX uma “crise agrária”, cuja manifestação consistiria em um “excedente concomitante de bens agrícolas supridos e de mão de obra liberada pelo setor agrícola”.<sup>242</sup> Tal crise havia sido “deslanchada por transformações no nível das ‘relações externas de produção’ do setor agrícola”, isto é, no nível das relações estabelecidas por este com a economia brasileira como um todo (via mercado interno) e com a economia mundial (via exportações). Sendo assim, tratava-se de uma “crise de ajustamento das condições de produção no campo à dupla contingência de estagnação da demanda internacional por seus produtos de exportação e de desenvolvimento do capitalismo industrial.”<sup>243</sup>

Com efeito, a crise agrária brasileira se manifesta previamente à industrialização do país, e é mesmo causa dela, uma vez que foi da contração da demanda externa pelos produtos agrícolas de exportação que se originou o impulso inicial para esse processo inédito de desenvolvimento do setor industrial do país. A partir de então, o setor exportador passa a apresentar uma crônica situação de superprodução de bens agrícolas, cujo escoamento se torna quase impossível, exigindo uma série de medidas paliativas, principalmente por parte do Estado. A crise do setor exportador se traduziu, então, em um amplo contingente de mão de obra tornado excedente, que se volta para a “produção natural” e para o relativo isolamento próprios ao “complexo rural”, ou que passa a migrar para as cidades em busca de nova ocupação.<sup>244</sup> De todo modo, deflagrada a industrialização por substituição de importações, o setor industrial passa a absorver quantidades crescentes de mão de obra, “compensando, assim, os efeitos da crise agrária latente e desagudizando-a.”<sup>245</sup>

Simultaneamente, contudo, a industrialização impôs novas demandas à economia agrária, no que tange o fornecimento de bens agrícolas para o mercado interno. Diante dessa nova modificação de suas relações externas de produção, uma parte das unidades produtivas que compunha a heterogênea economia agrária brasileira reagiu através da apuração das relações capitalistas em seu interior, do que resultou a substituição do “latifúndio feudal”, ou pré-capitalista, pelo “latifúndio capitalista” em certos pontos do

---

<sup>242</sup> Rangel, Ignácio. “*A questão agrária brasileira*”. In: Rangel, I. “Obras reunidas”, vol. 2, Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2012, p. 41.

<sup>243</sup> Bielschowsky, Ricardo. “*Pensamento Econômico Brasileiro*”. 5ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004, p. 229-30.

<sup>244</sup> Nesse sentido, ver Rangel, I., 2012, v. 1, pp. 175-8.

<sup>245</sup> Rangel, I., 2012, v. 2, pp. 43-5.

sistema econômico. Assim, estimulava-se em maior grau a “abertura do complexo rural”, isto é, a especialização do trabalhador do campo em atividades propriamente agropecuárias. As nascentes unidades produtivas de tipo capitalista convergiram, em primeiro lugar, para a atividade pecuária, para depois avançar sobre certas formas de monocultura – em ambos os casos, pois era possível formar “uma parte importante do seu capital pelo uso dos fatores imediatamente ao seu dispor”, basicamente terra e mão de obra.<sup>246</sup>

Os efeitos da penetração do capitalismo no campo, e particularmente da elevação da produtividade do trabalho que lhe é inerente, vieram a agravar a crise agrária brasileira, tanto no que tange à formação de uma superpopulação rural quanto à superprodução agrícola. No entanto, esta crise não se manifestou da mesma forma nos dois principais sistemas econômicos regionais do país, o Nordeste e o Centro-Sul. Pelo contrário, foi esta última região que se tornou o espaço em que primordialmente se manifestava a “superprodução agrícola”, enquanto a “superpopulação” passa a se formar principalmente no Nordeste e em parte de Minas Gerais.<sup>247</sup> Ou seja, enquanto o Centro-Sul acumulava estoques de produtos agrícolas invendáveis (com destaque para o conhecido caso do café), a crise agrária se manifestava no Nordeste pela existência de uma “superpopulação” que o sistema econômico nordestino não era capaz de absorver no “enquadramento institucional” então vigente.

A penetração do capitalismo no campo brasileiro veio a acentuar a já crônica situação do excedente populacional no Nordeste por duas vias. Em primeiro lugar, pelo fato de o desenvolvimento capitalista no campo ter se processado, inicial e principalmente, fora do Nordeste, o que deslocou a agricultura nordestina para uma posição de marginalização. Estimulava-se, assim, a “ruína de muitíssimos produtores encaixados ainda em estruturas pré-capitalistas e à margem, portanto, do processo de elevação da produtividade do trabalho”, os quais passam a engrossar “os contingentes da superpopulação”.<sup>248</sup>

Depois, pelo fato do movimento correlato, ainda que menos intenso, de penetração do capitalismo em determinados pontos da região nordestina, ter deslocado um contingente até então dedicado à policultura baseada nas relações de parceria e outras

---

<sup>246</sup> Ibidem, pp. 25-6, 60.

<sup>247</sup> Ibidem.

<sup>248</sup> Ibid., 28.

formas de concessão de uso da terra, “tomando-lhes as terras e expulsando-as do mercado.”<sup>249</sup> Revela-se aí, o movimento identificado por Caio Prado Jr., de acentuação da concentração da propriedade nos pontos em que se processa com mais vigor a expansão capitalista, que vinha a resultar em um ainda maior contingente tornado supérfluo e destituído de terra ou ocupação.

Não havendo possibilidades reais de ascensão social através da migração para as capitais da região, que já se encontravam, elas também, tomadas por um amplo contingente empobrecido e sem ocupação, restava a essa população rural “liberada” pela economia agrária nordestina a migração para o sul (seja para as cidades, seja para as zonas agrícolas de mais intenso desenvolvimento), ou para as regiões de fronteira agrícola em expansão, com destaque para o Maranhão. É assim que, para Rangel, as migrações internas figuravam como um necessário “corretivo dos efeitos do desenvolvimento capitalista no campo, dentro e fora do Nordeste, tanto pelos seus efeitos diretos, como pelos indiretos”.<sup>250</sup>

O fenômeno das migrações internas foi objeto de análise de Juarez Brandão Lopes, em sua obra “Desenvolvimento e Mudança Social”<sup>251</sup>. Como parte das “condições básicas das migrações internas”, Lopes identificava o recente desenvolvimento da infraestrutura de transportes e comunicações, que haviam viabilizado a mobilidade humana intrarregional e inter-regional, bem como haviam permitido a maior difusão de elementos da “vida moderna”, o que acentuava as “forças de atração” das zonas de maior desenvolvimento econômico, tanto as urbanas quanto às rurais, que já existiam sob a forma de melhores salários pagos e outras “vantagens de toda ordem” (inclusive no tocante à legislação trabalhista).<sup>252</sup> Também era bastante atrativa a migração para as zonas de fronteira agrícola em expansão – Goiás, Mato Grosso, Paraná e Maranhão – em que também vigoravam melhores condições de emprego e remuneração, e em que a posse da terra era mais facilmente obtida.

Nesse contexto, avolumavam-se os fluxos migratórios, e particularmente os originados naquelas regiões em que eram mais presentes as “forças de repulsão”, as quais consistiam principalmente na monopolização da propriedade da terra, na deterioração das

---

<sup>249</sup> Ibid., 28-9.

<sup>250</sup> Ibid., p. 29-31.

<sup>251</sup> Lopes, Juarez Brandão. *“Desenvolvimento e mudança social: formação da sociedade urbano-industrial no Brasil”*. 3ª ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1976.

<sup>252</sup> Lopes, J. B., 1976, pp. 49

condições de vida da população rural (sob diversas formas), e em desastres naturais como as secas periódicas que assolavam parte do território nordestino. Visto que estes elementos se faziam mais presentes na economia agrícola do Nordeste, era dali que partia a maior parcela dos migrantes.<sup>253</sup>

O efeito conjunto das “forças de atração e repulsão” impôs, assim, a intensificação progressiva dos fluxos migratórios internos no período em questão. Lopes identificava, nesse contexto, três principais correntes migratórias<sup>254</sup> que se apresentavam no território brasileiro. Primeiro, a corrente rural-urbana, identificada em todo o país. Segundo, a migração inter-regional do Nordeste para o Sul. Inicialmente, esta corrente migratória manifestou-se principalmente por uma transferência da população agrícola nordestina para as lavouras paulistas, que ofereciam melhores condições de trabalho e remuneração. No entanto, Lopes identificava que crescia o número de migrantes do Nordeste que se direcionava diretamente para as cidades do Sul, em busca de ocupação nas atividades fabris ou em outros tipos de atividades urbanas.<sup>255</sup> Por fim, havia as correntes migratórias em direção às franjas pioneiras da exploração agrícola, principalmente dos estados do Paraná, Mato Grosso, Goiás e Maranhão, onde também se encontravam melhores condições de trabalho e remuneração nas atividades agropecuárias, e principalmente em que era mais fácil se obter a posse da terra.

Diante desse cenário de intensificação dos fluxos migratórios por consequência da formação de uma “superpopulação agrícola”, Rangel entendia que a magnitude e profundidade de nossa crise agrária se encontrava em uma relação inversa com o volume de mão de obra crescentemente absorvido pelo restante do sistema econômico, e particularmente, em nosso caso, pelo setor industrial. Noutros termos, “a evolução de toda a questão agrária” dependia, diretamente, do que viria a acontecer “com a economia nacional como um todo”.<sup>256</sup> Revela-se, assim, em termos de circulação corrente à época, como o processo de desenvolvimento impunha problemas que só poderiam vir a se resolver com “mais desenvolvimento”.

Nesta seção, buscamos demonstrar como o campo brasileiro foi interpretado, no debate acerca da questão agrária travado em nosso período de interesse, a partir do

---

<sup>253</sup> Ibidem, pp. 55-7.

<sup>254</sup> Ibidem, p. 53.

<sup>255</sup> Ibid., p. 62.

<sup>256</sup> Ibid., p. 71.

reduzido nível técnico que caracterizava suas atividades. Na forma como era conceituado à época, o desenvolvimento econômico consistia na transferência da população inserida em atividades de baixíssima produtividade (principalmente a chamada “agricultura de subsistência”, em que predominava a “economia natural”) para outros setores em que este índice fosse mais elevado – isto é, o que se chamou de setor “agrícola-comercial” ou o setor urbano-industrial. Vimos, contudo, como este processo não se processava de maneira simples, impondo contradições e dificuldades tanto à população que deixava o campo, quanto àquela que permanecia no campo e se integrava em maior medida ao mercado.

Vimos também que tal transferência setorial implicava em intensos movimentos migratórios inter-regionais, visto que as atividades de maior produtividade se concentravam em uma região específica do país, a Centro-Sul, cujo polo era São Paulo. Nesse contexto, manifestava-se nessa região um dos lados da “crise agrária brasileira”, o da “superprodução agrícola”. O Nordeste, por sua vez, se apresentava como o espaço “expulsor” de mão de obra, dada a existência de uma população excedente que, por não poder ser integrada devidamente ao sistema econômico, se restringia às atividades e à miséria próprias à “agricultura de subsistência” e à “economia natural”. Ao penetrar no campo nordestino, entretanto, o capitalismo foi responsável pelo deslocamento de uma grande parte destes trabalhadores até então inseridos em estruturas pré-capitalistas. Expulsos de suas terras – ou espremidos em lotes de tamanho ínfimo – e sem ocupação adequada em seus locais de origem, restava a esses trabalhadores a emigração como alternativa à permanência em estado de miserabilidade.

Nota-se, assim, como o referido processo de transferência de mão de obra de setores “atrasados” para setores “modernos”, o qual era entendido como o conteúdo específico do desenvolvimento econômico brasileiro, se materializava em um verdadeiro traslado regional de uma ampla população empobrecida em busca de melhores condições de vida. A concentração do desenvolvimento econômico e das atividades mais produtivas em espaços determinados, particularmente o entorno de São Paulo, determinou que a transformação da estrutura ocupacional no país, com crescimento da importância dos setores mais produtivos, se processasse através da “reterritorialização” de um enorme contingente populacional.

No entanto, já se notava à época que a rápida deterioração das condições de vida da população do campo, e as quantidades crescentes desta tornadas excedentes nos

quadros então vigentes, tornava o êxodo rural mais intenso do que as demais partes do sistema econômico, e particularmente as cidades, eram capazes de absorver em termos de mão de obra. O resultado era o surgimento do desemprego urbano, e, simultaneamente, a compressão dos salários pagos àqueles que obtinham ocupação nas atividades urbanas. Em síntese, o resultado dos desequilíbrios setoriais e regionais que antecedem e acompanham o processo de expansão capitalista no Brasil foi a reprodução, nos espaços urbanos, da pobreza reinante nos espaços rurais.<sup>257</sup> Vista deste ponto de vista, a expansão capitalista se processou no Brasil como uma enxurrada desorganizadora que exigiu, e continuaria a exigir das classes baixas do país enormes e permanentes esforços de “luta pela sobrevivência”.

### **Agricultura, desenvolvimento e a questão do mercado interno**

Na seção anterior, vimos como a economia brasileira foi apreendida por autores como Celso Furtado e Ignácio Rangel como uma estrutura híbrida, em que se manifestavam diferenças profundas de padrão técnico e de produtividade à nível setorial e regional. O heterogêneo setor agrário brasileiro figurava, nessas interpretações, como aquele cujos níveis de produtividade se afastavam dos níveis cada vez mais altos apresentados pelas atividades urbanas, e particularmente pela indústria. Vimos como esta constatação levava à conclusão de que o desenvolvimento econômico brasileiro se processava através da transferência de mão de obra dos setores mais “atrasados” para aqueles mais “modernos”.

No entanto, a própria ocorrência desta transferência, mesmo que de forma lenta, e o conseqüente crescimento relativo tanto da população urbana no total da população brasileira quanto das atividades industriais no conjunto do sistema econômico, colocava para os estudiosos da economia brasileira uma questão de importância fundamental: podia o campo brasileiro responder às renovadas “funções” que o desenvolvimento econômico e industrial lhe impunha, ou seus reduzidos níveis de produtividade viriam a figurar como obstáculo à continuidade do desenvolvimento?

Tal questão concentrou importantes esforços de teorização sobre o campo brasileiro naquele período histórico, principalmente por parte dos “teóricos do

---

<sup>257</sup> Podemos ver constatações nesse sentido, ao menos, em Prado Jr., C., 2014, p. 300; Rangel, I., 2012, v. 1., p. 576 e Furtado, C., 2009-A, pp. 231-2.

desenvolvimento”, cuja preocupação central era identificar e propor soluções para os obstáculos estruturais que se apresentavam e retardavam o processo de desenvolvimento econômico, que à época era identificado (ainda que não completamente) ao crescimento e diversificação das atividades industriais. Mas em que consistiam tais “funções” que o desenvolvimento econômico impunha ao setor agrário?

Ignácio Rangel respondeu esse questionamento em termos bastante simples:

O setor agrícola de uma economia em processo de industrialização deve cumprir duas ordens de funções: (a) suprir, na quantidade e nas especificações necessárias, os bens agrícolas de que carece o sistema, considerando as necessidades de seu comércio exterior; (b) liberar, reter ou mesmo reabsorver mão de obra, conforme as circunstâncias, de acordo com as necessidades das próprias atividades agrícolas e as dos demais setores do sistema econômico.<sup>258</sup>

A segunda função, qual seja, a relativa à transferência, retenção ou reabsorção de mão de obra, já foi devidamente tratada na seção anterior. Como se viu, como o campo brasileiro se caracterizava pela existência de uma população excedente em relação às oportunidades de trabalho e ao nível de atividade econômica existente, o problema da mão de obra dizia respeito propriamente à capacidade do setor urbano-industrial de absorver essa população excedente. Isso quer dizer que a industrialização brasileira não encontrou problemas pelo lado da oferta de mão de obra, uma vez que a pobreza rural implicou em um fluxo crescente de trabalhadores em busca de ocupação nos espaços urbanos. Em nenhum momento a indústria sofreu com escassez de mão de obra, muito pelo contrário, sua abundância foi responsável por manter estacionários os salários, tanto rurais como urbanos, durante quase todo o processo de desenvolvimento que segue a Crise de 1929.<sup>259</sup>

Nos concentraremos, então, na primeira função proposta por Rangel, qual seja, a de fornecer ao sistema econômico uma quantidade crescente de bens agrícolas exigidos pelo processo de desenvolvimento. Tais bens agrícolas podem ser divididos em duas espécies. Primeiro, há os voltados para a exportação. Sua importância no desenvolvimento econômico reside no caráter de “origem de divisas” do setor exportador, que figura, portanto, como o setor que possibilita a importação de progresso técnico. Segundo, deve o setor agrário “alimentar” o mercado interno com uma quantidade crescente de bens agrícolas, principalmente alimentos e matérias-primas, que são exigidos

---

<sup>258</sup> Rangel, I., 2012, v. 2, p. 37.

<sup>259</sup> Furtado, C., 2009, pp. 225-6, 231-2.

pelo processo acelerado de urbanização e industrialização. E deve fazê-lo, como alerta Rangel, sob as condições de uma progressiva “drenagem de mão de obra”<sup>260</sup> por parte dos espaços urbanos, que se reflete numa perda de importância relativa da população dedicada às atividades primárias no conjunto da população total. Cada trabalhador rural deve, então, a cada nova etapa, ser capaz de “alimentar” um número maior de indivíduos que não se encontram envolvidos na produção primária.

A despeito da situação crônica de estagnação da demanda externa por produtos primários brasileiros vivenciada desde o início do século XX, foi a questão da capacidade do setor agrário de alimentar o mercado interno que concentrou em maior medida as atenções dos estudiosos do campo brasileiro. Existem uma série de razões para isso.

A primeira delas foi tratada na seção anterior, e diz respeito ao reduzido padrão técnico do setor agropecuário brasileiro, que se revelava pelos diferentes, mas sempre pouco satisfatórios, níveis de produtividade encontrados nas diversas “agriculturas regionais”. Dado esse histórico baixo nível de produtividade, que aparentava se manter inalterado até então, pairavam sérias dúvidas sobre a capacidade do setor agrícola de responder à demanda crescente imposta pelo mercado interno em expansão. Afinal, mesmo diante do aumento da procura, não haviam ocorrido evidentes e profundas modificações nos métodos de produzir e nas relações de trabalho do campo brasileiro por todo o período de desenvolvimento transpassado até então, de modo que o aumento da produção agrícola em resposta a tal elevação da demanda aparecia como resultado tão somente da “incorporação de novas terras ao cultivo”. Ou seja, configurava-se como mero “crescimento em extensão da agricultura”, sem aumento de produtividade.<sup>261</sup>

Uma segunda razão para tais preocupações também já foi referida neste capítulo. Trata-se do histórico desequilíbrio existente entre o “setor exportador” e o “setor de gêneros de subsistência” identificado por Caio Prado Jr., e tido por ele como um reflexo do “sentido da colonização” sobre a formação histórica do país. Diante dessa herança histórica, os poucos setores da economia agrária que apresentavam níveis mais satisfatórios de produtividade destinavam-se a produzir artigos de exportação – com destaque para o café e o açúcar. Este setor concentrava a maior e melhor parte das terras aráveis do país, bem como já havia conhecido uma evolução mais rápida no sentido de

---

<sup>260</sup> Rangel, I., 2012, p. 16.

<sup>261</sup> Furtado, C., 2009-A, pp. 230-1.

uma organização de tipo capitalista. Por sua vez, nas unidades produtivas voltadas ao mercado interno ainda prevaleciam, segundo se entendia, formas de organização pré-capitalistas:

A agricultura de exportação, pelo fato mesmo de que é negócio altamente lucrativo, interessou aos bancos, a grandes empresas estrangeiras, e logrou organizar-se em bases até certo ponto racionais. A agricultura ligada ao mercado interno, com exceção de poucas regiões do país, permaneceu nas formas arcaicas de organização que caracterizam as regiões pré-capitalistas.<sup>262</sup>

Ademais, ao ser confrontada com o processo de desenvolvimento econômico, teve a agricultura brasileira de se adaptar a uma situação e a um conjunto de funções e atividades que até então não lhe eram exigidas. Isso não poderia se processar de maneira simples, como também aponta Celso Furtado:

[...] a transformação de uma economia agrícola de exportação de uns poucos produtos homogêneos em outra de mercado interno, de uma multiplicidade de produtos, criou problemas de organização de várias ordens: o sistema de crédito não estava preparado para atender a nova agricultura, a comercialização resultou ser muito mais complexa, os desperdícios muito maiores etc.<sup>263</sup>

Nesse novo contexto, a questão da diversificação produtiva agrícola aparecia como fundamental. O processo de desenvolvimento não exigia apenas o crescimento da produção agrícola, mas sua diversificação, com a intensificação da produção de um conjunto amplo de artigos, principalmente os alimentícios – feijão, arroz, milho, carnes, ovos, leite, frutas. Como diz Furtado, com a urbanização a procura por estes artigos crescia “mais que proporcionalmente”, dado o maior poder de compra obtido nos espaços urbanos, em comparação ao que se obtinha no campo. No entanto, o necessário aumento da produção de artigos agrícolas demandados pelo mercado interno implicava em graves problemas organizacionais, além de esbarrar nas taxas de lucro potencialmente mais altas obtidas pelas atividades exportadoras, e por consequência na menor atratividade da produção agrícola para o mercado interno. Com efeito, a diversificação da produção agrícola chocava-se com a histórica tradição da monocultura como forma predominante de organização da produção no campo brasileiro.<sup>264</sup>

---

<sup>262</sup> Idem, 2006, p. 188.

<sup>263</sup> Id., 2009-A, p. 230.

<sup>264</sup> Nesse sentido, cf. Furtado, C., 2009-B, p. 38.

Além disso, a comercialização de artigos agrícolas no mercado interno enfrentava barreiras no campo da infraestrutura, que exigia certa adaptação para permitir a circulação destes produtos no interior do território nacional, algo mais complexo do que simplesmente promover seu escoamento para o mercado externo – em especial, considerando a já existente infraestrutura “herdada” de nosso passado agrário-exportador. Ao identificar que “aproximadamente, a terça parte da produção brasileira de alimentos se perde entre o produtor e o consumidor”, Furtado entendia que as deficiências nos serviços de transporte e de armazenamento constituíam barreiras cruciais ao aumento da produção de artigos agrícolas para o mercado interno, e particularmente dos alimentos.<sup>265</sup>

Como aponta Rangel, a extensão e o desenvolvimento do sistema de transportes não figurava apenas como método de elevação da taxa de lucro obtido pelos produtores agrícolas, ela era condição para pôr “em marcha o processo de passagem a formas mercantis e capitalistas de produção agropecuária” em uma série de pontos do campo brasileiro, ao garantir aos produtores vias de acesso aos mercados, bem como para se promover a incorporação de novas terras ao sistema econômico.<sup>266</sup>

Por fim, havia a própria questão da estrutura agrária brasileira, reconhecidamente concentrada a níveis extremos. Já se indicou, também, que se compreendia que tal situação de concentração fundiária, e a abundância de mão de obra que ela gera, havia servido de obstáculo à absorção de progresso técnico pela agricultura. A abundância de terras sob controle de grandes latifundiários, ao permitir um crescimento extensivo e predatório da agricultura, tornava supérflua a introdução de inovações no sentido de elevar a produtividade por área ocupada. Já a abundância de mão de obra barata, cuja vinculação ao processo produtivo podia muitas vezes se fazer sob moldes pré-capitalistas – pela mera concessão de uso da terra -, ou por um nível de remuneração extremamente reduzido, desincentivou que se introduzissem técnicas poupadoras de mão de obra.<sup>267</sup>

Além disso, a concentração de renda derivada desse quadro de concentração fundiária era tida como prejudicial ao desenvolvimento, visto que este simultaneamente “exige e provoca” a distribuição de renda. Primeiro, pois altos níveis de concentração de renda tendem a “impedir a formação de mercado interno [...] sem o qual não é possível

---

<sup>265</sup> Idem, 2006, p. 206.

<sup>266</sup> Rangel, I., 2012, pp. 27-8, 65-6.

<sup>267</sup> Furtado, C., 2009-A, pp. 230-1.

passar da economia de exportação para a economia industrial”.<sup>268</sup> Segundo, pois entendia-se que níveis muito elevados de concentração de renda resultavam na manutenção de uma “ampla camada social de ociosos ou semi-ociosos, com efeitos diretos e indiretos altamente negativos nos hábitos de consumo” e, portanto, também sobre a formação de poupança no sistema econômico. Desta feita, diz Celso Furtado que a “concentração de renda resultante da concentração da propriedade de terra é prejudicial ao desenvolvimento porque propicia o surgimento de estruturas sociais desligadas do processo e inclinadas a altos padrões de consumo”.<sup>269</sup>

Ou seja, o desenvolvimento econômico brasileiro defrontava-se com uma economia agrária que aparentava estar despreparada para responder aos desafios que lhe eram impostos, tanto no que tange a quantidade (produtividade) quanto no que toca a qualidade (diversificação) dos bens agrícolas que deveriam ser fornecidos pelo setor ao mercado interno e, assim, permitir que a industrialização e a urbanização em curso tivessem continuidade. Essa situação levava importantes estudiosos da economia brasileira a engrossar os protestos contra a estrutura agrária brasileira, tida como anacrônica e como um obstáculo à continuidade do desenvolvimento econômico do país. Era assim que a questão agrária brasileira aparecia não só como um “problema humano”, mas também como um “problema de desenvolvimento”.

Esta faceta da questão agrária brasileira como um “problema de desenvolvimento” emergiu vinculada à outras discussões relevantes sobre os rumos e os obstáculos do desenvolvimento econômico do país. Em particular, ela surge no bojo do debate sobre a “inflação brasileira”, tida como aspecto característico de nossa industrialização, e que possuiria, segundo o entendimento que se consolidou, um forte vínculo com a estrutura e as formas de organização e funcionamento da economia agrária do país. Como se verá, o diagnóstico era o de que o funcionamento da economia agrária brasileira, ao se mostrar aparentemente incapaz de responder à elevação da demanda por produtos agrícolas no conjunto do sistema, implicava em um aumento da pressão inflacionária, o que entravava o processo de desenvolvimento como um todo, e particularmente, do setor industrial do país.

---

<sup>268</sup> Idem, 2009-A, pp. 230-1

<sup>269</sup> Idem., 2006, 211.

Tanto Celso Furtado quanto Ignácio Rangel identificaram e problematizaram essa relação entre economia agrária e inflação. Nossa exposição se orientará para confrontar as diferentes posições assumidas por estes dois economistas nessa discussão, ressaltando os vínculos identificados por cada um deles entre economia agrária e inflação.

Celso Furtado afirmou, em importante estudo da dinâmica de desenvolvimento do Brasil, que cada etapa de nossa industrialização foi acompanhada da ocorrência simultânea de “grandes ondas inflacionárias”<sup>270</sup>. Ou seja, assim como a tendência ao desequilíbrio externo, traduzida em constantes pressões sobre a capacidade para importar<sup>271</sup>, a tendência ao desequilíbrio monetário havia se manifestado desde que se deflagrara a industrialização do país. Segundo Ricardo Bielschowsky:

Raros foram os anos, no período estudado [1930-1964], de relativa estabilidade monetária e equilíbrio no balanço de pagamentos. A partir de 1950, mais raros ainda foram os anos de redução dos desequilíbrios monetários, e mais frequentes foram os de aumentos. Nessas condições, as políticas monetárias e cambiais não podiam deixar de se tornar tema de debate permanente.<sup>272</sup>

À época, o principal embate teórico acerca da inflação brasileira foi travado entre os representantes da chamada tradição “monetarista”, capitaneados por Eugênio Gudin e Roberto Campos, e da tradição “estruturalista”, cuja inspiração advinha dos trabalhos da CEPAL e que tinha seu principal representante em Furtado.<sup>273</sup>

Nesse contexto, parte dos principais esforços teóricos de Furtado e dos demais economistas da tradição estruturalista, durante a década de 1950 e início da seguinte, concentraram-se em caracterizar o processo inflacionário brasileiro não como um fenômeno puramente monetário, mas como reflexo de uma estrutura econômica pouco diferenciada em processo de transformação, isto é, como “uma manifestação externa de desajustamentos estruturais que acompanham o processo de crescimento em certas fases

---

<sup>270</sup> Nesse sentido, cf. Furtado, C., 2009-A, cap. 6.

<sup>271</sup> Toda nossa industrialização se processou em conexão íntima com o desequilíbrio externo do país, como já se referiu em nossa Introdução Histórico-Metodológica. Afinal, não só o impulso inicial para a industrialização pós-1930 decorreu de uma súbita contração da capacidade para importar – como resultado do estancamento do comércio externo brasileiro, no que concerne à exportação de bens agrícolas para o mercado internacional –, como o próprio processo de substituição de importações implicava em uma crescente necessidade de divisas, para que fossem importados os equipamentos e bens de capital necessário para que a industrialização tivesse continuidade. Nesse sentido, cf. Furtado, C., 2009, cap. 5; e Rangel, I., 2012, pp. 165-83.

<sup>272</sup> Bielschowsky, R., 2004, p. 67.

<sup>273</sup> Ricardo Bielschowsky apresentou de forma sintética os principais contornos desse debate sobre a inflação brasileira em seu “*Pensamento Econômico Brasileiro*” (*Op. Cit.*, 2004), às pp. 21-5, 67-72, 116-22, 145-51, 232-7.

do subdesenvolvimento.”<sup>274</sup> A inflação havia sido, portanto, inerente, por mais que não fosse estrita ou teoricamente necessária, ao processo de desenvolvimento brasileiro; inclusive, dizia-se, ela havia contribuído para sua deflagração e continuidade, pois havia servido de “instrumento na remoção de obstáculos” à industrialização, bem como havia permitido a “apropriação do incremento da renda e sua concentração nos investimentos”<sup>275</sup>.

Isso não significava uma defesa irrestrita da inflação por parte dos estruturalistas, cujos efeitos deletérios sobre o sistema econômico eram reconhecidos, mas sim uma postura de enfrentamento em relação à interpretação monetarista, que via a inflação como uma decorrência da pura e simples emissão de moeda. Se aceita essa visão monetarista e implementadas suas propostas de estabilização, diziam os estruturalistas, o resultado seria uma redução das inversões, e, portanto, o sacrifício do nível da atividade econômica, algo que era inaceitável diante do objetivo central de sustentar o processo de crescimento econômico.<sup>276</sup>

Ao identificar as causas últimas do processo inflacionário não na emissão de moeda, mas na própria estrutura produtiva do país, afirmavam os estruturalistas que as grandes ondas inflacionárias que acompanharam o crescimento econômico brasileiro só poderiam vir a ser eliminadas com “mais desenvolvimento”, isto é, por meio da progressiva correção dos desequilíbrios estruturais através da realização de investimentos nos setores econômicos que representavam “pontos de estrangulamento do sistema”.<sup>277</sup> Para se combinar a manutenção do crescimento econômico com estabilidade interna e externa, se fazia necessário sustentar o nível das inversões no conjunto da economia, e principalmente promover a “orientação do processo de formação de capital” para romper com estes pontos de estrangulamento geradores de inflação.<sup>278</sup>

A análise estruturalista identificava, então, na existência de “uma discrepância entre uma ‘oferta rígida’ e uma ‘procura dinâmica’” a fonte de uma “tendência básica ao desequilíbrio monetário” em economias subdesenvolvidas como a brasileira.<sup>279</sup> Segundo Furtado, este seria o caso de nossa economia agrária, que, diante do fato de ter sido pouco

---

<sup>274</sup> Furtado, C., 2009-A, p. 200.

<sup>275</sup> Ibidem, p. 222; Idem, 1964, p. 132.

<sup>276</sup> Bielschowsky, R., 2004, pp. 145-151.

<sup>277</sup> Rangel, Ignácio. “*A Inflação Brasileira*”. In: Rangel, I. “Obras reunidas”, vol. 1, 2012, pp. 565-7.

<sup>278</sup> Furtado, C., 2009, pp. 194-203.

<sup>279</sup> Bielschowsky, R., 2004, p. 148.

modificada, no período anterior, no que concerne sua estrutura e formas de organização das atividades produtivas, “não estava preparada” para responder ao desafio consubstanciado na elevação e diversificação da demanda interna por produtos agrícolas decorrente da industrialização e da urbanização que a acompanha. Diante da rigidez imposta por sua própria estrutura, incapaz de gerar um “rápido desenvolvimento” em resposta a “estímulos econômicos”, em especial o mecanismo dos preços, a oferta de produtos agrícolas apresentava-se, segundo a interpretação de Furtado, como demasiadamente rígida em relação à procura (principalmente urbana) por estes bens, que se avolumava progressivamente.<sup>280</sup>

Decorriam daí duas consequências fundamentais, ainda segundo Furtado:

A primeira é que a oferta de produtos agrícolas tem sido cronicamente insuficiente nas zonas urbanas, com graves consequências para os grupos de população de mais reduzido poder aquisitivo [...]. A segunda consequência prática da falta de resposta adequada do setor agrário ao grande estímulo do aumento da procura urbana tem sido o prêmio auferido por todos os grupos parasitários ligados à economia agrícola. O aumento dos preços relativos, ao invés de provocar o crescimento da oferta, traduz-se em crescimento da renda da terra sob forma explícita ou implícita, o que por seu lado acarreta supervalorização dessas mesmas terras, criando dificuldades à reorganização da economia agrária em bases racionais.<sup>281</sup>

Sendo assim, argumentava Furtado, a “predominância de estruturas feudais na agricultura ligada ao mercado interno [...] deu grande inelasticidade à oferta de alimentos nas zonas urbanas”<sup>282</sup>, o que implicava na elevação dos preços desses bens. Nesse contexto, os “assalariados que veem crescer os preços dos gêneros de primeira necessidade lutam por aumentos de salários” e as “empresas apelam para o sistema bancário”, de modo que “a economia passa a viver em permanente desequilíbrio”.<sup>283</sup> Além disso, argumentava-se que a inelasticidade da oferta de alimentos criava “ambiente propício à especulação comercial”<sup>284</sup>, bem como estimulava que os preços dos produtos agrícolas crescessem a ritmo mais acelerado do que os dos produtos industriais, o que indicava uma transferência de renda dos setores industriais para os agrários, tal qual um

---

<sup>280</sup> Furtado, C., 1962, p. 44.

<sup>281</sup> Ibidem.

<sup>282</sup> Idem, 1964, p. 126.

<sup>283</sup> Idem, 2006, p. 189.

<sup>284</sup> Ibidem.

direito de senhoria pago pelos primeiros ao “setor mais retrógrado” da classe dominante do país.<sup>285</sup>

Portanto, a economia agrária brasileira, no início da década de 1960, afigurava-se para Celso Furtado como motor de processos inflacionários, que se irradiavam para o conjunto da economia a partir do crescimento relativo dos preços dos bens agrícolas, e particularmente dos alimentos.

No entanto, diferentemente das ondas inflacionárias observadas no país a partir de 1930, essa elevação de preços era muito mais nociva do que benéfica ao processo de desenvolvimento econômico. Afinal, até então a inflação havia servido ao processo de industrialização por permitir a transferência de recursos em favor dos grupos mais dinâmicos da economia nacional – em particular, os setores industriais –, situação inversa daquela proporcionada pelo aumento relativo dos preços dos produtos agrícolas então identificado. Diante de uma situação de redução da taxa de inversão, como a verificada no início da década de 1960 por consequência do “debilitamento dos fatores dinâmicos” próprios à industrialização por substituição de importações, dizia Celso Furtado, “essa regalia paga aos grupos latifundiários passou a pesar cada vez mais”.<sup>286</sup>

Celso Furtado concluía, então, que a “estrutura agrária anacrônica” se apresentava como um “obstáculo ao desenvolvimento”, o que exigia sua devida problematização e a realização de reformas voltadas a adequá-la ao processo de industrialização em curso. Em outras palavras, se faziam necessárias reformas no sentido de “dotar o país de uma agricultura capaz de responder ao estímulo de uma procura crescente pela absorção de técnica e capitais e não pela elevação dos preços e da remuneração relativa dos grupos parasitários”.<sup>287</sup>

Ignácio Rangel também se dedicou ao estudo do processo inflacionário, expondo seus argumentos em sua obra “A Inflação Brasileira”<sup>288</sup>, de 1963. Contudo, enquanto a análise de Furtado, e dos estruturalistas, vai de encontro à interpretação monetarista do fenômeno inflacionário, a análise de Rangel se contrapõe tanto a uma quanto à outra, inclusive no que tange a relação entre este último e a questão agrária. Não há espaço, aqui, para uma análise detida de toda sua argumentação acerca do fenômeno inflacionário

---

<sup>285</sup> Furtado, C., 1964, p. 126.

<sup>286</sup> Ibidem, pp. 126-7.

<sup>287</sup> Ibid.; Furtado, C., 1962, p. 45.

<sup>288</sup> Rangel, I. “*A Inflação Brasileira*”, *Op. Cit.*, 2012.

brasileiro, mas tão somente para uma exposição resumida daquilo que lhe é fundamental e, principalmente, das relações estabelecidas pelo autor entre a inflação e a economia agrária do país. O interesse dessa exposição não reside somente nas divergências existentes entre a análise de Rangel e a interpretação de Furtado sobre este conjunto de interações, mas também no tratamento bastante peculiar dado por Rangel ao tema da inflação, que permite uma compreensão ilustrativa da dinâmica econômica brasileira.

“O Brasil empreendeu sua industrialização sem previamente remodelar as relações de produção na agricultura”. Com essa constatação, Rangel inaugura sua análise sobre a inflação brasileira. Em consequência desse fato inicial, diz Rangel, fazendo eco à sua tese da “dualidade básica”, a economia capitalista brasileira se desenvolveu sobre a base de uma “contradição entre o seu lado moderno, isto é, capitalista, e o seu lado arcaico, isto é feudal”.<sup>289</sup> E é dessa contradição que, segundo o autor, se originava o impulso inicial para os processos inflacionários que acompanharam o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

A relação entre esses setores da economia brasileira, e particularmente o crescimento em importância e o aprofundamento de seu setor moderno, deu lugar, de acordo com Rangel, a uma “crise agrária”. Como vimos, tal crise seria decorrente do fato de que “a produtividade de trabalho na agricultura desenvolve-se em ritmo superior ao necessário, com o duplo resultado de aparecimento de excedentes agrícolas e demográficos, sendo que estes últimos, pelo êxodo rural, são convertidos em desemprego urbano.” Em tais condições, prosseguia o economista, “o capitalismo brasileiro se desenvolve nas condições de um ‘exército industrial de reserva’ exorbitante, cujo efeito é elevar a taxa de exploração do sistema”.<sup>290</sup> Isso não seria outra coisa do que o que já se chamou, nesse trabalho, de “excesso estrutural de mão de obra”, cuja resultante seria uma tendência à imposição de baixos salários e à concentração de renda. Por consequência dessa alta taxa de exploração, diz Rangel, a economia brasileira apresentava um nível significativamente baixo de “propensão a consumir”.<sup>291</sup>

Nessas condições, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, dada a baixa propensão a consumir no conjunto do sistema, dependia de uma alta taxa de investimentos, sem a qual a economia do país se encaminharia para a depressão – isto é,

---

<sup>289</sup> Rangel, I., 2012, v. 1, p. 574.

<sup>290</sup> Ibidem, pp. 575-7.

<sup>291</sup> Ibid., 577.

a progressiva redução ou estagnação da renda real –, em especial pela tendência, inerente à existência de uma baixa propensão a consumir e de uma “crônica insuficiência da demanda” daí decorrente, ao acúmulo de capacidade ociosa nos setores produtivos.<sup>292</sup>

A explicação de Rangel para o fenômeno inflacionário se orienta, portanto, no sentido inverso da interpretação estruturalista. Para ele, a essência do fenômeno inflacionário não residiria em uma suposta rigidez da oferta, mas em uma crônica insuficiência da demanda, que tornava necessária uma alta taxa de inversão para impedir que o sistema econômico entrasse em depressão.

De todo modo, ainda que percorrendo um caminho diverso, Rangel chega a uma conclusão semelhante, a saber, a de que a inflação havia sido benéfica ao processo de desenvolvimento econômico brasileiro. Isso pois, nesse cenário, a inflação havia emergido, espontânea e inconscientemente, como instrumento de compensação dessa insuficiência estrutural da demanda, ao estimular a manutenção de uma alta “taxa de imobilização”, isto é, ao aumentar a parcela do excedente absorvido pelos lucros que era reinvestida sob diversas formas. A explicação para isso é que a própria expectativa de inflação estimulava os agentes econômicos a imobilizar seus recursos excedentes em ativos, mesmo que de baixa ou negativa rentabilidade, como forma de evitar a erosão do valor destes mesmos recursos caso fossem mantidos em sua forma monetária.<sup>293</sup>

“Ora, tudo isso explica porque a economia se beneficia da inflação, mas não esclarece como é que esta se torna efetiva”, diz Rangel.<sup>294</sup> Nesse ponto, novamente a interpretação de Rangel se aproxima da estruturalista, e particularmente da formulada por Furtado. Tal qual eles, Rangel não identifica o ato inicial da inflação com a emissão de moeda pelo Estado, mas vê a gênese do impulso para a elevação dos preços se formando no interior do sistema produtivo. “Noutros termos a emissão não é o ponto de partida da inflação, mas o seu ponto de chegada.”<sup>295</sup>

Não obstante, partindo dessa constatação inicial, Rangel estabelece uma interpretação diversa da estruturalista, pois não credita o impulso inflacionário à uma rigidez da oferta de certos bens – em especial os agrícolas – mas à existência de “anomalias no mecanismo de formação dos preços do sistema econômico” que

---

<sup>292</sup> Ibid., pp. 580-3, 592-3.

<sup>293</sup> Ibid., pp. 595-604, 612-3.

<sup>294</sup> Ibid., p. 615.

<sup>295</sup> Ibid., p. 564.

repercutiam sobre todo o seu funcionamento, vindo a exigir do Estado, como ponto final de uma cadeia de causalidades, a emissão de moeda.<sup>296</sup>

A mais fundamental anomalia do mecanismo de formação de preços identificada por Rangel residiria no setor de comercialização de produtos agrícolas para o mercado interno. Rangel descarta a hipótese estruturalista acerca de uma suposta incapacidade inerente à economia agrária brasileira de responder aos estímulos provenientes da industrialização com uma oferta suficiente de bens agrícolas. Para ele, a oferta restrita e a elevação relativa dos preços de determinados bens agrícolas seria decorrente da posição de oligopólio-oligopsônio exercida pelos intermediários comerciais responsáveis por levar a produção agrícola ao consumidor final, que lhes outorgava a possibilidade de manipulação dos preços, tantos aqueles pagos aos produtores, quanto aqueles cobrados dos consumidores.<sup>297</sup>

Diz Rangel que esse oligopólio, que atuava como se monopólio fosse, oferecia baixos preços para os produtores de bens agrícolas voltados ao mercado interno, particularmente os alimentos, desestimulando, assim, a produção e suscitando a escassez desses bens. Diante dessa escassez criada artificialmente, esse mesmo grupo se habilitava a cobrar preços extorsivos dos consumidores finais, sem afetar significativamente, por razão da essencialidade desses bens na cesta de consumo da população, a demanda por esses mesmos bens<sup>298</sup> – fenômeno que se traduz pelo jargão técnico da “baixa elasticidade-preço” desses produtos essenciais.<sup>299</sup> Essa pressão altista, proveniente do preço dos produtos agrícolas e de outros bens de maior essencialidade, se irradiava para todo o sistema nacional de preços.<sup>300</sup>

A interpretação de Rangel sobre o fenômeno inflacionário se completa com sua análise acerca da acumulação de capacidade ociosa e de estoques invendáveis por decorrência da elevação do preço desse grupo de bens essenciais. Segundo sua lógica, a elevação dos preços de produtos com maior grau de essencialidade – daí a centralidade dos produtos agrícolas, e principalmente os alimentícios –, por não gerar uma resposta

---

<sup>296</sup> Ibid., pp. 618-23.

<sup>297</sup> Ibid., pp. 623-7.

<sup>298</sup> Ibid.

<sup>299</sup> Ibid., p. 618.

<sup>300</sup> Rangel identificou, também, outras anomalias do mecanismo de formação de preços do sistema econômico brasileiro, responsáveis por estimular um movimento autônomo de elevação dos preços. Seriam elas os oligopólios no setor de serviços públicos – energia, transporte, comunicações, por exemplo – e no setor industrial privado, e as vicissitudes do setor exportador. Ibid., pp. 627-632.

significativa no sentido de redução da demanda, implica na redução da renda real da população, e por consequência na redução da demanda por outros produtos com menor grau de essencialidade, e cuja aquisição é por isso mais facilmente dispensada. Acumulava-se, assim, capacidade ociosa e estoques invendáveis em uma série de setores da economia, que recorriam ao sistema bancário para converter seu “realizável” em “disponível”. Esse movimento de “socorro” aos setores negativamente afetados pela redução da renda real repercutia, em última instância, no Estado, que respondia através da emissão de moeda.<sup>301</sup>

Rangel conclui sua análise sobre a inflação brasileira defendendo a necessidade de corrigir estas anomalias no mecanismo de formação dos preços através do disciplinamento, por parte do Estado, dessas situações de oligopólio, quando não pelo seu total desmantelamento, como no caso da comercialização de produtos agrícolas.<sup>302</sup>

No entanto, uma atuação nesse sentido não poderia dispensar ações, prévias ou paralelas, orientadas para se estabelecer condições em que a “taxa de imobilização do sistema”, da qual a economia dependia para evitar a depressão, como já dito, pudesse se manter elevada independentemente da inflação, que até então lhe havia servido de suporte e estímulo.<sup>303</sup> Isso exigiria, por um lado, impulsionar a estruturação do sistema financeiro nacional, o que já ocorria, ainda que de forma lenta e espontânea, para permitir a canalização de recursos retidos em setores que dispunham de alta capacidade ociosa para os setores retardatários, carentes de um alto volume de inversões; por outro, se fazia necessário promover a reestruturação destes setores retardatários – em especial o setor de serviços de utilidade pública – para garantir uma maior rentabilidade para o capital neles investidos.<sup>304</sup>

Nota-se, assim, como a interpretação de Rangel sobre o fenômeno se contrapõe às teses estruturalistas principalmente por dois elementos. Primeiro, a inflação não seria decorrente de uma “oferta rígida”, mas de uma crônica “insuficiência da demanda” do conjunto do sistema econômico. Segundo, a oferta insuficiente de produtos agrícolas, e particularmente dos alimentos, não seria um resultado direto da “estrutura agrária anacrônica”, mas sim de desequilíbrios no sistema de comercialização destes produtos.

---

<sup>301</sup> Ibid., pp. 619-20.

<sup>302</sup> Ibid., p. 621-2.

<sup>303</sup> Ibid., p. 636.

<sup>304</sup> Ibid., pp. 637-59.

Cabe, então, destrinchar esta última tese rangeliana, apresentando sua visão sobre a questão da capacidade do setor agrícola brasileiro de abastecer seu mercado interno.

Ao analisar tal questão, Rangel parte da constatação de que o latifúndio, e mais precisamente a estrutura agrária da qual este era a célula fundamental, ainda que fosse “formalmente arcaica”, não havia servido de impeditivo para que se processassem, e que ainda viessem a se processar, transformações profundas no funcionamento da economia agrária – em especial o surgimento de unidades produtivas de tipo capitalista, e, portanto, “modernas” –, sem a necessidade de uma reformulação profunda dessa mesma estrutura:

A estrutura agrária brasileira é, por certo, formalmente arcaica. Seria, porém, grande equívoco inferir daí que ela não seja suscetível de renovação, independentemente de sua perda de identidade. Há elementos modernos no interior dessa estrutura arcaica, e nada sugere que esta não possa suscitar novos elementos modernos e expandir os existentes, desde que se criem certas condições externas favoráveis a isso. Vimos que essas condições estão sendo criadas, como efeito direto ou indireto da mudança em curso das relações externas de produção.<sup>305</sup>

Rangel entendia que o desenvolvimento econômico brasileiro havia implicado, mesmo que de forma pouco visível a partir da estatística fundiária, em uma “crescente diferenciação da estrutura agrária real”. Nesse processo, emergiam ao lado do “latifúndio arcaico, caracterizado por formas feudais de organização da produção, [...] unidades produtivas de tipo capitalista ou pré-capitalista, mas pós-feudais”.<sup>306</sup>

Como já dito na seção anterior, Rangel afirmava que, diante da “crise agrária” imposta pelas transformações nas condições externas de funcionamento e realização da economia agrária, parte das unidades produtivas do campo havia passado por uma transformação de tipo capitalista, avançando sobre a produção pecuária e para a monocultura comercial. Rangel via nesse movimento, que se processava sem mudança aparente na estrutura agrária – sem uma mudança de “forma”, portanto – o princípio de importantes transformações no “conteúdo” da economia agrária brasileira. O que ele via era a lenta, mas persistente, eliminação de seus “resíduos arcaicos”, contidos principalmente nas relações de produção pré-capitalistas, e o conseqüente fortalecimento de seu lado moderno, isto é, capitalista.

---

<sup>305</sup> Rangel, I., 2012, v. 2, p. 59.

<sup>306</sup> *Ibidem*, p. 33.

O economista via surgir, também, “em terras públicas ou privadas, aglomerados relativamente importantes de pequena propriedade familiar”, as quais apresentavam, em sua visão, uma forma de organização pré-capitalista, mas pós-feudal, uma vez que se orientavam para a “pequena produção de mercadorias”.<sup>307</sup> Insinuando-se entre os poros das grandes propriedades fundiárias e, principalmente, ocupando terras recém incorporadas à economia pelo desenvolvimento do sistema de transportes, Rangel via se formar, portanto, em alguns pontos do país, uma estrutura agrária frontalmente diferente da até então dominante. Pode-se supor, ademais, que o economista via neste movimento um reforço à capacidade do setor agrário de alimentar o mercado interno no médio e longo prazo, dada a adequação destas propriedades à produção diversificada exigida por este mercado.

Além disso, Rangel não concordava que a até então pouca absorção de progresso técnico pela agricultura indicava uma suposta imobilidade de todo o setor. Para o economista, esta hipótese decorria de uma compreensão inadequada do funcionamento do setor agrícola, que identificava o aumento da produção e da produtividade apenas com a introdução de novas técnicas e tecnologias. Isso ignorava, contudo, que “o modo específico como a agricultura se ajusta às condições criadas pela industrialização”, em especial nas etapas primeiras de deflagração desse processo, não é pelo avanço técnico, mas pela “abertura do complexo rural”. Rangel acreditava que a agricultura brasileira, naquele momento histórico, se transformava sobretudo por essa via do abandono “de uma atividade após a outra”, e da consequente especialização do trabalhador rural nas atividades propriamente agrícolas. Esta especialização determinava o aumento da produtividade agrícola, de modo que a relativa ausência de absorção de progresso técnico não deveria indicar que essa produção não estava aumentando e que não poderia vir a aumentar ainda mais.<sup>308</sup>

Por fim, Rangel identificava que as recentes transformações pelas quais passava a economia agrária do país, bem como o sistema econômico como um todo, davam lugar a uma tendência à redução do preço da terra, ao menos no médio e longo prazo. Ele entendia que o período de elevação do preço da terra por influência da maior demanda fundiária – em especial por parte das unidades produtivas voltadas para a pecuária capitalista – encontrava-se perto de seu fim. Primeiro, pois a elevação da renda e do preço da terra

---

<sup>307</sup> Ibidem, pp. 33, 60.

<sup>308</sup> Rangel, 2012, v. 1, p. 185.

havia determinado esforços no sentido da elevação da produtividade por área em determinados pontos do sistema econômico; segundo, pois o surto rodoviário e a expansão da fronteira agrícolas acrescentavam ao sistema econômico uma quantidade crescente de terras. Como resultado, crescia a oferta ao mesmo tempo que declinava a demanda agropecuária por terra; nesse contexto, seria inevitável “o movimento de queda dos rendimentos, trazendo implícita a possibilidade de queda dos preços”.<sup>309</sup>

Desta feira, Rangel acreditava que a economia agrária brasileira se encontrava, já, em um estágio de transição para formas “modernas” de produção agropecuária. Sua estrutura agrária concentrada não aparecia, assim, como um impeditivo estanque a tal transição, que se processava por influência das transformações no conjunto da economia brasileira. Ao passar por tais mudanças em seu “conteúdo”, por mais que resguardando em grande parte a sua “forma”, a economia agrária brasileira se apresentava como passível de adaptação e, portanto, como capaz de responder, sob certas condições, às demandas que lhe eram impostas pelo desenvolvimento econômico.

Era este o fato que Rangel buscava ressaltar em sua análise da questão agrária brasileira. Rangel não vislumbrava qualquer incapacidade estrutural – leia-se, decorrente de sua estrutura agrária – do setor agrícola brasileiro em responder à demanda crescente por produtos agrícolas, em especial alimentos e matérias-primas, formada no mercado interno por decorrência da industrialização e da urbanização. Pelo contrário, dizia o economista que “quando se criaram condições propícias para a produção de bens destinados ao mercado interno, a agricultura reagiu prontamente, mostrando que a pretensa inelasticidade da oferta agrícola é puro mito”.<sup>310</sup>

Se houve circunstâncias que impediram que a economia agrária respondesse de forma plena às demandas postas pelo processo de industrialização e urbanização em curso, argumentava Rangel, essas circunstâncias não eram uma decorrência direta da estrutura agrária sobre a qual essa economia se realizava – como afirmava a tese estruturalista. Segundo Rangel, ao lado das manifestações “puras” da crise agrária – superpopulação rural e superprodução agrícola –, vislumbravam-se “anomalias contraditórias com essas”, que tornavam mais complexa a questão agrária brasileira,

---

<sup>309</sup> Idem, 2012, v. 2, pp. 73-4. Este movimento seria reforçado, segundo Rangel, pela constituição e desenvolvimento do sistema financeiro nacional, que reduziria a demanda especulativa por terra como mera reserva de valor.

<sup>310</sup> Rangel, I., 2012, v. 1, p. 623; Bielschowksy, R., 2004, p. 230.

modificavam o funcionamento deste setor econômico e limitavam seu crescimento, particularmente de seu setor moderno ou capitalista. Estas “anomalias” seriam a “escassez tópica de bens agrícolas” e a “escassez sazonal de mão de obra”.<sup>311</sup>

Segundo Rangel, paralelamente à tendência à superprodução agrícola, vislumbrava-se a “escassez de certos bens agrícolas”, que dava lugar a uma “anomalia na estrutura da oferta agrícola”.<sup>312</sup> A causa principal dessa escassez, no entendimento de Rangel, já foi descrita acima, na discussão sobre inflação, e se tratava dos oligopólios no campo da comercialização de bens agrícolas, particularmente no setor de alimentos, responsáveis por criar uma escassez “artificial” de certos bens através da imposição de preços muito baixos aos produtores. Para o economista, residia aí o fator principal a obstar o aumento da produção desses gêneros, e não na estrutura agrária “arcaica”.

Essa contradição aparente entre superprodução agrícola, de um lado, e escassez tópica de bens agrícolas, de outro, bem como sua resolução, podem ser pensadas a partir da noção de capacidade ociosa, fundamental para Rangel. Havendo superprodução de certos bens agrícolas, é certo supor que havia uma determinada quantidade de capacidade ociosa – sob a forma de recursos como terra, mão de obra, maquinário, etc. –, particularmente nos setores exportadores produzindo artigos invendáveis, que poderiam ser direcionadas para a produção dos bens agrícolas escassos, em particular aqueles destinados a abastecer o mercado interno.<sup>313</sup>

Para que isso ocorresse, bastaria que se ampliassem os estímulos externos, em particular pela reformulação das relações existentes entre este setor e o de comercialização de bens agrícolas, que era o ponto em que residia o maior obstáculo ao aumento da produção de determinados bens agrícolas, ao menos segundo o economista. Ao reformularem-se tais relações, desmantelando-se os oligopólios-oligopsônios existentes e fortalecendo-se a posição do produtor agrícola, a produção destes artigos até então tornados escassos também poderia “passar ao campo da produção suficiente ou da superprodução, sem mudança formal da estrutura agrária”.<sup>314</sup>

---

<sup>311</sup> Rangel, I., 2012, v. 2, p. 42.

<sup>312</sup> Ibidem.

<sup>313</sup> Nesse sentido, afirmou Rangel em “A Inflação Brasileira”, contestando a tese da “inelasticidade da oferta agrícola”: “O setor exportador tende continuamente a produzir excedentes invendáveis, com recursos que não lhe faltam e que, se aplicados à produção para o mercado interno, regularizariam facilmente o abastecimento.” Rangel, I., 2012, v. 1, 623.

<sup>314</sup> Idem, 2012, v. 2, 42.

Rangel afirmava, ademais, que mudanças já em curso nesse conjunto de relações haviam resultado em uma tendência à superprodução, não só de bens agrícolas destinados à exportação, como era a regra, mas de artigos destinados ao mercado interno como o arroz, o milho e o feijão.<sup>315</sup>

Por outro lado, não obstante a superpopulação rural, as atividades agrícolas organizadas sob a forma da monocultura, que era a atividade para as quais estavam convergindo uma parte importante das nascentes unidades produtivas de tipo capitalista, sofriam de “escassez sazonal de mão obra”, o que se apresentava como uma limitação ao desenvolvimento da agricultura capitalista. Isso pois este tipo de exploração agrícola caracteristicamente apresentava uma “demanda altamente flutuante de mão de obra” ao longo do tempo.<sup>316</sup> O resultado era que as unidades produtivas agrícolas se polarizavam entre os extremos de manter uma mão de obra em grande medida desocupada por uma parte do ano, ou de sofrer pela escassez desse fator em momentos de elevação da demanda por força de trabalho, principalmente às épocas de colheita.

O fato fundamental é o de que, diferentemente dos problemas “puros”, ou “próprios”, da crise agrária – superprodução e superpopulação agrícola –, os “problemas impróprios” – escassez de certos bens agrícolas e escassez sazonal de mão de obra – comportavam uma “solução independentemente da mudança na estrutura agrária”, pois diziam respeito às “relações externas da agricultura”, particularmente aos mercados de mão de obra, de comercialização de bens agrícolas, e de terra.<sup>317</sup>

Rangel acreditava que ao se enfrentar os “problemas impróprios” se eliminariam os obstáculos ao desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. O efeito de sua resolução, seria, portanto, o “fortalecimento do lado moderno da agricultura” e a progressiva eliminação de seu “resíduo arcaico”.<sup>318</sup> Estabelecidos novos e ótimos estímulos externos ao aumento da produção e à conversão dos “latifúndios feudais” em “latifúndios capitalistas”, bem como para o surgimento de pequenas propriedades produtoras de mercadorias, o setor agrícola brasileiro não encontraria dificuldades de responder à demanda por bens agrícolas formada no mercado interno. E toda essa transformação, dizia Rangel, poderia – e tenderia a – se fazer sem qualquer mudança na

---

<sup>315</sup> Ibidem, p. 626.

<sup>316</sup> Rangel, I., 2012, v. 2, pp. 42-3, 67.

<sup>317</sup> Ibidem, pp. 41-3, 59-62, 77.

<sup>318</sup> Ibid., p. 60.

estrutura agrária. Afinal, como se verá na seção seguinte, Rangel acreditava que, nas condições políticas vigentes na virada da década de 1960, era completamente ilusória qualquer esperança de que fosse promovida uma reforma agrária ampla e profunda.

Em conclusão à presente seção, a capacidade do setor agrária da economia brasileira de responder à demanda por produtos agrícolas – principalmente alimentos e matérias-primas – suscitada pelo mercado interno do país em transformação foi objeto de importantes debates em nosso período de estudo. Nesta controvérsia, Celso Furtado e Ignácio Rangel apresentaram opiniões e diagnósticos divergentes.

Sinteticamente, podemos dizer que Furtado não via o setor agrário respondendo de forma satisfatória a tal elevação da demanda, o que se manifestava pela elevação do preço de produtos agrícolas, cujo resultado era a formação de uma pressão inflacionária no conjunto do sistema econômico. Ademais, Furtado identificava a própria estrutura agrária do país como a causa última para esta aparente inaptidão do setor agrário brasileiro a responder a tal elevação da demanda – principalmente, no que tange a oferta de alimentos. A renovação e “modernização” da economia agrária do país, com elevação da produtividade e diversificação da produção, só poderia decorrer, então, de uma alteração dessa estrutura agrária. Ou seja, Furtado via a alteração da “forma” – a estrutura agrária – como condição para a renovação do “conteúdo” – o funcionamento da economia agrária.

Rangel via a questão de modo diverso. Para ele, o “conteúdo” da economia agrária brasileira já estava em processo de transformação, sem que se fizesse necessária a mudança em sua “forma”. A despeito de ser “formalmente arcaica”, a estrutura agrária brasileira não figurava, para Rangel, como obstáculo à renovação de seu funcionamento no sentido de aumento da produtividade e diversificação da produção. Mais do que inscritos na própria estrutura agrária, tais obstáculos se encontravam sobretudo nas relações externas da agricultura, e particularmente nos mercados de terras, mão de obra e de comercialização de produtos agrícolas. A remoção destes obstáculos tenderia a acelerar este processo de mudança do “conteúdo” da economia agrária, o qual viria, em dado momento, a repercutir sobre sua “forma”, que também poderia vir a sofrer modificações no futuro mais ou menos próximo. De todo modo, seria um equívoco, ao menos segundo Rangel, considerar que a continuidade da industrialização brasileira estaria em risco até que fosse promovida tal mudança de forma, isto é, até que fosse promovida uma “mudança revolucionária” da estrutura agrária do país.

## **Reforma agrária: reforma ou revolução**

Ao longo deste capítulo, se buscou apresentar o que se entende serem os principais elementos do debate sobre a questão agrária brasileira travado no decorrer da década de 1950 e início da seguinte. Vimos que a questão agrária não era apreendida de forma unívoca, e que as diversas perspectivas através das quais ela foi interpretada resultaram tanto no levantamento de um conjunto variado de problemáticas relativas ao campo brasileiro, quanto em diferentes formas de tratamento teórico de cada uma destas problemáticas. Agora, nos cabe apresentar como estas diferentes interpretações sobre o campo brasileiro e suas contradições se cristalizam em também diferentes projetos de atuação sobre a estrutura e formas de funcionamento da economia agrária do país, isto é, em uma série de projetos de “reformas agrárias”<sup>319</sup>.

Logo no início deste capítulo, dissemos que as interpretações sobre a questão agrária brasileira se polarizaram entre aquelas que problematizaram mais diretamente a estrutura agrária do país, e particularmente a extrema concentração da propriedade fundiária que lhe caracteriza, e aquelas que a apreenderam como elemento mais ou menos “dado”, se concentrando então em outras camadas do fenômeno agrário. Como não poderia deixar de ser, estas diferentes formas de tratamento da questão agrária brasileira se traduziram em projetos de reforma agrária que também se polarizaram entre estes dois pontos extremos, refletindo a opção teórico-metodológica adotada pelo seu proponente ao abordar a questão.

Esta será a perspectiva que orientará a exposição desta seção. O caminho seguido partirá das interpretações e projetos que mais diretamente problematizaram a estrutura fundiária do país para, ao final, chegar às interpretações e projetos cujo foco recai em outros elementos do fenômeno agrário passíveis de intervenção. Enquanto as propostas de Alberto Passos Guimarães – representante dos quadros do PCB – e de Caio Prado Jr.

---

<sup>319</sup> Ressalta-se que serão objeto de análise produções teóricas que contém propostas práticas de encaminhamento e eventual resolução da questão agrária brasileira. Não se trata, portanto, de projetos de reforma agrária propostos sob a forma de lei e discutidos em instâncias legislativas do Estado. Para uma coletânea bastante completa deste tipo de projeto de reforma agrária, ver Stedile, João Pedro (org.) “*A Questão Agrária no Brasil: Programas de reforma agrária – 1946-2003*”. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

– cuja interpretação é dissidente em relação à tese “hegemônica” do PCB – se aproximam do primeiro polo, as de Furtado e Rangel tendem a se aproximar do segundo.

Uma segunda forma de diferenciar estes dois blocos de interpretações e propostas, para além do grau em que problematizam e dão ênfase à questão da redistribuição da propriedade fundiária, residiria no elemento que cada um elenca como o “instrumento” ou “motor” para se atingir os fins visados, o qual reflete a posição ocupada por seus proponentes na estrutura social brasileira.

Como intelectuais-militantes do Partido Comunista do Brasil, tanto Alberto Passos Guimarães quanto Caio Prado Jr. viam a mobilização popular e a organização das classes baixas rurais como o único elemento capaz de ativar as mudanças necessárias no regime econômico-social-político até então vigente no campo brasileiro. Já Celso Furtado e Ignácio Rangel, como homens públicos, ou melhor, como “intelectuais orgânicos do Estado”<sup>320</sup>, viam na técnica e no planejamento econômico via atuação do Estado um instrumento necessário – por mais que, talvez, não suficiente – para se promover as reformas exigidas para a transformação do campo brasileiro e sua adequação ao processo de desenvolvimento econômico do país.

É apenas nesse sentido, que diz respeito às diferentes formas e aos diferentes locais de enunciação a partir dos quais se buscava intervir no processo histórico em curso, que podemos chamar as primeiras propostas de “revolucionárias” e as segundas de “reformistas”. No entanto, como indicamos na apresentação deste capítulo, “reforma” e “revolução” não figuravam como polos opostos naquele período de nossa história. Pelo contrário, tanto a “reforma” era, em seu conteúdo íntimo, uma forma de “revolução”, como a “revolução” clamava pela “reforma”, reconhecendo-se nela como se olhasse no espelho. Tanto uma quanto a outra miravam o mesmo alvo, qual seja, a transformação do regime econômico-social-político vigente, e muito fortemente incrustado em seu meio rural, no sentido de “reestruturar a vida do país de maneira consentânea com suas necessidades mais gerais e profundas, e as aspirações da grande massa de sua população que, no estado atual, não são devidamente atendidas”, segundo os termos de Caio Prado Jr. e extensíveis aos demais.<sup>321</sup>

---

<sup>320</sup> Barbosa, Alexandre de Freitas. “*O Brasil desenvolvimentista e a trajetória de Rômulo de Almeida*”. São Paulo: Alameda, 2021, *passim*.

<sup>321</sup> Prado Jr., C., 2014, pp. 11-2.

“Reforma” e “revolução” não apareciam, então, àqueles que viviam este momento histórico – estivessem eles corretos ou não – como a oposição fundamental. A verdadeira oposição era aquela entre as “forças do progresso”, e por que não, do “desenvolvimento”, que traziam consigo as esperanças de uma nova sociedade, e as “forças do atraso”, ávidas por preservar o que havia de mais retrógrado e desumano em um país que elevava a violência e a desigualdade “à categoria de estilo de vida”<sup>322</sup>, como diz Florestan Fernandes. Tal perspectiva orientará a exposição desta seção, e, espera-se, também sua leitura.

Começamos, então, a analisar as propostas de reforma agrária pela aquela defendida por Alberto Passos Guimarães, a qual reflete, de certa forma, a postura do Partido Comunista do Brasil sobre a questão. Como vimos na primeira seção deste capítulo, o objetivo central proposto pelo PCB, na pessoa de Guimarães, seria a realização de uma “reforma agrária democrática” – cujo elemento central seria a profunda transformação da estrutura agrária do país pela redistribuição da propriedade fundiária. Esta reforma agrária se apresentava, segundo essa perspectiva, como condição para a superação dos “resquícios feudais” ainda existentes no campo brasileiro, o que se fazia necessário para “libertar as forças produtivas e abrir novos caminhos à emancipação econômica e ao progresso de nosso país”.<sup>323</sup>

No entanto, como aponta Guimarães em seu texto “As três frentes da luta de classes no campo brasileiro”<sup>324</sup>, de 1960, não era apenas a partir desta redistribuição da propriedade fundiária que se desencadearia a “revolução agrária no Brasil”. Como afirma o autor neste texto – que aparenta ser fruto de uma revisão das teses até então imperantes no PCB acerca da questão agrária – o campo brasileiro detinha dois outros pontos de choque, cuja resolução se mostrava necessária para a deflagração da revolução agrária: “a luta de todo o campesinato contra as várias modalidades da opressão e da espoliação imperialista” e “a luta dos assalariados e semiassalariados rurais contra os patrões, grandes proprietários de terra”.<sup>325</sup>

Ao colocar as grandes questões acima identificadas em termos de “luta”, Guimarães revela a perspectiva do PCB acerca do caminho a ser perseguido para o

---

<sup>322</sup> Fernandes, F., 2008, p. 75.

<sup>323</sup> Ibid., pp. 35-6.

<sup>324</sup> Guimarães, A. P. “*As três frentes da luta de classes no campo brasileiro*”. In: Stedile, J. P. (org.). “A questão agrária no Brasil: O debate tradicional – 1550-1960. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

<sup>325</sup> Ibidem, p. 93.

encaminhamento das problemáticas do campo brasileiro. Com efeito, este processo só poderia ser resultado do “desenvolvimento da luta de classes”, isto é, dependia da capacidade de mobilização e organização das classes baixas rurais em defesa de seus interesses. Ou seja, era necessário que a luta de classes no campo adquirisse um “caráter aberto e consciente” para que se deflagrassem, através da pressão e do conflito (mesmo que não violento), as transformações necessárias no regime econômico e social.

No entanto, Guimarães reconhecia que a luta de classes no campo brasileiro ainda não havia atingido o estágio de desenvolvimento necessário para se pudesse atingir os objetivos perseguidos. Com efeito, dizia Guimarães que o “movimento camponês no Brasil” se encontrava atrasado, “não só em comparação com o movimento camponês de outros países, como também em relação ao movimento democrático geral, dentro de nosso país”.<sup>326</sup>

Desta feita, cabia aqueles interessados em promover a revolução agrária estimular o desenvolvimento da luta de classes no campo, até que esta atingisse o grau de maturidade em que se faria possível promover as exigidas transformações no meio rural do país, e particularmente desencadear a “reforma agrária democrática” tida como objetivo central. Como se depreende do título do texto ora analisado, esta orientação prática deveria se materializar em três diferentes sentidos, as quais correspondiam às três contradições identificadas no campo brasileiro: no estímulo à luta “dos assalariados e semiassalariados”, à luta “contra o latifúndio” e à “luta contra o imperialismo”.

No caso dos assalariados e semiassalariados, Guimarães propunha que se promovesse sua organização “por meios legais em suas associações de classe, despertando-as para a luta por seus direitos e reivindicações, elevando seu grau de consciência de sua luta de classe”. Ademais, Guimarães via na organização dos trabalhadores rurais assalariados e semiassalariados, os quais se encontravam “menos dispersos e mais concentrados” do que às demais partes da “massa camponesa”, o ponto de partida tanto para a mobilização da população do campo quanto para a “construção da aliança operário-camponesa”, através dos quais seriam estabelecidas as “correias de transmissão” interligando o “proletariado e o movimento democrático das cidades aos camponeses e ao movimento democrático do campo”.<sup>327</sup>

---

<sup>326</sup> Ibid., pp. 101-102.

<sup>327</sup> Ibid., pp. 102-3.

De todo modo, Guimarães, seguindo a tese do PCB acerca da existência de “resquícios feudais” no campo brasileiro, afirmava que “a frente do campesinato contra os restos do feudalismo e o latifundismo [era] mais numerosa, mais ampla e mais complexa que a frente dos assalariados e semiassalariados”. Esta frente de luta se direcionava para a dissolução do monopólio sobre a propriedade da terra, bem como para eliminação dos “restos pré-capitalistas” e para “desenvolver as relações de tipo capitalista” que resultassem em elevação dos níveis de vida da população do campo.<sup>328</sup> Revela-se, nesse ponto, a forte influência que a tese do “feudalismo no Brasil”, e do capitalismo como etapa superior e mais próxima do socialismo, detém na elaboração teórica de Guimarães.

Por fim, Guimarães ressalta a necessidade de que a luta no campo se voltasse para a luta contra o imperialismo, que penetrava também no interior da economia agrária e contribuía de forma determinante para os baixos níveis de vida da população rural. Nos termos de Guimarães a luta anti-imperialista no campo comportaria, dentre outros elementos, as seguintes disputas:

- a) luta contra o aviltamento dos preços nos mercados mundiais, dos nossos produtos de exportação; b) luta contra os contratos draconianos e todas as demais formas usurárias e espoliadoras de compra de produtos agropecuários; c) luta contra as condições monopolísticas de compra e venda de produtos agrícolas ou de produtos fornecidos à agricultura, por parte de empresas estrangeiras e seus agentes; d) luta pela nacionalização do comércio exterior

Esta é a contribuição de Alberto Passos Guimarães para o debate sobre a reforma agrária no Brasil. Como se pode notar, seu valor reside mais no papel de destaque atribuído à mobilização e organização das classes rurais do que no conteúdo técnico de sua proposta, que não chega a figurar como um projeto de reforma agrária propriamente dito, mas sim como um programa político orientado para o desenvolvimento da luta de classes no campo brasileiro.

Já Caio Prado Jr, em seus estudos sobre o campo brasileiro, se esforçou ativamente para apresentar, em seus próprios termos, “algumas perspectivas práticas e concretas no sentido da solução dos problemas propostos pela questão agrária brasileira”.<sup>329</sup> Neste esforço de cristalização de sua análise teórica em propostas de medidas concretas

---

<sup>328</sup> Ibid., 106-7.

<sup>329</sup> Prado Jr., Caio. “Nova contribuição para a análise da questão agrária no Brasil”. In: Prado Jr., C. “A Revolução Brasileira/A Questão Agrária no Brasil”. *Op. Cit.*, 2014, p. 356.

(inclusive jurídicas) para o encaminhamento e a resolução da questão agrária brasileira reside uma das importantes contribuições do historiador para o debate ora apresentado. Ele não deixa de reconhecer, entretanto, que a concretização dessas medidas só poderia advir da “mobilização e organização da massa trabalhadora do campo, a fim de ela se pôr em condições de efetivamente lutar pela conquista de seus direitos e reivindicações”.<sup>330</sup>

Como vimos, Caio Prado Jr. entendia que a questão agrária brasileira se manifestava por dois elementos principais e interdependentes: a extrema concentração da propriedade fundiária, de um lado, e os baixos níveis de vida da população rural, tanto da camada formada por trabalhadores rurais, quanto pela menos expressiva camada de pequenos produtores. Para eliminar o “abismo” que havia se constituído entre essa classe e os minoritários grandes proprietários do campo brasileiro, o qual tendia a se tornar mais profundo pelo efeito da expansão capitalista em processamento, se fazia necessário estimular determinadas tendências e movimentos capazes de desorganizar e rearticular os elementos estruturais da economia agrária do país.

Em síntese, o encaminhamento da questão agrária brasileira exigia esforços duplos no sentido de fomentar o acesso da população trabalhadora rural à propriedade da terra e de proporcionar a “melhoria das condições de vida do trabalhador empregado, seja qual for a sua condição”, a partir da “extensão da legislação social ao campo” e pelo respaldo “à luta dos trabalhadores por suas reivindicações imediatas.”<sup>331</sup>

Em sua “Nova contribuição para a análise da questão agrária no Brasil”<sup>332</sup>, Caio Prado Jr. apresenta uma série de medidas concretas para a perseguição desses dois objetivos.

Ao refletir sobre as possibilidades de “melhoria das condições de vida do trabalhador empregado”, Caio Prado Jr. parte da constatação da singularidade das relações de trabalho no campo brasileiro, ressaltando que tal característica deveria ser reconhecida por instrumentos jurídicos garantidores de direitos aos trabalhadores do campo – o texto em questão é anterior à promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, de 1963<sup>333</sup>. Tais circunstâncias singulares decorriam sobretudo do fato de que os

---

<sup>330</sup> Prado Jr., C., 2014, p. 151.

<sup>331</sup> Ibid., p. 354.

<sup>332</sup> Prado Jr., C., *Op. Cit.*, 2014.

<sup>333</sup> Ainda assim, o Estatuto do Trabalhador Rural não se provou instrumento suficiente para resolver as principais questões relativas ao trabalho no campo, segundo o próprio Caio Prado Jr., principalmente pelo fato de “transpor para o trabalhador rural as disposições legais que já fazem parte de nossa legislação

trabalhadores, em regra, habitavam nas propriedades do empregador, bem como do fato de que sua remuneração se realizava, muitas vezes, de maneira híbrida, combinando-se um salário com a concessão de uso de um lote de terra para o cultivo de determinados gêneros de subsistência e cujas sobras poderiam vir a ser comercializadas.<sup>334</sup>

Ao reconhecer que, em regra, tal concessão de uso da terra e a consequente possibilidade de produção direta de gêneros de subsistência se apresentava como situação mais favorável ao trabalhador rural do que sua completa proletarização, Caio Prado Jr. asseverava pela necessidade de regulamentação desse tipo de relação de trabalho. Segundo o historiador, era impositivo que se regulamentasse essas formas híbridas de remuneração de modo a “balancear e combinar convenientemente os vários elementos que nela concorrem”, garantindo-se níveis mínimos e regularidade à remuneração percebida, e “conceder maior estabilidade e continuidade às relações estabelecidas”. Além disso, era preciso estabelecer uma regulamentação relativa à moradia do trabalhador que reside em propriedade alheia, que deveria resguardar certo padrão mínimo de segurança, higiene e conforto.<sup>335</sup>

Ademais, pelo fato mesmo de que os trabalhadores rurais em regra habitavam a propriedade de seus empregadores, era preciso regulamentações no sentido de impedir que essa situação se traduzisse no exercício de poderes extraeconômicos por parte dos proprietários, impedindo que as relações de trabalho fossem contaminadas por aspectos de “subordinação e sujeição *pessoal* do trabalhador”. Tratava-se de limitar certas práticas correntes por parte dos proprietários fundiários, tais quais a de restringir o “acesso e livre comunicação dos moradores da propriedade com o exterior”, de limitar que se instalassem nas propriedades profissionais e comerciantes que desejassem prestar seus serviços aos moradores e, por fim, de “monopolizar os fornecimentos de gêneros aos trabalhadores”.<sup>336</sup>

Caio Prado Jr. concedeu uma atenção especial ao caso da parceria agrícola, bastante difundida no campo brasileiro. Tendo em vistas seus esforços e sua convicção em caracterizar a parceria como uma relação de prestação de serviços e fornecimento de

---

trabalhista e foram traçadas com vistas ao trabalhador urbano”, ignorando, portanto, a singularidade das relações de trabalho no campo brasileiro (Prado Jr., Caio. “*O Estatuto do Trabalhador Rural*”. *Op. Cit.*, 2014, p. 404.)

<sup>334</sup> Prado Jr., C., 2014, p. 361-2.

<sup>335</sup> *Ibidem*, p. 363.

<sup>336</sup> *Ibid.*, 355-6.

força de trabalho – em contrariedade à tese do PCB –, o historiador defendia que tal equiparação fosse estabelecida em lei. Uma legislação também deveria assegurar “uma remuneração mínima e regularmente recebida” pelos parceiros, sobre os quais não poderia recair “os eventuais riscos da exploração”. Também se deveria reprimir os abusos cometidos contra essa classe de trabalhadores, particularmente sob a forma de se “forçar o trabalhador a ceder a parte do produto que lhe pertence por preço inferior ao do mercado” ou de outros tipos de deduções operados sobre sua remuneração.<sup>337</sup>

A situação dos parceiros no Brasil também possuía uma conotação especial para Caio Prado Jr., visto que o historiador a considerava “um tipo de organização agrária intermédia entre a grande exploração rural e a exploração parcelária da terra”. Afinal, por mais que estivesse integrado em um todo maior, a propriedade em que trabalhavam “um conjunto de trabalhadores iguais a ele”, o parceiro exercia seu trabalho “independentemente dos demais”.<sup>338</sup>

Dessa forma, argumentava Caio Prado Jr., a já existente massa de terras cedidas em parceria – e, portanto, que já se encontrava “fracionada em unidades produtivas autônomas” – podia servir de “ponto de apoio” para a realização da desconcentração da propriedade fundiária, e a substituição, nestes locais, “do empregado pelo trabalhador independente e proprietário”. Para isso, bastava que se promovesse a “desapropriação e entrega a cada parceiro da parcela que efetivamente já ocupa[va]”, ou, ao menos, que lhes fosse outorgada estabilidade permanente até o momento em que fosse oportuna “a transferência definitiva a eles de todos os direitos à ocupação e exploração de seu lote”.<sup>339</sup>

Além desse avanço sobre as propriedades que já se encontravam efetivamente divididas em unidades produtivas relativamente autônomas, Caio Prado Jr. também estabeleceu outras formas de se estimular o fracionamento das grandes propriedades fundiárias e a emergência de explorações rurais baseadas na pequena propriedade. Tais medidas consistiam, em grande medida, na imposição de restrições e condicionantes à livre utilização da terra.

Caio Prado Jr. defendia a “fixação de níveis mínimos de aproveitamento e produtividade para as diferentes produções e regiões do país”, de modo a se “estimular a

---

<sup>337</sup> Ibid., 368-70.

<sup>338</sup> Ibid., p. 370-1.

<sup>339</sup> Ibid..

produção pela exploração mais intensiva da terra”, bem como provocar “a alienação pelos grandes proprietários das áreas que não quisessem ou não pudessem explorar convenientemente”. Podia-se, assim, combater a habitual prática de subutilização de terras produtivas, cuja causa era a alta disponibilidade de terras nas mãos de poucos proprietários.<sup>340</sup>

Esta limitação do uso da terra também poderia, segundo o historiador, servir de bloqueio ao reconhecido aumento desmedido das unidades produtivas que se convertiam para a atividade da pecuária extensiva, absorvendo a cada etapa uma quantidade maior de terras e eliminando a produção agrícola pré-existente. Segundo ele, era preciso restringir o avanço de uma atividade puramente extensiva, de expressão econômica mínima e que, principalmente, era altamente consumidora de terras e pouco geradora de empregos.<sup>341</sup>

Por sua vez, a ocupação das áreas e terras ainda em processo de incorporação ao sistema econômico também deveria ser objeto de regulação e planejamento, segundo Caio Prado Jr., para se evitar que nas frentes pioneiras também se configurasse o domínio completo do latifúndio sobre as demais formas de exploração da terra. O historiador argumentava que a inexistência de regulação nesse sentido vinha permitindo a apropriação especulativa das terras virgens por grandes proprietários. Por isso, a situação dos posseiros que efetivamente ocupavam essa franja pioneira era de evidente instabilidade, podendo a qualquer momento ser expulsos das terras que haviam se instalado.<sup>342</sup>

Outro instrumento importante para se estimular a desconcentração fundiária, para Caio Prado Jr., era a tributação territorial e a tributação sobre os rendimentos provenientes da produção agropecuária. Dada a quase ausência de tributação da terra e de seus rendimentos, ou a facilidade de evasão fiscal nesses casos, podiam grandes proprietários manter sob seu domínio amplas extensões de terras semi-produtivas ou mesmo completamente improdutivas, sem maiores encargos. Diante dessa situação, afirmava Caio Prado Jr., a terra havia se tornado forma “excepcionalmente boa aplicação de poupanças”, destinada a resguardar os recursos aplicados contra a desvalorização da moeda.<sup>343</sup> A oneração fiscal das terras e seus rendimentos figurava, então, como forma

---

<sup>340</sup> Ibid., 377-8.

<sup>341</sup> Ibid., 375-6.

<sup>342</sup> Ibid., 383-5.

<sup>343</sup> Prado Jr., Caio. “*A reforma agrária e o momento nacional*”. In: Prado Jr., C. “*A Revolução Brasileira/A Questão Agrária no Brasil*”. *Op. Cit.*, pp. 396-8.

de se desincentivar a retenção especulativa de terras semi-produtivas e, assim, promover tanto o melhor aproveitamento da terra quanto o retalhamento de propriedades cuja retenção se tornasse desinteressante. Ou seja, a melhor tributação, “desestimulando a compra, e pelo contrário incentivando a venda dos imóveis rurais, teria como efeito a desvalorização da terra”, tornando-a mais acessível para o lavrador comum e estimulando a produção agrária baseada na pequena propriedade.<sup>344</sup>

Por fim, Caio Prado Jr. reconhece que esse conjunto de medidas deveria ser aplicado levando em conta a situação agrária no Brasil, caracterizada pela grande exploração rural. Com efeito, deveria se considerar os casos em que a substituição da produção coletiva pela individual e parcelária seria mais facilmente efetivada, bem como daqueles em que essa substituição ou só poderia se fazer de maneira parcial, ou exigiria medidas paralelas de assistência e melhoramentos técnicos. “Nessas situações”, dizia o historiador, “é preciso considerar cada caso especificamente e em particular, procurando-lhe uma solução própria que não pode ser generalizada”.<sup>345</sup>

Estes é o conjunto de medidas propostos por Caio Prado Jr. em sua contribuição para a análise da questão agrária brasileira datada de 1962. Nesta, as medidas de redistribuição da propriedade fundiária e de melhoria das condições de emprego da população rural foram colocadas lado a lado, como elementos interdependentes. Ao voltar a tratar da questão agrária brasileira em sua “A Revolução Brasileira”, de 1966, Caio Prado Jr. defendeu a necessidade de se conceder especial atenção ao segundo desses elementos, sem, é claro, deixar de reconhecer a importância do primeiro. Ao fazê-lo, o historiador demarca seu inconformismo com a postura precedente do PCB, que, por influência da tese dos “resquícios feudais”, havia concentrado sua prática militante na defesa de uma “reforma agrária democrática”, como visto, mas deixando de lado em grande medida a pauta do emprego rural.

Para Caio Prado Jr., isso se apresentava como um flagrante erro prático – advindo de um talvez mais grave erro teórico –, uma vez que, segundo seu argumento, a questão da terra propriamente dita não possuía “generalidade suficiente”, nem se apresentava com a “necessária uniformidade em todos os lugares”, para “constituir ponto de partida de amplos e continuados movimentos de massa.” Mais especificamente, a reivindicação pela

---

<sup>344</sup> Prado Jr., C., 2014, pp. 378-9.

<sup>345</sup> Ibid., pp. 381-2.

terra não possuía a “expressão quantitativa e sobretudo qualitativa de outras pressões e tensões no campo brasileiro que [diziam] respeito a condições de trabalho e emprego na grande exploração rural.”<sup>346</sup>

Para Caio Prado Jr., a questão da terra se apresentava propriamente no Brasil em apenas três casos mais ou menos particulares e geograficamente localizados. Primeiro, havia o caso dos arrendatários de terras de regiões onde a grande exploração sofreu um processo de decadência, que se encontravam na iminência de serem desalojados pelos proprietários que desejavam dar uma ocupação mais lucrativa à terra arrendada. Este era o caso dos “foreiros” do Nordeste, cuja luta atingiu grande repercussão a partir da formação das Ligas Camponesas. O segundo caso era o dos “ocupantes de terras virgens em zonas pioneiras do país, particularmente no oeste paranaense e centro-norte do Goiás”. Estes “posseiros”, destituídos de títulos de propriedade da terra que ocupavam, estavam em constante disputa com especuladores que procuravam se apropriar das terras ocupadas. Por fim, o último caso, este de larga incidência geográfica na extensão do território brasileiro, era daqueles pequenos lavradores sem terras próprias que, diante da “valorização da carne graças ao desenvolvimento considerável de seu consumo urbano”, encontravam-se na iminência de serem desalojados de suas terras “para darem lugar a pastagens.”<sup>347</sup>

Desta feita, Caio Prado Jr. argumentava em sua “A Revolução Brasileira” que o que afligia a grande massa da população rural brasileira não era, mais destacadamente, a falta de terras, mas sim a falta de emprego, e a inexistência de condições dignas de trabalho para aqueles obtivessem alguma ocupação.<sup>348</sup> E não poderia ser diferente, considerando o papel central que a grande exploração rural historicamente ocupou na economia agrária brasileira. Diante disso, a grande maioria da população do campo brasileiro se constituiu de trabalhadores empregados por essa grande exploração. Já os pequenos produtores ou proprietários – para os quais a reivindicação por terra detinha maior relevância – constituíam um grupo residual e de menor expressão no conjunto social, ao menos até aquele momento da história do país.

Caio Prado Jr. defendia, então, que de um ponto de vista revolucionário, orientado para a promoção de transformações qualitativas na sociedade e economia brasileiras, se

---

<sup>346</sup> Ibid., p. 53, 144.

<sup>347</sup> Ibid., pp. 50-2.

<sup>348</sup> Ibid., p. 50.

fazia necessário “estimular as forças e os impulsos efetivamente presentes no contexto da evolução econômica e social do país”, os quais se direcionavam muito especialmente para o sentido de “assegurar a efetiva aplicação e promover a ampliação e extensão da legislação rural trabalhista” e “ampliar os horizontes de trabalho e emprego oferecidos pelas atividades econômicas do país, de maneira a assegurar ao conjunto da população trabalhadora ocupação e meios regulares de subsistência.”<sup>349</sup> Eram estas as reivindicações da maior parte da população rural, constituída por trabalhadores empregados na grande exploração, e era para sua resolução que deveriam se orientar os esforços conjugados da sociedade brasileira.

Ademais, Caio Prado Jr. indicava, nesta obra, que a luta por melhores condições de trabalho e emprego no campo poderia ser o instrumento mais eficaz para a promoção da desconcentração da propriedade fundiária. O historiador argumentava que, à medida que tal luta ganhasse terreno e obtivesse sucesso em suas reivindicações, se instalaria uma tendência à decomposição das grandes explorações rurais “incapazes de suportar [...] a elevação de custos da produção determinados pela melhoria da remuneração do trabalho”. Considerando que, ainda segundo sua visão, um grande número de unidades produtivas “atrasadas” se mantinha “graças unicamente ao baixo custo da mão de obra empregada”, esse efeito de desmembramento seria bastante significativo.<sup>350</sup>

Essa ênfase concedida por Caio Prado Jr. às reivindicações por melhores condições de trabalho e emprego no campo não era derivada apenas da maior generalidade e amplitude das reivindicações nesse sentido. O que Caio Prado Jr. de fato visualizava nesse conjunto de reivindicações, as quais já haviam dado lugar a um processo de organização e mobilização até então inexistente no campo brasileiro, era a possibilidade de “iniciação e crescente participação da massa trabalhadora rural na vida política brasileira de que sempre ela esteve ausente.”<sup>351</sup>

Era na progressiva mobilização e organização dessa classe de trabalhadores rurais, as quais se faziam necessárias para que sua luta reivindicatória fosse bem-sucedida, que Caio Prado Jr. vislumbrava o “maior impulso revolucionário potencial” no âmbito da sociedade brasileira de meados do século XX. Essa classe de trabalhadores rurais, “situada no mais baixo da hierarquia social, e inferiorizada ao extremo”, constituía,

---

<sup>349</sup> Ibid., pp. 149-51.

<sup>350</sup> Ibid., 146-7.

<sup>351</sup> Ibid., p. 151-2.

portanto, para o historiador, o “sujeito revolucionário” por excelência, cuja luta haveria de “interferir diretamente no que há de mais geral e profundo na organização e no funcionamento da economia brasileira, impondo reformas e transformações estruturais de larga amplitude e alcance.” Afinal, o atendimento de suas demandas só poderia advir de um processo amplo de reorganização das atividades econômicas do país, no sentido do “estabelecimento de um sistema econômico englobando num todo coeso e orgânico o conjunto de sua população”, cujo desenvolvimento haveria de se realizar em função dos interesses desta mesma população. Ao fazê-lo, dizia o historiador, o “Brasil terá finalmente superado em definitivo o seu passado e a sua herança coloniais.”<sup>352</sup>

Acreditamos ter apresentado o que há de fundamental na contribuição de Caio Prado Jr. para o debate prático e programático sobre a reforma agrária naquele momento histórico. Nota-se como o historiador sugeriu medidas bastante concretas voltadas para o que ele entendia ser as duas problemáticas fundamentais do campo brasileiro, as quais, se viessem ser aplicadas, poderiam efetivamente transformar as condições de funcionamento e realização de toda a economia agrária do país, em um sentido fortemente democrático e, por que não, revolucionário. Apesar de sua ênfase concedida à questão do trabalho e do emprego do campo – em especial em sua “A Revolução Brasileira” –, ele não deixou de suscitar elementos importantes para o debate da redistribuição da propriedade fundiária, em especial ao indicar a necessidade de se promover a regulamentação do uso da terra (daquelas já ocupadas ou ainda a se ocupar) e de ampliar sua tributação e de seus rendimentos, bem como ao indicar as terras já cedidas em parceria como “ponto de partida” para a realização de uma reforma agrária.

Podemos, agora, passar a exposição do segundo conjunto de propostas de reforma agrária, cujos proponentes são Celso Furtado e Ignácio Rangel. Como não poderia deixar de ser, ambas propostas refletem e têm como ponto de partida a reflexão teórica oferecida por cada um destes autores para a decifração da questão agrária brasileira. Partindo dessa reflexão, Furtado e Rangel apresentaram propostas diferentes de encaminhamento da questão agrária, o que refletiu as diferentes problemáticas que cada um havia identificado como fundamental ao pensar o campo brasileiro de então. Começemos pela proposta de Celso Furtado.

---

<sup>352</sup> Ibid., p. 168.

Foi no bojo de sua reflexão sobre o Nordeste que Furtado apresentou o que entendemos ser o seu projeto de reforma agrária. Como se viu, o problema agrário nordestino dizia respeito sobretudo à existência de uma superpopulação agrária, incapaz de obter ocupação adequada nas condições então vigente no campo nordestino e que, pela migração para as capitais da região, convertia-se em uma população urbana desocupada, dado o nível ainda incipiente de desenvolvimento industrial nestes locais.

A problemática nordestina exigia, portanto, duas espécies de resposta. Primeiro, era preciso estimular a expansão e diversificação de seu setor industrial, de modo a se ampliar o contingente absorvido pelas atividades urbanas e industriais e promover a elevação da renda *per capita*. Segundo, era preciso promover a reorganização agrícola da região nordestina, de modo a ampliar o nível de vida da população rural, bem como para estimular o desenvolvimento do setor industrial, sobretudo pelo aumento da oferta de alimentos.<sup>353</sup>

Foi para perseguir esses objetivos que Furtado passou a concentrar seus esforços em defesa da implementação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, a qual foi efetivamente criada com a aprovação de seu projeto de lei em 15 de dezembro de 1959. Vejamos como ele buscou enfrentar as questões que a ele se apresentavam, com foco na problemática agrária.

Para conhecer à fundo a problemática agrária nordestina, é preciso que se proceda à diferenciação entre as respectivas zonas fisiográficas que compunham a região, delimitando as condições naturais, bem como os sistemas econômicos que se desenvolviam em cada uma delas. Bastante diversas entre si em relação a estes atributos, cada uma destas zonas exigia uma forma diferente de enfrentamento dos também diferentes problemas presentes.

Primeiro, há a Zona da Mata, que consiste na faixa úmida de terras com maior fertilidade natural que cobre quase todo o litoral nordestino, onde, a despeito de sua relativamente reduzida dimensão territorial, historicamente se fixou a maior parte da população. O sistema econômico que lá se desenvolveu, desde os primórdios da colonização, foi a monocultura do açúcar voltada para exportação. Baseada em grandes concentrações de terras nas mãos de um número restrito de senhores de engenho, e posteriormente empresários do açúcar, a economia açucareira configurava um sistema

---

<sup>353</sup> Furtado, C., 2009-B, pp. 45-9.

gerador de alta concentração de renda. Isso pois o enorme contingente de trabalhadores sem terra implicava em uma dependência quase completa dessa população em relação à grande lavoura, o que impedia qualquer processo significativo de elevação dos salários. Além disso, a monopolização das terras por este setor econômico, e principalmente daquelas de maior qualidade natural, impediu que se desenvolvessem ali outras formas de exploração da terra, em especial aquela que detinha a maior atenção de Furtado à época, qual seja, a policultura de gêneros alimentícios.<sup>354</sup>

Entre a faixa úmida, no litoral, e a extensa zona semiárida a oeste, há uma faixa de transição conhecida como Agreste, cuja população se constituiu historicamente dos excessos de população repelidos pela economia açucareira. Inicialmente ocupado por grandes propriedades dedicadas à pecuária, se constituiu em partes do Agreste uma camada significativa de pequenos produtores, que passaram a desenvolver uma policultura agrícola, predominantemente voltada para a subsistência, mas que gerava, também, um excedente comercializável. As reduzidas dimensões das propriedades, consistindo em sua grande maioria em verdadeiros minifúndios, não permitia a esses pequenos produtores um alto nível de vida.<sup>355</sup>

Por fim, há aquela extensa área semiárida que ocupa todo o interior da região Nordeste, o Sertão, cujas características naturais mais significativas são a vegetação da caatinga adaptada ao solo seco e de menor fertilidade natural e a ocorrência de secas periódicas. A ocupação do Sertão foi resultante de uma associação entre a atividade pecuária exercida em grandes latifúndios e a fixação de uma população nestas propriedades praticando agricultura de subsistência – e a partir de dado momento, cultivando algodão em regime de parceria –, a qual servia de mão de obra barata para os grandes proprietários pecuaristas. Os grandes problemas que assolavam a população nordestina eram a excessiva densidade demográfica nestes solos já bastante pobres, do que decorria uma baixíssima produtividade do trabalho agrícola, e principalmente a alta vulnerabilidade às secas periódicas, que afetavam sobretudo a produção de alimentos da população trabalhadora, reduzindo-a a próximo de zero, dando origem a verdadeiras calamidades sociais.<sup>356</sup>

---

<sup>354</sup> Ibidem, pp. 37-8. Para uma análise da formação histórica do “complexo econômico nordestino”, ver também Furtado, C., 2007, cap. 11.

<sup>355</sup> Furtado, C., 2009-B, pp. 38-9.

<sup>356</sup> Ibidem, pp. 40-4.

As diferentes condições e os diferentes problemas que se apresentam em cada uma destas regiões exigia medidas diversas para seu enfrentamento; eram, portanto, múltiplas as “reformas agrárias” pensadas por Furtado para o Nordeste.

Para a Zona da Mata, Furtado defendia a necessidade de se promover a diversificação da produção nesta área restrita de maior fertilidade natural do solo; o economista almejava, portanto, enfrentar o “imperialismo” da cana<sup>357</sup>, o que significava chocar-se com os interesses da antiga elite açucareira e reduzir a importância da monocultura para exportação. Afinal, Furtado acreditava que o monopólio da cana-de-açúcar sobre a terra de maior qualidade natural implicava em uma subutilização de um dos fatores mais escassos na região e, por consequência, em uma restrição da produtividade.<sup>358</sup>

A questão fundamental para Furtado, entretanto, residia na demanda a qual essa diversificação produtiva havia de responder, a saber, a ampliação da oferta de alimentos, principalmente para o abastecimento das zonas urbanas em expansão, o que serviria também de estímulo ao crescimento industrial nordestino, pela redução do preço destes bens e pela redução proporcional do custo de mão de obra.<sup>359</sup> Vimos como a questão da oferta insuficiente de alimentos ocupava lugar central na reflexão de Furtado sobre a questão agrária brasileira. Para o economista, a economia da Zona da Mata nordestina era um reflexo perfeito de sua concepção acerca da existência de uma “oferta rígida” de alimentos por consequência da predominância de uma “estrutura agrária anacrônica” no campo brasileiro. Como se verá, este também seria o caso do sertão nordestino, ainda que sob uma forma diversa.

---

<sup>357</sup> O termo é de Manuel Correia de Andrade, utilizado em sua “A terra e o homem no Nordeste”, *Op. Cit.*, 2011.

<sup>358</sup> Furtado, C., 2009-B, pp. 47-9.

<sup>359</sup> Nos termos de Furtado, publicadas sob o nome do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN, vinculado ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE, ao qual o economista se integrou antes da criação da SUDENE: “Sendo a terra um fator escasso, em grande parte monopolizada, aliás, para o cultivo da cana, e crescendo intensamente a população, a região [Nordeste] inclina-se a depender cada vez mais de alimentos importados do Centro-Sul. Por conseguinte, a tendência do nível dos preços dos alimentos é para crescer, relativamente à região sulina, reduzindo-se a pequena vantagem derivada dos preços mais baixos dos alimentos de produção local. Trata-se de um processo que leva, necessariamente, ao estrangulamento das indústrias da região, que, mais cedo ou mais tarde, estarão incapacitadas para concorrer dentro de seu próprio mercado com as manufaturas importadas do Sul. Pode-se afirmar, portanto, que o ponto mais fraco das indústrias do Nordeste reside na própria agricultura da região. [...] A reestruturação da agricultura nordestina, visando a um uso mais racional e intensivo dos recursos escassos de terra e água, constitui um pré-requisito da industrialização”. GTDN. “*Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*”. In: “A Saga da Sudene (1958-1964)”. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009-B, pp. 132-3.

Ou seja, Furtado via a reorganização e diversificação produtiva da economia agrária da Zona da Mata como um meio para se responder às demandas ensejadas por um mercado interno em transformação, por decorrência da expansão urbano-industrial já em curso e ao qual se buscava atribuir novo e mais forte fôlego, o que era condição para que se promovesse o desenvolvimento econômico da região Nordeste como um todo. Mais do que um problema agrário propriamente dito, portanto, a situação da Zona da Mata se apresentava ao economista como um “problema de desenvolvimento”, uma vez que esta reestruturação da agricultura se afigurava como pré-requisito da industrialização do Nordeste.

Sendo o objetivo apontado o de reduzir a importância da monocultura exportadora de açúcar e estimular a instituição de um novo modo de organização da produção agrícola que lhe fizesse concorrência (sem eliminá-la, por certo), de modo a atender as demandas ensejadas pelo mercado interno, era difícil se ignorar a questão da reforma agrária, em seu sentido estrito de redistribuição da propriedade fundiária. Ainda que faltem declarações expressas nesse sentido, é mais do que plausível supor que Furtado via a redistribuição das terras da faixa úmida como um, ou talvez o único, meio de se promover a ampliação da oferta de alimentos no Nordeste a curto ou longo prazo.<sup>360</sup> A realização desta reforma agrária, todavia, exigia a acumulação de um significativo capital político que faltou à Sudene durante o período em que o economista foi seu superintendente.

De todo modo, é possível conceber, a partir de um ponto de vista “furtadiano”, que a redistribuição fundiária direcionada para o aumento da produção de alimentos na faixa úmida poderia ensejar, como efeitos secundários, a melhor ocupação dos fatores produtivos e a redistribuição de renda em favor das classes rurais desfavorecidas. Primeiro, pois a obtenção de uma porção de terra onde se pudesse trabalhar por conta própria implicava em incontestável ascensão social para essa ampla camada de trabalhadores sem terra, a qual era, inclusive, excedente em relação à demanda por trabalho da economia açucareira. Disponibilizada parte da terra para que fosse promovida uma exploração sob os moldes da pequena propriedade, seria ocupada parte dessa mão de obra excedente, seja pelo trabalho exercido na própria propriedade, seja pela contratação de mão de obra adicional pelos pequenos proprietários.

---

<sup>360</sup> Nesse sentido, ver Furtado, C., 2009-B, pp. 65-6.

Em segundo lugar, a absorção de parte desse excedente de mão de obra poderia resultar em uma tendência à elevação dos salários pagos pela economia açucareira, visto que teria sido atenuada a histórica dependência dos trabalhadores rurais em relação à grande lavoura. Promovida uma elevação significativa dos salários rurais, em paralelo à redução das terras disponíveis aos grandes proprietários, estes seriam, à princípio, pressionados a aumentar a produtividade por área ocupada, estimulando a absorção de progresso técnico. Ademais, Furtado sempre deixou claro que a redução da área disponível para a monocultura de açúcar não deveria implicar em redução da produção, e que deveria ser compensada por aumentos de produtividade por área ocupada, inclusive por meio da implementação de tecnologias de irrigação.<sup>361</sup>

Para o Sertão, a prioridade era garantir um maior nível de vida à população sertaneja e reduzir a vulnerabilidade desta economia às secas periódicas, sobretudo estabilizando a oferta de alimentos. O êxito na perseguição destes objetivos dependia, na visão de Furtado, de que se promovesse um aumento significativo de produtividade pela via da especialização na produção pecuária e algodoeira, da modernização da produção através da absorção de progresso técnico, e da maior integração do sistema econômico ao mercado. Elevando-se a rentabilidade pela via da especialização e modernização da produção, o sistema econômico sertanejo poderia ampliar sua faixa monetária – isto é, a proporção da renda efetiva dos trabalhadores auferida sob a forma de moeda –, e reduzir proporcionalmente a importância da agricultura de subsistência. A oferta de alimentos se tornaria, assim, menos vulnerável às secas, uma vez que seu equilíbrio dependeria menos de uma agricultura rudimentar praticada em solos pobres, e mais da compra no mercado.<sup>362</sup>

Desta feita, o planejamento econômico da zona sertaneja deveria se orientar para promover o ajustamento do sistema econômico ao meio físico em que se assentava, de

---

<sup>361</sup> Ibidem, p. 65.

<sup>362</sup> Novamente segundo o estudo do GTDN: “A raiz do problema está, portanto, em dar maior estabilidade à renda real do trabalhador [...] Se se pretende criar uma economia mais resistente aos efeitos da seca, o primeiro passo consiste em reduzir o âmbito da agricultura de subsistência, ou seja, em aumentar a faixa monetária. Alcançando esse objetivo teremos aumentado a produtividade média da economia da região. Por outro lado, se se aumentar a faixa monetária consegue-se automaticamente que os efeitos da crise de produção provocada pelas secas não se concentrem nos grupos de população economicamente mais fracos. [...] A questão central é, portanto, a seguinte: como elevar a produtividade da economia na região semiárida? Para alcançar esse objetivo será necessário integrar, o mais possível, no mercado, a unidade produtiva típica. No momento presente, essa unidade se articula com o mercado por meio da pecuária e da produção de algumas xerófilas, particularmente o algodão mocó. As condições ecológicas indicam claramente que a economia dessa região deve basear-se nesses dois elementos.” GTDN., 2009-B, pp. 144-5.

modo a gerar um aumento de produtividade. Isso exigia que se acumulasse conhecimento técnico orientado para promover a “utilização racional dos fatores naturais” existentes, reduzindo-se a importância de formas arcaicas de produção e da exploração massiva de uma população empobrecida que constituía mão de obra barata.<sup>363</sup>

O aumento de produtividade e do dispêndio monetário, entretanto, implicaria necessariamente na liberação de mão de obra pelo sistema econômico sertanejo. Furtado pretendia enfrentar essa situação pela ampliação da fronteira agrícola nordestina em direção ao Maranhão, através do que ficou chamado de “colonização”. Dada a disponibilidade de terras úmidas inexploradas, a colonização poderia servir para constituir, nesta região, uma economia voltada para a produção de alimentos, os quais serviriam para abastecer a região semiárida – desde que se implementasse a infraestrutura necessária para vincular essa produção aos mercados. Responder-se-ia, assim, tanto à questão do excedente de mão de obra, quanto à da oferta de alimentos no semiárido nordestino.<sup>364</sup>

Este era o planejamento geral da reforma agrária, em sentido amplo, proposta para o sertão nordestino. A questão se complicava quando se buscava problematizar o papel que a redistribuição fundiária haveria de ter na reorganização produtiva do Sertão. Em palestra proferida no Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB, em que apresentou as diretrizes do que viria a ficar conhecida como “A Operação Nordeste” e que culminaria com a criação da SUDENE, Furtado afirmou que a divisão da terra no Sertão “seria o tiro de misericórdia”, entendido como o aprofundamento da crise humana e atrofia da já bastante rudimentar atividade econômica ali desenvolvida, uma vez que ninguém podia “subsistir na caatinga com uma propriedade pequena, mesmo média”<sup>365</sup>.

A necessidade de ajustar a economia desta zona ao seu meio físico impedia, portanto, na visão do economista, que lá se instalasse uma economia baseada na pequena, ou mesmo média, propriedade. Por essa razão, o aumento de produtividade e a consequente ampliação da renda gerada e distribuída – que deveria tornar-se cada vez mais monetária – só poderia decorrer da especialização e aprimoramento das atividades

---

<sup>363</sup> Ibidem, p. 146.

<sup>364</sup> Ibid., pp. 153-6.

<sup>365</sup> “Assim sendo, na caatinga não se poderia jamais caminhar para a pequena propriedade, porque a pobreza do solo, o clima da região e a pequena carga animal que suportam os pastos não permitem uma economia de grande densidade demográfica. Ao contrário, é preciso reduzir a carga da população sobre os recursos.” Furtado, C., 2009-B, pp. 62-3.

econômicas existentes, já relativamente adaptadas ao meio (a pecuária e o cultivo do algodão).

Resta desse cenário a importante lição, corroborada por Caio Prado Jr. em sua análise da questão agrária<sup>366</sup>, que uma redistribuição fundiária não deveria ser conduzida e implementada sob o preço de se promover a destruição completa dos sistemas econômicos já existentes. Pelo contrário, ele deveria se orientar, prioritariamente, para complementá-los e estimulá-los a se desenvolver e modernizar. Isso não vedava, entretanto, como afirmou o próprio Furtado, que se promovessem mudanças, não nas dimensões das áreas produtivas, mas na forma de propriedade e de organização da produção, isto é, que se instalassem lá, por estímulo estatal, explorações econômicas “coletivistas” baseadas, por exemplo, na forma da “cooperativa”<sup>367</sup>.

Não obstante, a propositura do projeto de lei do que ficou conhecido como “Lei de Irrigação”<sup>368</sup>, de autoria do Conselho para Desenvolvimento do Nordeste – órgão instituído previamente à SUDENE, e presidido por Furtado – parecia conter a semente de uma redistribuição fundiária a ser implementada prioritariamente no sertão nordestino, visto ser lá que projetos de irrigação se apresentavam como mais necessários.

O texto apresentado previa a formulação de “planos de irrigação” que deveriam determinar “as áreas irrigáveis” pelo sistema público, no interior das quais poderiam ser efetuadas “desapropriações por utilidade ou necessidade públicas, assim como por interesse social”. Ainda segundo o texto, as desapropriações por interesse social deveriam ser “destinadas à constituição dos lotes agrícolas”, de área não maior do que 15 ou 50 hectares (a depender da localização), os quais deveriam ser distribuídos, mediante arrendamento, a agricultores que exercessem “diretamente a agricultura como atividade exclusiva”, os quais poderiam, após o prazo de 3 anos, optar pela compra do lote. Dada a impossibilidade do mesmo agricultor explorar mais de um lote agrícola, restava patente que o projeto se orientava para promover uma redistribuição fundiária, bem como para permitir, pela irrigação, a viabilidade de uma exploração econômica baseada na pequena

---

<sup>366</sup> Prado Jr., C., 2014, *passim*.

<sup>367</sup> *Ibidem*, p. 63.

<sup>368</sup> A íntegra da Lei de Irrigação, até então pouco divulgada, foi publicada em 2008 na seção “Documento” dos Cadernos IPPUR, Ano XXII, nº 1, jan-jul 2008, com apresentação de Hermes Magalhães Tavares. Nessa apresentação, Tavares relata que o projeto de lei apresentado ao Congresso Nacional sofreu forte oposição, do que resultou sua completa descaracterização quando da aprovação da redação final pelos congressistas. Restou ao presidente Juscelino Kubitschek vetar o projeto aprovado no Congresso, que não correspondia aos objetivos do projeto original.

propriedade. Não era absoluta e incontornável, então, tal impossibilidade de se promover uma reforma agrária no Sertão.

Este era, em linhas gerais, o plano de ação de Furtado em sua trajetória em defesa do Nordeste e da renovação de sua economia agrária. Seu plano de ação refletia sua orientação teórica sobre a questão agrária brasileira, segundo a qual a estrutura agrária do país impedia que este setor da economia respondesse tanto às demandas ensejadas pelo próprio processo de desenvolvimento, quanto às necessidades básicas da população trabalhadora rural. O economista, contudo, teve sua trajetória à frente da SUDENE interrompida pela reação das forças conservadoras que se aglutinaram e tornaram possível a decretação do Golpe Militar. Sob a Ditadura, Furtado é afastado da SUDENE, para posteriormente ser exilado, só retornando ao país quase 20 anos depois.

Cabe agora apresentar uma última proposta de reforma da economia agrária brasileira, aquela formulada por Ignácio Rangel. Sua proposta é um reflexo de sua concepção de “crise agrária”, cuja manifestação seriam os “problemas propriamente agrários” – superprodução e superpopulação agrícola – e os “impropriamente agrários” – escassez tópica de bens agrícolas e escassez sazonal de mão de obra.

Contudo, há um elemento fundamental na reflexão de Rangel sobre a questão agrária brasileira, que orienta a proposta apresentada pelo economista para a intervenção e solução das problemáticas por ele reconhecidas. Com efeito, toda essa reflexão de Rangel tem como partida a constatação do autor de que nas condições políticas então vigentes no país, inexistia qualquer possibilidade de que fosse promovida uma reforma agrária, no sentido de radical redistribuição da propriedade fundiária. Como diz o economista, em sua “A Inflação Brasileira”, “o pacto de poder firmado em 1930, entre o capital industrial então nascente e o latifúndio” continuava a ser, no início da década de 1960, “o fundamento do Estado brasileiro”. Nesse contexto, restava como mera ilusão a esperança de que a burguesia rompesse seus laços com o latifúndio, apoiando em alguma medida a reforma da estrutura agrária.

Desta feita, dada a existência de um pacto de poder entre a burguesia industrial e a classe latifundiária, Rangel não identificava como uma possibilidade factível a ocorrência de “uma mudança revolucionária no estatuto da terra”, isto é, uma reforma agrária ampla e profunda. Toda a conceituação de Rangel acerca da questão agrária brasileira parte dessa concepção, e é por estar munido desse “realismo”, por assim dizer,

que o economista se propõe, em sua análise, o objetivo estratégico de “pôr em movimento a estrutura agrária através das relações externas da agricultura”.<sup>369</sup> Isso significava, por um lado, restaurar as condições de crescimento da economia brasileira “como um todo”, e por outro, atribuir prioridade ao enfrentamento dos “problemas impróprios”, passíveis de resolução sem a necessidade de uma reforma profunda da estrutura agrária. Dada a descrença de Rangel na possibilidade de realização de uma reforma agrária no Brasil, isso também significava que os problemas impróprios comportavam uma solução imediata, uma vez que, em seu tratamento, seria possível “operar à base de um consenso, de uma unidade, virtualmente completa da sociedade brasileira”, o que não era o caso dos problemas próprios, que exigiam transformações mais radicais no estatuto da terra.<sup>370</sup>

Vimos como Rangel visualizava que a magnitude da crise agrária brasileira se encontrava em uma relação inversa com a intensidade da expansão do setor industrial. Afinal, se a crise agrária “interessa especialmente à quantidade de mão de obra liberada pelo setor agrícola”<sup>371</sup>, esta seria tão mais profunda quanto menor fosse o volume de mão de obra crescentemente absorvido pelo restante do sistema econômico, e particularmente, em nosso caso, pelo setor industrial. Por isso, a primeira medida de combate à crise agrária brasileira proposta por Rangel consistia no estabelecimento das condições necessárias para a continuidade e aprofundamento do processo de desenvolvimento econômico e industrialização do país.

. Para Rangel, o dinamismo do setor industrial brasileiro, no início da década de 1960, dependia da sustentação da taxa de investimento, que se encontrava em declínio pelo fato das oportunidades de inversão em substituição de importações estarem se tornando mais escassas, diante do esforço até então realizado nesse mesmo sentido. Isso exigia que se promovessem reformas nas “relações externas de produção” da economia brasileira, “que compreendem o mecanismo do comércio exterior, o regime cambial, o mercado interno de valores, o sistema bancário, o sistema fiscal.” Tais reformas deveriam objetivar o “resgate das dívidas externas” e o “fortalecimento da posição financeira do setor público”, que poderia, então, promover investimentos massivos em setores

---

<sup>369</sup> Ibid., pp. 33-4.

<sup>370</sup> Ibid, pp. 59, 61, 77.

<sup>371</sup> Ibid., p. 41.

retardatários – em especial os já citados “serviços de utilidade pública” –, e assim, “servir de ponto de partida para novo surto de desenvolvimento”.<sup>372</sup>

Nesse cenário, dizia Rangel, “a mudança iniciada no campo das relações externas de produção tende a propagar-se a todos os aspectos do organismo econômico e social da nação”, o que viria a implicar, direta e indiretamente, na questão agrária. Tanto a superpopulação rural quanto a superprodução agrícola tenderiam a “mudar de significação” caso fossem deflagradas essas importantes mudanças nas relações externas de produção da economia brasileira, entendidas por Rangel como condições para o prosseguimento do desenvolvimento econômico do país. A urbanização e a industrialização intensificadas absorveriam maiores contingentes da população rural tornada excedente, bem como uma quantidade crescente de produtos agrícolas; a reorganização do comércio exterior também poderia permitir o escoamento de uma maior parcela da produção agrícola; a reestruturação da agricultura por decorrência de todo esse conjunto de mudanças, por sua vez, também permitiria absorver parte dos excedentes populacionais.<sup>373</sup>

O centro de sua proposta de intervenção na economia agrária do país, entretanto, residia nas suas propostas de resolução dos “problemas impróprios”, isto é, a escassez tópica de bens agrícolas e a escassez sazonal de mão de obra, os quais poderiam ser enfrentados pela atuação sobre os mercados de terras, mão de obra e de comercialização de bens agrícolas.

Rangel propôs um conjunto de três medidas destinadas a enfrentar os problemas impróprios da agricultura brasileira. Para resolver o problema da escassez de bens agrícolas, ele propunha o fortalecimento da posição do produtor agrícola – grande, médio e pequeno – frente ao oligopólio-oligopsônio instalado no setor de comercialização desses bens, “através da aplicação do mecanismo dos preços mínimos, da reorganização do crédito agrícola, da assistência técnica e da criação dos serviços de infraestrutura da agricultura”. O resultado disso seria a estabilização da demanda por bens agrícolas até então tornados escassos – dada a imposição de preços excessivamente baixos ao produtor – o que implicaria, por sua vez, aumento da produção e inversão da tendência de elevação dos preços cobrados ao consumidor desses bens. Naquele momento, essa medida seria

---

<sup>372</sup> Ibid., pp. 50-8.

<sup>373</sup> Ibid., p. 71-2.

especialmente importante para o desenvolvimento da agricultura capitalista nas chamadas áreas desenvolvidas de antiga colonização – particularmente o Centro-Sul -, que já detinham condições estruturais para uma rápida expansão da produção.<sup>374</sup>

Para enfrentar o problema das unidades produtivas de tipo capitalista que sofriam com escassez sazonal de mão de obra se fazia necessário garantir uma “oferta fortemente elástica” desse fator. Isso seria possível através da criação, fora das fazendas de monocultura capitalista, mas próximo delas, de conjuntos de propriedades minifundiárias em que os assalariados agrícolas, e em especial os trabalhadores temporários, pudessem se instalar e produzir, como complemento do salário, alguns gêneros de subsistência. Seria garantida, assim, a “estabilidade da oferta de mão de obra à monocultura”, estimulando a expansão do capitalismo no campo. Essa medida seria especialmente importante para as áreas subdesenvolvidas de antiga colonização, em especial o Nordeste, onde o problema da escassez sazonal de mão de obra era mais agudo.<sup>375</sup>

Por fim, Rangel propôs uma medida mais radical para as regiões de nova colonização, cujas terras ainda se encontravam em processo de incorporação à economia, em especial pela expansão da rede rodoviária. Sua proposta para essas regiões era a organização do povoamento, “usando para isso as terras públicas ou a cobrança de uma razoável contribuição de melhoria”, de modo a fortalecer a posição dos posseiros e promover a implantação de uma nova estrutura agrária, em que o latifúndio viria a ocupar posição minoritária. Isso se faria possível visto que nessas regiões de fronteira, diferentemente das áreas de antiga colonização, o latifúndio ainda não havia se instalado de forma definitiva, estando ainda em situação embrionária, quando não inexistente, pelo fato da terra ser pública.<sup>376</sup>

O objetivo primordial desse conjunto de medidas consistia em estimular “o fortalecimento do lado moderno da agricultura”, cuja expansão, que já vinha ocorrendo espontaneamente, deveria gradualmente eliminar o “resíduo arcaico” presente na estrutura agrária brasileira.<sup>377</sup> Para Rangel, essa expansão havia sido estimulada, de forma espontânea, pelas modificações promovidas nas “relações externas de produção da agricultura”, sendo evidente, portanto, que a reforma de determinados elementos dessas

---

<sup>374</sup> Ibid., pp. 62-4, 70.

<sup>375</sup> Ibid., pp. 67-9, 70.

<sup>376</sup> Ibid., pp. 65-7, 69.

<sup>377</sup> Ibid., p. 60.

relações, em particular no tocante ao mercado de mão de obra, de comercialização de produtos agrícolas, e de terras, poderia vir a tornar mais intenso e perene esse impulso primordial.

Rangel acreditava, ademais, que, ao se gerar impulso para o processo de “modernização” da agricultura através da solução dos problemas impróprios, os problemas próprios tenderiam a “diminuir de gravidade, para retornar em futuro mais ou menos afastado e sob forma imprevisível.”<sup>378</sup> Incluía-se, aí, a própria questão da distribuição fundiária, uma vez que, segundo o argumento de Rangel, a modernização da agricultura, em paralelo à continuidade do desenvolvimento econômico brasileiro e da criação da infraestrutura física e institucional nacional, deveriam fomentar a tendência, já identificada pelo economista, de redução do preço da terra no longo prazo.<sup>379</sup>

De fato, era aí que Rangel identificava o principal mérito de sua análise e de seu programa de ação, a saber, o fato de aproveitarem os “impulsos espontâneos do sistema” e se apoiarem neles, e não em concepções irreais sem amparo na realidade concreta da economia brasileira, bem como de suas condições políticas.<sup>380</sup>

\*\*\*

Concluimos, assim, o presente capítulo, com a expectativa de que a multiplicidade de perspectivas apresentadas sirva de esclarecimento e ilustração acerca das diferentes dimensões que possuía a questão agrária em nosso período de estudo, sendo também diferentes as formas de apreendê-la e interpretá-la. No capítulo seguinte, buscaremos oferecer nossa própria contribuição para esse rico debate.

---

<sup>378</sup> Ibid., p. 77.

<sup>379</sup> Ibid., p. 73-4.

<sup>380</sup> Ibid., pp. 79-80.

### Capítulo 3

#### DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E MUDANÇA SOCIAL NO CAMPO

Neste capítulo, pretendemos identificar e analisar as principais transformações estruturais pelas quais passou a economia agrária<sup>381</sup> brasileira no intervalo que vai do início da década de 1930 até meados da década de 1960, o qual compreendemos ser o período de consolidação do modo de produção capitalista e afirmação do modelo de desenvolvimento urbano-industrial no Brasil. Busca-se, em última instância, reconhecer a forma pela qual esta economia articulou-se ao processo global de expansão capitalista, determinando-o e sendo por ele determinado, a partir de uma combinação complexa entre a renovação e a permanência de suas estruturas internas e de suas relações externas com a economia geral.

Discute-se, em primeiro lugar, a evolução da estrutura fundiária brasileira e o processo de expansão da fronteira agrícola durante as décadas em questão. A identificação e o exame destes fenômenos deverão “preparar o terreno” para as demais considerações e análises a serem desenvolvidas.

Em seguida, passa-se ao núcleo da análise, qual seja, uma tentativa de caracterização da estrutura social do campo brasileiro, seguida de uma reconstituição das principais transformações ocorridas nesta estrutura e nas relações sociais de produção que a caracterizam no período examinado. Essa análise fornecerá subsídios para que se identifique como o movimento amplo de consolidação do modo de produção capitalista na economia brasileira repercutiu, por vezes de formas inesperadas, sobre os diversos pontos e espaços do heterogêneo meio rural brasileiro.

Por fim, tendo em vista o movimento geral de transformação das relações de produção do campo, se buscará identificar as formas de articulação entre a economia

---

<sup>381</sup> Tal como foi feito em etapas anteriores desse trabalho, neste capítulo nos utilizaremos do conceito de “economia agrária” para nos referir ao objeto de nosso estudo, o campo brasileiro em sua complexidade e concretude. Da forma como utilizamos, o conceito de “economia agrária” – que não se restringe ao âmbito econômico – contempla as relações sociais de produção que a caracterizam, a estrutura de propriedade e posse da terra sobre a qual estas relações se desenvolvem, bem como os vínculos estruturais através dos quais este setor se vincula ao resto da economia capitalista. Referências à existência de uma “economia agrária” podem ser encontradas, esparsamente, em Caio Prado Jr., 2014; Fernandes, F., 2008 e Furtado, C., 1962, dentre outras obras.

agrária e a economia brasileira como um todo, ressaltando os vínculos estruturais forjados entre esta economia e a acumulação capitalista no Brasil.

Como material de análise, recorreu-se aos Censos Demográficos e Agrícolas de 1940, 1950 e 1960 e, naquilo que fosse cabível, a dados que chegam até o ano de 1964, ponto final de nosso estudo, provenientes dos anuários estatísticos. A interpretação e o manejo destes dados, é claro, amparou-se antes de tudo no referencial teórico-metodológico que emergiu do amplo debate sobre a questão agrária brasileira, a partir do qual foram identificadas as principais problemáticas e questões de interesse sobre o tema.

### **Estrutura fundiária e expansão da fronteira agrícola**

Uma primeira forma de apreender as transformações atravessadas pela economia e sociedade rurais no Brasil em nosso período de estudo é a partir da análise da evolução da estrutura fundiária. Como vimos, a estrutura fundiária brasileira historicamente se caracterizou pela intensa concentração de terras nas mãos de uma restrita elite de grandes proprietários, como uma manifestação do “sentido da colonização” sob o império do qual a “grande exploração rural” se constitui como a “célula fundamental” da economia agrária do país.<sup>382</sup>

A extrema concentração da propriedade da terra permanecia em linhas gerais intocada no momento que nos interessa, como demonstrado pelos quadros abaixo. Se quisermos nos utilizar da classificação proposta por Caio Prado Jr., vemos uma clara oposição entre o pequeno estabelecimento (área inferior a 100 hectares), em enorme maioria numérica, de um lado, e, de outro, o grande estabelecimento (área superior a 200 hectares), que, a despeito de seu número exíguo, ocupa uma proporção enorme do território do país apropriado pela agropecuária (conforme os dados das Tabelas I.1, I.2 e I.3).

Somando a participação numérica dos dois estratos inferiores, chega-se a uma cifra que varia de 85% do total de estabelecimentos em 1940 para 89,5% deste total em 1960, enquanto a participação na área ocupada varia entre um mínimo de 16,6% (1950) e um máximo de 21,4% (1960). Já a participação dos dois estratos superiores na área total

---

<sup>382</sup> Prado Jr., Caio. “Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil”. In: Prado Jr., Caio. “A revolução brasileira/A questão agrária no Brasil”. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

varia entre um mínimo de 69,9% (atingido em 1960) e uma cifra máxima de 75,5% (atingido em 1950), por mais que sua participação em termos de estabelecimentos nunca ultrapasse os 8,2%.

Tabela I.1 – Estabelecimentos por classes de área [1940]

Classes de área	Estabelecimentos	% (Est.)	Área (hectares)	% (Área)	Área Média
Total	1.904.589	100	197.720.247	100	103,8
Até 10 ha	654.557	34,4	2.893.439	1,5	4,4
10-100 ha	975.438	51,2	33.112.160	16,7	33,9
100-200 ha	123.008	6,5	17.178.729	8,7	139,7
200-1000 ha	120.810	6,3	49.006.270	24,8	405,6
Mais de 1000 ha	27.812	1,5	95.529.649	48,3	3434,8

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário (1940)

Tabela I.2 – Estabelecimentos por classes de área [1950]

Classes de área	Estabelecimentos	% (Est.)	Área (hectares)	% (Área)	Área Média
Total	2.064.642	100	232.211.106	100	112,5
Até 10 ha	710.934	34,4	3.025.372	1,3	4,3
10-100 ha	1.052.557	51,0	35.562.747	15,3	33,8
100-200 ha	131.462	6,4	18.337.278	7,9	139,5
200-1000 ha	136.697	6,6	57.183.439	24,6	418,3
Mais de 1000 ha	32.628	1,6	118.102.270	50,9	3619,7

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário (1950)

Tabela I.3 – Estabelecimentos por classes de área [1960]

Classes de área	Estabelecimentos	% (Est.)	Área (hectares)	% (Área)	Área Média
Total	3.337.769	100	249.862.142	100	74,9
Até 10 ha	1.495.020	44,8	5.952.381	2,4	4,0
10-100 ha	1.491.415	44,7	47.566.290	19,0	31,9
100-200 ha	157.422	4,7	21.764.444	8,7	138,3
200-1000 ha	157.409	4,7	64.265.011	25,7	408,3
Mais de 1000 ha	32.480	1,0	110.314.016	44,1	3396,4

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário (1960)

A divisão proposta por Caio Prado Jr., entretanto, esconde uma significativa heterogeneidade existente no interior dos pequenos estabelecimentos (menores do que 100 hectares) e grandes estabelecimentos (maiores do que 200 hectares).

Foi proposta, então, uma divisão dos estabelecimentos agropecuários em cinco estratos de área: minifúndios (até 10 hectares), pequenos estabelecimentos (entre 10 e 100 hectares), médios estabelecimentos (entre 100 e 200 hectares), grandes estabelecimentos (entre 200 e 1.000 hectares) e latifúndios (maiores do que 1.000 hectares).<sup>383</sup>

Esta divisão dos estabelecimentos em cinco estratos permite visualizar uma significativa oposição entre o minifúndio (área inferior a 10 hectares) e o latifúndio (área superior a 1.000 hectares).

Em todo o período considerado, a participação dos minifúndios no total de estabelecimentos é sempre superior a um terço, chegando ao máximo de 44% deste total em 1960. Sua participação em termos de área, por sua vez, se mantém em torno de 1,5% da área total ocupada nos dois primeiros anos de recenseamento, e chega a 2,4% em 1960, não sem uma redução de sua área média, de 4,4ha em 1940 para 4ha em 1960.

Já a participação dos latifúndios no total de estabelecimentos varia de 1,6% em 1940 para 1% em 1960, enquanto a área por eles ocupada, em relação à área total, é de 48,3% em 1940, atinge o máximo de 50,9% em 1950, para reduzir-se, ainda em níveis altíssimos, para 44,1% em 1960. As áreas médias destes estabelecimentos se mantêm sempre bastante acima do piso estabelecido de 1000 hectares, sendo de 3.434,8ha (1940), 3.619,7ha (1950) e 3.396,4ha (1960).

Entre os minifúndios e os latifúndios, encontramos os pequenos estabelecimentos propriamente ditos (de área entre 10 e 100 hectares), os estabelecimentos médios (entre 100 e 200 hectares), e os grandes estabelecimentos não latifundiários (200 a 1000 hectares). Em conjunto, estas três espécies de estabelecimentos compunham o que se pode

---

<sup>383</sup> Essa classificação é uma forma ligeiramente modificada da utilizada por Tamas Szmrecsányi (*“O desenvolvimento da produção agropecuária: 1930-1970”* In: Fausto, B. (org.) *“História Geral da Civilização Brasileira. t. III. O Brasil republicano. Vol 11: Economia e cultura. São Paulo: DIFEL, 2007, p. 218-9)*, que dividiu os estabelecimentos agropecuários entre minifúndios (até 10 hectares), estabelecimentos intermediários (entre 10 e 1.000 hectares) e latifúndios (maiores do que 1.000 hectares). Para melhor captar a heterogeneidade dos estabelecimentos agropecuários, decidimos transformar o “setor intermediário” de Szmrecsányi em três estratos diferentes, a saber, os pequenos, médios e grandes estabelecimentos.

chamar de estrato intermediário.<sup>384</sup> Sua participação conjunta na área total apropriada pela agropecuária se mantém em torno de 50% em todos os anos examinados (50,2% em 1940, 47,8% em 1950 e 53,4% em 1960). Sua participação numérica, entretanto, é decrescente no período considerado, dada a intensa proliferação de minifúndios, em particular na década de 1950, reduzindo-se de 64% em 1940 para 54,1% em 1960.

A análise dos dados sobre a estatística fundiária, para além de confirmar o traço de concentração da propriedade da terra que caracteriza a estrutura agrária brasileira, permite que se visualize algumas tendências importantes para o reconhecimento das transformações pelas quais passa o campo brasileiro durante estas duas décadas.

No curso de nossa análise, estas tendências, captadas pelo exame da estatística fundiária, se revelarão como manifestações de mudanças mais profundas nas relações sociais de produção do campo, em particular, e da economia brasileira, em geral. As formas de propriedade, afinal, nada mais são do que relações sociais; uma determinada estrutura fundiária é, por consequência, expressão cristalizada de um conjunto de relações sociais de produção que conformam uma base econômica, e sua transformação revela uma adaptação reativa a mudanças ocorridas nesta base.<sup>385</sup>

No campo da estrutura fundiária, dois fenômenos são passíveis de observação, ainda que não de explicação, pela estatística disponível. Primeiro, a ocorrência de certas mutações do quadro de distribuição da propriedade e posse da terra que, ainda que não alterem o traço característico de concentração da propriedade da terra, são bastante perceptíveis, principalmente caso se compare a evolução ocorrida em cada uma das décadas.

Em segundo lugar, o aumento constante do número de estabelecimentos e da área total ocupada pelos estabelecimentos agropecuários em ambas as décadas revela um movimento contínuo de expansão da fronteira agrícola, através do qual se promoveu a “incorporação ao setor agropecuário de áreas antes inacessíveis ou pouco habitadas do território nacional”.<sup>386</sup>

---

<sup>384</sup> Szmrecsányi, T., 2007, p. 226.

<sup>385</sup> Bartra, Roger. “*Estructura agraria y clases sociales en Mexico*”. Mexico: Serie Popular Era, 1974, p. 10.

<sup>386</sup> Szmrecsányi, T., 2007, p. 159.

Na Tabela II, abaixo, sintetizamos os movimentos ocorridos na estrutura agrária do país durante as décadas de 1940 e 1950.

Tabela II – Variação do número e da área dos estabelecimentos, por classes de área [1940-1960]

Classes de área	Nº de Estabelecimentos*			Área dos Estabelecimentos**		
	1940	1950	1960	1940	1950	1960
Geral	1.904,6	2.064,6	3.337,8	197,7	232,2	249,9
(Variação %)	-	8,4	61,7	-	17,4	7,6
Até 10 ha	654,6	710,9	1.495,0	2,9	3,0	6,0
(Variação %)	-	8,6	110,3	-	4,6	96,8
10-100 ha	975,4	1.052,6	1.491,4	33,1	35,6	47,6
(Variação %)	-	7,9	41,7	-	7,4	33,8
100-200 ha	123,0	131,5	157,4	17,2	18,3	21,8
(Variação %)	-	6,9	19,8	-	6,7	18,7
200-1000 ha	120,8	136,7	157,4	49,0	57,2	64,3
(Variação %)	-	13,2	15,2	-	16,7	12,4
Mais de 1000 ha	27,8	32,6	32,5	95,5	118,1	110,3
(Variação %)	-	17,3	-0,5	-	23,6	-6,6

Fonte: IBGE. Censos Agropecuários (1940, 1950 e 1960)

Na década de 1940, nota-se uma acentuação da concentração fundiária, com aumento da participação relativa dos maiores estabelecimentos na área total. Nos anos 1950, contrariamente ao ocorrido na década anterior, foram os estabelecimentos de menor área que apresentaram maior crescimento relativo, tanto em termos numéricos quanto em área total ocupada. Estas diferentes tendências podem ser visualizadas pelos dados dispostos na Tabela II, acima, e principalmente ao comparar-se a evolução dos minifúndios e latifúndios em cada uma das décadas.<sup>387</sup>

Entre 1940 e 1950, o número de latifúndios se eleva em 17,32%, enquanto o número de minifúndios se eleva em 8,61%. Já a área total ocupada pelos latifúndios se eleva em 23,63% entre 1940 e 1950, enquanto esse aumento foi de apenas 4,56% no caso dos minifúndios. Conseqüentemente, como se vê nas Tabelas I.1 e I.2, a participação relativa dos latifúndios na área total ocupada se eleva de 48,3% em 1940 para 50,9% em

<sup>387</sup> O ocorrido com os pequenos estabelecimentos (entre 10 e 100 hectares) e os grandes estabelecimentos (entre 200 e 1.000 hectares) em cada uma das décadas se assemelha ao ocorrido com os minifúndios e latifúndios, respectivamente.

1950. O contrário ocorre no caso dos minifúndios, que têm sua participação relativa na área total ocupada reduzida de 1,5% em 1950 para 1,3% 1960.

Já na década de 1950, a situação é diversa. De acordo com a Tabela II, o número de latifúndios, que havia aumentado entre 1940 e 1950, se reduz em 0,45% nos dez anos seguintes, de modo que sua participação no total de estabelecimentos decresce de 1,6% para 1%. Já a área ocupada pelos latifúndios, que havia crescido em quase um quarto entre 1940 e 1950, se reduz em 6,59% entre 1950 e 1960. Conforme as Tabelas I.2 e I.3, isso significou uma perda da participação relativa dos latifúndios na área total ocupada, de 50,9% em 1950 para 44,1%.

Os minifúndios, por sua vez, conhecem um significativo aumento relativo durante a década de 1950, tanto em número de estabelecimentos quanto em área ocupada. Ainda segundo a Tabela II, o número de minifúndios mais do que dobra entre 1950 e 1960 (aumento de 110,29%) e sua área ocupada se eleva em 96,75%. Isso significou um aumento da participação relativa dos minifúndios no total de estabelecimentos – de 34,4% do total de estabelecimentos em 1950, os minifúndios passam a 44,8% deste total em 1960 – e na área total ocupada – de 1,3% para 2,4%. (conforme os dados das Tabela I.2 e I.3).

Dessa forma, se durante a década de 1940 houve uma acentuação do histórico quadro de concentração fundiária que caracteriza a estrutura agrária brasileira, algo diferente se processou na década de 1950. Sem se alterar em maior medida o traço de concentração fundiária, a década de 1950 testemunhou o que pode ser definido como uma “pulverização” da propriedade e posse da terra, pela multiplicação de pequenos estabelecimentos e, principalmente, de minifúndios. Ao final desta década, aliás, os minifúndios constituíam o estrato de área com maior participação no total de estabelecimentos agropecuários do país.

Acreditamos que as transformações verificadas na estrutura fundiária em cada uma das décadas podem, a princípio, ser explicadas pelas diferentes dinâmicas apresentadas pela grande exploração rural em cada momento, tanto por transformações internas a ela, quanto pelas diversas configurações do mercado de produtos agrícolas, as quais por sua vez repercutem sobre sua rentabilidade e funcionamento. Sendo a grande exploração a célula fundamental da economia agrária do país, suas condições internas e externas de funcionamento ditavam em grande medida a configuração da estrutura

fundiária sobre a qual essa economia se apoiava. Essa hipótese foi aventada por Caio Prado Jr.<sup>388</sup> e parece se adequar aos dados empíricos examinados.

A acentuação da concentração fundiária na década de 1940 pode ser compreendida pelo quadro de reanimação do comércio exterior que se verifica após o fim da 2ª Guerra Mundial, que veio a estimular a acumulação de capital e a absorção de terras pela grande exploração rural – pela qual designamos, por suposição, a produção realizada nos grandes estabelecimentos e latifúndios –, de onde provinham grande parte dos artigos exportáveis.<sup>389</sup> Também a conjuntura favorável, formada no mercado interno, para certos produtos próprios da grande exploração como a cana-de-açúcar e a carne bovina (o primeiro como matéria-prima da indústria, o segundo como bem de consumo humano), devem ter estimulado a apropriação de terras por agentes cuja rentabilidade era crescente.<sup>390</sup>

Tabela III – Valor das exportações (FOB) do Brasil, em milhões de dólares  
[1929-1964]

Ano	US\$	Ano	US\$	Ano	US\$	Ano	US\$
1929	460,4	1938	294,3	1947	1.152,3	1956	1.482,0
1930	319,4	1939	299,9	1948	1.180,5	1957	1.391,6
1931	244,0	1940	272,6	1949	1.096,5	1958	1.243,0
1932	179,4	1941	370,4	1950	1.355,5	1959	1.282,0
1933	216,8	1942	400,8	1951	1.769,0	1960	1.268,8
1934	292,8	1943	466,5	1952	1.418,1	1961	1.403,0
1935	269,5	1944	574,5	1953	1.539,3	1962	1.214,2
1936	320,6	1945	655,4	1954	1.561,8	1963	1.406,5
1937	346,8	1946	985,4	1955	1.423,2	1964	1.429,8

Fonte: Ipeadata

Pela Tabela III, acima, verifica-se que o valor total das exportações brasileiras se contraiu a partir de 1930, mantendo-se em níveis relativamente baixos até aproximar-se o fim da 2ª Guerra Mundial. A partir de meados da década de 1940, entretanto, este valor

<sup>388</sup> Prado Jr., C., 2014, p. 345.

<sup>389</sup> Encontramos uma consideração semelhante, ainda que restrita ao contexto do Nordeste, em Sá Jr., Francisco. “O desenvolvimento da agricultura nordestina e a função das atividades de subsistência”. In: Estudos CEBRAP, n. 3, 1973, p. 109, 114.

<sup>390</sup> Prado Jr., C., 2014, pp. 329-331.

se eleva a cada ano. Entre 1944 e 1951, por exemplo, o valor das exportações brasileiras se multiplica por três.

A aquisição de terras pela grande exploração rural ocorreu tanto no interior de áreas já mais densamente ocupadas, pela absorção de terras até então em posse de pequenos produtores, quanto pela sua “projeção” sobre novas áreas ainda pouco habitadas, nem que fosse pela mera aquisição especulativa de terras.

Os números relativos ao Maranhão são ilustrativos da ocorrência deste último fenômeno. Na década de 1940, foram acrescentados 6,5 milhões de hectares aos estabelecimentos maranhenses. Somando a área total acrescida aos grandes estabelecimentos e latifúndios deste estado entre 1940 e 1950, chega-se a 6,3 milhões de hectares, o que equivale a 97% da área total acrescida aos estabelecimentos maranhenses. No mesmo período, a participação dos latifúndios no total de estabelecimentos e na área total ocupada passou de 0,5% para 1,9% e de 41,6% para 61,8%, respectivamente.<sup>391</sup>

Da mesma forma, a estrutura fundiária dos estados do Centro-Oeste, de ocupação mais recente, reflete uma intensa apropriação de terras por grandes estabelecimentos e latifúndios. Em 1950, os latifúndios concentravam 87,8% da área total ocupada pela agropecuária no Mato Grosso e 57,9% da área ocupada no estado de Goiás.<sup>392</sup>

Já a absorção de terras em posse de pequenos produtores pelos grandes estabelecimentos e latifúndios ocorreu sobretudo naquelas áreas em que a grande exploração já se encontrava consolidada, e cuja produção se vinculava mais intensamente ao mercado externo, ou ao interno, no caso da produção canavieira e pecuária.

Não à toa, foi nas regiões Nordeste e Sudeste que a concentração fundiária efetivamente se manifestou, não se apresentando da mesma maneira ou nem chegando a se configurar nas demais regiões do país. No Nordeste a participação dos latifúndios na área total ocupada pela agropecuária se eleva de 30,1% para 39,5%, e no Sudeste, de 31,9% para 35,2%.<sup>393</sup>

Esse fator reforça a relação feita entre a expansão do comércio externo no pós-guerra e a concentração fundiária, visto que estas duas regiões eram aquelas cuja

---

<sup>391</sup> Cf. Tabelas do Anexo Estatístico (XXVI e XXVII)

<sup>392</sup> Idem.

<sup>393</sup> Percentuais obtidos a partir de derivação dos dados constantes nas Tabelas XXVI e XXVII do Anexo Estatístico.

produção se vinculava mais diretamente ao exterior; o Nordeste, mediante o açúcar e o algodão, e o Sudeste, também através dessas culturas, mas principalmente pelo café. Estas economias seriam, portanto, mais suscetíveis de se reagir às mudanças conjunturais do mercado externo.

O fenômeno pode ser melhor visualizado atentando-se para dados desagregados de alguns estados da Federação, como os de São Paulo e Pernambuco, por exemplo. Tanto em um quanto no outro estado, houve aumento da participação dos estabelecimentos de maior porte na área total ocupada entre 1940 e 1950, indicando uma acentuação da concentração fundiária.

Em São Paulo, a participação dos grandes estabelecimentos na área total passa de 27,9% em 1940 para 30% em 1950; no mesmo intervalo, a participação dos latifúndios passa de 32,8% para 34%.

Em Pernambuco, o nível de concentração fundiária também se acentuou entre 1940 e 1950, mas tão somente ao nível dos latifúndios, que aumentam sua participação relativa na área total ocupada de 13,1% para 23%. Diferentemente do ocorrido em São Paulo, os grandes estabelecimentos perdem participação relativa na área total ocupada no estado de Pernambuco, que se reduz de 35,9% em 1940 para 32,9% em 1950 – ainda que tenha ocorrido um ligeiro aumento absoluto da área ocupada por estes estabelecimentos.

Outro elemento contrastante da evolução de cada um destes estados diz respeito ao ocorrido com os minifúndios e pequenos estabelecimentos. Em São Paulo, houve uma redução absoluta do total de estabelecimentos agropecuários existentes entre 1940 e 1950 – em 1950, o número total de estabelecimentos em São Paulo havia se reduzido para 87,7% do contabilizado em 1940. Essa variação foi resultante da redução absoluta do número de minifúndios e pequenos estabelecimentos, acompanhada por uma redução absoluta da área ocupada por estes estabelecimentos.

Em Pernambuco, o número total de estabelecimentos cresce 39,7% entre 1940 e 1950. Igualmente, há um crescimento absoluto do número de minifúndios e de pequenos estabelecimentos, bem como da área ocupada por cada um destes tipos de estabelecimento.

A comparação entre o ocorrido nestes estados permite visualizar alguns contrastes da forma pela qual a concentração fundiária se processou em cada um deles. Em São

Paulo, a concentração processa-se tanto ao nível dos grandes estabelecimentos quanto dos latifúndios. Em Pernambuco, são principalmente os latifúndios que absorvem terras, enquanto os grandes estabelecimentos têm um aumento de sua área ocupada mais tímido, do que resultou uma perda de participação relativa destes estabelecimentos na área total ocupada. Ou seja, enquanto em São Paulo a aceleração do comércio externo favoreceu igualmente grandes estabelecimentos e latifúndios, em Pernambuco os efeitos positivos dessa conjuntura foram absorvidos principalmente pelos latifúndios.

Essa diferença deve ter sido uma decorrência das diferentes estruturas produtivas existentes em cada um dos estados. A economia agrária paulista apresentava uma grande diversificação produtiva, de modo que os estímulos externos repercutiram sobre diferentes unidades produtivas não exclusivamente latifundiárias. Em Pernambuco, a conjuntura externa deve ter favorecido muito particularmente as unidades produtivas açucareiras em processo de conversão em usinas, que tendiam a se organizar em propriedades latifundiárias.

Com efeito, os relatos sobre o processo de desenvolvimento das usinas de açúcar no Nordeste, sobretudo no contexto de aceleração da demanda por açúcar no pós-guerra, são unânimes em reconhecer seus efeitos sobre a concentração fundiária.<sup>394</sup> A aceleração do ritmo de acumulação através da industrialização do refino do açúcar determinou que terras litorâneas até então exploradas por pequenos, médios e mesmo por alguns grandes produtores de cana-de-açúcar (os chamados “fornecedores”) fossem adquiridas pelas usinas, incitando uma intensa acentuação da concentração fundiária no Nordeste canavieiro.

Um segundo contraste decorre da diferente evolução do número total de estabelecimentos e dos estabelecimentos de menor porte. Enquanto em São Paulo houve uma redução absoluta do número de estabelecimentos, e principalmente daqueles de menor área, em Pernambuco elevou-se o número total de estabelecimentos, incluindo os menores. Essa diferença é indicativa de que, neste último estado, a existência de áreas disponíveis, provavelmente no Agreste ou no Sertão pernambucano, permitiu que se

---

<sup>394</sup> Cf. Andrade, Manuel Correia de. *“A terra e o homem no Nordeste”*. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 126-7. Como indicado pelo autor, a concentração processou tanto pela aquisição de terras de produtores “autônomos” quanto pela retomada de grandes extensões de terra, e mesmo propriedades inteiras que haviam sido subdivididas e “aforadas” retomadas por parte de seus proprietários, “que resolveram voltar à atividade agrícola ou encontraram melhores ofertas de renda para suas propriedades por parte das usinas”.

“recriassem” os minifúndios e pequenas propriedades nestas áreas interioranas, o que não ocorreu em São Paulo.<sup>395</sup>

Para nossa análise, o ocorrido na década de 1950, em que se verificou o que nos referimos como “pulverização” da propriedade e posse da terra aparenta ter maior significação do que a sua concentração na década anterior. Afinal, a concentração verificada nos anos 1940 apenas reafirmou um traço que já era característico da estrutura fundiária do país. A pulverização da década seguinte, por outro lado, é reveladora de uma dinâmica diferente, em que a pequena produção aparenta surgir nos interstícios de um sistema econômica que historicamente limitou o seu desenvolvimento. Sua ocorrência exige, portanto, uma explicação mais detida.

Um primeiro fator que pode ter estimulado esse fenômeno é a inversão da tendência de aceleração do comércio externo a partir da década de 1950. Como visto na Tabela III, após atingir um nível máximo no ano de 1951, o comércio externo brasileiro se contrai sistematicamente durante toda a década de 1950; em 1960, o valor das exportações do Brasil foi equivalente a 71,7% do valor exportado em 1951.

Como indicado por Caio Prado Jr.<sup>396</sup>, se as etapas favoráveis à grande exploração rural determinavam um movimento de concentração da propriedade da terra, quando o cenário era desfavorável se processava o inverso, com o retalhamento de parte da grande propriedade e sua venda em lotes a pequenos produtores. Esse procedimento servia, por vezes, como solução para dificuldades financeiras enfrentadas por seus antigos proprietários.

Ainda que deva ter contribuído para a pulverização da propriedade da terra pelo estímulo ao retalhamento da grande propriedade, a contração externa não parece prover explicação suficiente para sua ocorrência. Em primeiro lugar, por essa contração não ter configurado uma efetiva crise do setor exportador, como a que perdurou durante quase todo o período que vai do *Crash* de 1929 ao fim da 2ª Guerra Mundial. Em segundo lugar, porque a grande exploração manteve um nível razoável de rentabilidade, tanto em razão

---

<sup>395</sup> Essa constatação é reforçada ao se constatar que a fronteira agrícola paulista se encontrava praticamente esgotada já em 1940, uma vez que, no decorrer desta década, a área total ocupada pela agropecuária do estado elevou-se em apenas 2,3%. Em Pernambuco, houve uma maior expansão da fronteira agrícola, revelada pelo aumento em 29,6% da área total ocupada pela agropecuária neste estado.

<sup>396</sup> Prado Jr., C., 2014, pp. 329-331.

bonificações concedidas aos principais produtos exportáveis, quanto pelo fato de ter se mantido um cenário favorável no mercado interno às produções canavieira e pecuária.

Mais do que diretamente causada pela retração do comércio exterior, acreditamos que “pulverização” da propriedade e posse da terra na década de 1950 se amparou sobretudo em tendências de maior significação estrutural nos quadros da economia agrária do país, cujos efeitos foram aparentemente amortecidos e mesmo ocultados na década de 1940 pela conjuntura de aceleração do comércio externo. Essas tendências seriam, em síntese, a incapacidade da grande exploração rural de oferecer ocupação para parcelas crescentes da população rural e o crescimento da demanda por produtos agrícolas necessários ao abastecimento do mercado interno.

Acredita-se que o fenômeno de disseminação de estabelecimentos de menor porte e até de leve declínio da participação relativa dos maiores estabelecimentos evidenciada pela estatística fundiária pode ser explicada pela combinação destas duas tendências, agora manifestas de forma “pura”, sem que fossem contrabalanceadas por uma conjuntura de expansão acelerada do comércio externo. Ao longo deste capítulo, buscaremos demonstrar a validade desta hipótese

Era no Nordeste que a presença do minifúndio se mostrava mais significativa. Nesta região, os minifúndios, que já representavam 53,2% do total de estabelecimentos em 1950 (valor bastante acima da média nacional), quase dobram em número em 10 anos, passando de 449.680 unidades para 873.124, representando 62% dos estabelecimentos nordestinos em 1960. De 784 mil novos minifúndios contabilizados no Brasil em 1960, aliás, 423,5 mil, ou cerca de 54% daquele total, encontravam-se no Nordeste.<sup>397</sup>

Em alguns estados, os minifúndios representavam uma parcela ainda maior dos estabelecimentos. Em Pernambuco, o estado em que a “minifundização” ocorrera de forma mais intensa, havia 75,7 mil minifúndios em 1940, quando estes estabelecimentos representavam 61,4% do total de estabelecimentos; 10 anos depois, essas cifras haviam atingido, respectivamente, 122,5 mil e 71,1% e, em 1960, eram 199 mil minifúndios, o equivalente a mais de três quartos dos estabelecimentos do estado. Também em Sergipe e em Alagoas, a participação dos minifúndios, que em 1960 era de 72,5% e 69,3%, respectivamente, superava a média regional e nacional.

---

<sup>397</sup> De acordo com dados dos Censos Agropecuários relativos aos estados da Federação e dispostos nas Tabelas XXVI.1 a XXVI.3 do Anexo Estatístico.

A “minifundização”, contudo, não se limitou ao Nordeste, tendo se manifestado em todas as regiões do país, inclusive nas mais dinâmicas. No Sudeste, a participação dos minifúndios no total de estabelecimentos passa de 23,9% em 1950 para 34,3% em 1960, enquanto no Sul esta participação se eleva de 17,3% para 30% no mesmo intervalo. Visando apenas o estado de São Paulo, nota-se uma evolução ainda mais intensa; os minifúndios, que representavam 29,3% do total de estabelecimentos no ano de 1950, mais do que dobram em número durante esta década, passando a representar 45,9% do total de estabelecimentos do estado em 1960.

Por fim, ainda que em menor intensidade, se verificou o crescimento do número e da área ocupada por pequenos estabelecimentos (área entre 10 e 100 hectares) em todas as regiões do país. A disseminação do pequeno estabelecimento pode ser observada pelo aumento de sua participação relativa na área total ocupada pelo agropecuária. Entre 1950 e 1960, essa participação passa de 17,2% para 21,8% no Nordeste, de 20,1% para 23,2% no Sudeste e de 29,8 para 36,8% na região Sul.

A disseminação do pequeno estabelecimento e do minifúndio, aliás, se vinculou intimamente ao segundo fenômeno identificado pela nossa análise da estatística fundiária, a expansão da fronteira agrícola. De fato, foi bastante intensa a multiplicação destes estabelecimentos nas áreas recém incorporadas ao sistema econômico.

Havendo uma “população excedente” em relação à demanda por trabalho nas grandes explorações, nos quadros da concentração fundiária que caracterizavam o campo brasileiro, uma parte expressiva dessa população se dirigiu para as áreas de fronteira, em que era maior a disponibilidade de terras. De certa forma, a migração para as áreas de fronteira agrícola aberta serviu de “válvula de escape”<sup>398</sup> para as populações expelidas das áreas de ocupação mais antiga pela intensa concentração fundiária e pela crescente incapacidade da grande exploração rural de absorver força de trabalho no mesmo grau do crescimento da população do campo.

No Maranhão, por exemplo, a disseminação da pequena propriedade, e principalmente do minifúndio, foi massiva na década de 1950, quando o número de minifúndios triplica, passando de 75,4 mil para 229,5 mil. Em 1960, o Maranhão detinha

---

<sup>398</sup> Szmrecsányi, T., 2007, pp. 161, 215-6.

a maior concentração absoluta de minifúndios do país, bem como a maior participação relativa deste tipo de estabelecimento, que era de 87,6%.<sup>399</sup>

Também no Paraná verificou-se uma intensa disseminação do minifúndio e do pequeno estabelecimento, sobretudo na década de 1950. Entre 1950 e 1960, o número de minifúndios existentes no Paraná se multiplicou por seis, passando de 14,9 mil para 93,5 mil. Diferentemente do ocorrido nos outros estados, entretanto, o pequeno estabelecimento manteve uma participação maior do que o minifúndio, ainda que esta fosse decrescente, dada a mais rápida multiplicação destes últimos na década de 1950. Em 1950, havia 61,5 mil pequenos estabelecimentos no Paraná, que correspondiam a 68,8% do total de estabelecimentos; em 1960, esse número havia mais do que dobrado, atingindo 159,1 mil estabelecimentos, totalizando 59,1% do total de estabelecimentos.<sup>400</sup>

A constante expansão da fronteira agrícola brasileira, isto é, a incorporação pelo sistema econômico de novas terras até então inatingidas pelo seu avanço territorial, aparece como algo característico de nosso desenvolvimento econômico. Caio Prado Jr. já havia chamado atenção para a busca incessante por terras virgens e férteis por nossa agricultura, em resposta ao rápido esgotamento da fertilidade natural do solo causado pelos rudimentares métodos de exploração que imperavam em nossa economia agrária<sup>401</sup>, no que Celso Furtado posteriormente se referiu como “agricultura itinerante”.<sup>402</sup> Com efeito, a produção do até então principal produto agrícola do país, o café, havia, mais do que qualquer outra cultura, incorporado essa característica de nossa agricultura, consistindo em uma “atividade em movimento”, em contínua “marcha ao oeste”.<sup>403</sup>

No que há de mais geral, o fenômeno de expansão da fronteira agrícola consistia na ocupação demográfica e econômica de áreas até então não atingidas pelo avanço da “sociedade nacional”<sup>404</sup>. Em sua forma concreta, entretanto, a redistribuição espacial da

---

<sup>399</sup> Conforme dados das Tabelas do Anexo Estatístico.

<sup>400</sup> Idem.

<sup>401</sup> Prado Jr., Caio. “*Problemas de povoamento e divisão da propriedade rural*”. In: Prado Jr., C. “Evolução política do Brasil e outros estudos”. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, pp. 229-254.

<sup>402</sup> Furtado, Celso. “*A estrutura agrária no subdesenvolvimento brasileiro*”. In: D’Aguiar, R. F. (org.). “Essencial Celso Furtado”. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013, pp. 298-335.

<sup>403</sup> Castro, Antônio Barros de. “*A herança regional no desenvolvimento brasileiro*”. In: Castro, A. B. “7 ensaios sobre a economia brasileira”, v. 2. Rio de Janeiro, São Paulo: Forense, 1971, p. 61.

<sup>404</sup> A ideia de “sociedade nacional” reflete, aqui, a “fronteira populacional e cultural dos brancos”, em constante expansão sobre o que até então eram “territórios de algum modo incluídos no circuito de perambulação de algum grupo tribal” ou indígena, o que ocorre de forma sempre conflituosa, como descrito por José de Souza Martins (“*O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira*”). In: Martins, J. S. “Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano”. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2022, p. 133-41).

população e a incorporação de novas áreas ao raio das atividades econômicas se realizava de forma extremamente heterogênea, sobretudo no período do pós-guerra que nos interessa especialmente. De fato, se o espaço da “fronteira” pode ser pensado como uma unidade, como *locus* de expansão “potencial” da população e das atividades econômicas, sua efetiva ocupação se realizava pela combinação, intercruzamento e eventual sobreposição de uma diversidade de “frentes” – isto é, de conjuntos determinados de atividades ou de combinações concretas de “forças produtivas e relações de produção”.<sup>405</sup>

Por vezes, a expansão da fronteira agrícola assumiu a forma de um empreendimento econômico, a partir do qual se promoveu a expansão das relações capitalistas de produção pela ação dos “agentes da modernização”. Através dessa forma de expansão, a terra, a força de trabalho e a produção agrícola se transformavam em mercadorias cuja circulação se vinculava ao movimento de reprodução ampliada do capital. Essa forma expansiva pode ser referida como “frente pioneira”.<sup>406</sup>

A ocupação de certas partes da fronteira agrícola em expansão no nosso período de estudo assumiu esses contornos. Esse foi o caso do oeste paulista, do norte do Paraná, do sul do Goiás e do Mato Grosso e do Triângulo Mineiro. Sua característica foi a ocorrência simultânea de surtos populacionais, do intenso desenvolvimento da infraestrutura de transportes e de um relativamente acelerado processo de urbanização, servindo as cidades de centros comerciais de escoamento da produção agrícola local e dos produtos manufaturados e industriais provenientes de São Paulo e Rio de Janeiro.<sup>407</sup>

Em regra, a expansão de tipo “frente pioneira” foi conduzida pela atuação conjunta de agentes do capital financeiro e comercial, tais quais “empresas loteadoras e de colonização”, “companhias de estradas de ferro”, “estabelecimentos bancários”, “grupos econômicos estrangeiros” e em certos casos “entidades governamentais”. É assim que a expansão da fronteira agrícola se tornou negócio extremamente lucrativo, em

---

<sup>405</sup> Sawyer, Donald R. “*Fluxo e refluxo da fronteira agrícola no Brasil: ensaio de interpretação estrutural e espacial*”. Revista Brasileira de Estudos da População, v. 1, n. 1/2, 1984, p. 7.

<sup>406</sup> O termo “frente pioneira” – bem como o de “frente de expansão”, referido à frente – foi trabalhado conceitualmente por José de Souza Martins em “*O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira*”. (*Op. Cit.*, 2022), texto em que o autor retoma e aprofunda uma análise contida originalmente em “*Frente pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica*” (In: Martins, J. S. “Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil”. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1975).

<sup>407</sup> Waibel, Leo H. “*As zonas pioneiras do Brasil*”. In: Revista Brasileira de Geografia, v. 60, n. 1-2, jan/dez, 2006, pp. 103-8.

particular para o capital investido na aquisição especulativa de terras, contribuindo para “resguardar e consolidar a posição do grande capital mercantil e financeiro”.<sup>408</sup>

Entretanto, a expansão sob a forma de “frente pioneira” correspondeu a apenas uma parte restrita do extenso movimento de ocupação de novas áreas do território nacional. Afinal, a utilização da terra como empreendimento econômico do qual deve ser possível extrair a renda territorial e o lucro médio depende da possibilidade de transportar os produtos dela originados aos mercados consumidores, para que lá realizem o seu valor. Inclusive, não deve ser apenas possível que ocorra seu transporte, mas os custos envolvidos nesse traslado não podem absorver o mais-valor contido no produto a ponto de diluir a renda da terra e o lucro, inviabilizando a reprodução do capital. Desta forma, existe uma distância relativa definida pela infraestrutura de transportes e pela localização dos mercados que delimita até onde as relações capitalistas podem efetivamente se concretizar. Trata-se de uma “fronteira” para além do qual não se pode extrair a renda e o lucro da produção.<sup>409</sup>

É por isso que as “frentes pioneiras” ficaram restritas a áreas contíguas aos centros do novo regime de acumulação do país centrado sobretudo no estado de São Paulo.<sup>410</sup> Essa localização foi determinada não só pela proximidade com os mercados consumidores dinâmicos, com destaque para as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, mas porque era a partir dali que se irradiavam de forma mais intensa as relações capitalistas de produção, no que toca as formas de organização, comercialização e financiamento da produção e da infraestrutura necessária para o escoamento dos produtos.

Por outro lado, naqueles espaços em que a “distância dos mercados e a precariedade das vias e meios de comunicação comprometem a taxa de lucro de eventuais empreendedores”<sup>411</sup> não poderia ocorrer a expansão na forma da “frente pioneira”. Isso não quer dizer que estas áreas estavam determinadas a permanecer alheias ao avanço da “sociedade nacional”. Pelo contrário, é exatamente por constituírem zonas localizadas “para além da fronteira econômica” que possibilitaram que elas fossem objeto de outra

---

<sup>408</sup> Szmrecsányi, T., 2007, p. 169.

<sup>409</sup> Martins, J. S., 2022, pp. 156-8.

<sup>410</sup> Waibel, L. H., 2006, p. 103

<sup>411</sup> Martins, J. S., 2022, p. 156.

forma de ocupação e expansão territorial. Esse foi o caso da ocupação do Maranhão e de parte da bacia amazônica, do norte de Goiás e, em certa medida, do oeste do Paraná.<sup>412</sup>

Com efeito, a ocupação de uma parte importante dos espaços de fronteira se processou pelo seu povoamento por uma população que se apropriava da terra ainda abundante como “um bem livre da natureza”.<sup>413</sup> Essa população buscava a fronteira como o espaço para se estabelecer de maneira minimamente autônoma, produzindo ao menos parte dos bens necessários para sua subsistência. José de Souza Martins refere-se a essa forma de ocupação da fronteira como “frente de expansão”.<sup>414</sup>

Se a expansão do tipo “frente pioneira” se caracterizava, portanto, pela “presença do capital na produção” e pela “sujeição da renda da terra ao capital”, na “frente de expansão” esses elementos estavam ausentes. Nela predominavam as “relações não capitalistas de produção” e a “ausência da propriedade formal da terra” que era apropriada pela mera posse, sem título de propriedade. A produção se voltava sobretudo para o autoconsumo dos próprios produtores, razão pela qual o personagem central da frente de expansão era o “camponês”.<sup>415</sup>

Isso não quer dizer que a “frente de expansão” não promovesse também a expansão de relações mercantis. De fato, os agentes da frente de expansão possuíam relações determinadas, ainda que “tangenciais”, com a economia de mercado. Essa relação se dava pela aquisição de certos produtos manufaturados com a renda obtida pela comercialização do produto excedente. Ou seja, a produção de mercadorias aparecia, mas como “atividade complementar da produção de seus meios de vida”, na forma de uma “economia do excedente”. Os vínculos com a economia de mercado permaneciam, assim, como algo “acessório, limitado e marginal”, não organizando a “totalidade do mundo” que se constituía na “frente de expansão”, onde o trabalho exercido ainda aparecia como “trabalho concreto” e a terra, como “laboratório natural” do produtor.<sup>416</sup>

---

<sup>412</sup> Os diferentes processos de expansão da fronteira agrícola e fluxos migratórios internos no Brasil pós-1930, bem como suas vinculações ao desenvolvimento capitalista em curso no período, foram descritos e analisados com acuidade por Bálán, Jorge. (“*Migrações e desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio de interpretação histórico-comparativa*”). In: Estudos CEBRAP, n. 5, 1973); Lopes, Juarez Brandão. (“*Desenvolvimento e migrações: uma abordagem histórico-estrutural*”). In: Estudos CEBRAP, n. 6, 1973); e pelo já citado Sawyer, Donald R. (*Op. Cit.*, 1984).

<sup>413</sup> Szmrecsányi, T., p. 160

<sup>414</sup> Martins, J. S., *Op. Cit.*, 2022.

<sup>415</sup> *Ibidem*, pp. 156-62.

<sup>416</sup> *Ibid.*

A ocupação do tipo “frente de expansão” também dependia de um desenvolvimento mínimo da infraestrutura de transportes, que permitisse que a população migrante participasse do “mercado de produtos primários, como vendedores, e do mercado de produtos industrializados, como compradores”.<sup>417</sup> Por se tratar de terras remotas, entretanto, não havia interesse na sua “abertura” por parte de agentes do capital comercial e financeiro. Nestas áreas, a abertura de frentes passíveis de expansão foi em grande medida resultado de ações governamentais, intencionais ou não, como a construção de estradas e rodovias, que tornavam acessíveis terras que antes não o eram, e em regra geravam uma concentração demográfica às suas margens.<sup>418</sup> Outras obras públicas também tiveram o mesmo efeito de “abertura”, como a construção de açudes nos sertões do semiárido, que tornavam agricultáveis terras antes desabitadas pelas más condições do solo.<sup>419</sup>

Se em regra as “frentes de expansão” localizavam-se para além da “fronteira econômica”, no interior do qual se fazia possível uma ocupação do tipo “frente pioneira”, eventualmente esses universos se chocavam, em particular quando mudanças nas “distâncias relativas” tornavam atraente à produção capitalista áreas até então tidas como remotas.

O espaço de “fronteira” não poderia deixar de ser, portanto, um espaço conflituoso. Tanto o avanço da “frente de expansão” promovia conflitos entre esta população e as comunidades indígenas que residiam “para além da fronteira demográfica”, quanto o avanço da “frente pioneira” e a instituição da propriedade capitalista da terra muitas vezes fazia uso da violência e da expropriação para que se efetivasse a expansão da “fronteira econômica”.<sup>420</sup>

Por fim, vinculando-se à expansão da fronteira agrícola, havia um processo que apenas parcialmente poderia ser a ela assimilado, a saber, a aquisição especulativa de terras. Ficou claro para os estudiosos do campo brasileiro que, por trás da incorporação de novas terras ao sistema econômico, nem sempre existia apenas a intenção de se promover aumentos da produção. Pelo contrário, em muitos casos essa incorporação seria

---

<sup>417</sup> Sawyer, D. R., 1984, 14-6

<sup>418</sup> Ibid.

<sup>419</sup> Castro, Antônio Barros de. “*O desenvolvimento recente do Nordeste*”. In: Castro, A. B. “7 ensaios sobre a economia brasileira”, vol. 2. Rio de Janeiro, São Paulo: Forense, 1971, p. 196.

<sup>420</sup> Martins, J. S., 2022, p. 154.

explicada sobretudo pela função desempenhada pela terra como reserva de valor e fundo de especulação.<sup>421</sup>

Em uma economia caracterizada pelo desequilíbrio monetário e em que a taxaço de terras era praticamente insignificante e facilmente contornável<sup>422</sup>, a manutenção de largas extensões de terra à espera de valorização, ou tão somente como reserva de valor contra a erosão inflacionária, era bastante atraente para os segmentos mais abastados da população. Acumulavam-se, assim, enormes extensões de terras adquiridas por um conjunto restrito de proprietários, muitas vezes “mediante fraude jurídica” – a “grilagem” – ou mediante o pagamento de um preço irrisório ao Estado<sup>423</sup>, que se mantinham subutilizadas ou flagrantemente ociosas. Ao menos uma parte destas terras poderia ser, no futuro, loteada e vendida a preços extorsivos, ou ter sua posse cedida via arrendamento ou parceria, a pequenos e médios produtores que efetivamente buscavam utilizá-las de forma produtiva.

Não havia contradição, aliás, entre a apropriação e manutenção de terras tendo em vista o desempenho da sua função de reserva de valor, e sua utilização para a extração florestal ou para a pecuária extensiva. Nesta última, inclusive, o próprio gado se apresentava também como reserva de valor, de cuja reprodução resultava uma formação “espontânea” de capital. Com base nesse atributo da atividade pecuária, derivado do fato de ser muito baixa ou quase nula a capitalização exigida para sua realização, Rangel havia identificado uma confluência entre a penetração do capitalismo no campo e a expansão da atividade pecuária.<sup>424</sup> De fato, em muitos casos, tanto a pecuária como a extração vegetal, ao qual se destinavam uma quantidade cada vez maior de terras, apareciam de fato como “subproduto da própria especulação fundiária”, constituindo “formas de simples ocupação da terra e não objetivo fundamental de produção”.<sup>425</sup>

Sendo assim, a análise do fenômeno da expansão da fronteira agrícola deve levar em conta que ao menos parte de sua ocorrência se amparava antes em fins puramente especulativos. Como resultado, através dessa expansão, resguardava-se e expandia-se

---

<sup>421</sup> Silva, José Graziano da. (coord.) “*Estrutura agrária e produção da subsistência na agricultura brasileira*”. São Paulo: Hucitec, 1980, p. 84-5.

<sup>422</sup> Prado Jr., Caio. “*A reforma agrária e o momento nacional*”. In: Prado Jr., C., *Op. Cit.*, 2014, pp. 396-8.

<sup>423</sup> Singer, Paul. “*Dominação e desigualdade: estrutura de classes e repartição da renda no Brasil*”. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 156

<sup>424</sup> Rangel, Ignácio. “*A questão agrária brasileira*”. In: Rangel, I. “*Obras reunidas*”, vol. 2. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2012, p. 25-6.

<sup>425</sup> Silva, J. G., 1980, p. 85.

para novas áreas uma estrutura fundiária concentrada e concentradora, acentuando-se o acúmulo de poder econômico nas mãos de uma restrita elite de proprietários de terras e ampliando seu domínio sobre uma extensão crescente do território nacional.

Como argumentamos acima, a explicação dos dois fenômenos que até agora viemos tratando – a evolução da estrutura fundiária e a expansão da fronteira agrícola – deve vir acompanhada de uma análise da mutação das relações sociais de produção na economia agrária brasileira no período examinado. Nas seções seguintes, buscamos caracterizar a estrutura social do campo brasileiro, identificando as principais tendências de mudança desta estrutura e das relações de produção que a compõem no período que nos interessa.

### **Estrutura social e relações de produção**

Para fornecer uma caracterização da estrutura da sociedade rural no Brasil, que servirá de ponto de partida para a análise empreendida nas seções seguintes, nos utilizaremos de uma metodologia que reúne contribuições de três autores: Paul Singer, Juarez Brandão Lopes e Luiz Aguiar da Costa Pinto. Combinando as diferentes formas de tratamento dos dados censitários propostas por estes autores, pôde-se estimar a participação relativa dos diferentes grupos sociais na sociedade rural brasileira.

A metodologia utilizada foi a seguinte: os totais da força de trabalho ocupada (“PEA Agrícola”<sup>426</sup>) foram retirados dos dados sobre “Pessoal Ocupado” dos Censos Agropecuários; os totais de “empregadores” são aqueles constantes dos Censos Demográficos; os totais de empregados (permanentes, temporários, parceiros e outra condição) foram tomados dos Censos Agropecuários e os totais da força de trabalho familiar (autônomos e não remunerados) equivalem ao total de “responsáveis e membros não-remunerados da família” dos Censos Agropecuários, subtraído o total de

---

<sup>426</sup> Em virtude da limitação dos dados utilizados, o termo “PEA Agrícola”, bem como os de “força de trabalho” ou “força de trabalho total”, sempre irão se referir ao total de indivíduos efetivamente ocupados em atividades agropecuárias, não abrangendo aqueles que, a despeito de fazerem parte da população economicamente ativa do campo – estando, portanto, oferecendo sua força de trabalho no mercado –, encontravam-se desocupados ou desempregados. Isso ocorre pela própria natureza dos dados censitários utilizados, onde o que se entende por “desocupados” não pode ser diferenciado dos “inativos”, isto é, daqueles que não estão oferecendo sua força de trabalho no mercado, por qualquer motivo que o seja. Sendo assim, neste capítulo, “PEA Agrícola” (ou “força de trabalho”) será sempre equivalente ao “pessoal ocupado” em atividades agropecuárias.

“empregadores”. Até aqui, seguiu-se em linhas gerais a metodologia proposta por Paul Singer.<sup>427</sup>

Obeve-se, então, o total da PEA Agrícola e os contingentes de “empregadores”, “empregados” e “autônomos e membros não-remunerados da família”. Restava apenas diferenciar, dentre os autônomos, aqueles que eram proprietários da terra que lavravam daqueles que não o eram. Para isso, foi seguida a metodologia de Juarez Brandão Lopes<sup>428</sup>, utilizando-se dos dados sobre “condição do responsável” dos Censos Agropecuários para estimar a participação relativa de cada uma das categorias de responsáveis (proprietários, arrendatários e ocupantes)<sup>429</sup>, proporcionalmente aos seus contingentes. Por fim, os membros da família – os quais trabalhavam para os autônomos – foram também divididos proporcionalmente à participação das categorias de responsáveis.

A última operação consistiu em classificar as diferentes categorias de acordo com sua respectiva classe social, seguindo-se, ainda que com ligeiras alterações, a proposta de Luiz Aguiar da Costa Pinto.<sup>430</sup>

Os “empregadores” foram assimilados à Classe I, a qual representa, em linhas gerais, a “burguesia agrária”, aquela que emprega mão de obra. A Classe II, a dos “pequenos proprietários” ou “sitiantes”, foi composta por aqueles que, tendo a propriedade da terra que exploram, não se utilizam de mão de obra para além da força de familiar não remunerada. Já a Classe III foi composta por aqueles que, para além de não empregar mão de obra remunerada sob qualquer forma, não têm a propriedade da terra que exploram. Incluíram-se, aí, os “arrendatários”, que exploram terra alheia mediante o pagamento de renda<sup>431</sup>, e os “ocupantes”, os quais, ainda que não tenham de pagar renda pela utilização da terra que exploram, não detêm seu domínio formal e, portanto, não

---

<sup>427</sup> Singer, P., *Op. Cit.*, 1981, p. 30.

<sup>428</sup> Lopes, Juarez. Brandão. “*Do latifúndio à empresa*”. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2008, pp. 26-7 (nota de rodapé 41).

<sup>429</sup> Como feito por Lopes, somou-se o número de “administradores” ao de “proprietários”. O número mais estreito de administradores não deve ter levado a grandes alterações. Ainda assim, deve-se alertar que o número de “proprietários” se encontra, em certa medida, superestimado, uma vez que o Censo Agropecuário contabiliza como o “proprietários” também os “usufrutuários, foreiros e enfiteutas”. Ainda assim, tal superestimação não retira a validade das estimativas, como forma de aproximação da realidade e de observação das tendências gerais em processamento.

<sup>430</sup> Costa Pinto, Luiz Aguiar da. “*Sociologia e Desenvolvimento*”. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972., pp. 252-72.

<sup>431</sup> Inclusive os “parceiros autônomos”, segundo a terminologia do Censo, isto é, aqueles que não estão submetidos à administração do proprietário das terras, mas devem “pagar” uma renda sob a forma de uma parte fixa do produto.

possuem a mesma segurança e estabilidade que os componentes da Classe II. Por fim, a Classe IV, a dos “empregados”, foi composta pelos empregados “permanentes” e “temporários”, bem como pelos “parceiros” cujo trabalho era submetido à administração do estabelecimento de cuja terra exploravam e pelos referidos como “pessoal de outra condição”.<sup>432</sup>

No Quadro I, abaixo, apresentamos a correspondência entre as classes sociais referidas e as diferentes ocupações:

Quadro I – Correspondência entre Classes Sociais e Ocupações

Classe I	Empregadores
Classe II	Pequenos proprietários
Classe III	Arrendatários Ocupantes
Classe IV	Empregados permanentes Empregados temporários Parceiros Outra condição

Os resultados obtidos encontram-se expostos nas Tabelas IV.1 e IV.2 apresentadas abaixo. Na primeira, apresenta-se os contingentes agregados de acordo com referida divisão entre as classes sociais. Já na segunda, apresenta-se as estimativas discriminadas para as diferentes ocupações: empregadores, pequenos proprietários, arrendatários, ocupantes, empregados permanentes e temporários, parceiros e pessoal de outra condição. A apresentação dos dados assim discriminados permite visualizar as tendências de mudança no interior mesmo de cada classe, nos diferentes momentos do período examinado.

---

<sup>432</sup> Essa categoria foi acrescida no Censo Agropecuário de 1960, e deveria abarcar os “agregados, moradores, etc.”, em relação aos quais constatou-se haver tido uma omissão no Censo Agropecuário de 1950.

Tabela IV.1 – Estimativa da distribuição da PEA Agrícola (Brasil), segundo classes sociais [1940-1960]

Classes	1940		1950		1960	
	Total	%	Total	%	Total	%
Classe I	252.047	2,2	323.961	2,9	226.635	1,4
Classe II	4.505.428	39,7	4.402.936	40,0	6.725.687	43,0
Classe III	957.659	8,4	1.295.136	11,8	2.896.405	18,5
Classe IV	5.628.281	49,6	4.974.801	45,2	5.785.258	37,0
Total	11.343.415	100,0	10.996.834	100,0	15.633.985	100,0

Fonte: IBGE. Censos Demográficos e Agropecuários (1940, 1950 e 1960)

Tabela IV.2 – Estimativa da distribuição da PEA Agrícola (Brasil), por classes sociais e ocupações [1940-1960]

Categorias	1940			1950			1960		
	Nº	(%)	Var.	Nº	(%)	Var.	Nº	(%)	Var.
<i>Empregadores</i>	252.047	2,2	-	323.961	2,9	28,5	226.635	1,4	-30,0
<i>Pequenos proprietários</i>	4.505.428	39,7	-	4.402.936	40,0	-2,3	6.725.687	43,0	52,8
<i>Arrendatários/Ocupantes</i>	957.659	8,4	-	1.295.136	11,8	35,2	2.896.405	18,5	123,6
Arrendatários	641.794	5,7	-	612.034	5,6	-4,6	1.793.783	11,5	193,1
Ocupantes	315.865	2,8	-	683.102	6,2	116,3	1.102.623	7,1	61,4
<i>Empregados</i>	5.628.281	49,6	-	4.974.801	45,2	-11,6	5.785.258	37,0	16,3
Permanentes	4.444.411	39,2	-	1.420.867	12,9	-68,0	1.429.350	9,1	0,6
Temporários	1.183.870	10,4	-	2.308.377	21,0	95,0	2.983.324	19,1	29,2
Parceiros	-	-	-	1.245.557	11,3	-	916.039	5,9	-26,5
Outra condição	-	-	-	-	-	-	456.545	2,9	-
<i>Total</i>	11.343.415	100,0	-	10.996.834	100,0	-3,1	15.633.985	100,0	42,2

Fonte: IBGE. Censos Demográficos e Agropecuários (1940, 1950 e 1960)

Os resultados atingidos nos permitem fornecer uma caracterização, ainda que sumária, da estrutura social do campo brasileiro, bem como identificar suas principais tendências de transformação, para em seguida interpretar seus significados de forma exploratória, inclusive considerando a limitação dos dados.

Assinale-se em primeiro lugar o número exíguo de empregadores. De uma População Economicamente Ativa (PEA) estimada de pouco mais de 11 milhões em 1940, apenas 252.047 indivíduos empregavam mão de obra assalariada ou sob outra forma de remuneração, o que correspondia a 2,2% do total. Após um leve acréscimo na

década de 1940, seguido de uma contração na década seguinte, o número de empregadores em 1960 era menor do que o contabilizado em 1940. Eram apenas 226.635 empregadores, que correspondiam a 1,4% da PEA Agrícola, a qual havia se elevado para cerca de 15,6 milhões em 1960 – totalizando um aumento em 37% no período de 20 anos, e de 42,2% em relação ao recenseamento anterior.

Nem todos os já poucos empregadores, aliás, poderiam ser considerados empregadores capitalistas. Se a característica do empregador capitalista, isto é, da burguesia como classe social, é a de não precisar trabalhar diretamente para prover sua própria subsistência, “direito” que lhe é outorgado pelo monopólio dos meios de produção, essa característica não era extensível a todos que figuravam no Censo como empregadores. De fato, uma parte importante destes empregadores participava efetivamente da produção, por mais que se fizesse auxiliar por trabalhadores contratados, em regra de forma temporária e nas épocas de colheita, quando se elevava a demanda por força de trabalho.<sup>433</sup>

Uma parte importante dos empregadores contabilizados comporia, na verdade, a “pequena-burguesia”, este estrato que “reúne em si características tanto da burguesia quanto do proletariado”; de um lado, possui meios de produção e, assim, não depende do mercado de trabalho para prover sua subsistência, mas não os possui em grau suficiente para que possa se resguardar de trabalhar e viver da extração de mais-trabalho alheio.<sup>434</sup>

Ou seja, nossas estimativas superestimam a dimensão da “burguesia” (Classe I), ao incluir nessa categoria esta fração de empregadores que utilizava mão de obra contratada tão somente como forma complementar ao próprio trabalho e ao trabalho familiar. É bastante possível, aliás, que esta fração de empregadores “pequeno-burgueses” superasse o número de empregadores efetivamente capitalistas.<sup>435</sup>

---

<sup>433</sup> Singer, P., 1981, pp. 18-9, 73-6.

<sup>434</sup> *Ibidem*.

<sup>435</sup> Utilizando os dados sobre a repartição da renda na economia agrária, os quais infelizmente só foram fornecidos pelo Censo Demográfico a partir de 1960, Paul Singer (1981, p. 74) estimou que, se os “empregados capitalistas” fossem apenas aqueles cuja renda superava 5 salários-mínimos mensais, o contingente incluído nessa classe corresponderia a 56.984 indivíduos. Desta feita, a burguesia agrária corresponderia, efetivamente, a cerca 0,4% da PEA Agrícola. Os demais 169.651 indicados como empregadores corresponderiam a sua fração pequeno-burguesa e, portanto, não deveriam ser incluídos à Classe I. Como a ausência de dados sobre a renda para os anos de 1940 e 1950 impede que se promova o mesmo procedimento para o período anterior, o quadro foi mantido como está, por mais que a camada burguesa se encontre, nele, superestimada.

A “contraparte” da burguesia consiste nos empregados (Classe IV). Trata-se do grupo que, destituído de terras ou possuindo quantidades insuficientes desta, deve vender sua força de trabalho para obter os meios necessários para prover sua subsistência. As tabelas IV.1 e IV.2 permitem visualizar que a presença dos empregados na PEA Agrícola era bastante significativa, mas decrescente no período examinado.

Em 1940, os empregados correspondiam a 49,6% da PEA Agrícola; em 1950, essa participação havia decrescido para 45,2%, mas estes se mantinham como o agrupamento que concentrava a maior parte da força de trabalho ocupada. Em 1960, todavia, os empregados correspondiam a apenas 37% da PEA, e sua participação relativa havia sido superada pela da classe de pequenos proprietários (Classe II), que havia atingido 43%.

Dessa forma, se de um lado diminuía a participação dos empregados na força de trabalho total, de outro aumentava a participação dos pequenos proprietários. Essa inversão se deu por uma diferença nos ritmos de crescimento da força de trabalho pertencente a cada uma das classes. Enquanto o contingente de empregados pouco se altera no período como um todo, passando de 5,6 milhões de indivíduos em 1940 para cerca de 5,8 milhões em 1960 – o que correspondeu a um crescimento de apenas 2,8% em um período de 20 anos –, o número de pequenos proprietários se eleva em quase 49,3% no mesmo intervalo, passando de 4,5 milhões para 6,7 milhões.

A participação da Classe III, composta pelos arrendatários e ocupantes de terras, também se mostrou crescente no período examinado. Seu crescimento relativo foi, inclusive, mais acentuado do que o da classe de pequenos proprietários, tendo o seu contingente triplicado durante as duas décadas examinadas. De 8,4% da PEA Agrícola em 1940 a Classe III passa a representar 18,5% desta em 1960.

Podemos propor, para fins analíticos, uma divisão da PEA Agrícola em dois grandes setores. O primeiro deles seria composto pelas Classe I e IV e consistiria em seu “setor capitalista”. Sua característica seria a compra, pela Classe I, da força de trabalho ofertada pela Classe IV. O fato de não se tratar, em muitos casos, de relações de assalariamento “puro” não alteraria o fato de a organização da produção se pautar pela compra e venda da força de trabalho e pela produção de mercadorias que contivessem mais-valor.

Já as Classes II e III, conjuntamente, comporiam o “setor não capitalista”, ou, para simplificar, o “campesinato”, dada sua forma particular de organização da produção e

inserção no sistema econômico. Graziano da Silva *et al* caracterizam a “produção camponesa” a partir de quatro elementos característicos:

a) utilização do trabalho familiar, ou seja, a família se configura como unidade de produção; b) posse dos instrumentos de trabalho ou de parte deles; c) produção direta de parte dos meios necessários à subsistência, seja produzindo alimentos para o autoconsumo, seja produzindo (alimentos ou outras mercadorias) para a venda. [...] d) não é fundamental a propriedade, mas sim a posse da terra, que mediatiza a produção, como mercadoria. Sendo assim, não só o proprietário, como também o parceiro, arrendatário, o posseiro, podem se configurar como formas de produção camponesa.<sup>436</sup>

Por não terem como fundamento de sua produção a extração de mais-trabalho alheio, mas sim o trabalho direto e a cooperação do trabalho familiar não remunerado, esses estratos não participariam diretamente do modo de produção capitalista, como ponderado por Paul Singer. Segundo o economista, a produção camponesa configuraria uma “produção mercantil simples”.<sup>437</sup>

Será a partir deste ponto de vista, cujo foco é a forma “não capitalista” de organização da produção, que utilizaremos a categoria de “camponês” e “campesinato” neste trabalho, as quais se revelaram operacionais para a análise empreendida e para o tratamento dos dados empíricos.

Não ignoramos, entretanto, e buscaremos ressaltar no decorrer da análise que o “campesinato”, como aqui entendido, compreende diversas e heterogêneas categorias sociais, e mesmo diferentes posições assumidas sucessiva ou alternadamente pelos mesmos indivíduos no curso da transformação das relações sociais imposta pelo desenvolvimento capitalista.<sup>438</sup>

Com efeito, uma parte destes “camponeses” só o era “em potencial”, como percebido por Florestan Fernandes.<sup>439</sup> Como vimos, o sociólogo se refere ao

---

<sup>436</sup> Graziano da Silva, José. (coord.) “*Estrutura agrária e produção da subsistência na agricultura brasileira*”. São Paulo: Hucitec, 1980, p. 3.

<sup>437</sup> Singer, P., 1981, pp. 19-20. Graziano da Silva *et al* (1980, p. 3) compartilham do mesmo entendimento.

<sup>438</sup> Nesse sentido, compartilhamos da visão de Otávio Guilherme Velho (“*O conceito de camponês e sua aplicação à análise do campo brasileiro*”. In: Welch, C. A. (*et al.*). “Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas”, vol. 1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, pp. 94-6), de que a categoria de “camponês” só pode ser operacionalizada para o contexto brasileiro levando-se em conta a existência de diferentes graus de “autonomia do trabalho”, das quais resultaria um *continuum* que abarca desde um máximo de “campesinidade” até a mais pura “proletarização”, “entre os quais teriam de ser colocadas todas as situações em que parceiros, meeiros, arrendadores, etc., podem ser encontrados em nosso interior em graus diversos de autonomia do trabalho.”

<sup>439</sup> Fernandes, Florestan. “*Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*”. 5ª ed. São Paulo: Global, 2008, pp. 66-8.

“campesinato” brasileiro como uma “classe por vir a ser”, dada a relação de forte dependência e instabilidade que marcava mesmo aquele lavrador capaz de produzir sua subsistência de forma minimamente autônoma.

De fato, uma parte importante do que chamaremos de “campesinato” na realidade não era capaz de produzir a totalidade dos bens necessários à sua subsistência, e conseqüentemente mantinha relações eventuais ou temporárias de emprego com a grande exploração rural como forma de complementar sua renda. Sob esse aspecto, essa camada figurava, antes, como um “semicampesinato”, termo utilizado por Francisco de Oliveira.<sup>440</sup>

Por fim, se por um lado o que havia propriamente era um (semi)campesinato “em vir a ser”, no curso de nossa exposição veremos que, de forma aparentemente contraditória, este mesmo campesinato, ou parte dele, encontrava-se simultaneamente em “vias de deixar de ser”, isto é, deparava-se com sua iminente desagregação em razão do progressivo esgotamento das condições mesmas de sua “reprodução como camponeses”.<sup>441</sup>

O conceito de “campesinato”, como utilizado neste trabalho, abarca e condensa essas diferentes e por vezes contraditórias posições sociais, mas assimiláveis entre si caso se traga o foco para as particulares formas de organização “não capitalistas” da produção compartilhadas por estas categorias no interior das suas unidades de produção familiar.<sup>442</sup>

Na economia agrária do país coexistiam, portanto, dois grandes setores, ou mesmo modos de produção; o primeiro deles composto pelas unidades produtivas “capitalistas”, em que a produção se organizaria pela compra e venda da força de trabalho, e o segundo pelas unidades produtivas “camponesas”, onde predominaria o trabalho direto do produtor e a cooperação do núcleo familiar.<sup>443</sup>

---

<sup>440</sup> Oliveira, Francisco de. *“Elegia para uma re(li)gião”*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, pp. 66, 92.

<sup>441</sup> Como indicado por Juarez Brandão Lopes (2008, pp. 8-11, a atividade produtiva da família camponesa objetiva sobretudo a sua reprodução “como categoria social”, isto é, sua “reprodução como camponeses”.

<sup>442</sup> Para uma defesa e análise historicamente fundamentada da existência do campesinato na estrutura social rural brasileira, como forma social de produção, modo de vida e cultura, cf. Wanderley, M. B. N. (*“O campesinato brasileiro: uma história de resistência”*). Revista de economia e sociologia rural, v. 52, pp. 25-44, 2014). A origem histórica dessa categoria no Brasil foram analisadas pela mesma autora em seu trabalho *“Raízes históricas do campesinato brasileiro.”* (Agricultura familiar: realidades e perspectivas, v. 3, pp. 21-55, 1999), assim como por José de Souza Martins em sua obra *“Os camponeses e a política no Brasil”* (Petrópolis: Vozes, 1981, cap. I)

<sup>443</sup> Esta forma de enquadrar a heterogeneidade do campo brasileiro, a partir da explicitação e análise de diferentes, ainda que articulados, “modos de produção”, inspirou-se em considerações semelhantes

Como dito acima, a divisão da economia agrária nestes dois setores não supõe uma total homogeneidade entre as unidades componentes de cada um deles. Não se postula também que estes setores possuíam uma dinâmica apartada um do outro, como entidades autônomas. Pelo contrário, acreditamos que, nas condições de desenvolvimento em que se encontrava a economia brasileira, o modo de produção capitalista era dominante, de forma que a dinâmica do polo capitalista determinava, em última instância, os movimentos mais fundamentais na economia como um todo. Como sintetizou Vinicius Caldeira Brant:

Quando caracterizamos o modo de produção dominante em uma formação social, queremos dizer que suas leis determinam as diversas formas e relações que se articulam no desenvolvimento dessa formação. A dominância do modo de produção capitalista na sociedade burguesa significa que a reprodução do capital subordina todas as relações sociais, mas não necessariamente da mesma forma. As relações baseadas no trabalho assalariado são as relações centrais desse modo de produção, não simplesmente nem principalmente porque tendem a se generalizar, mas porque comandam a produção de valor que determina todas as demais produções na economia de mercado.<sup>444</sup>

Dessa forma, ao propormos a existência de dois setores, ou modos de produção, na agricultura brasileira, não deixamos de creditar ao setor capitalista da economia brasileira – o que incluí, para além do setor capitalista da economia agrária, e em lugar de destaque, a economia urbano-industrial em processo de consolidação e expansão – o papel de polo cuja dinâmica determinava os movimentos verificados, inclusive, no setor camponês ou não capitalista.

Se o setor capitalista aparecia como dominante, ao ditar as principais tendências de transformação no conjunto da economia, o setor camponês da economia agrária aparecia, por sua vez, como “intersticial” e “subordinado”, como postularam Paulo Renato Souza e Maria Cristina Cacciamali, ainda que visando o chamado “setor informal” da economia urbana.<sup>445</sup>

O setor camponês, como compreendido neste trabalho, se mostrava “intersticial” e “subordinado” por ocupar os “espaços econômicos, os interstícios não ocupados pelas

---

apresentadas por autores como os já citados Paul Singer, José Graziano da Silva (*et al.*), Juarez Brandão Lopes, Roger Bartra, Otávio Gilberto Velho, José de Souza Martins e Maria de Nazareth Wanderley.

<sup>444</sup> Brant, Vinicius Caldeira. “Desenvolvimento agrícola e excedentes populacionais na América Latina”. Estudos Cebrap, n. 14, 1975, p. 110.

<sup>445</sup> Souza, Paulo Renato. “Emprego, salários e pobreza”. São Paulo: Hucitec, 1980; Cacciamali, Maria Cristina. “Um estudo sobre o setor informal urbano e formas de participação na produção”. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, 1982.

formas de organização da produção capitalista”, que eram, portanto, “perfeitamente delimitados” e constantemente “criados, destruídos e recriados pela expansão do sistema econômico”. Era a reprodução ampliada do capital na economia brasileira, portanto, que determinava as “condições de existência” e o “leque de possibilidades” do setor camponês como elemento subordinado.<sup>446</sup>

Os dados censitários disponíveis permitem localizar e dimensionar de forma aproximada cada um destes setores na estrutura produtiva. Pelo Quadro V, abaixo, nota-se que a presença dos empregados varia em razão direta à área dos estabelecimentos agropecuários, de modo que a força de trabalho empregada passa a predominar a partir dos estratos de área de 100 hectares ou mais. Inversamente, a força de trabalho que predomina nos estabelecimentos menores de 100 hectares seria a familiar não remunerada. Generalizando, pode-se dizer, então, que os estabelecimentos maiores de 100 hectares tendiam a se organizar sob moldes capitalistas, enquanto os de área inferior tendiam a ser unidades camponesas.

Tabela V – Participação dos empregados na PEA Agrícola, segundo classes de área [1950-1960]

Classes de Área	1950				1960				
	% Total	% Perm.	% Temp.	% Parc.	% Total	% Perm.	% Temp.	% Parc.	% Outros
Até 10 ha	19,5	2,2	15,2	2,1	16,6	2,0	10,9	1,1	2,5
10-100 ha	35,6	6,9	18,7	10,0	32,9	6,3	18,3	6,0	2,4
100-200 ha	61,6	16,4	26,0	19,2	58,6	15,0	28,0	11,8	3,8
200-1000 ha	76,0	28,1	28,7	19,2	73,8	25,4	31,9	12,1	4,4
Mais de 1000 ha	87,3	42,7	27,8	16,9	85,8	35,2	34,4	10,8	5,4
Total	45,2	12,9	21,0	11,3	37,0	9,1	19,1	5,9	2,9

Fonte: IBGE. Censos Agropecuários (1950 e 1960)

Já no Quadro VI, abaixo, indica-se a quantidade de estabelecimentos que possuíam empregados e os estabelecimentos que não utilizavam mão de obra contratada no ano de 1960, também segundo os diferentes estratos de área.<sup>447</sup> Nota-se, em primeiro

<sup>446</sup> Souza, P. R., 1980, 29-31; Cacciamali, M. C., 1982, 25-35. Em sentido parecido, cf. a noção de “dominação indireta do capital no campo” de Sérgio Silva (“*Formas de acumulação e desenvolvimento do capitalismo no campo*”). In: Pinsky, J. (org.). “Capital e trabalho no campo”. São Paulo: Hucitec, 1977.

<sup>447</sup> Na coluna “Com empregados” contabilizaram os estabelecimentos que utilizavam força de trabalho contratada, excluídos os estabelecimentos que só contavam com força de trabalho contratada sob a forma

lugar, que as unidades que não contavam com mão de obra contratada compunham a grande maioria dos estabelecimentos (70,1%). As unidades propriamente capitalistas, por sua vez, correspondiam a pouco menos de um quarto do total de estabelecimentos, ou seja, eram muito menos numerosas do que as unidades camponesas. Caso se acrescente a esse total as unidades que apenas empregavam mão de obra sobre formas não propriamente assalariadas, a cifra ainda se mantém bastante baixa, em torno de 30%.

Curiosamente, nota-se que, mesmo nos estratos superiores em termos de área, há uma presença relativamente significativa de unidades que não empregam mão de obra contratada; estas unidades correspondiam a pouco mais de um terço dos estabelecimentos de área entre 200 e 1000 hectares, e pouco mais de um quarto dos estabelecimentos de mais de 1000 hectares.

As informações da Tabela VI reforçam a constatação de que os estabelecimentos de maior área seriam em sua maioria, unidades capitalistas, enquanto os menores estabelecimentos seriam unidades de tipo camponês. Como se vê, as unidades que não contratavam qualquer tipo de mão de obra, utilizando-se apenas a força de trabalho familiar, predominavam nos dois estratos inferiores, sendo minoria nos três superiores.

Tabela VI – Estabelecimentos com empregados e sem pessoal contratado, segundo classes de área [1960]

Classes de Área	Total de Estabelecimentos	Com empregados		Sem Pessoal Contratado	
		Nº de Estab.	% s/ Total	Nº de Estab.	% s/ Total
Até 10 ha	1.495.020	208.705	14,0	1.236.704	82,7
10-100 ha	1.491.415	412.011	27,6	972.214	65,2
100-200 ha	157.422	76.772	48,8	64.929	41,2
200-1000 ha	157.409	91.143	57,9	53.623	34,1
Mais de 1000 ha	32.480	22.359	68,8	8.214	25,3
Total	3.337.769	812.158	24,3	2.338.229	70,1

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário (1960)

Também é possível dimensionar a presença de cada um dos setores nas diferentes regiões e estados do país, a partir de dados espacialmente desagregados, como forma de

---

de “parceria” ou “outra condição”. Na coluna “Sem pessoal contratado”, contabilizaram-se os estabelecimentos que não empregavam mão de obra contratada sob forma alguma, mas apenas a força de trabalho familiar não remunerada. O valor que falta para completar 100%, em cada uma das linhas, corresponde ao contingente de estabelecimentos que se utilizavam apenas de força de trabalho contratada sob “parceria” ou “outra condição”.

se ressaltar as diferenças regionais quanto à distribuição da força de trabalho entre os dois setores.

São Paulo foi o estado em que as relações capitalistas de produção se desenvolveram mais rápida e intensamente até o momento que nos interessa, como buscamos demonstrar, inclusive, em nossa Introdução Histórico-Metodológica. Esse estágio mais avançado de desenvolvimento das relações capitalistas de produção, inclusive no campo, pode ser evidenciado por uma maior concentração da força de trabalho rural no setor capitalista, se comparado com os dados para a totalidade do Brasil.

Em 1950, 60,4% da força de trabalho do estado de São Paulo consistia em empregados, contra 45,2% no Brasil. Dez anos depois, a participação dos empregados na PEA Agrícola de São Paulo havia se reduzido para 51,4%, mantendo-se, ainda assim, em nível bastante superior à cifra para o Brasil (37%). Minas Gerais apresentava uma situação semelhante, com a participação dos empregados na PEA Agrícola se situando em 60% em 1950, e reduzindo-se para 49,5% em 1960.<sup>448</sup>

Em outro extremo, temos o Rio Grande do Sul, cuja participação dos empregados na PEA Agrícola era bastante reduzida, em razão da presença significativa da pequena propriedade familiar no estado, decorrente das próprias características da colonização deste território. Em 1950, apenas 18,9% da força de trabalho rural do estado consistia em empregados, número que se reduz para 14,8% em 1960. O setor camponês, por oposição, concentrava a enorme maioria da força de trabalho do estado, com destaque para a classe de pequenos proprietários que representava 65,2% da força de trabalho em 1960.<sup>449</sup>

Entre esses dois polos – de predominância do setor capitalista, de um lado, e de predominância do setor camponês, de outro – encontramos uma série de casos intermediários, os quais apresentavam cifras mais próximas das contabilizadas para o Brasil como um todo. À frente, apresentaremos dados individualizados de outros estados, quando essa ilustração se fizer necessária para o desenvolvimento da argumentação.

Em resumo, a estrutura socioeconômica do campo brasileiro se caracterizaria pela coexistência de dois setores ou modos de produção. O primeiro deles seria composto pelas unidades de produção capitalistas, cujo traço seria a exploração de mão de obra contratada e remunerada, ainda que por vezes sob formas não típicas, isto é, não necessariamente

---

<sup>448</sup> Os dados sobre a PEA Agrícola destes estados encontram-se na Tabela XXVIII.1, no Anexo Estatístico.

<sup>449</sup> Idem.

pelo assalariamento “puro”. Este setor englobaria a maior parte dos estabelecimentos de área maior do que 100 hectares. Em 1940, 51,8% da PEA Agrícola participava do setor capitalista, seja como vendedor, seja como comprador de mão de obra. Essa participação, entretanto, decresce nas duas décadas examinadas, de modo que em 1960 apenas 38,4% da PEA Agrícola participaria do setor capitalista.

Já o segundo setor seria composto pelas unidades de produção camponesas, organizadas sob as bases da produção simples de mercadorias, isto é, do trabalho direto do produtor e dos membros não remunerados de sua família. Neste setor estariam incluídas a maior parte dos estabelecimentos menores do que 100 hectares, que, como vimos, consistiam na enorme maioria dos estabelecimentos do país no período examinado. Em 1940, 48,1% da PEA Agrícola participaria do setor camponês, cifra que atinge 61,5% ao final do período examinado.

Ou seja, entre os anos de 1940 e 1960, período ao qual nos referimos como o de consolidação do sistema capitalista no Brasil, a tendência predominante no campo brasileiro não foi a de aumento do setor capitalista, ao menos no que se refere à absorção de força de trabalho. Pelo contrário, verificou-se o crescimento sistemático do contingente envolvido na produção camponesa, sob a forma da produção simples de mercadorias. Esse crescimento ocorreu mesmo no interior de estados em que as relações capitalistas de produção já haviam se generalizado em maior grau, como em São Paulo (conforme Tabelas XXVIII.1, XXVIII.2 e XXVIII.3 do Anexo Estatístico).

Buscaremos demonstrar, nas seções seguintes, que o crescimento do setor “camponês” da agricultura brasileira processou-se como resultado da reprodução ampliada do capital e da desagregação das relações sociais até então existentes que lhe acompanha, e não como processo “autônomo” de expansão de um setor “atrasado” desvinculado e em oposição ao desenvolvimento de um setor “moderno”.

### **A transformação das relações de produção do setor capitalista**

Como indicado no capítulo anterior, as relações de produção no campo brasileiro em regra não se apresentavam, ao menos até meados do século XX, predominantemente sob a forma do assalariamento “puro”.

Na economia cafeeira paulista, a relação predominante ao adentrarmos o período que nos interessa era a do “colonato”. Como já ficou dito, neste regime, o colono era responsável pela realização de determinadas tarefas como o trato do cafezal e a colheita do grão, pelas quais recebia uma remuneração monetária. Por outro lado, lhe era permitido o cultivo de gêneros alimentícios intercalados nas “ruas” dos cafezais ou em terras que lhe eram cedidas para esse fim; o produto dessas culturas poderia lhe pertencer inteiramente ou ser dividido em regime de parceria com o proprietário de terras.<sup>450</sup>

Nas lavouras canavieiras do Nordeste, a relação predominante era do “morador de condição”. Nesse regime, o “morador”, ao se juntar aos quadros de uma propriedade, recebia do proprietário, como “elementos inerentes ao próprio contrato de moradia”, casa e “terreiro” onde podia “botar roçado”, isto é, cultivar gêneros de subsistência. Eventualmente, o morador podia receber “sítio”, uma área em que poderia plantar árvores, principalmente frutíferas, e a depender, cultivar a cana. Como retribuição à moradia e à permissão ao cultivo, o morador devia ceder alguns dias de trabalho no canavial, pelos quais recebia uma ínfima remuneração monetária.<sup>451</sup>

Essas “relações não capitalistas”<sup>452</sup>, que combinavam o fornecimento de força de trabalho à produção direta pelo trabalhador de parte dos gêneros necessários à sua subsistência de certa forma perduraram até aproximar-se a década de 1960. No entanto, seus traços gerais sofreram transformações importantes, sobretudo no período que nos interessa, despindo-se de seus elementos “camponeses” através da progressiva eliminação da produção direta de bens de subsistência pelo trabalhador. Essas relações tenderam, assim, a converter-se paulatinamente em uma relação salarial “pura”.

Já nos referimos a esse processo como o de “proletarização” da força de trabalho rural. Cabe aqui descrevê-lo em seus contornos fundamentais, de modo a ilustrar como a

---

<sup>450</sup> O regime de trabalho do “colono” foi descrito e analisado por José de Souza Martins em diferentes textos de sua obra *“O cativo da terra”* (9ª ed. São Paulo: Contexto, 2021), por Vinícius Caldeira Brant (*“Do colono ao bóia-fria”*. Estudos Cebrap, n. 19, 1977) e por Alexandre de Freitas Barbosa (*“Formação do mercado de trabalho no Brasil”*. São Paulo: Alameda, 2008)

<sup>451</sup> O regime de trabalho do “morador” foi descrito por Moacir Palmeira em *“Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na plantation tradicional”*. (In: Welch, C. A. et al (org.). “Camponeses brasileiros”, vol. 1. São Paulo: Editora UNESP, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009), assim como por Manuel Correia de Andrade (*Op. Cit.*, 2011) e por Alexandre Barbosa (*Op. Cit.*, 2008)

<sup>452</sup> A expressão “relações não capitalistas” é de José de Souza Martins, e refere-se ao conjunto de relações de produção não propriamente capitalistas – isto é, diferentes do puro assalariamento – engendradas pela dinâmica da reprodução do capital no processo de transição do escravismo para o trabalho livre no Brasil. Não se trata, portanto, de “relações pré-capitalistas”, visto que foi o próprio movimento contraditório de reprodução do capital que as engendrou como elementos necessários à acumulação.

transformação das relações sociais de produção no campo pôde resultar no “aparecimento simultâneo de um proletariado rural e de um campesinato”, como nos diz Velho.<sup>453</sup>

O surgimento dessas relações de produção “não capitalistas” esteve ligado às características fundantes da economia agrária do país: escassez relativa de capital e abundância de terras. Pela cessão de terras que não lhes faltavam, os empregadores obtinham força de trabalho ao mesmo tempo que comprimiam o dispêndio monetário em sua remuneração. Nos termos de José de Souza Martins, “a terra se tornou condição da exploração que se realizava na acumulação de capital”, na forma de “uma acumulação primitiva contida na própria acumulação capitalista”.<sup>454</sup>

Historicamente, tais relações surgiram, também, como uma forma de “fixar” e manter disponível no interior das propriedades uma mão de obra que poderia se fazer necessária nos momentos de crescimento da atividade econômica e conseqüente aumento da demanda por força de trabalho. Esse expediente se mostrou bastante eficaz sobretudo no período de transição do escravismo para o trabalho livre, quando a oferta de trabalho, diante da cessação do tráfico negreiro, tornou-se inelástica.<sup>455</sup>

A “fixação” da força de trabalho nas fazendas de café era estimulada, ainda, por uma característica particular da economia cafeeira. Por constituir-se como uma “cultura itinerante”, sempre em busca de terras virgens localizadas em áreas em que o povoamento era até então escasso, o café precisava “transportar consigo os pressupostos de seu funcionamento”, que consistiam, para além da infraestrutura de transportes que o acompanhava, em “um mercado de trabalho local” e um setor de produção de bens de subsistência para os trabalhadores. Mediante o colonato, lograva-se por um mesmo movimento “criar” ambos os pressupostos desta forma peculiar de acumulação capitalista.<sup>456</sup>

Se por um lado a manutenção destas relações “não capitalistas” foi importante para “fixar” a baixos custos a mão de obra na grande exploração rural, este procedimento

---

<sup>453</sup> Velho, Otávio Guilherme. “*Capitalismo autoritário e campesinato*”. São Paulo-Rio de Janeiro: DIFEL, 1976, p. 186.

<sup>454</sup> Martins, José de Souza. “Do escravo ao assalariado nas fazendas de café, 1880-1914: a gênese do trabalhador volante”. In: Martins, J. S. “O cativo da terra”. São Paulo: Contexto, 2021, p. 141

<sup>455</sup> Como nos diz Celso Furtado (“*Formação Econômica do Brasil*”. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 179), a despeito de existir no país certo volume de mão de obra nacional em grande medida subocupada, esta se encontrava “de tal forma dispersa que o recrutamento de mão-de-obra [...] seria tarefa difícil e exigiria grande imobilização de recursos”.

<sup>456</sup> Brant, V. C., 1977, pp. 51-2.

tendia, por outro lado, a manter subutilizada – no que se refere à produção de valor realizável, do ponto de vista do capital – uma parte da mão de obra ligada às propriedades, sobretudo em determinados momentos no ano agrícola em que se reduzia a demanda por mão de obra.<sup>457</sup>

Na etapa que nos interessa, as relações de produção no campo brasileiro passam a evoluir no sentido do prolongamento, da intensificação e do aumento da produtividade do trabalho efetivamente empregado na produção das culturas de valor comercial, reduzindo a subutilização da força de trabalho que era característica das relações de produção “não capitalistas”. Isto é, aumentava-se o excedente extraído de cada um dos empregados individualmente, o que tendia a reduzir proporcionalmente a demanda por trabalhadores por parte da grande exploração rural, mesmo num contexto de aumento da produção.

Ao passo que se intensificava o trabalho dedicado às culturas comerciais, reduzia-se o tempo de trabalho aplicado pelos empregados nas suas próprias culturas de subsistência. O aumento da taxa de exploração do trabalho se vinculou, então, à “proletarização” do trabalhador rural, no sentido de sua especialização na produção de culturas comerciais, reduzindo-se ou eliminando-se a produção de parte de sua subsistência que era característica das relações “não capitalistas” de emprego da força de trabalho. Tal aspecto foi central e comum às transformações que se operavam nas relações sociais de produção do setor capitalista do campo brasileiro no período examinado.

Como relatado por Manuel Correia de Andrade, no bojo da transformação das relações de produção na economia canavieira nordestina a partir da década de 1940, passou-se a exigir dos “moradores” cinco ou seis dias de trabalho por semana, ao invés de dois ou três, como era a prática tradicional. O aumento da quantidade de dias de serviço nos canaviais praticamente impedia que os moradores trabalhassem em suas próprias lavouras.<sup>458</sup> Ainda que a remuneração monetária se elevasse com o aumento dos dias de serviço exigidos do trabalhador, esse aumento do dispêndio monetário era mais do que compensado, do ponto de vista do empregador, pelo aumento da quantidade produzida de cana-de-açúcar.

---

<sup>457</sup> *Ibidem*

<sup>458</sup> Andrade, M. C., 2011, p. 128-30.

A proletarização do “morador” não se processou apenas pela redução do tempo disponível para a produção de seus próprios bens de subsistência. No período do pós-guerra, sobretudo nas áreas mais dinâmicas em que foi mais intenso “surto usineiro”, a ampliação do mercado de açúcar, a valorização das terras que lhe acompanhou e a competição exercida pela mais produtiva lavoura canavieira paulista, estimularam os proprietários nordestinos a tomarem as terras até então cedidas aos moradores para que plantassem gêneros de subsistência, convertendo-as para o cultivo comercial. Reduziram-se ou foram totalmente sacrificadas, então, as áreas cedidas para que os trabalhadores “botassem roçado”, e a cana passou a ser plantada “dentro da casa dos moradores”. Também foram tomadas as terras “aforadas” para que dessem lugar aos canaviais, expulsando os “foreiros” que até então se utilizavam das terras para produzir bens de subsistência.<sup>459</sup>

Algo semelhante ocorreu na economia cafeeira. Primeiro, promoveu-se uma exploração mais intensiva da terra e da força de trabalho, eliminando-se as culturas intercalares e aumentando o número de cafezais por unidade de área. Ainda que fosse mantida a permissão de plantio de gêneros de subsistência nas propriedades do empregador, as roças foram deslocadas para áreas externas aos cafezais e impróprias à cafeicultura, o que implicou numa duplicação da jornada de trabalho do empregado, que não mais podia dedicar-se simultaneamente ao trato do cafezal e de suas próprias culturas.<sup>460</sup>

Numa etapa subsequente, promoveu-se a “separação entre a estrutura produtiva empresarial dos grandes estabelecimentos e a pequena produção mercantil dos estabelecimentos familiares”. Isto é, operou-se a desvinculação completa entre a produção comercial do café, realizada por um trabalhador especializado, e a produção de bens de subsistência que passa a ser realizada em pequenas propriedades familiares fora das fazendas. Simultaneamente a essa especialização do trabalho do colono na produção de café propriamente dita, processou-se a progressiva transferência de contingentes de trabalhadores subutilizados para o “exército de reserva” convertendo o “subemprego disfarçado em desemprego aberto”.<sup>461</sup>

---

<sup>459</sup> Ibidem, p. 125-30; Palmeira, M., 2009, p. 205-6.

<sup>460</sup> Martins, J. S., 2021, p. 145.

<sup>461</sup> Brant, V. C., 1977, p. 69-71.

Essa transferência de trabalhadores subempregados para a reserva envolveu a individualização das relações de trabalho. Até aproximadamente a década de 1940, a família do colono era a “unidade da força de trabalho nas fazendas de café”<sup>462</sup>, isto é, os contratos de trabalho dos colonos compreendiam o “número de braços” da família e o próprio trabalho nos cafezais era empreendido pelo núcleo familiar.<sup>463</sup> A partir do momento em que a mão de obra se tornou relativamente abundante, promoveu-se a dispensa de parte dos trabalhadores familiares (principalmente mulheres e menores) e foi permitido que estes obtivessem trabalho temporário em outros empreendimentos.<sup>464</sup>

Esta progressiva especialização do trabalhador rural na produção das culturas comerciais, verificada em diferentes pontos do território nacional, não respondeu apenas à necessidade de se aumentar a intensidade do trabalho produtor de valor, mas também esteve vinculada à crescente importância econômica que passa a recair sobre a terra, progressivamente vista como “renda territorial capitalizada” e não somente como “acessório e instrumento da coerção do trabalho”. Ao passo que os desníveis de produtividade davam lugar a rendas diferenciais, e que o aumento da demanda por terra criava um “mercado de terras”, se tornava cada vez menos econômico que esta fosse cedida gratuitamente aos trabalhadores rurais, como forma de fixá-los nas propriedades. Sua utilização para fins comerciais ou mesmo a sua venda, convertendo-a em capital monetário, tornavam-se negócios mais rentáveis e interessantes para seu proprietário.<sup>465</sup>

Tanto a necessidade de promover uma intensificação da exploração da força de trabalho empregada na grande exploração, reduzindo-se a margem de subutilização de sua força de trabalho, quanto a valorização das terras no contexto do desenvolvimento das relações capitalistas de produção resultaram, então, na progressiva “expropriação” do trabalhador rural, como diz Moacir Palmeira. Segundo este autor, esta “expropriação” não dizia respeito ao despojamento dos trabalhadores de seus meios de produção, “pois

---

<sup>462</sup> Martins, J. M., 2021, p. 141

<sup>463</sup> Como explica José de Souza Martins (Ibidem, p. 134): “Já no colonato, a limpeza do cafezal e a colheita se organizavam com base no grupo familiar: a família empreitava o trato de determinado número de pés de café, na proporção, geralmente, de dois mil por homem adulto e de mil para mulher e criança. O pagamento era igualmente feito por mil pés tratados. Desse modo, quanto maior a família, maior o seu rendimento monetário anual. [...] O colonato organizou até mesmo a colheita em bases familiares, distribuindo os membros da família ao redor do cafeeiro: os homens adultos colhendo no topo da planta, mediante uso de uma escada, as mulheres no meio e as crianças na saída do cafeeiro”.

<sup>464</sup> Brant, V. C., 1977, p. 71.

<sup>465</sup> Martins, J. S., 2021, p. 146-7.

destes, de alguma maneira, já haviam sido ou sempre estiveram expropriados, mas de sua expropriação de relações sociais, por eles vividas como naturais”.<sup>466</sup>

As relações de trabalho foram “desenraizadas”<sup>467</sup> de práticas que lhe atribuíam um sentido diverso da mera venda da força de trabalho como mercadoria. Tanto no caso do colono, quanto do morador, era a produção no âmbito do núcleo familiar dos bens necessários à sua subsistência que aparecia como aspecto fundamental, enquanto o trabalho cedido ao empregador aparecia como o preço pago pelo direito de se utilizar a terra. No bojo destas “relações não capitalistas”, diz José de Souza Martins, a vida do trabalhador “estava organizada segundo critérios camponeses, o critério da fatura de milho ou de carne”, de modo que esta população “não respondia aos estímulos do mercado de trabalho, que funcionava segundo as regras do mercado livre e do trabalho assalariado, mas a outras motivações”. A crescente predominância da forma salário, ao substituir a produção direta dos meios de vida, submetia em maior grau a população rural às regras do mercado, “a um modo capitalista de ser força de trabalho”.<sup>468</sup>

Nos diferentes espaços em que se processou, esta progressiva especialização do trabalhador rural e da grande exploração, rompendo-se o vínculo entre a produção comercial e a produção de gêneros de subsistência, ao aumentar a produtividade do trabalho produtor de valor, implicou na referida redução relativa da demanda por trabalho pelo setor capitalista da economia agrária e conseqüente perda de participação dos empregados na PEA Agrícola. Os dados das Tabelas IV.1 e IV.2 são reveladores do crescente descolamento entre a oferta de empregos pelo setor capitalista da economia agrária e o crescimento da força de trabalho.

Pela Tabela VII, abaixo, nota-se que a redução da absorção de mão de obra se processava sobretudo nos maiores estabelecimentos, aqueles que em sua maioria se organizavam sob moldes capitalísticos.

Nos estabelecimentos maiores de 200 hectares, aliás, houve uma redução absoluta do número de empregados, incluindo parceiros e pessoal de “outra condição”, entre os recenseamentos de 1950 e 1960. Nos estabelecimentos de área entre 200 e 1000 hectares, essa redução foi de apenas 0,3%, mas nos maiores de 1000 hectares, chegou a 14,6%.

---

<sup>466</sup> Palmeira, Moacir. “*Modernização, Estado e a questão agrária*”. Estudos avançados, v. 3, 1989, p. 89.

<sup>467</sup> Polanyi, Karl. “*A grande transformação*”. Rio de Janeiro: Contraponto, 2021.

<sup>468</sup> Martins, J. S., 2021, p. 142.

Constata-se, então, que parte dos estabelecimentos capitalistas estava efetivamente dispensando mão de obra, e não apenas reduzindo o ritmo de absorção de força de trabalho.

Tabela VII – Empregados por classe de área [1950-1960]

Classes de área	PEA Agrícola*			Empregados*		
	1950	1960	Var. %	1950	1960	Var. %
Até 10 ha	2.241,3	4.820,7	115,1	437,8	799,2	82,5
10-100 ha	5.070,3	7.061,5	39,3	1.806,8	2.326,1	28,7
100-200 ha	1.106,2	1.216,9	10,0	681,3	713,4	4,7
200-1000 ha	1.786,9	1.832,5	2,5	1.357,5	1.352,8	-0,3
Mais de 1000 ha	790,5	686,6	-13,1	690,1	589,3	-14,6
Total	10.996,8	15.634,0	42,2	4.974,8	5.785,3	16,3

Fonte: IBGE. Censos Agropecuários (1950 e 1960). \*Em milhares

Em certas partes do território, aliás, verificou-se não só uma redução do ritmo de absorção de força de trabalho, mas uma contração absoluta de toda a categoria de empregados. Isso ocorreu particularmente naquelas áreas em que se promoveu em maior grau a substituição de “trabalho vivo” por “trabalho morto”, isto é, de trabalho por capital. Por mais que ainda não houvesse atingido o grau que iria atingir no futuro, a maior utilização de maquinaria, instrumentos agrícolas e insumos “modernos” permitia que se aumentasse o nível de produção com a mesma quantidade de trabalho, ou mesmo reduzindo sua demanda.

Os dados das Tabelas IX.1 e IX.2 indicam um aumento do nível de mecanização da agricultura, sobretudo na década de 1950, com a multiplicação do número de tratores e de arados à disposição dos estabelecimentos; particularmente no caso dos tratores, esse aumento é notável. Nota-se, aliás, que, em todos os casos, a disponibilidade de tratores era proporcional à área dos estabelecimentos, o que revela que a absorção de progresso técnico foi realizada sobretudo pelas unidades produtivas capitalistas.

Tabela VIII.1. – Máquinas e Instrumentos Agrários (SP, RS, PE) [1940-1960]

Ano	Tratores				Arados			
	BR	SP	RS	PE	BR	SP	RS	PE
1940	3.380	1.410	1.104	72	500.853	168.073	222.657	3.213
1950	8.372	3.819	2.245	142	714.259	224.947	312.001	3.902
1960	61.345	27.176	15.169	1.002	977.101	272.503	410.284	6.284
Índices (1940=100)								
1940	100	100	100	100	100	100	100	100
1950	248	271	203	197	143	134	140	121
1960	1815	1927	1374	1392	195	162	184	196

Fonte: IBGE. Censos Agropecuários (1940, 1950 e 1960)

Tabela VIII.2 – Estabelecimentos por Trator (SP, RS, PE) [1960]

Classes de Área	Brasil		São Paulo		R. Grande do Sul		Pernambuco	
	T	E/T	T	E/T	T	E/T	T	E/T
Menos de 10ha	2.932,0	509,9	1.750,0	83,3	462,0	216,7	64,0	3.109,7
10-100ha	20.917,0	71,3	9.763,0	14,2	5.613,0	45,0	142,0	356,5
100-200ha	8.378,0	18,8	3.634,0	4,3	2.310,0	5,2	103,0	45,8
200-1000ha	19.094,0	8,2	7.847,0	1,8	4.665,0	2,7	568,0	8,4
Mais de 1000ha	10.017,0	3,2	4.182,0	0,6	2.117,0	1,5	125,0	4,4
Total	61.345,0	54,4	27.176,0	11,7	15.169,0	25,1	1.002,0	259,2

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário (1960)

Grande parte dessas máquinas e instrumentos estava concentrada em uma parte bastante restrita do território. Por todo o período considerado, cerca de três quartos dos tratores e dos arados do país se encontravam nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Nestes estados estavam localizadas os empreendimentos mais modernos, ao menos no se refere à concentração de maquinário. Enquanto a média para o Brasil era a de existir um trator a cada 54,4 estabelecimentos, essa cifra era de 25,1 para o Rio Grande do Sul e de 11,7 para São Paulo. Neste último estado, notava-se certa concentração de maquinário inclusive nos menores estabelecimentos.

Foi nestes estados que a substituição de mão de obra por capital processou-se de maneira mais intensa no período examinado. Com efeito, mesmo elevando-se a produção dos mais diversos produtos agrícolas, nos três estados se verificou uma redução absoluta do número de empregados, incluindo parceiros submetidos à administração do

estabelecimento. Entre 1950 e 1960, o número total de empregados em São Paulo se reduz em 3,9%, no Rio Grande do Sul, essa redução atinge 2,3% e em Minas Gerais, 7,5%.<sup>469</sup>

A evolução do número de empregados em outros estados do país também se mostrou acentuadamente lenta na década de 1950, mesmo se comparada à já baixa média nacional, mas aparentemente por razões diversas das verificadas nos três estados acima citados. Nos estados do Piauí e Rio Grande do Norte, por exemplo, o número de empregados se manteve praticamente estagnado, enquanto na Paraíba houve uma redução do número de empregados na importância de 17,2%<sup>470</sup>, superior a verificada nos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Esta evolução, entretanto, não deve ter sido causada por uma maior acumulação de capital ou mesmo por aumentos na produtividade do trabalho, mas pelo contrário, deve ter sido decorrência da decadência econômica das unidades produtivas capitalistas e de uma possível involução de parte delas para uma economia de subsistência.<sup>471</sup>

Outros fatores também implicavam em uma redução do nível de absorção de mão de obra pelo setor capitalista da economia agrária, como a modificação dos usos da terra. A substituição da agricultura pela pecuária<sup>472</sup> ou a substituição de culturas permanentes por temporárias, sobretudo pelas mais facilmente mecanizáveis<sup>473</sup>, apareciam como fatores de compressão da demanda por trabalho do setor capitalista.

Nesse cenário de transformação estrutural da economia agrária brasileira, a redução de demanda por mão de obra determinou que se formasse uma crescente população excedente em relação à capacidade de absorção de força de trabalho pelo setor capitalista, cujos contingentes se multiplicavam em pequenas propriedades externas às fazendas.

---

<sup>469</sup> Ver Tabela XVIII.1 do Anexo Estatístico.

<sup>470</sup> Conforme dados dos Censos Agropecuários.

<sup>471</sup> Nesse sentido, cf. Sá Jr., F., *Op. Cit.*, 1973.

<sup>472</sup> A redução da demanda por trabalho em razão da conversão de áreas de lavoura por pastagens, que ocorria em diversos pontos do território nacional, em resposta à redução da fertilidade natural das terras e à valorização da carne no mercado interno, foi ressaltada, dentre outros, por Caio Prado Jr. (2014, *passim*) e Ignácio Rangel (2012, v. 1 e 2, *passim*).

<sup>473</sup> Nesse caso, destaca-se a substituição da cultura do café pela cana-de-açúcar ou pelo algodão, que ocorria sobretudo nas áreas cafeeiras mais antigas e decadentes, como em partes dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. Brant (1977, p. 75) destaca que o café uma cultura que, por suas próprias características naturais, exigia um maior emprego de força de trabalho. A produção de cana-de-açúcar e de algodão, por sua vez, demandavam menos trabalho, bem como podiam ser mais facilmente mecanizadas, caso os preços fossem recompensadores, diferentemente do café, que ainda exigia maior cuidado manual durante a maior parte de suas etapas de produção.

Do ponto de vista da exploração capitalista, essa população excedente aparecia como um crescente “exército de reserva”, cuja existência permitiu que se processasse um novo conjunto de transformações nas relações sociais de produção no campo brasileiro, no sentido da progressiva substituição do empregado permanente, residente na propriedade do empregador, pelo empregado temporário, contratado nos períodos de aumento da demanda por força de trabalho (sobretudo à época de colheita).

Esse expediente determinava um melhor aproveitamento da mão de obra contratada pela exploração capitalista, cuja demanda por força de trabalho, pelas próprias características da produção agrícola, era bastante variável no tempo. Ao invés de manter um contingente de trabalhadores subutilizados por grande parte do ano para fazer jus ao momento de “pico” da demanda de força de trabalho, a existência de um crescente exército de reserva permitiu que os empregadores progressivamente reduzissem seu pessoal permanente ao mínimo necessário, compensando essa redução pela contratação de um número maior de empregados temporários quando se fizesse necessário mão de obra adicional.<sup>474</sup>

Como diz Vinícius Caldeira Brant, a substituição do empregado permanente pelo temporário revelava dois aspectos da evolução da grande exploração rural: “primeiro, a restrição das despesas com a remuneração da força de trabalho aos momentos do processo em que ela se faz realmente necessária; segundo, a separação entre tarefas qualificadas e não qualificadas”. No contexto de “transformação da agricultura em indústria” e de “formação do exército industrial de reserva” no campo, tornava-se mais rentável à grande exploração manter em caráter permanente apenas o pessoal mais qualificado e cuja manutenção nas propriedades se mostrava indispensável ao longo de todo ciclo agrícola, ou grande parte dele, e recrutar mão de obra adicional em caráter temporário para o exercício de tarefas não qualificadas nos momentos de “pico” da demanda por mão de obra.

Cresce em importância, então, durante o período analisado, a figura do trabalhador temporário. No Nordeste, esse papel era desempenhado pelos “corumbas”, residentes em terras do agreste e do sertão e que faziam uma migração sazonal para se empregar nas lavouras da Zona da Mata, ou pelos trabalhadores “de fora” ou “de rua”, que moravam

---

<sup>474</sup> Esse processo encontra-se bem descrito e explicado em Brant, V. C., *Op. Cit.*, 1977, bem como em Graziano da Silva, José. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo: Hucitec, 1981.

em vilas e cidades próximas.<sup>475</sup> Já na economia cafeeira, os trabalhadores temporários eram recrutados do contingente que se multiplicava nos pequenos estabelecimentos produtores de gêneros de subsistência, sobretudo para cumprir a função de “apanhadores de café”.<sup>476</sup>

A relação do empregado temporário com o empregador despoja-se completamente de aspectos que incidiam na relação de emprego permanente: vínculo pessoal e possivelmente contínuo entre o trabalhador e o empregado, trabalho como forma de acesso à moradia e terra arável, etc. Na visão do empregador, o trabalhador temporário aparece tão somente como um elemento substituível, remunerado apenas pelo salário, que aparece então propriamente como capital variável.

O crescimento da importância relativa do empregado temporário na economia agrária do país, em detrimento do empregado permanente, pode ser verificado pela estatística. Os dados das Tabelas IV.2 e V, acima, revelam essa evolução.

Mesmo que o Censo de 1940 tenha superestimado o número de empregados permanentes, salta aos olhos a redução em termos absolutos de quase 4,5 milhões para 1,4 milhões entre 1940 e 1950. A participação deste contingente na PEA Agrícola despenca de 39,2% para 12,9% neste intervalo de dez anos.

Tudo indica que a redução não teve essa dimensão, até porque foram incluídos no contingente de empregados permanentes trabalhadores posteriormente registrados sob outra classificação. De todo modo, os números apontam para a progressiva redução da mão de obra empregada de modo permanente, ainda que a falta de comparabilidade dos dados não permita sua exata quantificação.

Só entre os anos de 1950 e 1960, intervalo para o qual dispomos de dados mais confiáveis, a participação dos empregados permanentes na PEA Agrícola se reduz de 12,9% para 9,1%. Seu número não chegou a se reduzir neste intervalo, tendo se elevado em 0,6%, passando de 1.420.867 indivíduos para 1.429.350. Ainda assim, é evidente que a demanda por mão de obra permanente manteve-se praticamente estacionária no referido intervalo.

---

<sup>475</sup> Andrade, M. C., 2011, p. 127; Garcia Jr., Afrânio. Heredia, Beatriz M. A. de. Garcia, Marie France. “*Campesinato e ‘plantation’ no Nordeste*”. Anuário Antropológico, v. 3, n. 1, 1979, pp. 277-9.

<sup>476</sup> Martins, J. S., 2021, p. 146.

Como indicado pela Tabela IX, a substituição do trabalho permanente pelo temporário foi mais acentuada nas unidades produtivas de maior área, cuja maioria consistia em unidades organizadas sob moldes capitalísticos, o que indica se tratar de fenômeno vinculado à acumulação de capital e às transformações que o modo de produção capitalista impõe à agricultura.

Tabela IX – Número de trabalhadores permanentes e temporários, por classes de área [1950-1960]

Classes de área	Permanentes			Temporários		
	1950	1960	Var. %	1950	1960	Var. %
Até 10 ha	50.272	98.182	95,3	339.839	527.446	55,2
10-100 ha	349.711	441.533	26,3	948.383	1.291.099	36,1
100-200 ha	181.017	182.036	0,6	287.537	341.006	18,6
200-1000 ha	502.553	465.301	-7,4	512.046	584.481	14,1
Mais de 1000 ha	337.261	241.608	-28,4	219.519	236.450	7,7
Não declarada	53	690	1201,9	1.053	2.842	169,9
Total	1.420.867	1.429.350	0,6	2.308.377	2.983.324	29,2

Fonte: IBGE. Censos Agropecuários (1950 e 1960)

Em determinados locais houve uma redução absoluta do número de empregados permanentes, indicando uma maior veemência do processo de expulsão da mão de obra residente nas fazendas.

Esse foi o caso do estado de São Paulo, em que o número de empregados permanentes decresceu em 19,2% entre 1950 e 1960, passando de 519,6 mil para 419,7 mil indivíduos, o que resultou numa redução da participação relativa desta categoria na PEA Agrícola do estado, de 33,9% para 24,3%. No mesmo intervalo, o número de empregados temporários passa de 170,4 mil para 292,8 mil (aumento de 71,8%), e sua participação relativa na PEA Agrícola sobe de 11,1% para 17%.

Também foi este o caso de Pernambuco, onde os empregados permanentes tiveram seu contingente reduzido em 21,7%, passando de 125,1 mil para 97,9 mil no entre 1950 e 1960. Inversamente, eleva-se o contingente de empregados temporários de 235

mil para 334,9 mil (aumento de 42,5%), o que, entretanto, não alterou significativamente sua participação relativa na PEA Agrícola do estado.<sup>477</sup>

Mesmo onde o número de empregados permanentes se elevou, seu crescimento foi muito inferior ao das demais categorias isoladas e da PEA Agrícola como um todo, resultando em uma redução de sua participação relativa na força de trabalho ocupada.

Em Minas Gerais, o número de empregados permanentes se eleva em 1,4% entre 1950 e 1960, contra um crescimento de 12% da PEA Agrícola, e sua participação relativa cai de 12,3% para 11,1%. No Rio Grande do Sul, o contingente de empregados permanentes se eleva em 13,7% no mesmo período, contra uma elevação em 24,5% da PEA Agrícola, de modo que a participação relativa dos empregados permanentes decresce de 4,7% para 4,3%. Na Bahia, enquanto a PEA Agrícola se eleva em 41,9%, o acréscimo do contingente de empregados foi de 6,6%, ocasionando uma redução de sua participação relativa de 8,5% para 6,4%. Por fim, mesmo no Ceará, em que o número de empregados permanentes se elevou em 55,3%, se verificou uma redução, ainda que bastante ligeira, de sua participação relativa, diante do maior crescimento das demais categorias.<sup>478</sup>

Também é de se notar a redução absoluta do número de parceiros, que também consistiam em mão de obra residente em caráter permanente nas propriedades em que se instalavam. No Brasil, o número de parceiros se reduz em pouco mais de um quarto entre 1950 e 1960, passando de pouco mais de 1,2 milhão para cerca de 916 mil indivíduos, e sua participação relativa na PEA Agrícola decresce de 11,3% para 5,9%. Nos estados mencionados (SP, PE, MG, RS, BA, CE) essa queda de participação foi ainda maior, conforme dados do Anexo.

Já o número e a participação relativa dos empregados temporários aumentam de forma sistemática. Para o Brasil como um todo, o contingente de empregados temporários passa de cerca de 1,2 milhão em 1940 para pouco mais de 2,3 milhões de indivíduos em 1950, quase dobrando neste intervalo de dez anos (conforme dados da Tabela IV.2). Na década de 1950, quando o contingente de empregados permanentes aumentou em apenas 0,6%, o número de empregados temporários se eleva em 29,2%. De 10,4% da PEA Agrícola em 1940, os empregados temporários passam a representar 19,1% desta em 1960, com uma participação mais do que duas vezes maior do que a dos empregados

---

<sup>477</sup> Ver Tabelas XVIII.1 e XVIII.2 do Anexo Estatístico.

<sup>478</sup> Idem.

permanentes. Revela-se, assim, a crescente substituição da mão de obra permanente pela temporário na economia agrária do país.

Nessa evolução das relações de trabalho no campo, orientada para a substituição do trabalhador permanente pelo temporário, insinuava-se a emergência de uma figura que, em etapas seguintes – particularmente a partir da década de 1970 –, assumiria cada vez maior importância no conjunto da força de trabalho rural, o boia-fria.<sup>479</sup> Trata-se do trabalhador volante, residente nas cidades, contratado sob o regime de empreitada pelas explorações capitalistas rurais, e que em regra se alternava entre posições de baixa qualificação urbanas e rurais. A emergência desta figura na estrutura social brasileiro representava, de um lado, a completa expropriação do trabalhador rural do setor capitalista e, de outro, a tendência à unificação do exército de reserva rural e urbano.<sup>480</sup>

Conclui-se, pelo que foi exposto até então, que a evolução das relações de produção no âmbito do setor capitalista da economia agrária, ao implicar na elevação da produtividade do trabalho, determinou que se formasse uma crescente superpopulação relativa no campo. Dissemos que esta evolução se orientava no sentido da “expropriação” do trabalhador rural, isto é, na sua especialização no trabalho agrícola produtor de valor, com a progressiva interdição de seu direito de produzir parte de sua subsistência.

No que se refere aos trabalhadores que ainda permaneciam nas propriedades de seus empregadores como trabalhadores permanentes, pode-se dizer que sua “expropriação” era equivalente à sua “proletarização”, isto é, do seu despojamento dos vínculos, mesmo que precários, que estes detinham com os meios de produção, principalmente com a terra. Por mais que estes trabalhadores não fossem proprietários, mantinham certas relações diretas com a terra, que lhes era cedida para produzir parte de sua subsistência. O desenvolvimento capitalista da agricultura se orientava para eliminar esses vínculos, de modo que os trabalhadores agrícolas se tornavam tão somente vendedores de força de trabalho.

Entretanto, não se pode dizer que a proletarização aparecia como um processo generalizado a afetar a totalidade da população rural. Pelo contrário, como indicamos acima, no período em exame ocorreu um aumento da importância relativa da população

---

<sup>479</sup> Para uma análise da emergência e características do regime de trabalho do bóia-fria, cf., além das citadas obras de Brant, V. C. (*Op. Cit.*, 1977) e Silva, J. G. (*Op. Cit.*, 1981), o trabalho “O ‘Bóia-Fria’: acumulação e miséria” (Petrópolis: Vozes, 1975) de Maria Conceição D’Incão e Mello.

<sup>480</sup> Silva, J. G., 1981, pp. 137-9.

a qual nos referimos como campesinato, isto é, que detinha uma relação direta com a terra (mesmo que não através de sua propriedade formal) e, portanto, que não se encontrava completamente proletarizada. Dissemos também que o crescimento em importância do campesinato – isto é, do setor “não capitalista” da economia agrária - não ocorria como um processo autônomo, desvinculado da evolução que se verificava no setor “capitalista”, mas processava-se como resultado mesmo destas transformações. Na seção seguinte, buscamos demonstrar como isso ocorreu.

### **Dinâmica e crescimento do setor camponês**

Vimos que as transformações internas às unidades produtivas do setor capitalista da economia agrária se orientavam para a elevação da produtividade do trabalho criador de valor e, conseqüentemente, na redução relativa da demanda por força de trabalho nas atividades capitalistas.

Diante da demanda decrescente por mão de obra por parte da grande exploração rural, associada à expropriação e expulsão de parte da mão de obra que até então residia em caráter permanente nas grandes fazendas, crescia em importância um contingente populacional que não tinha opções se não emigrar para as cidades em busca de emprego, ou buscar um pedaço de terra, mesmo que mínimo, onde pudesse produzir parte de sua subsistência.

As transformações pelas quais passava a grande exploração rural implicavam, portanto, como seu espelho, tanto no crescimento da população urbana, quanto daquela que buscava se estabelecer e produzir seus meios de subsistência de forma minimamente autônoma. Crescia, então, a demanda por terra, multiplicando-se a quantidade de minifúndios e pequenas propriedades nos quais se instalavam essa “população excedente”.

Por conseqüência, o desenvolvimento capitalista na agricultura, o aumento da produtividade do trabalho na empresa agrícola, bem como a proletarização, de um lado, e a liberação, de outro, de uma parte crescente dos trabalhadores agrícolas, resultava no crescimento simultâneo de um “campesinato”, mesmo que marginal e empobrecido.

Aludindo a essa situação, apenas aparentemente contraditória, diz Palmeira:

A expropriação, assim concebida, não implica, necessariamente, em proletarização. [...] o que é importante reter é que, sendo um processo que envolve luta, a expropriação não tem um resultado certo e, em determinadas circunstâncias, a ruptura das relações sociais tradicionais é a condição mesmo para que o trabalhador dependente transforme-se num camponês autônomo, mesmo que, em condições precárias e por pouco tempo; como também, por paradoxal que possa parecer, que o acesso à propriedade de uma parcela de terra pode ser, muitas vezes, não a preliminar da expropriação, como no caso anterior, mas a expressão dela própria.<sup>481</sup>

Era exatamente dessa população que se multiplicava em pequenas propriedades externas às fazendas, aliás, que seriam recrutados uma parte importante dos empregados temporários que passam a representar uma parcela crescente da mão de obra utilizada pela grande exploração rural.

Nota-se, então, que o desenvolvimento capitalista no campo fazia crescer a importância de uma figura bastante diversa daquela que predominava no âmbito das relações de trabalho “não capitalistas” – no “colonato” e na “morada”, por exemplo.

Enquanto nestas relações “não capitalistas” o trabalhador aparecia como um operário-camponês – um trabalhador rural que produzia parte de seus bens de subsistência – no regime de trabalho temporário, o empregado (quando não residia nas cidades) era um camponês-operário. Isto é, era um camponês que, por não conseguir extrair do trabalho direto da terra o necessário para sua subsistência – por falta de terras, de capital etc. – devia vender sua força de trabalho por uma parte do ciclo agrícola, de modo a complementar sua renda.<sup>482</sup>

O crescimento em importância do campesinato na estrutura social brasileira vinculou-se também a outra ordem de circunstâncias, ligadas não à organização interna da empresa rural e a consequente formação de um “exército de reserva” no campo, mas à conjuntura do mercado de produtos agrícolas. Trata-se, em linhas gerais, da maior demanda formada no mercado interno por produtos agrícolas, sobretudo os alimentos simples. Esta elevação da demanda por gêneros agrícolas era resultado tanto da industrialização e urbanização, que ampliava o mercado consumidor de produtos agrícolas constituído pela população urbana e pela indústria, quanto da proletarização dos

---

<sup>481</sup> Palmeira, M., *Op. Cit.*, 1989, p. 191.

<sup>482</sup> Como já indicamos, Francisco de Oliveira (*Op. Cit.*, 1981) refere-se a essa categoria social como “semicampesinato”.

trabalhadores rurais empregados pela grande exploração, que passavam a ter que adquirir no mercado os gêneros de subsistência que até então produziam por conta própria.

O desenvolvimento capitalista, ao ensejar tanto a urbanização quanto a separação entre a produção agrícola comercial e a produção de gêneros de subsistência no campo, criou oportunidades para o desenvolvimento da pequena e média produção policultora voltada ao abastecimento do mercado interno. Resultava, então, que o campesinato, cujos contingentes aumentavam pelo crescimento da população excedente no campo, integrava-se ao mercado não só como trabalhadores temporários, mas também como abastecedores do mercado interno, ainda que mantivessem uma posição subordinada na estrutura social.

Essas oportunidades de integração do campesinato ao mercado resultavam do fato de que, ainda que os preços de gêneros básicos, e particularmente o de alimentos, crescesse por consequência do aumento de sua demanda interna, sua produção em muitos casos não se tornava atrativa à grande exploração organizada sob moldes mais propriamente capitalísticos. Isso ocorria porque, com raras exceções, um conjunto de fatores impedia que se obtivesse o lucro médio do capital investido mediante a produção e comercialização destes gêneros básicos. Por essa razão, uma parte importante da produção destes gêneros era realizada de forma “dispersa”, por muitos pequenos produtores “camponeses”, cada qual contribuindo com uma pequena parte do produto total.<sup>483</sup>

A combinação destes fatores – crescimento da superpopulação relativa no campo e aumento da demanda interna por gêneros agrícolas – explica, portanto, o aumento da importância do campesinato na estrutura social do campo brasileiro.

Como indicamos acima (Tabelas IV.1 e IV.2), o crescimento do campesinato correspondia ao aumento da importância relativa das classes de pequenos proprietários (Classe II) e de arrendatários e ocupantes (Classe III) na PEA Agrícola. Este crescimento ocorreu sobretudo na década de 1950, quando, segundo nossas estimativas, o número de pequenos proprietários eleva-se em 52,8% e o de arrendatários e ocupantes aumenta em 123,6%. Em conjunto, ambas essas classes (II e III) englobavam 61,5% da PEA Agrícola em 1960.

---

<sup>483</sup> Graziano da Silva, J. (coord.), 1980, pp. 1-11, Paiva, Ruy Miller. “*A agricultura no desenvolvimento econômico: suas limitações como fator dinâmico*”. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979, 126-31.

Ao atingir 6,7 milhões de indivíduos em 1960, a classe de pequenos proprietários tornou-se o agrupamento com maior participação na PEA Agrícola, correspondendo a 43% desta neste ano, e superando a participação dos empregados, que era de 37%.

Por outro lado, ainda que correspondesse a um contingente menor, o crescimento relativo do grupo de arrendatários e ocupantes na década de 1950, cujo número mais do que dobrou, foi mais acelerado do que o do grupo de pequenos proprietários. Para 1940, contabilizamos que existiam cerca de 641,8 mil arrendatários, o que correspondia a 5,7% da PEA Agrícola; em 1960, já eram quase 1,8 milhão de indivíduos nessa condição, totalizando 11,5% da PEA. Já os ocupantes, ou “posseiros”, aumentam seu contingente de 315,8 mil indivíduos (2,8% da PEA) em 1940 para 1,1 milhão em 1960, o que representava 7,1% da PEA Agrícola.

O crescimento da importância dessas duas últimas figuras na estrutura social indica um aumento da demanda por terra, nos quadros de um sistema econômico em que vigorava a concentração fundiária e a pobreza da grande massa da população. Tanto o arrendatário quanto o “posseiro” eram, em regra, “camponeses”, diferenciando-se do pequeno proprietário por não possuírem a propriedade formal da terra que trabalhavam. Enquanto o arrendatário “alugava” terra, devendo comprometer uma parte de sua renda para remunerar a terra arrendada, o ocupante se instalava em terra alheia, o que tornava sua situação bastante instável, pelo fato de poder a qualquer momento ser expulso dela pelo proprietário ou mesmo por “grileiros”.

É preciso destacar a especificidade do arrendatário na economia agrária brasileira. Primeiro, deve-se ressaltar que a categoria engloba uma multiplicidade de situações, podendo, inclusive, compreender o grande arrendatário “capitalista”. Este, entretanto, era uma figura minoritária, prevalecendo o pequeno arrendatário “não capitalista”, razão pela qual os arrendatários foram incluídos ao setor “camponês”.<sup>484</sup>

Mesmo no caso do pequeno arrendatário, entretanto, configuravam-se diferentes situações, cuja diversidade residia nos diferentes graus de autonomia do trabalho desta figura, dadas as diferentes relações travadas com o proprietário fundiário. Com efeito, a instabilidade e dependência do arrendatário em relação ao proprietário fundiário – que,

---

<sup>484</sup> À título de exemplo, destaca-se que, em 1960, 95,2% dos estabelecimentos cedidos a arrendatários no Brasil possuíam área menor do que 100 hectares, e 76,2% eram menores do que 10 hectares, segundo dados do Censo Agropecuário.

em muitos casos, não apenas cedia a terra, mas também certo capital a ser utilizado na produção (maquinário, sementes, etc.) – levou autores como Caio Prado Jr. e Luiz Aguiar da Costa Pinto a caracterizar os arrendatários como uma espécie de “assalariados disfarçados”.<sup>485</sup>

Se de um lado o arrendamento aparecia como uma forma “não capitalista” de exploração de força de trabalho pelo capital – personificado na figura do proprietário fundiário que, por qualquer razão, não se dispusesse a adentrar na esfera da produção, limitando-se à extração de renda fundiária – de outro, ele configurava uma “recriação” da pequena produção camponesa, baseada no trabalho familiar, ainda que subordinada e na maioria dos casos dotada de baixo grau de autonomia.<sup>486</sup>

O fato de o número de arrendatários crescer em ritmo relativamente mais acelerado do que outras categorias é indicativo que sua presença não aparecia como um resíduo “pré-capitalista” ou mesmo “feudal”. Pelo contrário, a disseminação do arrendamento aparenta ter sido uma das formas particulares pela qual o capital subordinou “indiretamente”<sup>487</sup> a pequena produção agrícola, dela extraíndo um excedente e um esforço produtivo sem necessariamente instituir a relação de produção capitalista típica, o assalariamento. Nas páginas seguintes, descreveremos em maior detalhe essa forma de articulação do setor camponês ao desenvolvimento capitalista.

A reprodução do setor “camponês” da economia agrária do país se processava sobretudo em pequenas propriedades, em sua maioria minifúndios, de modo que a maior disseminação desta categoria social se vinculava à “pulverização” da posse e propriedade da terra ocorrida na década de 1950.

Pela Tabela X, vemos que a quase totalidade do incremento à PEA Agrícola na década de 1950 se deu no interior de estabelecimentos menores de 100 hectares, e principalmente em minifúndios.

---

<sup>485</sup> Prado Jr., C., 2014; Costa Pinto, L. A., 1972.

<sup>486</sup> Nesse sentido, cf. Silva, J. G. (coord.), 1980, pp. 104-42.

<sup>487</sup> Silva, S., 1977.

Tabela X – Variação e incremento da PEA Agrícola, segundo classes de área  
[1950-1960]

Grupos de Área (ha)	PEA Agrícola				Incremento (1950-1960)	
	1950		1960		Nº	% s/ o Total
	Nº	(%)	Nº	(%)		
Até 10	2.241.261	20,4	4.820.738	30,8	2.579.477	55,6
(Até 5)	1.345.215	12,2	3.147.189	20,1	1.801.974	38,9
(5 a 10)	896.046	8,1	1.673.549	10,7	777.503	16,8
10-100	5.070.269	46,1	7.061.542	45,2	1.991.273	42,9
Mais de 100	3.683.680	33,5	3.735.977	23,9	52.297	1,1
(100-200)	1.106.248	10,1	1.216.913	7,8	110.665	2,4
(200-1000)	1.786.922	16,2	1.832.470	11,7	45.548	1,0
(Mais de 1000)	790.510	7,2	686.594	4,4	-103.916	-2,2
Total	10.996.834	100	15.633.985	100	4.637.151	100

Fonte: IBGE. Censos Agropecuários (1950 e 1960)

Entre 1950 e 1960, 98,6% do incremento total da PEA Agrícola no país se deu no interior de estabelecimentos de área até 100 hectares, e 55,6% no interior de estabelecimentos menores de 10 hectares. Foi sobretudo em minifúndios, portanto, que se instalou a maior parte do incremento de força de trabalho ocupada durante o referido intervalo censitário, de modo que, em 1960, 30,8% da PEA Agrícola encontrava-se vinculada a este tipo de estabelecimento.

Nota-se, aliás, que o maior crescimento relativo do contingente de pessoal ocupado se deu nos estabelecimentos menores de 5 hectares. Entre 1950 e 1960, o pessoal ocupado em estabelecimentos desse porte elevou-se em 134%, e mais de um terço de toda o incremento da força de trabalho ocupada concentrou-se nestes estabelecimentos. Conseqüentemente, em 1960, pouco mais de um quinto de toda a força de trabalho ocupada no campo brasileiro reproduzia-se em estabelecimentos de área inferior a 5 hectares.

Ainda que tenham recebido uma importante fração do incremento da população economicamente ativa (42,9%) entre 1950 e 1960, a participação relativa do pessoal ocupado nos estabelecimentos de área entre 10 e 100 hectares tem uma leve redução nesse período, diante do crescimento mais acelerado da mão de obra dos minifúndios. Em 1960, o pessoal ocupado nestes estabelecimentos correspondia a 45,2% da PEA Agrícola, de modo que a totalidade dos estabelecimentos menores de 100 hectares concentrava 76% da população economicamente ativa do campo.

Já o pessoal ocupado em estabelecimentos maiores de 100 hectares manteve-se estável durante o período considerado, tendo ocorrido, inclusive, uma redução na importância de 2,2% do pessoal ocupado em estabelecimentos de área maior de 1.000 hectares. Indica-se, também por esses dados, que a demanda por mão de obra pelos estabelecimentos maiores de 100 hectares encontrava-se estagnada, situação a qual já fizemos referência acima. Por consequência, a participação do pessoal ocupado nos estabelecimentos maiores de 100 hectares na PEA Agrícola se reduz de 33,5% para 23,9% entre 1950 e 1960.

Em resumo, uma vez que demanda por mão de obra por parte dos estabelecimentos maiores de 100 hectares, em sua maioria organizada sob moldes capitalistas, praticamente não cresceu durante toda a década de 1950, quase todo o acréscimo à PEA Agrícola do país ficou retido em pequenos estabelecimentos, cuja maioria se inseria no setor “camponês” ou “não capitalista” da economia agrária. Confrontados com uma estrutura fundiária rígida e uma demanda estagnada por força de trabalho na empresa capitalista rural, o crescimento do campesinato vinculava-se a uma aceleração da subdivisão da pequena propriedade e ao aumento da demanda por terra, mesmo que adquirida em lotes mínimos.

Os dados da Tabela X aos quais viemos nos referindo escondem importantes diferenças regionais na distribuição da força de trabalho ocupada. Na Tabela XI, abaixo, apresentamos esses dados discriminados para os estados de Pernambuco, São Paulo e Paraná, os quais permitem avaliar alguns aspectos desta heterogeneidade espacial.

Em todos esses estados se verificou a tendência geral identificada para o país, de aumento da participação do pessoal ocupado em minifúndios na PEA Agrícola e redução da participação do pessoal ocupado em estabelecimentos maiores de 100 hectares. Ainda assim, os estados apresentam marcantes diferenças quanto à distribuição da força de trabalho ocupada entre os diferentes estratos de área.

O estado de Pernambuco apresentava uma mais intensa concentração da força de trabalho em minifúndios do que os demais estados e a média nacional. Neste estado, o pessoal ocupado em minifúndios se elevou 72,2% entre 1950 e 1960. Neste último ano, os minifúndios concentravam mais de metade do total da força de trabalho ocupada do estado, e nada menos do que 42,7% da força de trabalho trabalhava em estabelecimentos menores de 5 hectares.

Nos estados de São Paulo e do Paraná, era menor a concentração de força de trabalho nos minifúndios, ainda que estes contingentes tenham tido um crescimento mais intenso, em termos relativos, do que o verificado em Pernambuco.

Em São Paulo, o pessoal ocupado em minifúndios mais do que dobra entre 1950 e 1960, e, no Paraná, esse número se multiplica por seis. Não obstante, a participação relativa do pessoal ocupado nestes estabelecimentos manteve-se bastante abaixo da contabilizada para Pernambuco; sendo, em 1960, de 23,2% para São Paulo e 20,2% para o Paraná. Já o pessoal ocupado em estabelecimentos menores do que cinco hectares correspondia a apenas 12% da força de trabalho ocupada no estado de São Paulo em 1960, e, no Paraná, essa cifra era de 9,3% (contra 42,7% em Pernambuco, como vimos).

Tabela XI – Pessoal ocupado, por classes de área (PE, SP, PR) [1950-1960]

Classes de Área (ha)	Pernambuco		São Paulo		Paraná	
	1950	1960	1950	1960	1950	1960
Até 10	402,1	692,5	159,0	400,6	41,1	259,0
(Até 5)	282,9	539,1	69,2	207,1	16,1	119,2
(5 a 10)	119,2	153,4	89,8	193,5	25,0	139,8
10 a 100	253,7	323,4	640,6	673,2	298,2	747,5
Mais de 100	224,1	247,2	732,0	653,5	168,3	277,7
(100 a 200)	42,4	55,7	168,4	148,9	59,7	93,8
(200 a 1000)	118,9	165,1	356,8	309,9	72,8	129,6
(Mais de 1000)	62,7	26,4	206,8	194,6	35,8	54,4
Total	879,8	1263,0	1531,7	1727,3	507,6	1284,3
Participação percentual						
Menos de 10	45,7	54,8	10,4	23,2	8,1	20,2
(Menos de 5)	32,2	42,7	4,5	12,0	3,2	9,3
(5 a 10)	13,5	12,1	5,9	11,2	4,9	10,9
10 a 100	28,8	25,6	41,8	39,0	58,7	58,2
Mais de 100	25,5	19,6	47,8	37,8	33,2	21,6
(100 a 200)	4,8	4,4	11,0	8,6	11,8	7,3
(200 a 1000)	13,5	13,1	23,3	17,9	14,3	10,1
(Mais de 1000)	7,1	2,1	13,5	11,3	7,1	4,2
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE. Censos Agropecuários (1950 e 1960)

Pernambuco exemplifica um caso-limite, de altíssima concentração da força de trabalho em estabelecimentos de área exígua, situação que impossibilitava que esse

campesinato obtivesse uma renda e níveis de vida satisfatórios. Ainda que nos estados de São Paulo e Paraná a concentração de mão de obra em minifúndios tivesse atingido certa expressão, sobretudo no ano de 1960, fica claro que a existência de uma superpopulação relativa apresentava uma maior gravidade em Pernambuco – situação que era extensível, guardadas as particularidades existentes, para os demais estados do Nordeste.

Quanto mais numerosa se tornava a superpopulação do campo brasileiro, mais empobrecido se tornava esse campesinato, ao acentuar-se a pressão demográfica que se exercia sobre as mínimas extensões de terra que dispunham. Os índices de área total disponível e de área de lavoura por pessoal ocupado<sup>488</sup> permitem visualizar como esse quadro se acentua entre as décadas de 1950 e 1960. Esses dados encontram-se dispostos na Tabela XII.1 e XII.2.

Tabela XII.1 – Área total por pessoa ocupada, segundo classes de área (BR, PE, SP, PR) [1950-1960]

Classes de Área (ha)	Brasil		Pernambuco		São Paulo		Paraná	
	1950	1960	1950	1960	1950	1960	1950	1960
Até 10	1,35	1,23	1,07	0,85	2,35	1,91	2,19	2,02
(Menos de 5)	0,87	0,81	0,82	0,65	1,72	1,46	1,48	1,48
(5 a 10)	2,07	2,04	1,68	1,55	2,84	2,38	2,65	2,48
10 a 100	7,01	6,74	4,82	4,63	6,74	6,77	7,48	6,34
Mais de 100	52,56	52,55	15,03	15,54	19,56	21,40	33,94	22,03

Fonte: IBGE. Censos Agropecuários (1950 e 1960)

Tabela XII.2 – Área de lavoura por pessoa ocupada, segundo classes de área (BR, PE, SP, PR) [1950-1960]

Classes de Área (ha)	Brasil		Pernambuco		São Paulo		Paraná	
	1950	1960	1950	1960	1950	1960	1950	1960
Até 10	0,76	0,82	0,69	0,59	1,89	1,60	1,52	1,62
(Menos de 5)	0,58	0,63	0,62	0,51	1,47	1,30	1,12	1,29
(5 a 10)	1,04	1,19	0,87	0,86	2,21	1,93	1,78	1,89
10 a 100	1,71	1,87	1,13	1,25	2,58	2,65	2,46	2,62
Mais de 100	2,37	3,09	1,94	2,38	3,15	3,59	3,33	3,84

Fonte: IBGE. Censos Agropecuários (1950 e 1960)

<sup>488</sup> A área total (Tabela XII.1) corresponde à área total do estabelecimento, enquanto a área de lavoura (Tabela XII.2) corresponde à área efetivamente utilizada para o plantio.

A acentuação da pressão demográfica nos estabelecimentos camponeses fica evidente. Entre 1950 e 1960, há uma redução da área média por pessoa ocupada em minifúndios, de 1,35ha para 1,23ha (8,5%). Ou seja, para cada pessoa ocupada nestes estabelecimentos, havia uma disponibilidade total de 1,23 hectares de terra em 1960. A situação era ainda mais grave no caso dos estabelecimentos de até 5 hectares, em que esse índice atingiu 0,81ha por pessoa ocupada.

Em Pernambuco, o maior nível de concentração da propriedade fundiária e a mais numerosa força de trabalho nos estabelecimentos de até 10 hectares tornava o índice de terra disponível por pessoa ocupada nestes estabelecimentos cerca de duas vezes menor do que o verificado em São Paulo e no Paraná. Entre 1950 e 1960, a disponibilidade por pessoa ocupada em minifúndios se reduziu em cerca de 20% em Pernambuco, atingindo a marca de 0,85ha nos estabelecimentos (contra 1,91ha em SP e 2,02ha no PR), e de 0,65ha considerando apenas os minifúndios de até 5 hectares (contra 1,46ha em SP e 1,48ha no PR).

A redução da área disponível por pessoa ocupada, entretanto, mostra-se como uma tendência geral para quase todos os estabelecimentos de área até 100 hectares, nestes diferentes pontos do território nacional.

No caso de Pernambuco e São Paulo, ademais, verificou-se uma redução da área de lavoura por pessoa ocupada nos estabelecimentos de até 10 hectares, o que também é indicativo de uma maior pressão demográfica sobre a terra nestes espaços. Não se verifica essa ocorrência, entretanto, nos dados sobre o Brasil ou sobre o estado do Paraná. Essa diferença pode ser resultante da maior disponibilidade de terras nas áreas de fronteira agrícola (como no Paraná), que ainda permitia que se aumentasse a área de lavoura por pessoa ocupada, atenuando a pressão demográfica sobre a terra.

Deve-se chamar atenção, também, ao crescimento das áreas de lavoura por pessoa ocupada nos estabelecimentos maiores de 100 hectares, que em sua maioria constituíam unidades produtivas capitalistas. Esse aumento é de 2,37ha para 3,09ha (30,4%), na média nacional, e atinge um índice mais alto em São Paulo e no Paraná – 3,59ha naquele e 3,84 neste. O aumento da área de lavoura nos maiores estabelecimentos deve ser indicativo do aumento de produtividade do trabalho no setor capitalista da agricultura do país, apresentando-se como fator de redução da demanda por força de trabalho nestas unidades de produção.

As Tabelas X, XI, XII.1 e XII.2 ilustram e reforçam o que já foi argumentado anteriormente nesse capítulo. O setor capitalista da agricultura, ao promover transformações nas relações sociais de produção internas à grande exploração, que constituía sua célula fundamental, permitiu que se elevasse a produtividade do trabalho, como indicado pelo aumento da área de lavoura por pessoa ocupada nos estabelecimentos maiores de 100 hectares. Ao fazê-lo, reduziu a demanda por força de trabalho, a ponto de manter estagnado a quantidade de mão de obra absorvida por estes estabelecimentos, em sua maioria capitalistas, que se eleva em apenas 1,4% durante toda a década de 1950.

O reflexo dessa situação foi o crescente acúmulo de mão de obra nos estabelecimentos menores de 100 hectares, e principalmente nos menores de 10 hectares, em grande parte organizados sob moldes não capitalistas. Esse aumento do setor camponês da agricultura, entretanto, se realizou às custas de uma redução da disponibilidade de terras por pessoa ocupada nesses estabelecimentos, o que não poderia ter outro resultado do que o empobrecimento relativo dessa população. Para responder a esse aumento da pressão demográfica sobre a terra, foi necessário que estes camponeses aumentassem suas áreas de cultivo, em muitos casos até o limite possibilitado pelas ínfimas dimensões de seus estabelecimentos.

Outro fator central para o progressivo empobrecimento desse campesinato dizia respeito à gradual redução da produtividade física da terra. Com efeito, a intensificação da pressão demográfica nos pequenos estabelecimentos acelerava o esgotamento da fertilidade natural dos solos, o que, somado à incorporação de piores terras ao cultivo (em termos de fertilidade, condições topográficas, etc.), implicava em rendimentos físicos decrescentes, acentuando o empobrecimento do campesinato em expansão.<sup>489</sup> Ou seja, o campesinato brasileiro confrontava-se não só com uma redução da área disponível para o cultivo, mas com solos cada vez mais esgotados ou de pior qualidade, e, portanto, de produtividade decrescente. A cada etapa, portanto, reduzia-se a renda *per capita* desta crescente parcela da população do campo.

Explica-se, então, como o desenvolvimento do capitalismo pôde promover, de forma aparentemente contraditória, o aparecimento simultâneo de um proletariado rural

---

<sup>489</sup> O tópico da redução da produtividade física dos solos foi tratado por Wilson Cano (“*Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil*”). 2ª ed. Campinas: UNICAMP-IE, 1998-B, pp. 232-3, 278-9). Para uma aferição estatística e regionalmente discriminada deste fenômeno, ver, nessa mesma obra, as Tabela 52 (Anexo Estatístico).

e o aumento da camada camponesa da população do campo. Esse fenômeno ocorreu nos mais diversos espaços do território do país e se vinculou, pelo aumento da pressão demográfica no campo sem alteração dos quadros de concentração da propriedade fundiária que caracterizam economia agrária brasileira, ao empobrecimento relativo da população que se reproduzia nos estabelecimentos familiares, como resultado da redução da disponibilidade de terra por pessoa ocupada e da produtividade física decrescente da terra ocupada pela agricultura camponesa.

Por mais que o crescimento em expressão do campesinato tenha ocorrido de forma generalizada no território do país no período em exame, sobretudo na década de 1950, esse fenômeno não apresentou o mesmo significado estrutural em cada ponto do espaço em que se manifestou. Analisemos, então, a forma concreta assumida por esse processo de “campesinação” de uma parte crescente da população rural, identificando as diferentes facetas que esse processo assumiu nos diversos espaços do território nacional.

Nos estados do Nordeste, o crescimento do campesinato se processou sobretudo como uma expansão horizontal de uma “agricultura de subsistência” praticada pela população que não mais conseguia obter emprego no setor capitalista da agricultura regional e se multiplicava em pequenos estabelecimentos, aos quais se somavam os contingentes expelidos em quantidades crescentes pela grande exploração rural.<sup>490</sup> Os crescentes excedentes populacionais que não migraram para o sul ou para os centros urbanos se instalavam em terras no Agreste e no Sertão nordestinos, algumas delas só recentemente tornadas acessíveis e cultiváveis pela abertura de estradas e pelas obras estatais de irrigação.<sup>491</sup>

Em muitos casos, a apropriação prévia das terras por grandes propriedades tornou o pequeno arrendamento no interior de propriedades maiores a única forma dessa população se instalar para produzir seus bens de subsistência. Francisco Sá Jr. constatou que, durante a década de 1950, o número de pequenos arrendamentos cresceu mais rapidamente no Nordeste do que o de pequenas propriedades exploradas diretamente pelo

---

<sup>490</sup> O crescimento e simultâneo empobrecimento do campesinato nordestino foi descrito e interpretado por Francisco Sá Jr. (*Op. Cit.*, 1977), Otávio Guilherme Velho (*Op. Cit.*, 1976) e por Garcia Jr. *et al* (*Op. Cit.*, 1979).

<sup>491</sup> Castro, A. B., 1971, p. 196.

proprietário, tendo ocorrido também uma redução do tamanho médio do pequeno arrendamento.<sup>492</sup>

Nossas estimativas reforçam o argumento de Sá Jr. Ainda que tanto o grupo de pequenos proprietários quanto o de arrendatários tenham aumentado sua participação na PEA Agrícola na década de 1950, estes últimos tiveram um aumento mais acentuado, como indicam os dados para o Brasil como um todo, bem como os dados individualizados dos estados do Ceará, Pernambuco e Bahia, dispostos na Tabela XVIII.2 do Anexo Estatístico.

No Ceará, os pequenos proprietários têm uma elevação de 64,8% entre 1950 e 1960, passando de 187,7 mil indivíduos para 309,4 mil; já os arrendatários, ainda que partindo de um número bastante inferior, mais do que dobram seu contingente, que passa de 20,9 mil a 43,6 mil. Na Bahia, o aumento do número dos pequenos proprietários foi de 48,7% no mesmo intervalo, passando de 732,6 mil, para 1.089 mil indivíduos, enquanto o número de arrendatários passa de 30,4 mil para 65,4 mil, o que representou um aumento de 114,8%.

O mesmo ocorreu no estado de Pernambuco, que concentrava o maior contingente de arrendatários dentre todos os estados do Nordeste. Em 1950, eram 109,2 mil arrendatários no estado, número que se eleva em 79,4% nos próximos dez anos, totalizando 195,8 mil arrendatários em 1960. O aumento do número de pequenos proprietários foi relativamente menor, na importância de 67,1%, passando de 341,5 mil para 570,5 mil.

A participação relativa do setor não capitalista na PEA Agrícola se eleva nos três estados citados entre 1950 e 1960. A participação conjunta dos pequenos proprietários, arrendatários e ocupantes se eleva de 41,8% a 44% no Ceará, de 54,9% para 61,8% em Pernambuco e de 63,3% para 67% na Bahia.

Pelo exemplo de Pernambuco (Tabela XII.1 e XII.2), buscamos ilustrar que, no Nordeste, a redução da área disponível e da área de lavoura por pessoa ocupada nos estabelecimentos familiares atingia níveis mais graves do que em outros pontos do território nacional. Também era no Nordeste que a redução da produtividade física da terra se mostrava mais acentuada, dada a maior pressão demográfica sobre o solo e a

---

<sup>492</sup> Sá Jr., F., 1977, p. 115-6.

reduzida fertilidade natural dos solos agrestinos e sertanejos, onde localizavam-se a maioria das unidades de produção camponesas.

Nesse contexto, mesmo estendendo a área de cultivo até os limites máximos de aproveitamento do solo, esses lavradores mal podiam produzir um excedente sobre o mínimo necessário para sua subsistência. Os poucos excedentes produzidos eram comercializados pelos seus produtores, a fim de obterem alguma renda monetária, a qual era utilizada para a aquisição de bens manufaturados essenciais. O aumento da demanda por alimentos por parte da população urbana e dos trabalhadores rurais proletarizados tornava esse excedente comercializado pelo campesinato um elemento importante no abastecimento da população nordestina.

Mesmo no contexto de elevação da demanda interna por alimentos, entretanto, os pequenos lavradores não chegavam a se beneficiar da elevação dos preços dos produtos de suas lavouras de subsistência, uma vez que todo excedente proveniente dessa fonte ficava retido na esfera da intermediação comercial, ou tinha que ser comprometido na remuneração da terra arrendada.<sup>493</sup>

Havia se instaurado, de fato, um verdadeiro mecanismo de espoliação do campesinato nordestino, no qual a abundância desses pequenos produtores e sua necessidade de escoar rapidamente sua produção na época de safra permitia que se rebaixassem os preços pagos aos produtores ao ponto de praticamente não compensarem o trabalho empregado. Doutro lado, tendo adquirido os produtos a preços irrisórios na época de safra, o intermediário os armazenava para vendê-los por preços altos na entressafra, devido à sua escassez. Os proprietários das terras arrendadas também se valiam da situação de miséria do campesinato nordestino para absorver uma parte do excedente que este poderia obter pela comercialização de seus excedentes de consumo<sup>494</sup>

Nesse cenário, estimulados pelos preços de alimentos em ascensão, tornou-se frequente que grandes proprietários de terras abandonassem a produção direta e arrendassem suas terras, limitando-se à extração da renda fundiária e ao desempenho das funções de “comerciante-atravessador”.<sup>495</sup> Redefinindo as relações internas à suas propriedades em resposta às mudanças de conjuntura, puderam os grandes proprietários

---

<sup>493</sup> Sá Jr., F., 1977, pp. 115, 138

<sup>494</sup> Ibidem, p. 127.

<sup>495</sup> Ibid., p. 128-9.

de terra reproduzir, sob uma nova forma, a alta exploração da força de trabalho característica da economia agrária brasileira e particularmente da agricultura nordestina.

O povoamento do Maranhão, sob a forma de uma “frente de expansão”, e a formação, neste estado, de um “campesinato marginal”, nos termos de Velho, resultou em última instância da busca de terras por esse campesinato empobrecido que se acumulava na região nordestina.<sup>496</sup>

Entre 1950 e 1960, a ocupação do Maranhão se acelera; a PEA Agrícola do estado, que correspondia a 368,6 mil indivíduos em 1950, atinge 951,6 mil em 1960, elevando-se em 158,1% no curso de dez anos. A estrutura social do Maranhão refletia a forma predominantemente camponesa da ocupação de seu território; em 1960, os pequenos proprietários, arrendatários e ocupantes representavam conjuntamente mais de três quartos da população economicamente ativa do estado.<sup>497</sup>

Por uma larga distância, o maior grupo isolado era o de ocupantes. Em 1960, eram 387,2 mil “posseiros”, o que correspondia a 40,7% da PEA Agrícola do Maranhão. A predominância da posse sem domínio formal da terra era representativa da forma de ocupação do território maranhense, na forma da “frente de expansão”, e da ainda fraca presença da apropriação capitalista da terra. Por outro lado, a intensa multiplicação do número de arrendatários entre 1950 e 1960, de 15 mil para 246,8 mil indivíduos, é representativa da ocorrência de certas mudanças nas relações de produção no interior deste estado, no sentido da utilização da terra como forma de exploração do trabalho alheio, ainda que esta ainda não assumisse uma forma propriamente capitalista.

Essa “frente de expansão” passa a adentrar, lentamente, cada vez mais à fundo a bacia amazônica, cruzando a fronteira maranhense em direção ao Pará; essa itinerância, própria dessa forma de ocupação da terra, tinha como causa a deterioração das condições de reprodução nas terras que anteriormente ocupavam – pelo aumento da pressão demográfica, pela redução da fertilidade natural do solo ou pela ocorrência de conflitos relacionados à posse precária da terra, em regra com “grileiros”.<sup>498</sup>

O que há de notável na ocupação destes territórios é seu caráter “espontâneo”. A massa crescente de pequenos lavradores que se dirigia ao Maranhão e lentamente

---

<sup>496</sup> Velho, O. G., 1971, cap. XIII.

<sup>497</sup> Conforme dados da Tabela XVIII.3 do Anexo Estatístico.

<sup>498</sup> Velho, O. G., 1976, cap. XIII.

adentrava a bacia amazônica não respondia a estímulos advindos do Estado – pela abertura de estradas ou por programas de colonização – ou às possibilidades de dirigir sua produção a um mercado dinâmico, como o existente no Centro-Sul. A “desmarginalização” relativa dessa população só ocorre a partir de 1959, com a instalação da rodovia Belém-Brasília e de outras estradas a ela ligadas nos próximos anos, que criou formas de escoamento comercial da produção, estreitando os vínculos desse campesinato com o mercado.<sup>499</sup>

Como dissemos acima, outras áreas também receberam um fluxo significativo desta migração relativamente “espontânea”, na forma de “frente de expansão”. Enquanto o norte de Goiás recebeu um afluxo de migrantes vindo do Nordeste, o sudoeste do Paraná foi em grande parte ocupado “espontaneamente” por migrantes vindos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, dada a pressão demográfica crescente nos seus locais de origem.<sup>500</sup>

Se considerarmos a presença do “posseiro” como indicativo da ocupação da terra sob a forma da “frente de expansão”, ao revelar uma maior disponibilidade de terras “livres” e uma menor presença do capital investido na terra, podemos embasar essa afirmação. Com efeito, os “posseiros” correspondiam a 22% da PEA Agrícola do estado do Goiás em 1950, e a 10,7% dela em 1960. No Paraná, os “posseiros” representavam 8,2% da PEA Agrícola em 1950, e 7,7% dela dez anos depois. Ainda que não atingissem o nível verificado no Maranhão, a participação dos ocupantes na população economicamente ativa nestes dois estados superava em muito a verificada em estados de ocupação mais antiga e estabilizada, como São Paulo e Pernambuco - onde este índice era de cerca de 1,5% em 1960, nos dois casos.

É claro que os maiores vínculos com o desenvolvimento econômico centrado em São Paulo reduziram o grau de “marginalidade” dessas ocupações do tipo “frente de expansão”, assim como tornaram mais agudos os conflitos pela terra nestes locais em que existiam mais estímulos para sua exploração em moldes capitalistas, na forma da “frente pioneira”.

De fato, a proximidade com mercado consumidor constituído pelas cidades do Sudeste (destacadamente São Paulo e Rio de Janeiro), foi determinante para a forma

---

<sup>499</sup> Ibidem.

<sup>500</sup> Nicholls, William H. “*A fronteira agrícola na história recente do Brasil: o estado do Paraná, 1920-65*”. In: Revista Brasileira de Economia, v. 24, n. 4, 1970, pp. 49-51; Lopes, J. B., 1973, p. 132; Bálán, J., 1973, 50-5; Sawyer, D., 1986, 11-2.

diversa de crescimento e integração econômica do campesinato nas regiões mais dinâmicas do território nacional. Nestas regiões, a pequena produção camponesa assumiu, ainda que em graus variáveis e sob formas diversas, uma orientação predominantemente comercial.<sup>501</sup>

O campesinato das áreas mais intimamente ligadas ao desenvolvimento capitalista centrado em São Paulo pôde se vincular dinamicamente ao mercado consumidor que ali se constituiu, tornando sua produção minimamente rentável e logrando, em certos casos, certa acumulação e tecnificação da produção. A inserção no mercado se realizou não só pela produção de gêneros básicos de alimentação, mas também pela especialização em determinados produtos (pequena produção animal, produção hortigranjeira e frutícola) em que os pequenos produtores puderam se utilizar de suas “vantagens específicas”: o “sobretabalho” e o “subconsumo”, que permitiam reduzir o preço das mercadorias abaixo do necessário para remunerar o lucro do capital investindo na grande produção capitalista.<sup>502</sup>

Pela Tabela II.1 do Anexo Estatístico, nota-se o crescimento da importância do setor camponês nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul na década de 1950. Nestes estados, como vimos, houve uma redução absoluta do contingente de empregados, o que deduzimos ter sido efeito do maior desenvolvimento de sua agricultura e da mais intensa substituição de trabalho por capital ocorrida nestes estados. Ao menos parte dessa mão de obra expelida das atividades capitalistas se instalou em pequenas propriedades camponesas, ainda que de teor marcadamente comercial.

É de se notar que, tal qual nos estados nordestinos acima referidos, também nestes estados o crescimento relativo do grupo de arrendatários foi mais intenso do que o dos demais grupos. O número de arrendatários se eleva em 65,6% no estado de São Paulo, em 88,6% em Minas Gerais e em 165,4% no Rio Grande do Sul.

Como no Nordeste, a cessão por grandes proprietários fundiários de parte de suas terras para pequenos arrendatários ou parceiros autônomos aparecia como uma forma de

---

<sup>501</sup> As características da pequena produção agrícola “comercial” no estado de São Paulo, bem como suas articulações à economia capitalista, foram estudadas em detalhe por Juarez Brandão Lopes em seu trabalho “*Empresas e pequenos produtores no desenvolvimento do capitalismo agrário em São Paulo (1940-1970)*” In: Estudos CEBRAP, n. 22, 1977. Em um trabalho mais amplo, já referido (*Op. Cit.*, 2008), o mesmo autor apresenta considerações sobre as diversas formas de pequena produção e produção camponesa existentes no Brasil, diferenciando-as a partir de seus distintos “modos de inserção na divisão social do trabalho no país” e “formas de organização da produção agrária.

<sup>502</sup> Lopes, J. B., 1977, p. 91

se valer da conjuntura de elevação da demanda interna por alimentos e gêneros agrícolas básicos, sem que se fizesse necessário investir diretamente na produção destes gêneros, cujos baixos preços dificilmente remunerariam o capital investido. Através do pequeno arrendamento ou da parceria, os grandes proprietários logravam, então, absorver, sob a forma da renda fundiária e eventualmente pela intermediação comercial, alguma parte do excedente que viria a ser obtido pelos pequenos lavradores na comercialização de gêneros básicos.

No entanto, onde o campesinato mais pôde se desenvolver foi nas áreas que, para além de mais fortemente vinculadas ao desenvolvimento econômico centrado em São Paulo, possuíam uma fronteira agrícola aberta e, conseqüentemente, maior disponibilidade de terras. Esse foi o caso do Paraná e, em menor medida, do sul de Goiás e do Mato Grosso. Uma mais ampla disponibilidade de terras, ao reduzir o seu preço, combinada à maior fertilidade natural dos solos virgens, ao incrementar o rendimento físico da terra, permitiam que os camponeses que lograssem se integrar ao dinâmico mercado consumidor do Sudeste obtivessem uma maior renda relativa.

A despeito de certa semelhança, em razão dos vínculos mais estreitos com o desenvolvimento capitalista centrado no Sudeste, a ocupação do Centro-Oeste e do Paraná apresentou particularidades que as diferenciaram entre si. Enquanto neste, como já dito, a expansão da fronteira agrícola contou com o protagonismo de companhias privadas de colonização, no Centro-Oeste<sup>503</sup> a ocupação foi em grande medida “dirigida por inversões governamentais (sobretudo em infraestrutura)” ou por esquemas estatais de colonização, no bojo da ideologia da “marcha ao oeste” que culmina com a construção de Brasília.<sup>504</sup>

Além disso, no Centro-Oeste o cultivo comercial se vinculou mais intimamente ao de subsistência, bem como à atividade pecuária que predominava na região. Desta forma, ainda que tenha ocorrido uma multiplicação de pequenos estabelecimentos camponeses no Centro-Oeste, principalmente na década de 1950, estes ainda se

---

<sup>503</sup> A integração da região Centro-Oeste ao capitalismo no Brasil via setor agropecuário a partir da década de 1960 foi estudado em detalhe por Herick Vazquez Soares (“*A incorporação subordinada do Centro-Oeste ao capitalismo brasileiro: uma interpretação histórica*”). Dissertação de Mestrado. São Paulo: Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2013).

<sup>504</sup> Bálán, J., 1973, pp. 50-1.

mantiveram em segundo plano e em relação subordinada aos grandes estabelecimentos e latifúndios, em regra pecuaristas.<sup>505</sup>

Foi no Paraná que a pequena produção comercial mais pôde prosperar. A ocupação da fronteira agrícola paranaense foi conduzida predominante, ainda que não unicamente, por pequenas e médias propriedades, trabalhadas pelo próprio proprietário ou por parceiros, cuja produção se destinava ao mercado interno – ou, parcialmente para o mercado interno e parcialmente para o externo, como no caso da cultura do café intercalada com culturas de subsistência, que predominou no norte do estado. Em sua maioria, os proprietários das terras desta frente pioneira consistiram em trabalhadores das velhas zonas cafeeiras, ou migrantes de outras regiões do país dotados de pequenos capitais dos quais podiam se utilizar para a aquisição de terras e que puderam se favorecer da alta fertilidade das terras virgens, das condições de mercado e da localização vantajosa.<sup>506</sup>

O crescimento da população rural do Paraná é notável. A PEA Agrícola do Estado passa de 260,7 mil em 1940 para 507,6 mil em 1950. Na década seguinte, o crescimento é ainda mais acelerado, e sua PEA Agrícola supera os 1,2 milhões de indivíduos. Durante este período de 20 anos, portanto, a PEA Agrícola do Paraná quase se multiplica por 5, apresentando um média de crescimento anual de pouco menos de 20%.

A PEA Agrícola do Paraná encontrava-se relativamente bem distribuída entre o setor capitalista e o camponês, com uma leve predominância deste último. Em 1960, cerca de 61% da força de trabalho era constituída por pequenos proprietários, arrendatários e ocupantes, de modo que os 39% restantes eram constituídas por compradores ou vendedores de força de trabalho. Com essa distribuição, o estado encontrava-se numa posição intermediária entre a predominância do setor capitalista – como a verificada no estado de São Paulo, por exemplo, em que mais da metade da força de trabalho era constituída por empregados – e a quase total predominância do setor camponês – como no caso do Maranhão, referido a pouco.

No Paraná, ambos os setores se mesclavam e sobrepunham, num processo acelerado de ocupação de novas terras, constituindo o campesinato em regra a “linha de

---

<sup>505</sup> Por exemplo, mesmo após a multiplicação de minifúndios e sobretudo pequenos estabelecimentos em Goiás durante a década de 1950, os grandes estabelecimentos e latifúndios ainda concentravam cerca de 85% da área total ocupada pela agropecuária no estado, cifra bastante superior à média nacional de 69,9%.

<sup>506</sup> Bálán, J., 1973, pp. 50-1; Waibel, L. H., 2006.

frente” na abertura e expansão da fronteira agrícola, seguida de perto ou por vezes acompanhada por empreendimentos maiores organizados sob moldes capitalistas.

O período de maior dinamismo da fronteira paranaense foi durante a década de 1950; nesta década, o número de estabelecimentos no estado se multiplica por três, tendo se contabilizado um acréscimo de mais de 3 milhões de hectares à área total dos estabelecimentos. Ainda que os grandes estabelecimentos e latifúndios não estivessem completamente ausentes dessa expansão, sua presença era de certo modo secundária.

Dos cerca de 180 mil novos estabelecimentos contabilizados entre 1950 e 1960, apenas 1.475 eram grandes estabelecimentos e 93 eram latifúndios. Dos pouco mais de 180 mil estabelecimentos restantes, 78,5 mil eram minifúndios, 97,6 mil eram pequenos estabelecimentos e 1,9 mil eram médios estabelecimentos. Juntos, os minifúndios e pequenos estabelecimentos haviam se apropriado de mais de 2,9 milhões de hectares, o que era equivalente a 87,8% da área total acrescida aos estabelecimentos paranaenses. A predominância da pequena produção na ocupação do Paraná também se revelava pelo fato dos minifúndios e pequenos estabelecimentos deterem uma participação conjunta na área total de 46,2%, mais do que o dobro da média nacional de 21,4%.<sup>507</sup>

A presença da pequena propriedade camponesa não retirava o teor altamente comercial da expansão da fronteira agrícola paranaense. Não só a abertura, loteamento e venda das áreas de fronteira foi conduzida pelo capital mercantil e financeiro, mas a produção agrícola do estado, inclusive a proveniente do setor camponês, vinculou-se intimamente à expansão capitalista centrada em São Paulo, sob formas que extrapolaram, mas tiveram como centro o acesso ao mercado consumidor dinâmico paulista.<sup>508</sup>

Dada a possibilidade de escoar a produção para um mercado consumidor crescente, o Paraná conheceu provavelmente o maior desenvolvimento agrícola do país no período examinado, tendo sido, por uma larga distância, o estado de maior crescimento proporcional de suas áreas de lavoura, e o que mais alterou sua posição relativa no período em exame. Entre 1940 e 1950, a área de lavoura paranaense cresce em 77,69%, e, na década seguinte, em 153,34%, totalizando um aumento em 350% durante o período total de 20 anos. Sua participação nas áreas de lavoura do país, que era de 4% em 1940, passa

---

<sup>507</sup> Conforme Tabelas XXVI.3 e XXVII.3 do Anexo Estatístico.

<sup>508</sup> Nicholls, W. H., 1970.

a cerca de 12% em 1960, consolidando-se como o quarto estado mais importante nesse quesito.<sup>509</sup>

O intenso crescimento da população, do número de estabelecimentos e da área de lavoura no Paraná é o maior exemplo de como as áreas de fronteira se tornaram polos de atração de migrantes, muitos dos quais as buscavam para se estabelecer de forma minimamente autônoma. Trata-se, também, de uma ilustração de como a expansão do campesinato – que, como vimos, constituía parcela expressiva da PEA Agrícola deste estado – em certos casos articulou-se, pela comercialização de produtos agrícolas, à expansão capitalista centrada em São Paulo, demonstrando não se tratar de um movimento autônomo e desvinculado dos rumos assumidos pela economia brasileira como um todo.

### **Economia agrária e acumulação capitalista no Brasil**

Para concluir nossa investigação, propomos analisar os vínculos estruturais da economia agrária brasileira com a economia geral do país, no contexto de mutação do padrão de acumulação, isto é, de “fim da hegemonia agrário-exportadora” e crescente “predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial”, constituindo-se, assim, um sistema que “dependerá substantivamente de uma realização parcial interna crescente”, nos termos de Francisco de Oliveira.<sup>510</sup>

Com esse objetivo em mente, buscaremos identificar como as transformações das relações sociais de produção no campo, tratadas acima, integravam-se à mais ampla reformulação estrutural do conjunto do sistema econômico, determinando que se forjassem formas renovadas de resposta da economia agrária do país às novas e velhas funções da agropecuária no processo de desenvolvimento capitalista.<sup>511</sup>

Se buscará apresentar, portanto, como o campo brasileiro se vinculava à acumulação capitalista do país, sobretudo através da oferta de fatores de produção, participando, assim, da “reposição e recriação das condições de expansão do sistema

---

<sup>509</sup> Conforme dados dos Censos Agropecuários.

<sup>510</sup> Oliveira, Francisco de. “*Crítica à razão dualista*”. In: Oliveira, F. “*Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*”. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 29.

<sup>511</sup> Agradecemos à Herick Vazquez Soares, que propôs em nossa Banca de Qualificação essa forma de enquadrar a problemática da produção agrária no desenvolvimento econômico brasileiro.

enquanto modo capitalista de produção”, ainda segundo a terminologia de Oliveira.<sup>512</sup> Podemos identificar, em linhas gerais, que essa participação da economia agrária no processo de acumulação dizia respeito ao fornecimento, de um lado, de força de trabalho para a economia urbana-industrial e, de outro, do fornecimento de bens agrícolas essenciais (ou divisas, através da exportação destes bens), na quantidade e qualidade exigida para a continuidade da acumulação.

Dessa forma, buscaremos analisar os vínculos estruturais entre a economia agrária e o “todo” da qual ela é parte componente. Em primeiro lugar, pelo enfoque da redistribuição da população economicamente ativa do país entre os diferentes setores econômicos, de forma a revelar como as transformações do campo brasileiro aos quais nos referimos se inseriam no processo mais amplo de formação da classe operária no Brasil, sobretudo pela ação das migrações internas e pela urbanização. Em segundo lugar, analisaremos como, ao demandar uma expansão e diversificação da produção do campo de amplitude suficientes para suportar a acumulação, o desenvolvimento capitalista brasileiro estimulou que a economia agrária conhecesse uma mutação das formas de articulação entre os diferentes modos de produção que a constituíam, bem como entre os heterogêneos espaços e territórios que a compunham.

A existência de uma robusta literatura sobre este tema e a disponibilidade de dados secundários relevantes para a presente investigação nos permitirá, nesta etapa, discutir em maior medida com outros autores, bem como reproduzir, aqui, parte de seus dados, considerações e conclusões.

Inicialmente, vejamos como se promovia a redistribuição da população no espaço, e, particularmente, sua transferência do meio rural para o urbano, processo sobre o qual se apoia a constituição do mercado de trabalho urbano e o aumento relativo da força de trabalho absorvida pela indústria. O tema foi tratado em exaustão por Milton Santos<sup>513</sup>, e os dados por ele reunidos e formulados servem de ponto de partida para a análise da urbanização brasileira.

---

<sup>512</sup> Oliveira, F., 2013, p. 29.

<sup>513</sup> Santos, Milton. “*A urbanização brasileira*”. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2018.

Tabela XIII – População total, rural e urbana, em milhares de habitantes [1940-1960]

Ano	Pop. Total	(%)	Pop. Rural	(%)	Pop. Urbana	(%)
1940	41.326	100,00	30.435	73,65	10.891	26,35
1950	51.944	100,00	33.161	63,84	18.783	36,16
1960	70.191	100,00	38.235	54,47	31.956	45,53

Fonte: Santos, M. (2018, p. 32)

Até 1960, a maior parte da população brasileira ainda habitava o meio rural. A população rural do país correspondia a quase três quartos (73,65%) da população total em 1940, a quase dois terços (63,84%) dela em 1950, e a pouco mais da metade (54,47%) da população brasileira em 1960. Seria só ao longo da década de 1960 que a população urbana superaria a rural, muito por influência da intensa concentração urbana no Sudeste, e particularmente em São Paulo.

Tabela XIV – Crescimento da população total, rural e urbana, em milhares de habitantes [1940-1960]

Período	Total		Rural		Urbana	
	Cresc. Absoluto	Cresc. Relativo (%)	Cresc. Absoluto	Cresc. Relativo (%)	Cresc. Absoluto	Cresc. Relativo (%)
1940-1950	10.618	25,7	2.726	9,0	7.892	72,5
1950-1960	18.247	35,1	5.074	15,3	13.173	70,1
1940-1960	28.865	69,8	7.800	25,6	21.065	193,4

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de Santos, M. (2018, p. 32).

Ainda que a população rural se mantivesse como maioria por todo o período em exame, sua participação na população total do país era decrescente, uma vez que o crescimento da população urbana superava em muito o crescimento da população rural, em termos absolutos e relativos.

Durante os vinte anos em questão, a população total do país apresentou um crescimento absoluto de quase 29 milhões de habitantes. No mesmo período, o acréscimo à população rural foi de cerca de 7,8 milhões de habitantes, ou seja, correspondeu a pouco

mais de um quarto (27%) do crescimento total da população. Já a população urbana cresceu em pouco mais de 21 milhões de habitantes, número quase três vezes maior do que o acréscimo total contabilizado para a população rural. Em termos de variação relativa, é ainda mais evidente a diferença entre o crescimento da população rural e urbana. Durante os vinte anos em exame, a população rural eleva-se em 25,63%. A população urbana, por sua vez, quase triplica no mesmo período, elevando-se em 193,42%.

Essa redistribuição demográfica se amparava no crescimento da importância relativa da indústria e dos serviços na economia brasileira, que empregavam uma parcela cada vez maior da força de trabalho ocupada no país. Os dados sobre a distribuição da população economicamente ativa e da população em idade ativa encontram-se dispostos no Tabela XV.<sup>514</sup>

Tabela XV – Distribuição da População Economicamente Ativa (PEA) e da População em Idade Ativa (PIA), em milhões (1940-1960)

Classificação	1940	1950	1960	Variação (%)	
				(40-50)	(50-60)
Setor 1º	9,5	9,9	11,8	4,6	19,6
Setor 2º	1,8	2,7	3,4	51,6	25,0
Setor 3º	3,3	4,5	6,7	34,4	49,7
Total Ativo	14,6	17,1	21,9	17,2	28,3
Inativo	14,5	19,5	26,9	34,7	38,1
Total	29,0	36,6	48,8	25,9	33,6
Participação percentual (%)					
Classificação	1940	1950	1960	Variação	
				(40-50)	(50-60)
1º/PEA	64,9	57,9	54,0	-7,0	-3,9
2º/PEA	12,4	13,9	12,6	1,6	-1,3
3º/PEA	11,5	12,2	13,7	0,8	1,5
Ativo/Total	50,2	46,7	44,9	-3,5	-1,8
Inativo/Total	49,8	53,3	55,1	3,5	1,8

Fonte: Censos Demográficos (1940, 1950 e 1960)

<sup>514</sup> Para comparar a distribuição da PEA entre os diferentes setores, optou-se por se utilizar apenas os dados dos Censos Demográficos, pois, em prol da coesão, se preferiu utilizar os dados obtidos em uma mesma fonte, ainda que os Censos Demográficos subestimem a participação relativa do Setor I, como vimos. Não obstante, ressaltamos que a utilização dos dados provenientes dos Censos Agropecuários (mais precisos, no que toca a mensuração da PEA Agrícola, como vimos) não modificaria o ponto principal extraído da análise do Quadro XVIII, qual seja, a da redução da participação relativa da PEA do Setor I em relação à PEA Total.

Uma vez que até 1960 a maior parte da população brasileira ainda habitava o meio rural, era o setor agropecuário que, até esta data, empregava a maior parte da população economicamente ativa (PEA) do país. De acordo com os dados do Censo Demográfico, em 1940, a população cuja atividade econômica era ligada ao setor primário da economia correspondia a 9,5 milhões, contra 1,8 milhões empregados na indústria e 3,3 milhões no setor terciário – comércio, serviços, transporte, governo, etc. A população ocupada na agropecuária correspondia, então, a 64,9% da população econômica ativa do país.

Nas duas décadas seguintes, a participação relativa do Setor Primário na ocupação da força de trabalho do país se reduz progressivamente, ainda que, em 1960, este setor ainda empregue a maior parte da mão de obra ocupada.

Durante a década de 1940, o emprego na agropecuária cresce pouco (4,6%), contra um crescimento muito mais acelerado dos empregos na indústria (51,6%) e nos serviços (34,4%), de modo que a porcentagem da população economicamente ativa empregada pelo setor primário se reduz a 57,9%. Na década seguinte, é maior o crescimento do emprego no setor primário (19,6%), mas ainda menor do que na indústria (25%) e, principalmente, do que nos serviços (49,7%). A porcentagem da população empregada no setor primário se reduz, então, a 54% da população economicamente ativa em 1960.

Uma análise mais aprofundada da evolução e distribuição setorial do mercado de trabalho brasileiro no período em exame excederia os limites deste trabalho. Trata-se, aqui, apenas de realçar o fato de que, durante este período de vinte anos, reduziu-se sistematicamente a participação relativa da população rural em relação à população urbana, bem como se reduziu a participação do Setor Primário na distribuição da população economicamente ativa do país, em detrimento dos setores Secundário e Terciário, constituídos por atividades tipicamente urbanas.

Tal processo não decorreu de uma maior natalidade da população urbana em relação à população rural. O aumento da participação relativa da população urbana foi resultado em grande medida das migrações internas, a partir das quais um crescente contingente humano se transferiu do campo para as principais cidades do país.

Em todas as regiões, o crescimento relativo da população urbana superou o da população rural, elevando a taxa de urbanização. Entretanto, como é sabido, o processo de transferência da população do meio rural para o urbano, ainda que tenha ocorrido nos mais diversos pontos do território nacional do país no período em exame, processou-se

sobretudo como uma transferência inter-regional da população do país. Com efeito, foi no Sudeste, a região mais populosa do país, e particularmente nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, que se concentrou grande parte da população urbana brasileira no período em questão.

Tabela XVI – População total, rural e urbana, segundo as regiões [1940-1960]

População total						
Regiões	1940		1950		1960	
	1000 hab	% s/ país	1000 hab	% s/ país	1000 hab	% s/ país
Norte	1.462	3,5	1.845	3,5	2.601	3,7
Nordeste	14.434	35,0	17.973	34,6	22.429	31,6
Sudeste	18.346	44,5	22.548	43,4	31.063	43,7
Sul	5.735	13,9	7.841	15,1	11.892	16,7
Centro-Oeste	1.259	3,1	1.737	3,4	3.007	4,3
Brasil	41.236	100,0	51.944	100,0	70.992	100,0
População rural						
Norte	1.057	3,7	1.264	3,8	1.618	4,1
Nordeste	11.053	39,2	13.229	39,9	14.748	34,0
Sudeste	11.114	39,2	11.828	35,7	13.244	34,0
Sul	4.145	14,6	5.528	16,7	7.423	19,0
Centro-Oeste	988	3,5	1.313	3,9	1.954	5,1
Brasil	28.357	100,0	33.162	100,0	38.987	100,0
População urbana						
Norte	405	3,1	581	3,1	983	3,1
Nordeste	3.381	26,3	4.744	25,3	7.681	24,0
Sudeste	7.232	56,2	10.720	57,1	17.819	55,7
Sul	1.590	12,3	2.313	12,3	4.469	14,0
Centro-Oeste	271	2,1	424	2,3	1.053	3,3
Brasil	12.879	100,0	18.782	100,0	32.005	100,0

Fonte: Paiva, R. M., Schattan, S., Freitas, C. T. 1973, p. 286.

Nota-se que, durante todo o período em exame, a região Sudeste concentrou mais da metade da população urbana do país, ainda que todas as regiões tenham conhecido um intenso crescimento relativo de sua população urbana – que, no mínimo, dobrou em cada uma das regiões. Além disso, a região Sudeste era a única em que a população urbana superava a população rural, isto é, em que a taxa de urbanização superava 50%.

Os dados até então examinados revelam que, de forma crescente, as atividades urbanas da economia passavam a oferecer uma maior quantidade de oportunidades de emprego da força de trabalho da população brasileira, do que resultava uma cada vez mais

intensa migração no sentido rural-urbano. Ademais, uma vez que o desenvolvimento econômico tinha como centro a região Sudeste do país, e sobretudo São Paulo, esta região concentrava a maior parte da população urbana brasileira, atraindo indivíduos de todas as regiões do país, já que era neste espaço que surgiam a maior quantidade de oportunidades de trabalho e emprego urbano.

Para os fins deste trabalho, duas questões merecem ser tratadas mais à fundo. Primeiro, deve-se atentar às causas estruturais que determinavam a ocorrência e o ritmo do chamado “êxodo rural”, detalhando-as. Em segundo lugar, devemos analisar as principais consequências desta transferência intersetorial e inter-regional da população brasileira sobre a dinâmica de acumulação capitalista nas cidades.

Como diz Paul Singer, as migrações internas e o afluxo humano para as cidades não deve ser visto como “mero mecanismo de redistribuição espacial da população que se adapta, em última análise, ao rearranjo espacial das atividades econômicas”.<sup>515</sup> Segundo o economista, o surgimento de novas e mais numerosas oportunidades no meio urbano por decorrência da industrialização constitui apenas uma face da moeda, figurando como os “fatores de atração” que induzem o deslocamento da população para as cidades.

A ocorrência e a dinâmica deste deslocamento, entretanto, só podem ser devidamente compreendidas pela análise dos “fatores de expulsão”, isto é, os fatores que promovem a emigração da população rural em busca das cidades, os quais, ainda segundo Singer, podem ser divididos entre “fatores de mudança” e “fatores de estagnação”.<sup>516</sup>

Os fatores de mudança decorrem da transformação das relações sociais de produção nas áreas de emigração e, particularmente, da introdução de relações de produção capitalistas, “a qual acarreta a expropriação de camponeses, a expulsão de agregados, parceiros e outros agricultores não proprietários, tendo por objetivo o aumento da produtividade do trabalho e a conseqüente redução do nível de emprego”.<sup>517</sup>

No seção anterior, vimos como a evolução das relações de produção no setor capitalista da agricultura se orientaram precisamente nesse sentido. A progressiva especialização e proletarização do empregado rural, ao promover o aumento da produtividade do trabalho, reduziram o nível de emprego neste setor e ensejaram a

---

<sup>515</sup> Singer, Paul. “*Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo*”. In: Singer, P. “Economia política da urbanização”. 6ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979, p. 33.

<sup>516</sup> Singer, P., 1979, p. 38.

<sup>517</sup> *Ibidem*.

formação de uma crescente “população excedente” no campo. Esse fenômeno vinculou-se particularmente ao desenvolvimento tecnológico da agricultura e sua transformação progressiva em indústria, tanto em estados do Sudeste e do Sul, onde foi mais intenso o desenvolvimento capitalista da agricultura e a substituição de mão de obra por capital, quanto nas áreas do Nordeste em que foi mais intenso o desenvolvimento das usinas de açúcar.

Já os “fatores de estagnação”, de acordo com Singer, “se manifestam sob a forma de uma crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de terras que pode ser limitada tanto pela insuficiência física de terra aproveitável como pela monopolização de grande parte da mesma pelos grandes proprietários”.<sup>518</sup> Por estagnação, o economista se refere à incapacidade dos produtores “de elevarem a produtividade da terra”, ou de impedir seu declínio, tendência que decorre da combinação de um nível tecnológico estacionário e de um aumento da pressão demográfica sobre a terra.

Argumentamos acima que o crescimento desta “população” excedente por decorrência do aumento da produtividade do trabalho no “setor capitalista” da agricultura brasileira ensejava um paralelo crescimento do “setor camponês”, em que predominava a utilização da mão de obra familiar e, portanto, estava ausente a relação de produção própria ao modo de produção capitalista, o assalariamento.

Vimos que o crescimento do “setor camponês” da agricultura brasileira havia se vinculado, em todo o território nacional, a uma redução da área disponível por pessoa ocupada nos estabelecimentos familiares. Essa situação era mais grave no Nordeste (e, em particular, no Agreste, área em que se concentrava a maioria das unidades camponesas e minifundiárias), que apresentava os mais baixos índices de disponibilidade de terra por pessoa ocupada.

Em síntese, diante da redução da demanda por trabalho na agricultura capitalista nordestina, multiplicava-se nos minifúndios uma “superpopulação rural”, vivendo um empobrecimento relativo diante de uma estrutura fundiária rígida e extremamente concentrada, do esgotamento dos recursos naturais à sua disposição e da manutenção de métodos e técnicas “tradicionais” de utilização da terra. Revela-se, então, a ocorrência de

---

<sup>518</sup> Ibid.

“fatores de estagnação” responsáveis por induzir a emigração por parte desta crescente “superpopulação”.

Dessa forma, a combinação de fatores de mudança e de estagnação no meio rural, impunha a migração como única alternativa para uma população confrontada com a desagregação das relações sociais até então vigentes e a deterioração de suas condições de vida. O destino dessa população podia ser as áreas de fronteira agrícola aberta, como vimos, ou seu deslocamento para as cidades. O crescimento acelerado e sistemático da população urbana no período em comento indica que foi grande o número de indivíduos e famílias que optaram pela última opção.

Nessas condições, o desenvolvimento urbano-industrial brasileiro não conheceu quaisquer dificuldades pelo lado da oferta de mão de obra. O êxodo rural, combinado ao crescimento vegetativo da população urbana, tornou a oferta de mão de obra nas cidades mais do que suficiente para atender a demanda das atividades urbanas. De fato, o afluxo da população em direção aos centros urbanos foi tão intenso que a oferta de força de trabalho nas cidades excedeu sua demanda, mesmo nas cidades em que o desenvolvimento industrial foi mais intenso.

É assim que se processou a formação, nas cidades, de um crescente e vigoroso “exército industrial de reserva”, constituído sobretudo pelo contingente que, convertido em “população excedente” no campo, dirigia-se aos centros urbanos, mas não obtinha emprego assalariado “formal”. Reproduzia-se nas cidades, então, o mesmo excedente estrutural de mão de obra que caracterizava grande parte do campo brasileiro.

É claro que esse fenômeno não deixou de afetar sobremaneira a dinâmica de acumulação capitalista que se consolidava durante o período examinado. Como sintetizou Antônio Barros de Castro:

A incapacidade de assimilação da totalidade da mão-de-obra proveniente do campo, agravando-se à medida que avançava o processo de industrialização, introduziu um crônico desequilíbrio no mercado de trabalho. Tal desequilíbrio, traduzindo-se na sustentação de níveis salariais extremamente reduzidos – apesar da rápida elevação da produtividade industrial – contribuiu, certamente, para a sustentação de elevada lucratividade dos empreendimentos manufatureiros. [...] Assim, ao despejar excedentes demográficos nos centros urbanos a agricultura estava colaborando para a generalização e consolidação de grandes disparidades distributivas.<sup>519</sup>

---

<sup>519</sup> Castro, Antonio Barros. “Agricultura e desenvolvimento no Brasil”. In: Castro, A. B. “7 ensaios sobre economia brasileira”, v. 1. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1988, pp. 114-5.

A mesma ligação entre êxodo rural, formação de um exército industrial de reserva urbano e concentração de renda foi identificada por Francisco de Oliveira, em sua clássica “Crítica à Razão Dualista”. A alta exploração da força de trabalho, segundo Oliveira, alça-se à elemento estrutural da acumulação capitalista no Brasil, tendo o fornecimento pelo campo de maciços contingentes populacionais figurado como fator central para rebaixar os salários urbanos ao nível do “custo de reprodução da força de trabalho”. A crescente disparidade entre os salários e a produtividade na indústria garantiu os excedentes necessários para sustentar o nível de inversão na economia urbano-industrial, alavancando a acumulação capitalista.<sup>520</sup>

Podemos passar agora à análise da articulação da economia agrária ao processo de acumulação capitalista no país pela via do fornecimento de produtos agrícolas. Para compreender as condições em que se promoveu essa articulação, se faz necessária uma análise mais profunda da transformação do modo de acumulação predominante que transcorre durante o período examinado.

A mudança no padrão de acumulação da economia brasileira, que se orientava para a predominância da base urbano-industrial, se refletia numa redistribuição das atividades econômicas entre os setores, com a indústria detendo uma participação cada vez maior na formação da renda interna nacional, como se vê pela Tabela XVII.<sup>521</sup>

Tabela XVII – Participação dos setores econômicos na formação da renda interna (anos selecionados)

Setores	1939		1949		1959		1964	
	Renda	Part. (%)	Renda	Part. (%)	Renda	Part. (%)	Renda	Part. (%)
I	11,7	28,5	60,4	30,5	450,3	27,6	5.202,1	26,7
II	7,7	18,8	39,6	20,0	351,4	21,5	4.251,4	21,8
III	21,6	52,7	98,0	49,5	832,6	50,9	10.009,4	51,4
Total	41,0	100,0	198,0	100,0	1.634,3	100,0	19.462,8	100,0

Fonte: Centro de Contas Nacionais - IBRE-FGV In: Conjuntura Econômica, v. 25, nº 9, 1971

<sup>520</sup> Oliveira, F., 2013, *passim*.

<sup>521</sup> Na Tabela XVII: Setor I = Agricultura e Indústria Extrativa; Setor II = Indústria; Setor III = Serviços

Pelo Quadro XX, vemos o aumento sistemático da participação da indústria na formação da renda interna no país, que passa de 18,8% a 21,8%, elevando-se em três pontos percentuais. Os dados indicam, aliás, que a expansão industrial se acelera na etapa final do período 1939/1959, uma vez que o aumento da participação da indústria na renda interna foi de 1,2 pontos percentuais nos dez primeiros anos e de 1,5 pontos percentuais nos dez anos seguintes. No quinquênio seguinte, no contexto da recessão do início da década de 1960, entretanto, a expansão industrial se desacelera, com a participação da indústria na renda interna elevando-se em apenas 0,3 pontos percentuais.

Os demais setores têm sua participação reduzida, com destaque para o setor primário, que teve uma redução mais significativa. Assinale-se, entretanto, que a participação do setor primário começa a decair apenas a partir do fim da década de 1940. Entre 1939 e 1949, pelo contrário, a agricultura aumentou sua participação na formação da renda interna nacional em dois pontos percentuais, ou seja, numa proporção maior do que havia sido o aumento da participação da indústria. É provável que essa variação da participação da agricultura na formação da renda entre os dois anos seja reflexo da intensa contração do comércio externo em 1939 por decorrência da 2ª Guerra Mundial e de sua reanimação no período do pós-guerra.

Já entre 1949 e 1964, reduz-se sistematicamente a participação da agricultura na renda interna nacional, que se contrai em quase quatro pontos percentuais neste intervalo. A indústria e os serviços absorvem, quase na mesma proporção, esta participação “perdida” pela agricultura, revelando a progressiva predominância das atividades urbanas na economia brasileira, processo que atinge um momento de consolidação durante a década de 1950 e, sobretudo, a partir da implementação do Plano de Metas.

Deve-se ressaltar, entretanto, que a participação declinante do setor primário na formação da renda interna nacional não foi resultado de uma estagnação ou contração da produção agrícola, mas de diferenciais de crescimento a favor dos demais setores da economia.

A produção agrícola se expandiu e se diversificou por todo o período considerado, por estímulos decorrentes do aprofundamento da divisão do trabalho entre cidade e campo, no bojo do processo de industrialização e urbanização. A mudança do padrão de acumulação, por mais que tenha deslocado o setor agrário da economia do centro do

sistema, estimulou seu crescimento, sobretudo ao gerar e ampliar a demanda interna por produtos agrícolas.

Para além de aprofundar a divisão do trabalho entre cidade e campo, a alteração do padrão de acumulação ensejou uma série de transformações na distribuição espacial das atividades econômicas e da renda interna do país. Pelo fato de São Paulo figurar como o centro do processo de industrialização do país, a renda interna nacional passa a se concentrar em proporção cada vez maior neste estado. Enquanto a indústria aumentava sua participação na formação da renda nacional durante todo o período examinado, São Paulo concentrava uma proporção maior da renda gerada por este setor, elevando, por consequência, sua participação na renda interna como um todo.

Tabela XVIII – Distribuição da renda interna, por regiões (anos selecionados)

Regiões	1939 % s/País	1949 % s/País	1959 % s/País	1964 % s/País
Norte	2,64	1,77	1,99	1,95
Nordeste	16,71	14,40	14,43	15,03
Sudeste	63,22	65,86	63,20	62,40
(SP)	31,11	34,38	34,95	34,01
Sul	15,32	16,17	17,93	17,00
Centro-Oeste	2,11	1,80	2,45	3,62

Fonte: Centro de Contas Nacionais - IBRE-FGV (1971)

A participação de São Paulo na renda interna nacional passa de 31,11% em 1939 para 34,95% em 1959. Em 1964, essa participação havia decrescido ligeiramente, atingindo 34,01%, mas ainda se mantinha em nível bastante superior ao verificado em 1939. Já a participação de São Paulo na renda da indústria se eleva sistematicamente durante o mesmo período, passando de 36,38% em 1939 para 57,29% em 1964, revelando o processo de concentração da indústria e reforçando a concentração da renda nacional no estado.<sup>522</sup>

Como retratado por Wilson Cano, a industrialização brasileira compreendeu, como uma de suas etapas necessárias, a integração do mercado nacional. Isto é, o desenvolvimento da indústria demandou que se rompessem as existentes barreiras à circulação de mercadorias no território nacional, que até então encontrava-se inarticulado,

<sup>522</sup> Segundo dados do Centro de contas nacionais – IBRE/FGV (1971)

de modo que as “economias regionais” funcionavam como entidades apartadas, havendo pouca integração e complementaridade inter-regional. Tendo seu desenvolvimento até então sido “voltado para fora”, as diferentes regiões do país encontravam-se mais diretamente vinculados ao mercado externo do que entre si.<sup>523</sup>

A integração do mercado nacional processou-se, ao menos numa primeira etapa, sobretudo através da intensificação do comércio inter-regional, e particularmente entre o “centro” (São Paulo) e a “periferia nacional” (demais territórios do país). Tendo a industrialização se centrado em São Paulo, essa região liderou o processo de integração do mercado nacional, o que se realizou, nesse primeiro momento, através da “dominação do mercado de mercadorias”. Isto é, elevou-se a quantidade de mercadorias, principalmente industriais, exportadas por São Paulo para os demais territórios do país. Ao conquistar os mercados regionais, diante da maior produtividade de suas indústrias, São Paulo cria um “mercado nacional” para seus produtos, garantindo maior dinamismo a sua expansão econômica.<sup>524</sup>

Por outro lado, a criação de um “mercado nacional” não expandiu apenas o comércio no sentido centro-periferia nacional, mas também no sentido inverso; a cada nova etapa da industrialização do país, o mercado consumidor constituído por São Paulo absorvia um volume crescente de mercadorias (agrícolas ou mesmo industriais, sobretudo no caso de “bens intermediários”) produzidas na periferia nacional. Deste modo, a integração do mercado nacional estimulou o aumento da produção na periferia nacional, sobretudo daqueles artigos demandados pelo “centro”, e que podiam ser fornecidos em melhores condições pela “periferia”.

O desenvolvimento industrial centrado em São Paulo, portanto, ampliou a complementaridade entre as diferentes regiões do país. Consolidava-se pela via da integração do mercado nacional uma mais ampla e profunda divisão inter-regional do trabalho, que teve como efeito estimular o crescimento econômico da periferia, por mais que o<sup>525</sup> crescimento mais acelerado de São Paulo tenha resultado numa ampliação das disparidades regionais, no que toca a formação da renda interna (como visto na Tabela XVIII).

---

<sup>523</sup> Cano, W., 1998-B.

<sup>524</sup> Ibidem, pp. 172-199.

<sup>525</sup> Ibid.

Não cabe, aqui, discorrer sobre as características do processo de industrialização e integração do mercado nacional no país, que foi objeto de análise mais apurada em nossa Introdução Histórico Metodológica. Para os fins deste capítulo, devemos apenas ressaltar que um dos efeitos desse processo foi a ampliação do comércio inter-regional de produtos agrícolas, sobretudo alimentos e matérias-primas, tanto no sentido centro-periferia nacional quanto no oposto. Parte do crescimento da produção agrícola em nosso período de interesse foi estimulado por essa intensificação do comércio e ampliação do mercado para produtos agrícolas, como resultado da maior complementaridade inter-regional da economia brasileira.

O efeito da alteração do padrão de acumulação e do crescimento do mercado interno sobre a produção agropecuária pode ser aferida pela crescente participação dos produtos básicos de alimentação na oferta agrícola total.

Pela Tabela XIX, abaixo, nota-se que o crescimento da produção de gêneros básicos determinou que o valor da produção de produtos como o arroz e o milho superassem, na primeira metade da década de 1960, o valor da produção do que era até então o principal produto agrícola do país, o café. Ainda que a forte depreciação dos preços do café a partir da metade da década de 1950 tenha afetado essa comparação, ela figura como indicativo da crescente importância do mercado interno como destino da produção agropecuária do país.

Tabela XIX – Comparação do valor da produção de gêneros agrícolas com o valor da produção de café [1945-1964]

Quadrênio	Cana-de-							
	Milho	Mandioca	Arroz	Feijão	açúcar	Algodão	Café	Cacau
1945-1948	0,81	0,38	0,62	0,33	0,39	0,64	1,00	0,10
1949-1952	0,44	0,23	0,37	0,18	0,23	0,52	1,00	0,06
1953-1956	0,49	0,23	0,53	0,25	0,62	0,37	1,00	0,09
1957-1960	0,58	0,29	0,61	0,38	0,34	0,41	1,00	0,10
1961-1964	1,04	0,59	1,39	0,61	0,86	0,83	1,00	0,12

Fonte: IBGE. Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed.

Mesmo produtos historicamente produzidos para serem comercializados no mercado internacional foram afetados pela alteração no padrão de acumulação. Este era

o caso da cana-de-açúcar e do algodão, que, no curso do processo de industrialização do país, passam a servir de matéria-prima para a indústria nacional, e sua produção se volta cada vez mais para o mercado interno. Por consequência, no início da década de 1960, o consumo interno destes dois produtos já superava de forma significativa seu volume exportado.<sup>526</sup>

Em seu estudo sobre o desenvolvimento da agroindústria canavieira no pós-guerra, Szmrecsanyi e Moreira argumentaram que, por mais que os mercados externos fossem um importante escoadouro dos corriqueiros excedentes de produção açucareira, o crescimento do volume produzido de açúcar se baseou sobretudo na expectativa e no efetivo crescimento do consumo interno e na existência de políticas governamentais de apoio aos produtores, principalmente através do Instituto do Açúcar e do Alcool.<sup>527</sup>

O impacto da expansão do mercado interno sobre a produção agropecuária também pode ser aferido ao reconhecer-se o desempenho tímido e irregular do setor exportador brasileiro a partir dos primeiros anos da década de 1950.<sup>528</sup> O crescimento constante da oferta dos mais diversos produtos agrícolas num momento em que o mercado externo se encontrava “bloqueado” é revelador dos estímulos que o mercado interno gerava sobre a produção agropecuária.

A alteração do padrão de acumulação não determinou apenas o crescimento da oferta de produtos agrícolas, mas também sua diversificação. O desenvolvimento capitalista ensejava, para além do crescimento da população urbana, a elevação da renda *per capita*, sobretudo nas principais aglomerações urbanas do país (São Paulo e Rio de Janeiro). Impulsionado pela existência de grupos dotados de mais alta renda, a demanda por produtos agrícolas, para além de se expandir, tendia a se diversificar. Nesse contexto, os mecanismos do mercado estimulavam o crescimento da produção de determinados artigos consumidos em maior medida por grupos de mais alta renda, como os de origem

---

<sup>526</sup> Delfim Netto (*Agricultura e Desenvolvimento no Brasil*), São Paulo: ANPES, 1969, pp. 23-6), ao diferenciar os principais produtos da agricultura brasileira segundo sua destinação, classificaram a cana-de-açúcar e o algodão como produto “industrializáveis” e não como “exportáveis”, se baseando no fato de que a maior parcela do volume produzido destes artigos se destinava ao consumo interno.

<sup>527</sup> Szmrecsanyi, Tamás e Moreira, Eduardo Pestana. *O desenvolvimento da agroindústria canavieira do Brasil desde a Segunda Guerra Mundial*. Estudos Avançados, v. 5, pp. 57-79, 1991.

<sup>528</sup> Castro, A. B., 1988, pp. 106-7.

animal (carne bovina e suína, leite, ovos, etc.) e hortifrutícolas (cebola, tomate, laranja, banana, etc.).<sup>529</sup>

Como vimos, o setor agropecuário brasileiro foi objeto de preocupações no limiar da década de 1960, em particular por parte do pensamento estruturalista, que argumentava pela sua incapacidade de responder à demanda imposta pelo processo de desenvolvimento, sobretudo em razão da permanência em seu interior de “estruturas arcaicas” – no que se refere à distribuição da propriedade da terra, à não plena generalização de relações capitalistas de produção e à quase completa ausência de absorção de progresso técnico.

Estudos posteriores<sup>530</sup> orientaram-se em sentido diverso. A partir de uma mais robusta evidência estatística, autores munidos de diferentes posicionamentos metodológicos e mesmo ideológicos concluíram que a agricultura brasileira pôde responder às demandas impostas pelo processo de desenvolvimento, ainda que de fato se mantivessem em linhas gerais inalteradas ao menos parte de suas características ditas “arcaicas”.

Não cabe, aqui, reproduzir os exercícios estatísticos já desenvolvidos em abundância nas obras citadas, que consistiam em comparar os dados sobre a evolução da produção agropecuária brasileira com aqueles sobre o crescimento da população e da renda *per capita*, bem como no confronto da evolução dos preços de produtos agrícolas com a de produtos industriais. A síntese de Ruy Miller Paiva, importante estudioso da realidade agrária brasileira, entretanto, nos parece esclarecedora:

Pode-se dizer, em resumo, que a produção agrícola no Brasil, em seu aspecto agregado, tem tido um incremento constante e as taxas podem ser consideradas razoavelmente satisfatórias, tendo-se em vista tanto o crescimento da população como de sua renda. Apenas em alguns períodos e em certas classes de produtos, a taxa de crescimento da produção deixou de ser superior à do crescimento da população e da demanda efetiva. [...] Comprovando o crescimento razoavelmente satisfatório da agricultura, temos o fato de os preços dos produtos agrícolas não se elevarem a taxas superiores às do nível geral de preços. Na verdade, as evidências são no sentido de que os preços agregados dos produtos agrícolas (recebidos pelos produtores)

---

<sup>529</sup> A evolução da produção agropecuária brasileira no período 1945-1964 pode ser visualizada pelas tabelas IV.1 e IV.2 do Anexo Estatístico, em que se contabilizou o crescimento da produção de 17 produtos agropecuários.

<sup>530</sup> Pode-se citar, dentre outros, os trabalhos de Delfim Netto, Antônio (*Op. Cit.*, 1969); Paiva, Ruy Miller (“*Reflexões sobre as tendências da produção, da produtividade e dos preços do setor agrícola do Brasil*”. Revista Brasileira de Economia, v. 20, n. 2-3, p. 111-134, 1966; e “*Apreciação geral sobre o comportamento da agricultura brasileira*”. Revista de Administração Pública, v. 3, n. 1, p. 55-118, 1969); Castro, Antônio Barros de (“*Agricultura e desenvolvimento no Brasil*”. *Op. Cit.*, 1988) e Cano, Wilson (*Op. Cit.*, 1998-B)

cresceram menos do que os preços dos produtos não-agrícolas, isto é, produtos industriais, exceção apenas dos produtos de origem animal, cujos preços nos últimos anos têm se elevado a taxas maiores.<sup>531</sup>

Ao buscar explicações para o desempenho da economia agrária brasileira no período examinado, parte das análises referidas enfatizaram a ampla disponibilidade de fatores de produção, sobretudo terra e força de trabalho, como o fator que possibilitou o crescimento consistente da produção agropecuária.

De fato, pudemos demonstrar neste trabalho a existência dessa disponibilidade de fatores. Como indicamos, entre 1940 e 1960 a área total dos estabelecimentos agropecuários elevou-se em cerca de um quarto, o que representou um acréscimo total de mais de 50 milhões de hectares. As áreas totais de lavoura, por sua vez, incrementaram-se em pouco mais de 50% no mesmo período, passando de 18,8 milhões para 28,7 milhões de hectares; as áreas de pastagens, por fim, passaram de 88,1 milhões para 122,3 milhões de hectares, elevando-se em 38,8%, segundo dados dos Censos Agropecuários.

Houve também um significativo acréscimo na força de trabalho rural no período examinado. Contabilizamos um aumento absoluto da PEA Agrícola superior a 4 milhões de indivíduos entre 1940 e 1960, representando uma elevação do contingente da força de trabalho rural em 37,8%. Mesmo crescendo relativamente menos do que a população urbana, o crescimento absoluto da população ocupada na agropecuária certamente contribuiu para o crescimento do produto setorial.

Por outro lado, fez-se referência à certa “flexibilidade” nas formas de exploração do trabalho agrícola, mediante a qual se fez possível o fornecimento pela economia agrária de um maior volume de produção através da elevação da taxa de exploração, sem que se fizesse necessária a absorção generalizada de progresso técnico e uma profunda renovação dos métodos produtivos. Tal flexibilidade, combinada à efetiva absorção de progresso técnico verificada em espaços restritos do território nacional, também contribuiu para a evolução favorável da produção agropecuária.

A disponibilidade de fatores produtivos, conjuntamente à flexibilidade na sua utilização, explica como pôde se promover um “crescimento horizontal” da economia

---

<sup>531</sup> Paiva, R. M., *Op. Cit.*, 1969, p. 79.

agropecuária, viabilizando aumentos da produção sem grandes e generalizadas transformações nos métodos de produção.

A ocorrência de um crescimento sobretudo “extensivo” da produção agropecuária se revela pelos níveis praticamente estacionários da produtividade física das principais culturas agrícolas. Pela Tabela XX, abaixo, nota-se que não houve aumento da produtividade física na maioria das principais culturas agrícolas. Os casos em que houve aumento da produtividade restringiram-se às culturas de maior valor comercial, como o café, a cana-de-açúcar e o algodão, enquanto praticamente não houve mudança na produtividade de culturas simples como o milho, a mandioca, o arroz e o feijão.

Tabela XX – Rendimentos físicos das principais culturas agrícolas, em t/ha [1945-1964]

Quadrênio	Cana-de-							
	Milho	Mandioca	Arroz	Feijão	açúcar	Algodão	Café	Cacau
1945-1948	1,27	13,21	1,56	0,69	37,63	0,42	0,39	1,78
1949-1952	1,26	12,86	1,59	0,68	38,99	0,45	0,40	1,88
1953-1956	1,19	12,94	1,43	0,67	38,80	0,45	0,37	1,72
1957-1960	1,28	12,99	1,58	0,67	41,54	0,48	0,71	1,50
1961-1964	1,27	13,65	1,60	0,64	43,00	0,53	0,85	1,25
Índices (1945-1948 = 100)								
1945-1948	100	100	100	100	100	100	100	100
1949-1952	99	97	102	99	104	105	104	106
1953-1956	94	98	92	97	103	105	95	97
1957-1960	101	98	101	98	110	113	183	85
1961-1964	100	103	103	94	114	126	219	71

Fonte: IBGE. Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

A referência a tais fatores que permitiram o aumento da produção agropecuária no pós-guerra, entretanto, explica apenas parcialmente o processo, pois não esclarece as formas concretas através das quais se promoveu o encontro destes fatores e os vínculos estruturais que se forjaram no interior da economia agrária, bem como entre esta e a economia como um todo. Apenas atentando-se a esses aspectos fundamentais que se poderá compreender como se promoveu a transformação da economia agrária do país no pós-1930.

Parte do aumento da produção agropecuária no período em questão pode ser indicada como uma decorrência das mudanças na organização interna das unidades

produtivas do setor capitalista já descritas neste capítulo. A elevação da produtividade naquelas unidades que passaram por tal intensificação capitalista da produção gerava um volume crescente de produtos agrícolas a ser absorvido pelo sistema econômico.

A intensificação capitalista da produção, contudo, ocorreu somente naqueles espaços mais dinâmicos em que tal intensificação foi viável – dado o maior ritmo de acumulação de capital –, bem como voltou-se apenas para aquelas culturas que se mostravam recompensadoras, do ponto de vista do capital. De modo que foi sobretudo na produção dos gêneros “nobres”, de mais alto valor comercial (café, açúcar, algodão, produtos hortifrutí etc.), e nas quais se podia promover aumentos consistentes de produtividade que se promoveu esta intensificação capitalista.<sup>532</sup>

Na Tabela XXI, comparamos o rendimento monetário por hectare de diferentes culturas agrícolas. Abstraindo-se as variações ocorridas entre os quadriênios examinados, a comparação revela que os produtos exportáveis e utilizados como matéria-prima da indústria geravam mais altos rendimentos monetários por unidade de área. Os produtos básicos de alimentação, principalmente o milho e o feijão, por outro lado, apresentavam rendimentos mais baixos. A terras valorizadas e a maior sensibilidade às variações de preços da agricultura capitalizada e mais fortemente orientada por critérios de rentabilidade implicava, assim, numa concentração das unidades produtivas capitalistas na produção destes gêneros cuja produção se apresentava mais rentável.<sup>533</sup>

Tabela XXI – Rendimento monetário por hectare de culturas selecionadas, por quadriênios (Cana-de-açúcar = 1,00) [1945-1964]

Quadriênio	Cana-de-							
	Milho	Mandioca	Arroz	Feijão	açúcar	Algodão	Café	Cacau
1945-1948	0,36	0,81	0,74	0,41	1,00	0,49	0,79	0,73
1949-1952	0,34	0,88	0,72	0,37	1,00	0,71	1,36	0,78
1953-1956	0,15	0,34	0,38	0,20	1,00	0,24	0,54	0,43
1957-1960	0,34	0,84	0,84	0,59	1,00	0,54	0,89	0,80
1961-1964	0,24	0,65	0,66	0,37	1,00	0,41	0,41	0,45

Fonte: IBGE (1990)

<sup>532</sup> Nesse sentido, cf. Silva, J. G. (coord.), 1980, cap. 4 (em particular, ver as conclusões às pp. 183-5). Wilson Cano (1998-B, pp. 204-28, 252-74) e Ruy Miller Paiva (1979, cap. V) apresentam considerações semelhantes.

<sup>533</sup> Cano, W., 1998-B, pp. 256-7.

O estado de São Paulo é um caso exemplar de uma agricultura que, de modo geral, já havia atingido um estágio relativamente avançado de desenvolvimento capitalista mesmo antes da deflagração da industrialização brasileira. Por conta disso, o estado apresentava, já na década de 1930, os maiores níveis de produção, produtividade e diversificação agrícola do país<sup>534</sup>, situação que se mantém e mesmo se intensifica no período posterior, inclusive pela absorção em maior grau de progresso técnico pela agricultura paulista (conforme Tabelas VIII.1 e VIII.2).

Uma análise da evolução da produção agropecuária paulista permite indicar as transformações que se operaram no setor capitalista da economia agrária em suas linhas gerais. A Tabela XXII, abaixo, revela a progressiva especialização da agropecuária paulista na produção de artigos de maior rentabilidade, enquanto produtos menos rentáveis como o milho e feijão tiveram sua produção decrescida.

Tabela XXII – Produção agropecuária do estado de São Paulo (produtos selecionados)  
[1940-1960]

Produtos	1940		1960		Variação (%) 1940-1960
	Prod.*	% s/ País	Prod.*	% s/ País	
Milho	1.229	22,9	1.195	14,3	-2,8
Mandioca	287	4,6	182	2,0	-36,8
Arroz	270	22,6	554	14,7	105,1
Feijão	115	16,9	88	6,2	-23,8
Cana-de-açúcar	2.170	12,1	14.174	35,6	553,3
Algodão	841	65,4	442	46,2	-47,4
Café	725	60,4	1.345	33,0	85,5
Bovinos (Ef.)	3.174	9,2	7.131	12,7	124,6
Suínos (Ef.)	2.671	15,9	2.286	8,9	-14,4
Leite	2.406	13,1	6.763	18,3	181,1
Ovos	178	15,8	769	28,7	331,3

Fonte: Censos Agropecuários (1940 e 1960).

\*Produção = 1.000t, exceto Bovinos (Ef.) = 1.000 cabeças, Suínos (Ef.) = 1.000 cabeças, Leite = 100.000l; Ovos = milhões de unidades.

Os dados apresentados na Tabela XXII revelam, por outro lado, verdadeiros processos de concentração espacial da produção de determinados produtos na

<sup>534</sup> Cano, W., 1998-A; Castro, A. B., 1971, pp. 58-100.

agropecuária capitalizada de São Paulo. Entre 1940 e 1960, São Paulo aumenta sua participação na produção nacional de cana-de-açúcar (12,1% para 35,6%), no efetivo de bovinos (9,2% para 12,7%), e na produção de leite (13,1% para 18,3%) e ovos (15,8% para 28,6%).

O caso da cana-de-açúcar merece um destaque. Como visto na Tabela XXI, a cana-de-açúcar apresentou consistentemente rendimentos monetários por hectare mais elevados dentre todas as culturas consideradas – exceto no quadriênio 1949-1952, no cenário de elevação das cotações externas do café, revertido já no quadriênio seguinte.

A valorização do açúcar, as mais amplas possibilidades de obtenção de ganhos de produtividade através da tecnificação e outras condições institucionais que elevavam a rentabilidade da cultura canavieira estimularam que sua produção se concentrasse na agricultura capitalizada paulista.<sup>535</sup>

Durante os 20 anos examinados, a produção de cana-de-açúcar no estado de São Paulo foi multiplicada por seis vezes. Em 1940, São Paulo apresentava uma participação na produção nacional de cana-de-açúcar de 12,1%, superada pela apresentada pelo Rio de Janeiro (13,8%) e pelo até então principal produtor, Pernambuco (20,4%). Já em 1960, São Paulo havia se isolado como maior produtor nacional, apresentando uma participação de 35,6%, bastante superior ao segundo e terceiro principais produtores, Pernambuco (24,6%) e Alagoas (9,1%).<sup>536</sup>

A concentração espacial da produção açucareira no estado de São Paulo foi fruto do crescimento excepcional da produtividade desta cultura no estado, que, ao elevar a competitividade no plano nacional, resultou na marginalização de produtores que não passaram por processo semelhante de intensificação produtiva.

O aumento da produção de artigos de maior rentabilidade por parte de unidades produtivas do setor capitalista também se verificou em outras áreas do país, em particular naquelas passíveis de organizar-se como uma “projeção” da agricultura capitalizada paulista ou responderem positivamente aos estímulos oriundos deste “pólo” capitalista – como ocorreu em parte da economia agrária das regiões Sul e Centro-Oeste, ambas beneficiadas pela proximidade geográfica com São Paulo.<sup>537</sup>

---

<sup>535</sup> Cano, W., 1998-B, 220-1.

<sup>536</sup> Conforme dados dos Censos Agropecuários de 1940 e 1960.

<sup>537</sup> Cano, W., 1998-B, p. 197-8.

O processo mais evidente de expansão e incorporação de novas áreas pela agropecuária capitalista emanada de São Paulo foi o da penetração do café no norte do Paraná. A disponibilidade de terras baratas e férteis no norte paranaense estimulou que a economia cafeeira paulista ultrapassasse as fronteiras entre estes estados, para obter ganhos de produtividade e uma maior rentabilidade.

Como “projeção” da agricultura paulista, o norte paranaense pôde contar com “*know-how*, capital e trabalho qualificado das regiões cafeeiras mais antigas de São Paulo”, o que estimulou seu desenvolvimento sob bases capitalistas. De fato, coube ao Estado de São Paulo o papel de liderar e estimular, em última instância, todo o desenvolvimento do norte paranaense; pela instalação do sistema de transportes – primeiro as ferrovias, e depois as rodovias asfaltadas – de modo a conectar sua produção aos mercados externos (via Porto de Santos) e internos, e fornecendo-lhes a maior parte dos serviços financeiros e de comercialização, bem como o mais importante mercado interno para seus alimentos e culturas industriais.<sup>538</sup>

Conseqüentemente, o desenvolvimento da economia cafeeira no Paraná foi excepcional. Entre 1940 e 1960, a produção de café no Brasil triplicou. São Paulo, que concentrava 60,4% da oferta nacional do grão em 1940, elevou sua produção – já bastante considerável – em 85,5%, mas teve sua participação relativa reduzida para 33% do total produzido no país em 1960. No mesmo período, o Paraná multiplicou sua produção de café em vinte e três vezes, de modo que o estado figurava como o principal produtor do grão no país em 1960, com uma participação na oferta nacional de 40,2%.<sup>539</sup>

Se os maiores níveis de produtividade da agricultura capitalizada de São Paulo permitiram que a produção de produtos “nobres” se concentrasse em maior medida em seu território, ou naqueles espaços sobre a qual esta agricultura pôde avançar, nota-se que o mesmo não ocorreu no caso dos produtos básicos de alimentação. Pelo contrário, a produção destes gêneros foi em certa medida “abandonada” pela agricultura paulista.

Pela Tabela XXII, nota-se que São Paulo teve perdas significativas de participação na produção nacional de todos os gêneros básicos considerados – milho, mandioca, arroz e feijão. Dentre todas as culturas, aliás, apenas o arroz teve sua produção acrescida no

---

<sup>538</sup> Nicholls, W., 1970, pp. 39, 48.

<sup>539</sup> De acordo com dados dos Censos Agropecuários de 1940 e 1960.

estado entre 1940 e 1960<sup>540</sup>, tendo ocorrido uma redução absoluta no total produzido de milho (-2,8%), mandioca (-36,8%) e feijão (-23,8%).

Como indicado por Wilson Cano, a produção destes gêneros simples tornou-se cada vez menos atrativa – por ser menos rentável – à agricultura capitalizada paulista. Dados seus preços deprimidos e as estreitas possibilidades de se obter ganhos de renda diferencial pela via da intensificação capitalista da produção, as terras valorizadas desta agricultura mais capitalizada foram revertidas para usos mais rentáveis. Conseqüentemente, a agricultura de “baixa renda” foi “expulsa” para outros espaços em que seu desenvolvimento era mais viável e compatível com seus preços deprimidos, como nas áreas de fronteira agrícola aberta e/ou em que predominava a agricultura camponesa pouco capitalizada.<sup>541</sup>

É o caso dos estados do Paraná e do Centro-Oeste, que, para além da proximidade com amplo mercado consumidor constituído por São Paulo, possuíam a seu favor uma fronteira agrícola em expansão, do que resultava uma ampla disponibilidade de terras relativamente baratas e dotadas de alta fertilidade natural. A esses fatores somava-se a existência de um significativo e crescente setor “camponês” nestas áreas, contribuindo para que se gerasse um expressivo volume de produção de gêneros agrícolas básicos a baixos custos.

No Paraná, a produção de milho mais do que dobra entre 1940 e 1960, enquanto a de feijão multiplicou-se por quatro e a de arroz, por dez (conforme Tabela XXIII.1, abaixo). Em todos esses casos, o estado aumenta sua participação relativa na produção nacional, com destaque para o milho, em que essa participação atinge 17,6%, superando a do estado de São Paulo. No Centro-Oeste o fenômeno foi semelhante, especialmente no caso do arroz, cuja produção se elevou em oito vezes, elevando a participação da região na produção nacional para 18,3% (conforme Tabela XXIII.2, abaixo).

---

<sup>540</sup> Essa diferença deve ser resultante do fato de que determinadas condições relativas à produção e comercialização do arroz – existência de um mercado consumidor variado em termos de renda, maior capacidade de intensificação da produção via capitalização – tornava essa cultura mais atrativa ao capital do que a de outros gêneros agrícolas básicos. Nesse sentido, cf. Silva, J. G. (coord.), 1980, pp. 166-7.

<sup>541</sup> Cano, W., 1998-B, 218-22, 256-60.

Tabela XXIII.1 – Produção de gêneros básicos de alimentação no Paraná [1940-1960]

Produtos	1940		1960		Variação (%) 1940-1960
	Prod.	% s/ País	Prod.	% s/ País	
Milho	604	11,3	1.474	17,6	144,0
Mandioca	46	0,7	17	0,2	-63,8
Arroz	17	1,5	171	4,6	880,2
Feijão	52	7,6	222	15,6	328,8

Fonte: Censos Agropecuários (1940 e 1960)

Tabela XXIII.2 – Produção de gêneros básicos de alimentação no Centro-Oeste [1940-1960]

Produtos	1940		1960		Variação (%) 1940-1960
	Prod.	% s/ País	Prod.	% s/ País	
Milho	197	4	457	5	131,5
Mandioca	162	3	139	2	-14,3
Arroz	81	6,8	690	18,3	747,2
Feijão	19	2,7	106	7,5	471,1

Fonte: Censos Agropecuários (1940 e 1960)

Dessa forma, a desaceleração e mesmo redução da produção dos gêneros agrícolas básicos na agricultura paulista abriu espaço para que outros produtores abastecessem o amplo e crescente mercado consumidor do centro dinâmico da economia nacional.

Simultaneamente, abriam-se brechas nos mercados locais e regionais da “periferia nacional” – em que a demanda por alimentos crescia por influência da urbanização e da proletarianização da força de trabalho rural – que passam a ser abastecidos em maior medida pela pequena produção não capitalista.

Nesse contexto, nos estados do Nordeste também se verificou um crescimento expressivo da produção de alimentos, em sua maioria proveniente das áreas em que predominava a agricultura camponesa, como o agreste e partes do sertão. Entre 1940 e 1960, os estados nordestinos elevam em 57% sua produção de mandioca, dobram sua produção de milho e de feijão, e triplicam sua produção de arroz.

Tabela XXXIII.3 – Produção de gêneros básicos nos estados do Nordeste [1940-1960]

Produtos	1940		1960		Variação (%) 1940-1960
	Prod.	% s/ País	Prod.	% s/ País	
Milho	484	9,0	1.107	5,5	128,7
Mandioca	3.340	53,0	5.244	1,6	57,0
Arroz	201	16,8	715	18,3	255,7
Feijão	206	30,2	524	7,5	154,4

Fonte: Censos Agropecuários (1940 e 1960)

Deve-se destacar, ademais, a evolução ocorrida no Maranhão, outro estado de fronteira agrícola aberta e com participação significativa do campesinato, ainda que bastante diverso do Paraná e o Centro-Oeste no que se refere à suas condições econômicas, sociais e técnicas. Neste estado, a produção de arroz quintuplicou entre 1940 e 1960. Se neste último ano o Nordeste detinha uma participação de 19% no produto nacional de arroz, a participação do Maranhão era de 14,8%, superada apenas pela do Rio Grande do Sul em todo o território nacional.<sup>542</sup>

Múltiplos fatores determinavam que os preços dos gêneros básicos se mantivessem rebaixados, tornando sua produção pouco recompensadora para a produção mais tipicamente capitalista, que deveria embutir nos preços de venda o lucro do capital, consequentemente “reservando-a” para a agricultura pouco capitalizada ou camponesa.

Pelo lado da demanda, a estrutura concentrada da distribuição de renda no país impunha limites ao aumento dos preços dos gêneros de subsistência consumidos pela ampla camada da população que dependia do salário-mínimo para sobreviver, ou que nem mesmo atingia esse nível de renda.<sup>543</sup> Pelo lado da oferta, a existência de amplo contingente de pequenos produtores levando ao mercado os seus excedentes de consumo ou sua produção a baixos custos gerava uma pressão baixista sobre os preços dos gêneros que constituíam a dieta básica da população rural e urbana.<sup>544</sup>

Consequentemente, no decorrer da expansão capitalista em curso, uma parcela importante da oferta dos gêneros básicos de alimentação continuou a ser provida por

<sup>542</sup> Segundo dados dos Censos Agropecuários (1940 e 1960)

<sup>543</sup> Silva, José Graziano da; Queda, Oriowaldo. “*Distribuição da renda e posse da terra na produção de alimentos*”. In: Pinsky, J. “Capital e trabalho no campo”. São Paulo: Hucitec, 1977.

<sup>544</sup> Paiva, R. M., 1979, 126-31.

inúmeros pequenos produtores, em sua maioria camponeses, cujo volume de produção era pouco afetado pelos preços deprimidos de seus produtos.<sup>545</sup> A existência de uma ampla camada de camponeses e pequenos produtores em certa medida desvinculava o crescimento da oferta destes gêneros das flutuações da demanda e dos preços no mercado de produtos agrícolas, uma vez que esta ampliação respondia, antes, ao próprio crescimento da força de trabalho ocupada no campo, sobretudo no setor camponês.

Dessa forma, se parte do crescimento do produto agropecuário do Brasil pós-1930 resultou de uma intensificação da produção e do aumento da produtividade no setor capitalista da economia agrária, uma parcela significativa deste crescimento resultou de uma “expansão horizontal” de uma agricultura pouco capitalizada e em muitos casos organizada sob moldes não capitalistas, ao menos no que se refere sua estrutura interna. Assim, o campesinato que surgia e crescia em importância como produto do próprio desenvolvimento capitalista e sua penetração no campo tornava-se fonte crucial para o abastecimento da população rural e urbana com gêneros agrícolas de primeira necessidade.

O fenômeno pode ser descrito da seguinte maneira: a dinâmica de acumulação de capital – ou, alternativamente, a acumulação de meios de produção, de um lado, e de trabalhadores proletarizados, de outro – criava um mercado crescente para produtos agrícolas demandados pelo mercado interno em expansão. Uma vez que este mercado não foi completamente ocupado pela produção propriamente capitalista, abriram-se brechas para a produção não propriamente capitalista ou camponesa, que conquistou os “espaços” ou “interstícios” do mercado sobre os quais a produção capitalista não havia avançado ou se apossado inteiramente.<sup>546</sup>

Se de um lado a acumulação de capital “criava” o espaço que viabilizava a reprodução do campesinato através de sua integração progressiva ao circuito comercial, este espaço era “perfeitamente delimitado” pela própria dinâmica de acumulação capital, que restringia e impunha limites estreitos à sua reprodução, inviabilizava sua acumulação e o confinava ao papel subordinado de fornecedor de produtos de baixíssimos preços de mercado sobre os quais o camponês não era capaz de interferir.

---

<sup>545</sup> Essa tese é defendida e explorada por Silva, J. G. (coord.), 1980, e encontra-se explicitada na Introdução desta obra (pp. 1-11).

<sup>546</sup> Como já indicamos, para essa descrição do fenômeno, partimos do aparato conceitual estabelecido por Souza, P. (1980) e Cacciamali, M. C. (1982) visando o “setor informal” da economia urbana.

Dessa forma, ainda que não diretamente submetido ao capital no seu processo de trabalho, o camponês defrontava-se com uma diversidade de mecanismos de apropriação da renda de seu trabalho pela via do mercado capitalista e da dinâmica de acumulação de capital – através do aviltamento dos preços de seus produtos, da ação dos proprietários fundiários e firmas comercializadoras de terras, dos intermediários comerciais, do crédito a juros, da compra “na folha”, etc. A ação do mercado capitalista e dos agentes do capital em suas diversas formas (com destaque para o capital mercantil e usurário) implicava, assim, numa exploração do campesinato “provocada pelas próprias leis de funcionamento da estrutura capitalista dominante”, na forma de uma “exploração estrutural”, como diz Roger Bartra.<sup>547</sup>

Nesse cenário, em que a progressiva integração e vinculação do campesinato ao mercado capitalista instituía e aprofundava mecanismos de “exploração estrutural” dessa população, é curioso que a produção de gêneros agrícolas básicos tenha se mantido em crescimento durante todo o período examinado, mesmo nas áreas em que predominavam as unidades produtivas camponesas e o emprego dos chamados métodos “tradicionais” de produção agrícola”, e talvez principalmente nelas.

O dinamismo da pequena produção pode ser visualizado pela evolução das áreas de lavoura por estratos de área. Pela Tabela XXIV, abaixo, nota-se que o crescimento relativo das áreas de lavoura foi muito mais acentuado nos minifúndios e pequenos estabelecimentos do que nos demais estratos de área, sobretudo durante a década de 1950. Os demais estabelecimentos apresentaram menor crescimento absoluto e relativo, de modo que a maior parte (70,7%) do incremento à área de lavoura do país na década de 1950 foi decorrente da expansão do cultivo em estabelecimentos menores de 100 hectares.

---

<sup>547</sup> Bartra, R., 1974, p. 82. Essa formulação respalda-se também na profunda análise da posição e reprodução do camponês no modo de produção capitalista realizada por Maria de Nazareth B. Wanderley (“*O camponês: um trabalhador para o capital*”. Cadernos de Ciência & Tecnologia, v. 2, n. 1, pp. 13-78, 1985)

Tabela XXIV – Área de lavoura, por estratos de área [1940-1960]

Classes de Área	1940		1950		1960	
	1000ha	%	1000ha	%	1000ha	%
Até 10 ha	1638,1	8,70	1703,8	8,9	3958,8	13,8
10-100 ha	8081,3	42,90	8667,0	45,4	13213,6	46,0
100-200 ha	2256,4	11,98	2215,7	11,6	3081,2	10,7
200-1000 ha	4207,6	22,34	4133,3	21,6	5777,8	20,1
Mais de 1000ha	2652,1	14,08	2375,2	12,4	2680,7	9,3
Total	18835,4	100,00	19095,1	100,0	28712,2	100,0
Índices (1940=100)						
Até 10 ha	100	-	104	-	242	-
10-100 ha	100	-	107	-	164	-
100-200 ha	100	-	98	-	137	-
200-1000 ha	100	-	98	-	137	-
Mais de 1000ha	100	-	90	-	101	-
Total	100	-	101	-	152	-

Fonte: Censos Agropecuários (1940, 1950 e 1960)

Em sentido parecido, podemos verificar a evolução da participação das diferentes regiões do país na formação da renda interna da agricultura, cujas variações podem ser indicativas de diferentes ritmos de crescimento do produto agropecuário em cada ponto do território nacional.

De acordo com os dados dos anuários estatísticos dispostos na Tabela XV, não obstante a agricultura paulista ter concentrado em suas fronteiras as mais avançadas relações capitalistas de produção por todo o período em exame, São Paulo perde participação na formação da renda interna agrícola a partir de 1949.

Tabela XXV – Renda interna da agricultura, por regiões (anos selecionados)

Regiões	1939	1949	1959	1964
	% s/País	% s/País	% s/País	% s/País
Norte	3,28	1,66	1,70	1,83
Nordeste	23,03	18,65	21,00	23,52
Sudeste	47,02	54,23	43,68	40,86
(SP)	24,72	30,12	23,80	20,38
Sul	22,18	22,16	28,82	26,80
Centro-Oeste	4,49	3,30	4,80	6,99

Fonte: Centro de Contas Nacionais - IBRE-FGV (1971)

Após concentrar 30,1% da renda interna da agricultura do país em 1949, São Paulo teve sua participação reduzida para 23,8% em 1959, e para 20,4% cinco anos depois. Nesse contexto, cresce a participação na renda interna agrícola das regiões Sul (de 22,16% em 1949 para 26,8%), do Centro-Oeste (de 3,3% em 1949 para 7% em 1964) e do Nordeste (de 18,6% em 1949 para 23,5% em 1964).

“Chega a parecer paradoxal”, disse Francisco de Oliveira, “que a agricultura ‘primitiva’ possa concorrer com uma agricultura que incorporasse a utilização de novos insumos, como adubos, fungicidas, pesticidas distintas de cultivo e, sobretudo, com mecanização”.<sup>548</sup> O cenário examinado, entretanto, parece indicar que, ao menos em termos de crescimento do produto, a agricultura extensiva, pouco capitalizada e mesmo camponesa praticada em diversos pontos da “periferia nacional” não se encontrava em desvantagem em relação à agricultura capitalista do “centro”, e podia até apresentar taxas de crescimento mais elevadas em determinadas conjunturas.

Mesmo considerando a limitação dos dados e as possíveis distorções em sua aferição, o dinamismo da agricultura “periférica” pouco capitalizada e em grande medida organizada sob moldes camponeses a partir da década de 1950 exigiu atenção dos estudiosos. A explicação para o aparente “paradoxo” pode ter sido fornecida por outro “Chico”, no caso Francisco Sá Jr., em seu estudo sobre a evolução da agricultura nordestina na virada da década de 1960.

Visando a expansão horizontal das “atividades de subsistência” na agricultura nordestina e sua articulação às “atividades modernas”, Sá Jr. intuiu que o surpreendente crescimento da produção proveniente das unidades produtivas familiares aparecia como resultado mesmo da deterioração das condições de vida da população camponesa. A ação de um “mecanismo de sucção da renda do trabalho” do camponês não resultava, segundo o economista, num “efeito depressivo ou desestimulante sobre os níveis de produção e renda global da região”. Pelo contrário, esta população camponesa defrontava-se com a necessidade de aumentar o “esforço produtivo global”, como forma de contrabalancear a situação de instabilidade e de empobrecimento que a “exploração estrutural” ao qual estava submetida lhe impunha.<sup>549</sup>

---

<sup>548</sup> Oliveira, F., 2013, p. 44.

<sup>549</sup> Sá Jr., F., 1977, p. 142.

Consequentemente, ampliava-se a oferta de produtos agrícolas provenientes dessa massa camponesa e incorporados à circulação capitalista, garantindo-se, por essa via, parte dos excedentes de matérias-primas e principalmente de alimentos demandados pela continuidade do desenvolvimento capitalista e afirmação do modelo de acumulação urbano-industrial.

Não havia contradição real, então, entre o desenvolvimento da economia capitalista no centro do sistema, e a permanência e mesmo o crescimento de uma “larga periferia não capitalista”. Pelo contrário, a expansão capitalista no Brasil vinculou-se estruturalmente à expansão desta periferia não capitalista, ao lograr “manter seu domínio sobre as formas mais diversas de exploração agrícola”, delas extraíndo o máximo de excedente “para alimentar sua máquina de acumulação e concentração de capital”.<sup>550</sup>

Por outro lado, como indicado por Francisco de Oliveira<sup>551</sup>, ao preservar no campo uma crescente camada de camponeses dependentes e empobrecidos e viabilizar uma ampla oferta de gêneros agrícolas básicos a baixos custos, o setor não capitalista da economia agrária propiciava um importante reforço à acumulação de capital, tanto no próprio campo quanto nas cidades.

Dada a existência de um campesinato vivenciando processos significativos de empobrecimento, a remuneração do trabalho no setor capitalista da agricultura pôde se manter em níveis ínfimos, uma vez que a reduzida “produtividade das pessoas ocupadas nos minifúndios” constituía “o principal determinante do nível de salários nos grandes estabelecimentos”.<sup>552</sup> Em outras palavras, a manutenção de um amplo e crescente setor não capitalista como “exército de reserva” para o setor capitalista permitiu que se promovesse no campo “a diferenciação produtiva e de produtividade, viabilizada pela manutenção de baixíssimos padrões do custo de reprodução da força trabalho e portanto do nível de vida da massa trabalhadora rural”.<sup>553</sup>

Da mesma forma, ao manter rebaixados os preços dos alimentos, deprimindo o “custo real da alimentação”, a existência de um amplo setor não capitalista na agricultura necessitando vender seu produto “a qualquer preço” permitiu que não se elevassem os salários urbanos, que por sua vez encontravam-se regulados para baixo pela ação do

---

<sup>550</sup> Ibidem, p. 145.

<sup>551</sup> Oliveira, F., 2013, pp. 42-8.

<sup>552</sup> Sá Jr., F., 1977, p. 144.

<sup>553</sup> Oliveira, F., 2013, p. 45.

salário-mínimo. Esta oferta agrícola a baixos preços, combinada à referida ampla oferta de força de trabalho nas cidades e à constituição de uma “economia de subsistência urbana”, determinava que o preço da força de trabalho se mantivesse em níveis ínfimos. Alavancava-se, então, a expansão capitalista no polo urbano-industrial, alçado à unidade central do sistema, ao garantir-se pela via da alta taxa de exploração da força de trabalho os excedentes necessários para garantir a continuidade da acumulação de capital.<sup>554</sup>

A acumulação capitalista no Brasil teve, portanto, como um de seus elementos necessários e estruturais, o funcionamento de um mecanismo de “acumulação primitiva” na economia agrária.<sup>555</sup> Forjou-se, no interior da economia brasileira, uma articulação estrutural entre relações capitalistas de produção emanadas do centro do sistema e uma miríade de relações não capitalistas, através da qual a “expansão horizontal” de um setor não capitalista na agricultura gerava um excedente a ser absorvido pelo sistema econômico e permitia manter rebaixado o custo de reprodução da força de trabalho, reforçando a acumulação de capital no polo capitalista.

No entanto, se de um lado a “larga periferia não capitalista” existente no campo serviu de suporte para a acumulação capitalista no centro do sistema, de outro, a dinâmica desta acumulação, as formas de articulação entre cidade e campo, bem como entre o produtor rural e o capital mercantil e financeiro determinaram que largas partes do campo brasileiro permanecessem retratos desumanos da miséria e do abandono.

---

<sup>554</sup> Ibidem, p. 46.

<sup>555</sup> Ibid., p. 43.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas páginas que seguem, realizaremos uma breve recapitulação dos argumentos e conclusões formuladas neste trabalho, com objetivo de pontuar o que entendemos ser a contribuição desta pesquisa para a compreensão da forma de desenvolvimento capitalista que houve no país, evidentemente que pela ótica da transformação de sua economia agrária.

No primeiro capítulo, nos atentamos ao processo de emergência, consolidação e expansão do capitalismo no Brasil, ressaltando suas condicionantes e a forma particular assumida pelo desenvolvimento capitalista no país desde sua deflagração até aproximadamente o ano de 1964. Ao fim deste capítulo, debatemos a emergência da “questão agrária no Brasil” nesse momento histórico, o que entendemos se tratar do conjunto de problemáticas e contradições relativas à penetração do capitalismo no campo.

No segundo capítulo, reconstituímos o debate acerca da “questão agrária no Brasil” travado no país entre as décadas de 1950 e 1960. Nesse capítulo, buscamos ressaltar as diferentes formas através das quais a problemática agrária foi apreendida no interior do debate sobre o desenvolvimento econômico no Brasil, e buscamos traçar um panorama geral da economia agrária brasileira naquele momento histórico, identificando suas principais estruturas e tendências de transformação.

No curso da exposição, pudemos identificar o lugar central ocupado pela questão agrária no complexo processo de emergência, consolidação e expansão do modo de produção capitalista no Brasil. Se a economia e sociedade brasileira encontravam-se, no período compreendido, em “trânsito”, a questão agrária surge em decorrência das “fricções” próprias a este momento complexo de “passagem” de uma situação hegemônica para outra.

Em primeiro lugar, tais “fricções” diziam respeito à herança que a economia e sociedade brasileira carregavam, como reflexo do “sentido da colonização”, e que se faziam sentir de forma mais explícita no meio rural do país. Nesse sentido, a problematização da questão agrária brasileira aparecia como resultado do anseio de eliminar ao menos parte dos traços coloniais que ainda vicejavam em nossa estrutura social, e que, almejava-se, haviam de ser superados pela dinâmica “modernizante” da

expansão capitalista e industrial. Estes traços seriam, em síntese, o gritante contraste entre a concentração da renda e da terra nas mãos de uma restrita elite, e a ampla e generalizada miséria vivenciada pela grande massa da população rural.

Entretanto, a própria dinâmica da transformação capitalista, como vimos, imprimia novas facetas à questão agrária brasileira, que exigiam novos esforços de análise e interpretação. Nesse contexto, duas problemáticas assumiam centralidade.

De um lado, era preciso compreender a natureza, o ritmo e as condicionantes da penetração da dinâmica capitalista no campo, entendida como elemento necessário para a transformação das estruturas “arcaicas” que lhe caracterizavam. Além disso, era preciso reconhecer os efeitos da penetração da dinâmica capitalista no campo sobre as condições de vida da população rural e sobre o próprio funcionamento da economia agrária, visualizando como os diferentes espaços do heterogêneo campo brasileiro se articulavam ao processo mais amplo de desenvolvimento capitalista.

Doutro lado, o processo de desenvolvimento capitalista trazia para o centro do debate à questão da “refuncionalização” do setor agrário no tocante ao conjunto do sistema econômico. Afinal, antes setor-chave da acumulação, dele se passava a exigir que cumprisse o papel de “alimentar” o setor industrial em ascensão, seja através do fornecimento de alimentos e matérias-primas consumidas principalmente nas cidades, seja pelo fornecimento de divisas suficientes para a importação de progresso técnico.

É por essa razão que a questão agrária se apresentou como um problema teórico, um objeto de estudo e reflexão, para aqueles que, visualizando e buscando interferir no momento de transição vivido pelo Brasil no período em questão, reconheciam sua dimensão histórica de superação do passado e estabelecimento das condições para o desenvolvimento futuro.

Nesse contexto, a resolução da questão agrária aparecia, nas interpretações sobre as quais nos debruçamos, uma medida complexa, árdua e multifacetada, mas essencialmente necessária para que a transformação capitalista em curso assumisse uma feição democrática e orientada pela justiça social. Em síntese, a resolução da questão agrária figurava como etapa necessária para a edificação da “civilização brasileira”.

No capítulo seguinte, propusemos uma interpretação própria do processo de transformação do meio rural brasileiro entre 1930 e 1964. Nesse momento, nosso olhar

se direcionou para o fenômeno da acumulação e reprodução ampliada do capital, de modo a identificar seus efeitos sobre a economia agrária, bem como compreender as formas de articulação entre esta economia e a acumulação capitalista no Brasil.

A acumulação capitalista, como postulado pela teoria marxista, é, em essência, a reposição em escala crescente das próprias condições de existência do capital como relação social. Dessa forma, o capital reproduz, por sua própria dinâmica, a separação entre o trabalho vivo e o trabalho morto, acumulado e centralizado. Foi por este ângulo que buscamos reconstituir e interpretar a transformação da estrutura social do campo brasileiro no período 1930-1964.

Ao examinarmos a estrutura social do campo brasileiro e sua evolução no período em questão, destacamos a existência de dois diferentes setores – o capitalista, em que predominava o emprego de força de trabalho mediante o assalariamento, e o camponês, baseado no uso da força de trabalho familiar não remunerada. Argumentamos que a evolução destes dois setores eram, em essência, partes de um mesmo movimento, que possuía no setor capitalista sua determinação central. Isso porque as mudanças operadas no setor capitalista repercutiam na totalidade da estrutura social do campo, determinando uma forma específica de evolução do setor camponês como elemento subordinado.

Indicamos que as mudanças ocorridas no setor capitalista se orientavam para uma elevação da produtividade do trabalho, em razão de mudanças nas formas de organização da produção e exploração de força de trabalho pelas unidades capitalistas, e por uma absorção, mesmo que parcial e espacialmente restrita, de progresso técnico. Promovia-se, portanto, em parte da economia agrária do país, uma intensificação da produção de teor capitalista, ainda que gradativa e diferenciada em suas formas de manifestação espacial e setorial.

Parte do aumento da produção agropecuária no período em questão pode ser indicada como uma decorrência destas mudanças na organização interna das unidades produtivas do setor capitalista. Ao promover tal intensificação capitalista, entretanto, estas unidades produtivas não só geravam um volume crescente de produtos agrícolas a ser absorvido pelo sistema econômico, mas também alteravam o ritmo de absorção de força de trabalho, reduzindo proporcionalmente a demanda de mão de obra neste setor.

O crescimento da força de trabalho rural, no cenário de contração relativa e em alguns casos absoluta da demanda por trabalho no setor capitalista da economia agrária,

implicou, assim, no crescimento de uma “população excedente” que se reproduzia em pequenas unidades produtivas “camponesas”. O crescimento do setor camponês aparecia, portanto, como produto das mudanças internas ao setor capitalista no sentido da elevação da produtividade do trabalho e “expulsão” dos custos de reprodução da força de trabalho de dentro de suas unidades produtivas.

O fato de as relações de produção desenvolvidas no interior do setor camponês não serem propriamente capitalistas não significava que este setor não se encontrava articulado à economia geral, cujo centro dinâmico era o modo de produção capitalista e que agora possuía na unidade industrial seu motor central. Pelo contrário, o crescimento do setor camponês da economia agrária se realizou simultaneamente à sua progressiva vinculação ao mercado, seja como vendedor de produtos agrícolas, seja como consumidor de produtos, sobretudo manufaturados ou industrializados.

Enquanto o setor camponês pôde crescer, absorvendo uma quantidade de terras e, principalmente, de força de trabalho que não encontrava emprego no setor capitalista da economia agrária, maior foi o volume de sua produção que pôde ser absorvido pelo mercado, tornando a produção camponesa fonte crucial para o abastecimento da população rural e urbana com gêneros agrícolas, sobretudo os mais simples.

A absorção deste excedente, contudo, se fazia através de mecanismos de “exploração estrutural” deste campesinato, estabelecidos pelo mercado capitalista e pela dinâmica de acumulação de capital, que resultavam numa crescente “sucção da renda do trabalho” dessa massa camponesa. Conseqüentemente, o camponês se via na condição de intensificar sua “autoexploração”, pela via do “sobretabalho” e do “subconsumo”, como expediente necessário tão somente para garantir sua subsistência, em condições que lhe eram progressivamente adversas.

Nesse contexto, a expansão de um setor “não capitalista” ou “camponês” da economia agrária nas áreas de fronteira agrícola aberta, da agricultura periférica, ou mesmo nos interstícios da agricultura de moldes capitalistas, articulava-se ao processo global de acumulação capitalista no país, que tinha nas cidades, e particularmente em São Paulo, o seu polo dinâmico.

A expansão deste setor camponês assumia, portanto, um conteúdo eminentemente capitalista, tanto por ser determinada pelos movimentos oriundos do setor capitalista urbano e rural, quanto pelo fato do excedente por ele produzido vincular-se

estruturalmente à economia capitalista pela ação externa ou “estrutural” do capital comercial e financeiro.

De certa forma, nossa investigação sobre a evolução da economia agrária brasileira no período 1930-1964 nos permitiu visualizar uma tendência que viria a se confirmar e se aprofundar em etapas seguintes de nossa evolução, qual seja, a progressiva diferenciação da economia agrária brasileira, resultante da penetração do capitalismo no campo e da “abertura do complexo rural”.

De um lado, vimos, em nosso período de estudo, um setor propriamente capitalista da economia agrária, cuja evolução orientava-se para o aumento da produtividade do trabalho e para a “expulsão dos custos de reprodução da força de trabalho” para fora das unidades produtivas. Não vemos aí, em germe, o que viria a se tornar – após uma evolução que não poderíamos reconstituir nesse momento – o atual agronegócio brasileiro? Uma economia agropecuária moderna, dotada de alto nível tecnológico, mas concentradora de renda e geradora de poucos empregos, em sua maioria desempenhados pelo empobrecido trabalhador completamente proletarizado (o “bóia-fria”)?

De outro lado, vimos, como parte integrante desta mesma dinâmica, o crescimento de um setor camponês, não propriamente capitalista, cuja importância na estrutura social brasileira crescia, mas que vivenciava simultaneamente um processo árduo e contínuo de empobrecimento. Não vemos, aí, o que viria se tornar, de um lado, o amplo setor de agricultura familiar brasileiro e, de outro, os numerosos trabalhadores rurais sem terra cuja reivindicação é a democratização da estrutura agrária brasileira?

O atual meio rural brasileiro nos parece, assim, fruto do desenvolvimento das contradições que decorrem da irresolução da questão agrária. Ao bloquear-se a democratização da estrutura agrária brasileira, o resultado não poderia ser outro do que o aprofundamento e a reprodução sob novas faces das problemáticas e contradições que se mostravam candentes já em meados do século XX, e cuja dinâmica buscamos reconstituir no presente trabalho.

Os efeitos da irresolução da questão agrária, aliás, nos parecem transcender o meio rural, tendo sido elemento definidor da forma de desenvolvimento capitalista que houve no país.

A evolução da economia agrária brasileira que buscamos sintetizar acima permite afirmar que o desenvolvimento capitalista no Brasil, e particularmente sua penetração no campo, ao menos o início da década de 1960, não implicou numa tendência à completa generalização da relação social de produção típica deste modo de produção, o assalariamento. Pelo contrário, o que nossa análise revelou foi uma tendência de conservação, recriação e mesmo expansão de outros modos de produção e formas de reprodução da vida não “propriamente capitalistas”.

De fato, o desenvolvimento capitalista, e, particularmente, a elevação do coeficiente orgânico do capital – elevando-se a participação do capital no processo de produção, em detrimento do produtor direto – gera resultados ambíguos: se de um lado cria novos postos de trabalho assalariado e impõe a proletarização de uma cada vez maior camada da sociedade, por outro reduz proporcionalmente a demanda por mão de obra através de sua substituição por capital. Consequentemente, o desenvolvimento capitalista dá lugar a uma crescente “população excedente” em relação à demanda por mão de obra nas atividades capitalistas, na forma de um “exército industrial de reserva”, como já havia sido indicado por Marx.

No capitalismo periférico, esta tendência é ainda mais acentuada. A existência de uma ampla oferta de mão de obra, quando associada à importação pelos países da periferia de tecnologias capital-intensivas provenientes das nações centrais, dá lugar a um desequilíbrio estrutural na utilização dos fatores de produção, na forma de um “excedente estrutural de força de trabalho”, como identificou Celso Furtado.

Nesse contexto, ao menos parte deste “excedente estrutural de força de trabalho” deve buscar prover sua subsistência através de formas “não propriamente capitalistas”, como o camponês que vende parte ou a totalidade de sua produção no mercado ou o trabalhador “informal” da economia urbana.

Qual o efeito da irresolução da questão agrária sobre as condições de existência e reprodução deste “excedente estrutural de força de trabalho”? Não seria a reforma agrária uma forma de dar condições para que esta “população excedente” melhor se integrasse à estrutura social capitalista em formação? Ao atenuar a pobreza em massa no campo, oferecendo condições econômicas e sociais para uma melhor integração do “campesinato” à estrutura social, uma reforma agrária não teria sido capaz de conter o violento êxodo rural? Contido o êxodo rural, não teriam os trabalhadores rurais e urbanos

melhores condições de barganha, o que lhes permitiria obter salários mais altos e uma melhor qualidade de vida? Nesse contexto diverso, poderíamos superar a “dissociação entre desenvolvimento capitalista e democracia” que marca nossa evolução histórica?

Trata-se de questionamentos que atiçam a curiosidade, por mais que não deixem de ser apenas conjecturas. Atendo-se ao efetivamente ocorrido, é certo que, tendo se mantido irresolvidas a questão da terra e do estatuto da força de trabalho, como diria Francisco de Oliveira, o desenvolvimento capitalista no Brasil deu lugar tanto a uma crescente camada proletária que se integrava à ordem social em edificação através do assalariamento “regular” ou “formal”, quanto a uma camada de “marginalizados” de mesma ou maior dimensão, cuja inserção na estrutura produtiva só podia se fazer sob condições “anormais” e precárias, as quais tornavam praticamente impossível a ascensão social e a melhora de suas condições de vida.

O desenvolvimento capitalista no Brasil não se processou desvinculado destas atividades ou modos de produção “não capitalistas” que se desenvolveram às suas margens ou em seus interstícios. Pelo contrário, a dinâmica da acumulação capitalista progressivamente “subordinou” estes diferentes modos de produção, deles extraindo sob diversas formas um excedente e um esforço produtivo que se articulava e impulsionava a acumulação no polo capitalista.

Não obstante estas formas de articulação entre o “centro capitalista” e a “periferia não capitalista”, a população que nela se reproduzia manteve-se em posição subordinada, como uma camada de “excluídos” do sistema. A cada etapa, o contraste entre a crescente produção de riqueza no polo capitalista e a reprodução em condições de miséria de uma larga parcela da população brasileira assumia novos e mais perversos contornos.

A desigualdade, em si, não configurava algo de novo na sociedade brasileira. Ela de fato é a marca que nossa sociedade carrega desde o início da colonização de seu território. De certa forma, o desenvolvimento capitalista não fez mais do que cristalizar tais desigualdades. Mas isso é uma verdade parcial.

Se a desigualdade de renda e poder estava inscrita no próprio “sentido da colonização” e constituía a estrutura íntima do “subdesenvolvimento”, sua permanência na sociedade brasileira não estava garantida “desde sempre e para sempre”. Pelo contrário, neste trabalho acompanhamos de perto um fragmento de geração que mirava à

frente e via, na construção da “nação” e da “civilização” brasileira, a negação completa deste passado recente do país.

A derrota política que lhes foi imposta em 1964 configurou a imposição de uma forma completamente diversa de “desenvolvimento”, que não se orientou para superar o que restava da colônia, mas renová-lo, tornando as desigualdades históricas recicladas e adequadas aos novos tempos os alicerces do que se tornaria a sociedade capitalista mais desigual do mundo. E, assim, a pobreza, a desigualdade e a exclusão que caracterizavam o mundo rural brasileiro, reflexo cristalino de nosso *status* colonial, ao invés de serem superados pelas forças “civilizatórias” da “modernização”, projetaram-se sobre a sociedade capitalista urbana-industrial que se constituiu no país, atualizando-se.

Nos restou, no lugar do Estado democrático, a autocracia burguesa, a violência institucionalizada e a exceção permanente; no lugar da cidadania e da justiça social, a exclusão estrutural, a desigualdade escancarada e a “viração” como norma; no lugar do desenvolvimento nacional, o capitalismo selvagem, dependente e extrativista, a recriação das formas mais opressivas de dilapidação do ser humano e da natureza e a elevação em grau da contradição entre acumulação e miséria.

## **ANEXO ESTADÍSTICO**

**Tabela XVI.1 – Nº e área dos estabelecimentos, por classes de área e estados da Federação [1940]**

Estados/País	Total de Estab.	Área Total	Menos de 10ha		10-100ha		100-200ha		200-1000		Mais de 1000	
			Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área
Brasil	1.904.589	197.720.247	654.557	2.893.439	975.438	33.112.160	123.008	17.178.729	120.810	49.006.270	27.812	95.529.649
Acre	1.047	6.914.709	233	1.079	307	10.830	48	6.023	76	38.126	334	6.859.730
Amazonas	21.897	8.500.687	9.047	31.473	7.422	229.475	1.168	163.251	2.588	1.248.869	1.560	6.827.619
Pará	58.135	10.082.027	21.019	66.616	29.169	925.944	2.706	373.228	3.413	1.426.929	1.597	7.289.310
Maranhão	95.228	3.008.576	81.054	179.825	7.949	348.202	2.243	318.548	2.284	911.732	467	1.250.269
Piauí	32.496	4.811.438	10.008	47.844	13.253	508.340	4.086	586.116	4.319	1.749.602	786	1.919.536
Ceará	93.382	8.605.954	25.920	107.354	49.064	1.877.153	9.272	1.303.212	7.994	3.129.595	920	2.188.640
Rio Grande do Norte	34.392	3.321.486	9.536	46.927	18.360	629.824	3.202	450.022	2.857	1.090.018	435	1.104.695
Paraíba	65.137	3.548.285	26.816	126.201	32.027	970.456	3.103	436.239	2.759	1.088.525	425	926.864
Pernambuco	123.266	3.875.789	75.685	336.356	40.280	1.144.256	3.504	495.956	3.492	1.391.238	295	507.983
Alagoas	32.781	1.437.266	20.874	81.734	9.868	273.800	829	117.522	935	404.296	241	559.914
Sergipe	34.579	870.654	24.579	82.936	8.422	245.088	808	116.501	691	262.867	66	163.262
Bahia	226.343	13.408.150	94.669	432.214	108.989	3.445.502	11.378	1.539.873	9.613	3.701.999	1.394	4.288.562
Minas Gerais	284.685	33.475.881	60.384	341.047	162.317	6.348.826	30.126	4.307.764	27.446	11.077.652	4.282	11.400.592
Espírito Santo	41.919	1.988.231	5.337	35.055	32.980	1.168.755	2.553	331.917	984	343.420	64	109.084
Rio de Janeiro	48.389	3.316.043	16.122	89.836	25.728	896.634	3.261	467.001	2.911	1.169.078	324	693.494
Distrito Federal	7.994	48.578	7.120	22.661	862	17.690	16	2.198	16	6.029	0	0
São Paulo	252.615	18.579.827	82.923	433.514	139.610	4.757.774	14.848	2.114.048	12.855	5.176.954	2.222	6.097.537
Paraná	64.397	6.252.480	12.811	72.499	41.006	1.489.151	5.405	756.108	4.297	1.700.951	839	2.233.771
Santa Catarina	88.469	4.862.296	19.573	95.472	61.323	1.902.035	4.084	547.488	2.915	1.135.415	518	1.181.886
Rio Grande do Sul	230.722	20.441.815	37.457	209.976	166.420	5.076.855	11.119	1.543.561	12.196	5.301.824	3.520	8.309.599
Mato Grosso	10.022	20.707.406	659	2.869	1.903	80.692	1.605	226.842	2.774	1.274.110	2.904	19.122.893
Goiás	55.908	19.603.521	12.725	49.755	17.586	736.328	7.515	959.380	13.359	5.367.007	4.617	12.491.051

**Tabela XVI.2 - Nº e área dos estabelecimentos, por classes de área e estados da Federação [1950]**

Estados/País	Total de Estab.	Área Total	Menos de 10ha		10-100ha		100-200ha		200-1000ha		Mais de 1000ha	
			Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área
Brasil	2.064.642	232.211.106	710.934	3.025.372	1.052.557	35.562.747	131.462	18.337.278	136.697	57.183.439	32.628	118.102.270
Guaporé	530	693.775	114	508	190	6.360	87	12.026	82	34.950	57	639.931
Acre	1.701	8.897.883	396	2.114	767	24.461	67	9.349	116	44.770	355	8.817.189
Amazonas	15.220	5.592.863	6.185	26.164	5.835	171.493	780	96.216	1.346	710.332	950	4.588.658
Rio Branco	445	595.795	35	60	5	138	19	2.215	225	127.236	141	466.146
Pará	59.877	6.593.399	23.201	83.630	31.687	994.983	2.389	315.133	1.903	758.063	671	4.441.590
Amapá	454	734.232	10	42	63	2.842	15	1.766	156	100.104	192	629.478
Maranhão	95.165	9.538.144	75.385	188.856	9.120	353.401	3.120	454.406	5.624	2.644.627	1.870	5.896.854
Piauí	34.106	7.876.552	7.580	35.510	14.982	614.189	4.418	620.754	5.812	2.448.106	1.313	4.157.993
Ceará	86.690	10.200.877	19.607	92.810	46.870	1.836.995	9.902	1.405.803	8.930	3.495.059	1.375	3.370.210
Rio Grande do Norte	34.391	3.768.839	11.508	50.538	16.466	595.674	3.057	429.549	2.877	1.150.447	476	1.542.631
Paraíba	69.117	3.606.939	34.491	146.333	28.323	868.054	3.081	415.835	2.776	1.090.051	444	1.086.666
Pernambuco	172.268	5.022.682	122.466	431.350	41.296	1.223.726	3.958	558.242	4.050	1.652.913	497	1.156.451
Alagoas	51.961	1.482.793	37.586	124.726	11.951	341.013	1.077	151.447	1.150	489.609	195	375.998
Sergipe	42.769	1.111.645	29.036	92.176	11.596	340.856	1.111	159.271	948	372.965	78	146.377
Bahia	258.043	15.732.988	112.021	481.629	119.233	3.857.307	13.493	1.767.727	11.538	4.340.400	1.752	5.285.925
Minas Gerais	265.559	36.633.521	51.641	279.852	149.030	5.909.937	30.267	4.337.855	29.509	12.040.653	5.109	14.065.224
Serra dos Aimorés	4.273	351.890	101	771	3.493	141.835	398	55.439	253	97.145	28	56.700
Espírito Santo	44.170	2.524.873	3.400	19.472	35.389	1.306.591	3.651	466.335	1.627	543.700	102	188.775
Rio de Janeiro	40.652	3.177.395	14.468	73.378	20.310	701.473	2.701	384.059	2.744	1.095.516	429	922.969
Distrito Federal	5.266	41.331	4.341	12.709	886	16.921	23	3.042	14	4.522	2	4.137
São Paulo	221.611	19.007.582	65.003	373.682	124.778	4.319.317	15.149	2.134.303	14.037	5.709.027	2.554	6.471.253
Paraná	89.461	8.032.743	14.941	90.241	61.526	2.230.484	7.441	1.032.219	4.729	1.844.046	822	2.835.753
Santa Catarina	104.429	5.318.262	20.722	107.306	76.373	2.299.561	4.096	540.781	2.714	1.059.994	522	1.310.620
Rio Grande do Sul	286.733	22.069.375	47.724	266.340	211.274	6.033.114	11.599	1.599.669	12.548	5.403.801	3.586	8.766.451
Mato Grosso	16.015	29.016.613	1.380	6.731	4.792	177.987	1.332	178.841	4.208	2.010.149	4.298	26.642.905
Goiás	63.736	24.588.115	7.592	38.444	26.322	1.194.035	8.231	1.204.996	16.781	7.915.254	4.810	14.235.386

**Tabela XVI.3 - Nº e área dos estabelecimentos, por classes de área e estados da Federação [1960]**

Estados/País	Total de Estab.	Área Total	Menos de 10ha		10-100ha		100-200ha		200-1000ha		Mais de 1000ha	
			Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área
Brasil	3.337.769	249.862.142	1.495.020	5.952.381	1.491.415	47.566.290	157.422	21.764.444	157.409	64.265.011	32.480	110.314.016
Rondônia	1.012	303.316	106	482	767	26.684	35	4.709	85	33.337	19	238.104
Acre	3.676	9.386.075	779	4.396	2.013	46.760	183	25.578	204	75.604	490	9.233.737
Amazonas	48.477	6.398.804	31.537	129.890	15.014	310.746	667	80.496	719	323.002	533	5.554.670
Roraima	873	869.582	134	477	128	2.983	73	9.194	262	148.389	276	708.539
Pará	83.180	5.253.272	34.770	131.294	39.040	1.215.059	3.054	415.341	2.758	1.054.425	581	2.437.153
Amapá	1.023	1.242.037	190	633	490	18.199	74	9.119	148	76.190	113	1.137.896
Maranhão	261.865	8.215.613	229.522	522.300	19.902	660.002	3.934	531.540	6.323	2.671.524	1.524	3.830.247
Piauí	87.303	9.106.820	38.219	104.448	32.405	1.193.806	7.239	977.287	8.014	3.182.471	1.422	3.648.808
Ceará	122.576	10.943.939	34.657	158.817	65.971	2.452.176	11.490	1.624.826	9.258	3.640.736	1.199	3.067.384
Rio Grande do Norte	49.840	3.686.148	20.838	84.922	22.078	749.583	3.329	457.041	3.144	1.248.122	449	1.146.480
Paraíba	117.836	4.070.228	72.471	255.669	37.773	1.082.397	3.687	482.112	3.460	1.289.801	445	960.249
Pernambuco	259.723	5.924.630	199.021	587.487	50.627	1.497.378	4.719	661.836	4.775	1.933.648	551	1.244.281
Alagoas	62.484	1.907.396	43.305	150.952	16.012	463.870	1.445	202.829	1.496	584.748	226	504.997
Sergipe	65.014	1.469.446	47.140	133.212	15.320	457.443	1.291	183.600	1.156	444.347	107	250.844
Bahia	381.473	17.666.218	187.951	748.108	161.095	5.187.515	16.522	2.162.867	14.106	5.264.784	1.739	4.302.944
Minas Gerais	371.859	38.339.045	100.857	546.265	199.658	7.520.351	34.419	4.914.932	32.081	12.999.802	4.827	12.357.695
Serra dos Aimorés	22.424	884.098	2.229	12.704	18.731	497.330	979	120.242	441	144.827	44	108.995
Espírito Santo	54.795	2.888.667	6.527	39.794	42.587	1.540.580	3.890	504.529	1.691	580.544	100	223.220
Rio de Janeiro	51.697	2.976.224	21.941	116.584	24.044	788.825	2.784	394.726	2.604	1.028.533	322	647.556
Guanabara	6.258	46.781	5.286	15.628	947	17.396	12	1.751	9	4.006	3	8.000
São Paulo	317.374	19.303.948	145.760	763.295	139.021	4.555.385	15.595	2.191.622	14.505	5.897.805	2.486	5.895.841
Paraná	269.146	11.384.934	93.477	523.892	159.087	4.741.381	9.363	1.291.998	6.204	2.392.629	915	2.435.034
Santa Catarina	158.268	5.948.950	48.513	235.532	101.737	2.882.296	4.578	600.539	2.858	1.112.192	454	1.118.391
Rio Grande do Sul	380.201	21.659.406	100.132	526.768	252.465	6.717.311	12.005	1.633.781	12.475	5.274.872	3.122	7.506.674
Mato Grosso	48.104	30.969.873	13.560	63.807	20.877	632.937	2.446	324.279	5.998	2.768.217	5.219	27.180.633
Goiás	111.015	28.877.314	16.071	94.886	53.505	2.302.291	13.586	1.954.126	22.563	10.054.522	5.284	14.471.489
Distrito Federal	273	139.378	27	139	121	5.606	23	3.544	72	35.934	30	94.155

**Tabela XVII.1 – Participação dos estabelecimentos no total de estabelecimentos e na área ocupada, por classes de área e estados [1940]**

Estados/País	Total de Estab.	Área Total	Menos de 10ha		10-100ha		100-200ha		200-1000		Mais de 1000	
			Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área
Brasil	1.904.589	197.720.247	34,4	1,5	51,2	16,7	6,5	8,7	6,3	24,8	1,5	48,3
Acre	1.047	6.914.709	22,3	0,0	29,3	0,2	4,6	0,1	7,3	0,6	31,9	99,2
Amazonas	21.897	8.500.687	41,3	0,4	33,9	2,7	5,3	1,9	11,8	14,7	7,1	80,3
Pará	58.135	10.082.027	36,2	0,7	50,2	9,2	4,7	3,7	5,9	14,2	2,7	72,3
Maranhão	95.228	3.008.576	85,1	6,0	8,3	11,6	2,4	10,6	2,4	30,3	0,5	41,6
Piauí	32.496	4.811.438	30,8	1,0	40,8	10,6	12,6	12,2	13,3	36,4	2,4	39,9
Ceará	93.382	8.605.954	27,8	1,2	52,5	21,8	9,9	15,1	8,6	36,4	1,0	25,4
Rio Grande do Norte	34.392	3.321.486	27,7	1,4	53,4	19,0	9,3	13,5	8,3	32,8	1,3	33,3
Paraíba	65.137	3.548.285	41,2	3,6	49,2	27,4	4,8	12,3	4,2	30,7	0,7	26,1
Pernambuco	123.266	3.875.789	61,4	8,7	32,7	29,5	2,8	12,8	2,8	35,9	0,2	13,1
Alagoas	32.781	1.437.266	63,7	5,7	30,1	19,1	2,5	8,2	2,9	28,1	0,7	39,0
Sergipe	34.579	870.654	71,1	9,5	24,4	28,1	2,3	13,4	2,0	30,2	0,2	18,8
Bahia	226.343	13.408.150	41,8	3,2	48,2	25,7	5,0	11,5	4,2	27,6	0,6	32,0
Minas Gerais	284.685	33.475.881	21,2	1,0	57,0	19,0	10,6	12,9	9,6	33,1	1,5	34,1
Espírito Santo	41.919	1.988.231	12,7	1,8	78,7	58,8	6,1	16,7	2,3	17,3	0,2	5,5
Rio de Janeiro	48.389	3.316.043	33,3	2,7	53,2	27,0	6,7	14,1	6,0	35,3	0,7	20,9
Distrito Federal	7.994	48.578	89,1	46,6	10,8	36,4	0,2	4,5	0,2	12,4	0,0	0,0
São Paulo	252.615	18.579.827	32,8	2,3	55,3	25,6	5,9	11,4	5,1	27,9	0,9	32,8
Paraná	64.397	6.252.480	19,9	1,2	63,7	23,8	8,4	12,1	6,7	27,2	1,3	35,7
Santa Catarina	88.469	4.862.296	22,1	2,0	69,3	39,1	4,6	11,3	3,3	23,4	0,6	24,3
Rio Grande do Sul	230.722	20.441.815	16,2	1,0	72,1	24,8	4,8	7,6	5,3	25,9	1,5	40,7
Mato Grosso	10.022	20.707.406	6,6	0,0	19,0	0,4	16,0	1,1	27,7	6,2	29,0	92,3
Goiás	55.908	19.603.521	22,8	0,3	31,5	3,8	13,4	4,9	23,9	27,4	8,3	63,7

**Tabela XVII.2 - Participação dos estabelecimentos no total de estabelecimentos e na área ocupada, por classes de área e estados [1950]**

Estados/País	Total de Estab.	Área Total	Menos de 10ha		10-100ha		100-200ha		200-1000		Mais de 1000	
			Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área
Brasil	2.064.642	232.211.106	34,4	1,3	51,0	15,3	6,4	7,9	6,6	24,6	1,6	50,9
Guaporé	530	693.775	21,5	0,1	35,8	0,9	16,4	1,7	15,5	5,0	10,8	92,2
Acre	1.701	8.897.883	23,3	0,0	45,1	0,3	3,9	0,1	6,8	0,5	20,9	99,1
Amazonas	15.220	5.592.863	40,6	0,5	38,3	3,1	5,1	1,7	8,8	12,7	6,2	82,0
Rio Branco	445	595.795	7,9	0,0	1,1	0,0	4,3	0,4	50,6	21,4	31,7	78,2
Pará	59.877	6.593.399	38,7	1,3	52,9	15,1	4,0	4,8	3,2	11,5	1,1	67,4
Amapá	454	734.232	2,2	0,0	13,9	0,4	3,3	0,2	34,4	13,6	42,3	85,7
Maranhão	95.165	9.538.144	79,2	2,0	9,6	3,7	3,3	4,8	5,9	27,7	2,0	61,8
Piauí	34.106	7.876.552	22,2	0,5	43,9	7,8	13,0	7,9	17,0	31,1	3,8	52,8
Ceará	86.690	10.200.877	22,6	0,9	54,1	18,0	11,4	13,8	10,3	34,3	1,6	33,0
Rio Grande do Norte	34.391	3.768.839	33,5	1,3	47,9	15,8	8,9	11,4	8,4	30,5	1,4	40,9
Paraíba	69.117	3.606.939	49,9	4,1	41,0	24,1	4,5	11,5	4,0	30,2	0,6	30,1
Pernambuco	172.268	5.022.682	71,1	8,6	24,0	24,4	2,3	11,1	2,4	32,9	0,3	23,0
Alagoas	51.961	1.482.793	72,3	8,4	23,0	23,0	2,1	10,2	2,2	33,0	0,4	25,4
Sergipe	42.769	1.111.645	67,9	8,3	27,1	30,7	2,6	14,3	2,2	33,6	0,2	13,2
Bahia	258.043	15.732.988	43,4	3,1	46,2	24,5	5,2	11,2	4,5	27,6	0,7	33,6
Minas Gerais	265.559	36.633.521	19,4	0,8	56,1	16,1	11,4	11,8	11,1	32,9	1,9	38,4
Serra dos Aimorés	4.273	351.890	2,4	0,2	81,7	40,3	9,3	15,8	5,9	27,6	0,7	16,1
Espírito Santo	44.170	2.524.873	7,7	0,8	80,1	51,7	8,3	18,5	3,7	21,5	0,2	7,5
Rio de Janeiro	40.652	3.177.395	35,6	2,3	50,0	22,1	6,6	12,1	6,7	34,5	1,1	29,0
Distrito Federal	5.266	41.331	82,4	30,7	16,8	40,9	0,4	7,4	0,3	10,9	0,0	10,0
São Paulo	221.611	19.007.582	29,3	2,0	56,3	22,7	6,8	11,2	6,3	30,0	1,2	34,0
Paraná	89.461	8.032.743	16,7	1,1	68,8	27,8	8,3	12,9	5,3	23,0	0,9	35,3
Santa Catarina	104.429	5.318.262	19,8	2,0	73,1	43,2	3,9	10,2	2,6	19,9	0,5	24,6
Rio Grande do Sul	286.733	22.069.375	16,6	1,2	73,7	27,3	4,0	7,2	4,4	24,5	1,3	39,7
Mato Grosso	16.015	29.016.613	8,6	0,0	29,9	0,6	8,3	0,6	26,3	6,9	26,8	91,8
Goiás	63.736	24.588.115	11,9	0,2	41,3	4,9	12,9	4,9	26,3	32,2	7,5	57,9

**Tabela XVII.3 - Participação dos estabelecimentos no total de estabelecimentos e na área ocupada, por classes de área e estados [1960]**

Estados/País	Total de Estab.	Área Total	Menos de 10ha		10-100ha		100-200ha		200-1000ha		Mais de 1000ha	
			Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área
Brasil	3.337.769	249.862.142	44,8	2,4	44,7	19,0	4,7	8,7	4,7	25,7	1,0	44,1
Rondônia	1.012	303.316	10,5	0,2	75,8	8,8	3,5	1,6	8,4	11,0	1,9	78,5
Acre	3.676	9.386.075	21,2	0,0	54,8	0,5	5,0	0,3	5,5	0,8	13,3	98,4
Amazonas	48.477	6.398.804	65,1	2,0	31,0	4,9	1,4	1,3	1,5	5,0	1,1	86,8
Roraima	873	869.582	15,3	0,1	14,7	0,3	8,4	1,1	30,0	17,1	31,6	81,5
Pará	83.180	5.253.272	41,8	2,5	46,9	23,1	3,7	7,9	3,3	20,1	0,7	46,4
Amapá	1.023	1.242.037	18,6	0,1	47,9	1,5	7,2	0,7	14,5	6,1	11,0	91,6
Maranhão	261.865	8.215.613	87,6	6,4	7,6	8,0	1,5	6,5	2,4	32,5	0,6	46,6
Piauí	87.303	9.106.820	43,8	1,1	37,1	13,1	8,3	10,7	9,2	34,9	1,6	40,1
Ceará	122.576	10.943.939	28,3	1,5	53,8	22,4	9,4	14,8	7,6	33,3	1,0	28,0
Rio Grande do Norte	49.840	3.686.148	41,8	2,3	44,3	20,3	6,7	12,4	6,3	33,9	0,9	31,1
Paraíba	117.836	4.070.228	61,5	6,3	32,1	26,6	3,1	11,8	2,9	31,7	0,4	23,6
Pernambuco	259.723	5.924.630	76,6	9,9	19,5	25,3	1,8	11,2	1,8	32,6	0,2	21,0
Alagoas	62.484	1.907.396	69,3	7,9	25,6	24,3	2,3	10,6	2,4	30,7	0,4	26,5
Sergipe	65.014	1.469.446	72,5	9,1	23,6	31,1	2,0	12,5	1,8	30,2	0,2	17,1
Bahia	381.473	17.666.218	49,3	4,2	42,2	29,4	4,3	12,2	3,7	29,8	0,5	24,4
Minas Gerais	371.859	38.339.045	27,1	1,4	53,7	19,6	9,3	12,8	8,6	33,9	1,3	32,2
Serra dos Aimorés	22.424	884.098	9,9	1,4	83,5	56,3	4,4	13,6	2,0	16,4	0,2	12,3
Espírito Santo	54.795	2.888.667	11,9	1,4	77,7	53,3	7,1	17,5	3,1	20,1	0,2	7,7
Rio de Janeiro	51.697	2.976.224	42,4	3,9	46,5	26,5	5,4	13,3	5,0	34,6	0,6	21,8
Guanabara	6.258	46.781	84,5	33,4	15,1	37,2	0,2	3,7	0,1	8,6	0,0	17,1
São Paulo	317.374	19.303.948	45,9	4,0	43,8	23,6	4,9	11,4	4,6	30,6	0,8	30,5
Paraná	269.146	11.384.934	34,7	4,6	59,1	41,6	3,5	11,3	2,3	21,0	0,3	21,4
Santa Catarina	158.268	5.948.950	30,7	4,0	64,3	48,5	2,9	10,1	1,8	18,7	0,3	18,8
Rio Grande do Sul	380.201	21.659.406	26,3	2,4	66,4	31,0	3,2	7,5	3,3	24,4	0,8	34,7
Mato Grosso	48.104	30.969.873	28,2	0,2	43,4	2,0	5,1	1,0	12,5	8,9	10,8	87,8
Goiás	111.015	28.877.314	14,5	0,3	48,2	8,0	12,2	6,8	20,3	34,8	4,8	50,1
Distrito Federal	273	139.378	9,9	0,1	44,3	4,0	8,4	2,5	26,4	25,8	11,0	67,6

**Tabela XVIII.1 – Estimativa da distribuição da PEA Agrícola (SP, MG, RS), por classes sociais e ocupações [1940-1960]**

Categorias	São Paulo						Minas Gerais						Rio Grande do Sul					
	1950			1960			1950			1960			1950			1960		
	Nº*	(%)	Var.	Nº	(%)	Var.	Nº	(%)	Var.	Nº	(%)	Var.	Nº	(%)	Var.	Nº	(%)	Var.
<i>Empregadores</i>	59,6	3,9	-	43,7	2,5	-26,7	78,7	4,2	-	54,9	2,6	-30,2	23,1	2,2	-	11,9	0,9	-48,2
<i>Proprietários</i>	341,9	22,3	-	476,0	27,6	39,2	614,2	32,9	-	911,8	43,6	48,4	684,5	63,9	-	869,3	65,2	27,0
<i>Arrendatários/Ocupantes</i>	205,8	13,4	-	319,5	18,5	55,3	55,3	3,0	-	88,9	4,2	60,7	161,6	15,1	-	255,1	19,1	57,8
<i>Arrendatários</i>	179,7	11,7	-	297,7	17,2	65,6	31,9	1,7	-	60,1	2,9	88,6	51,4	4,8	-	136,3	10,2	165,4
<i>Ocupantes</i>	26,0	1,7	-	21,9	1,3	-16,0	23,5	1,3	-	28,8	1,4	22,7	110,2	10,3	-	118,8	8,9	7,7
<i>Empregados</i>	924,4	60,4	-	888,0	51,4	-3,9	1.120,4	60,0	-	1.036,4	49,5	-7,5	202,2	18,9	-	197,7	14,8	-2,3
<i>Permanentes</i>	519,6	33,9	-	419,7	24,3	-19,2	229,7	12,3	-	232,8	11,1	1,4	50,0	4,7	-	56,8	4,3	13,7
<i>Temporários</i>	170,4	11,1	-	292,8	17,0	71,8	523,8	28,0	-	511,3	24,4	-2,4	107,9	10,1	-	119,2	8,9	10,5
<i>Parceiros</i>	234,3	15,3	-	139,5	8,1	-40,5	366,9	19,6	-	238,2	11,4	-35,1	44,3	4,1	-	14,0	1,0	-68,5
<i>Outra condição</i>	-	-	-	36,0	2,1	-	-	-	-	54,1	2,6	-	-	-	-	7,6	0,6	-
<i>Total</i>	1.531,7	100,0	-	1.727,3	100,0	12,8	1.868,7	100,0	-	2.092,0	100,0	12,0	1.071,4	100,0	-	1.334,0	100,0	24,5

\* Em milhares

**Tabela XVIII.2 – Estimativa da distribuição da PEA Agrícola (CE, PE, BA), por classes sociais e ocupações [1940-1960]**

Categorias	Ceará						Pernambuco						Bahia					
	1950			1960			1950			1960			1950			1960		
	Nº*	(%)	Var.	Nº	(%)	Var.	Nº	(%)	Var.	Nº	(%)	Var.	Nº	(%)	Var.	Nº	(%)	Var.
<i>Empregadores</i>	16,0	3,2	-	10,2	1,3	-35,9	15,5	1,8	-	7,7	0,6	-50,2	38,1	3,0	-	22,6	1,2	-40,8
<i>Proprietários</i>	187,7	37,6	-	309,4	38,6	64,8	341,5	38,8	-	570,5	45,2	67,1	732,6	57,1	-	1.089,0	59,8	48,7
<i>Arrendatários/Ocupantes</i>	20,9	4,2	-	43,6	5,4	108,4	141,5	16,1	-	210,7	16,7	48,9	79,4	6,2	-	129,6	7,1	63,2
Arrendatários	12,5	2,5	-	35,3	4,4	181,7	109,2	12,4	-	195,8	15,5	79,4	30,4	2,4	-	65,4	3,6	114,8
Ocupantes	8,4	1,7	-	8,3	1,0	-1,2	32,4	3,7	-	15,0	1,2	-53,8	49,0	3,8	-	64,2	3,5	31,1
<i>Empregados</i>	274,2	55,0	-	438,3	44,1	59,8	381,3	43,3	-	474,2	37,5	24,4	432,7	33,7	-	578,6	31,8	33,7
Permanentes	24,9	5,0	-	38,7	4,8	55,3	125,1	14,2	-	97,9	7,8	-21,7	109,6	8,5	-	116,8	6,4	6,6
Temporários	181,5	36,4	-	314,4	39,2	73,3	235,0	26,7	-	334,9	26,5	42,5	268,3	20,9	-	359,1	19,7	33,9
Parceiros	67,8	13,6	-	53,8	6,7	-20,6	21,2	2,4	-	12,9	1,0	-39,3	54,9	4,3	-	40,1	2,2	-27,0
Outra condição	-	-	-	31,3	3,9	-	-	-	-	28,5	2,3	-	-	-	-	62,6	3,4	-
<i>Total</i>	498,8	100	-	801,5	100,0	60,7	879,8	100	-	1.263,1	100,0	43,6	1.282,8	100,0	-	1.819,7	100,0	41,9

\* Em milhares

**Tabela XVIII.3 – Estimativa da distribuição da PEA Agrícola (MA, GO, PR), por classes sociais e ocupações [1940-1960]**

Categorias	Maranhão						Goiás						Paraná					
	1950			1960			1950			1960			1950			1960		
	Nº*	(%)	Var.	Nº	(%)	Var.	Nº	(%)	Var.	Nº	(%)	Var.	Nº	(%)	Var.	Nº	(%)	Var.
<i>Empregadores</i>	3,1	0,8	-	2,4	0,3	-22,7	11,5	3,9	-	9,0	1,8	-22,2	13,0	2,6	-	11,9	1,1	-7,8
<i>Proprietários</i>	70,6	19,2	-	96,8	10,2	37,0	109,0	36,4	-	250,7	50,2	130,1	208,1	41,0	-	521,3	40,6	150,5
<i>Arrendatários/Ocupantes</i>	190,6	51,7	-	634,0	66,6	232,7	81,1	27,1	-	79,0	15,8	-2,6	57,1	11,3	-	262,4	20,4	359,2
<i>Arrendatários</i>	15,0	4,1	-	246,8	25,9	1.547,6	15,3	5,1	-	25,5	5,1	66,6	15,4	3,0	-	164,0	12,8	966,3
<i>Ocupantes</i>	175,6	47,6	-	387,2	40,7	120,5	65,8	22,0	-	53,5	10,7	-18,7	41,8	8,2	-	98,4	7,7	135,6
<i>Empregados</i>	104,3	28,3	-	218,4	23,0	109,3	97,7	32,6	-	160,5	32,1	64,3	229,4	45,2	-	487,1	37,9	112,3
<i>Permanentes</i>	5,3	1,4	-	15,5	1,6	194,1	19,5	6,5	-	33,7	6,8	72,9	106,9	21,1	-	193,0	15,0	80,6
<i>Temporários</i>	91,2	24,7	-	124,5	13,1	36,6	46,0	15,4	-	75,9	15,2	64,9	96,3	19,0	-	170,4	13,3	77,0
<i>Parceiros</i>	7,9	2	-	11,8	1,2	49,6	32,1	11	-	40,4	8,1	25,7	26,3	5,2	-	95,6	7,4	264,0
<i>Outra condição</i>	-	-	-	66,6	7	-	-	-	-	10,4	2	-	-	-	-	28,1	2,2	-
<i>Total</i>	368,6	100	-	951,6	100,0	158,2	299,3	100	-	499,2	100,0	66,8	507,6	100,0	-	1.284,7	100,0	153,1

\* Em milhares

**Tabela XIX.1 – Produção e área cultivada de gêneros agrícolas (alimentos simples e exportáveis/industrializáveis) [1945-1964]**

Quadriênio	Milho		Mandioca		Arroz		Feijão		Cana de açúcar		Algodão		Café		Cacau	
	1000 ha	1000t	1000 ha	1000t	1000 ha	1000t	1000 ha	1000t	1000 ha	1000t	1000 ha	1000t	1000 ha	1000t	1000 ha	1000t
1945-1948	4.272	5.419	908	11.985	1.614	2.514	1.550	1.064	752	28.282	2.495	1.056	2.417	934	258	457
1949-1952	4.703	5.914	970	12.469	1.891	3.013	1.806	1.224	855	33.323	2.677	1.192	2.691	1.086	277	521
1953-1956	5.567	6.616	1.123	14.528	2.391	3.416	2.170	1.446	1.054	40.890	2.589	1.152	3.150	1.161	359	619
1957-1960	6.189	7.898	1.250	16.246	2.663	4.199	2.347	1.579	1.253	52.041	2.788	1.333	4.117	2.918	446	670
1961-1964	7.574	9.612	1.548	21.127	3.607	5.759	2.852	1.837	1.465	63.008	3.502	1.864	4.207	3.556	474	593
Índices (1945-1948 = 100)																
1945-1948	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
1949-1952	110	109	107	104	117	120	117	115	114	118	107	113	111	116	108	114
1953-1956	130	122	124	121	148	136	140	136	140	145	104	109	130	124	140	135
1957-1960	145	146	138	136	165	167	151	148	167	184	112	126	170	312	173	146
1961-1964	177	177	171	176	223	229	184	173	195	223	140	177	174	381	184	130

**Tabela XIX.2 – Produção e área cultivada de gêneros agropecuários (hortifrutícolas e origem animal) [1945-1964]**

Quadriênio	Batata-inglesa		Tomate		Banana		Laranja		Trigo		Amendoim		Bovinos		Suínos		Leite		
	1000ha	1000t	1000ha	1000t	1000ha	1000t	1000ha	1000t	1000ha	1000t	1000ha	1000t	Efet.	Abat.	1000t	Efet.	Abat.	1000t	1000l
1945-1948	118	575	10	91	90	122	76	5437	386	303	67	63	47.237	5.028	771	23.308	5.248	119	
1949-1952	151	728	15	145	114	166	78	6072	704	521	136	137	53.490	6.111	972	27.232	5.652	129	2.548
1953-1956	173	883	22	241	149	203	79	6490	1018	900	152	170	62.157	6.255	1.014	37.010	6.460	149	3.747
1957-1960	192	1038	29	368	172	241	101	7764	1232	674	236	316	71.940	7.470	1.225	46.055	7.212	170	4.572
1961-1964	199	1161	35	482	215	306	132	9718	823	571	441	576	79.819	7.180	1.207	54.422	8.548	214	5.475
Índices (1945-1948=100)																			
1945-1948	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	-
1949-1952	128	127	147	159	126	136	103	112	182	172	203	218	113	122	126	117	108	109	100
1953-1956	147	154	225	265	165	166	104	119	264	297	226	270	132	124	132	159	123	125	147
1957-1960	163	181	291	405	191	197	134	143	319	223	351	501	152	149	159	198	137	143	179
1961-1964	169	202	350	531	238	251	174	179	213	189	657	912	169	143	157	233	163	180	215

**Tabela XXX – Exportações do Brasil [1945-1964]**

Quadriênio	Açúcar		Algodão		Cafê		Cacau		Fumo		Carne Bovina (Cong.)	
	Qtde.*	Valor**	Qtde.	Valor	Qtde.***	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
1945-1948	118	-	265	-	15	-	96	-	38	-	12	-
1949-1952	31	-	110	-	17	-	105	-	31	-	10	-
1953-1956	227	21	192	136	14	978	119	92	28	18	3	1
1957-1960	643	51	70	38	15	745	105	72	30	17	21	8
1961-1964	501	53	215	111	17	715	76	35	49	26	13	7
Índices (1945-1948=100)*												
1945-1948	100	-	100	-	100	-	100	-	100	-	100	-
1949-1952	26	-	41	-	107	-	109	-	83	-	89	-
1953-1956	193	100	72	100	92	100	124	100	74	100	30	100
1957-1960	545	245	26	28	99	76	109	78	80	91	178	580
1961-1964	425	253	81	82	109	73	79	38	130	140	115	485

\* Em 1.000t

\*\* Em 10.000 dólares

\*\*\* Em milhões de sacas

## **Fontes das Tabelas do Anexo Estatístico**

Tabelas XVI.1, XVI.2 e XVI.3: IBGE. Censos Agropecuários (1940, 1950 e 1960)

Tabelas XVII.1, XVII.2 e XVII.3: IBGE. Censos Agropecuários (1940, 1950 e 1960)

Tabelas XVIII.1, XVIII.2 e XVIII.3: IBGE. Censos Demográficos e Agropecuários (1940, 1950 e 1960)

Tabelas XIX.1 e XIX.2: IBGE. Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

Tabelas XXX: IBGE. Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

## BIBLIOGRAFIA

### Livros, artigos e teses

ABREU, Marcelo de Paiva. *O processo econômico*. In: Gomes, Angela de Castro (org.). **Olhando para dentro (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 2013.

Azevedo, Fernando. **As ligas camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BÁLAN, Jorge. **Migrações e desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio de interpretação histórico-comparativa**. In: Estudos CEBRAP, n. 5, 1973.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. **A formação do mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2008.

\_\_\_\_\_. **O Brasil desenvolvimentista e a trajetória de Rômulo de Almeida**. São Paulo: Alameda, 2021.

BARTRA, Roger. **Estructura agraria y clases sociales en Mexico**. Mexico: Serie Popular Era, 1974.

BASTOS, Elide Rugai. **As ligas camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro: O ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BRANT, Vinícius Caldeira. **Desenvolvimento agrícola e excedentes populacionais na América Latina**. Estudos Cebrap, n. 14, 1975.

\_\_\_\_\_. **Do colono ao bóia-fria**. In: Estudos Cebrap, n. 19, 1977.

BRAUDEL, Fernand. **A dinâmica do capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

\_\_\_\_\_. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII. Vol. 3: O tempo do mundo**. 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009-A

\_\_\_\_\_. **Civilização material, economia e capitalismo: Séculos XV-XVIII. Vol. 2: O jogo das trocas**. 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009-B.

CACCIAMALI, Maria Cristina. **Um estudo sobre o setor informal urbano e formas de participação na produção**. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, 1982.

CAMARGO, Aspásia. *A Questão Agrária: Crise de Poder e Reformas de Base (1930-1964)*. In: Fausto, B. (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. t. III. O Brasil republicano. Vol. 3: Sociedade e política. São Paulo: DIFEL, 1981.

CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul; São Paulo: Edusp, 2017.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 4ª ed. Campinas: UNICAMP-IE, 1998-A.

\_\_\_\_\_. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil**. 2ª ed. Campinas: UNICAMP-IE, 1998-B.

CASTRO, Antônio Barros de. **7 ensaios sobre a economia brasileira. Vol. 2.** Rio de Janeiro, São Paulo: Forense, 1971.

\_\_\_\_\_. **7 ensaios sobre economia brasileira. Vol. 1.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1988.

COSTA PINTO, Luiz de Aguiar. **Sociologia e Desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

D'AGUIAR, Rosa Freire (org.). **Essencial Celso Furtado.** São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.

DELFIN NETTO, Antônio. **Agricultura e Desenvolvimento no Brasil.** São Paulo: ANPES, 1969

DRAIBE, Sônia. **Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento.** 5ª ed. São Paulo: Global, 2008.

\_\_\_\_\_. **O que é revolução.** São Paulo: Expressão Popular, 2018.

\_\_\_\_\_. **A Revolução Burguesa no Brasil.** Curitiba: Kottter Editorial; São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

FIORI, José Luiz. **História, estratégia e desenvolvimento.** São Paulo: Boitempo, 2014.

FURTADO, Celso. **A Pré-Revolução Brasileira.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

\_\_\_\_\_. **Dialética do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

\_\_\_\_\_. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

\_\_\_\_\_. **Perspectivas da Economia Brasileira**. Cadernos do Desenvolvimento, vol. 1, n. 2, 2006.

\_\_\_\_\_. **Formação Econômica do Brasil**. 34ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2009.

\_\_\_\_\_. **A Saga da Sudene (1958-1964)**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009-B.

GARCIA JR., Afrânio. HEREDIA, Beatriz M. A. de. GARCIA, Marie France. **Campesinato e “plantation” no Nordeste**. Anuário Antropológico, v. 3, n. 1, pp. 267-287, 1979

GOMES, Angela de Castro. *População e sociedade*. In: Gomes, Angela de Castro (org.). **Olhando para dentro (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. São Paulo: Fulgor, 1963.

\_\_\_\_\_. *As três frentes da luta de classes no campo brasileiro*. In: Stedile, J. P. (org.). **A questão agrária no Brasil: O debate tradicional – 1550-1960**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LINHARES, Maria Yedda; TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. **Terra Prometida: uma história da Questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

LOPES, Juarez Brandão. **Desenvolvimento e migrações: uma abordagem histórico-estrutural**. In: Estudos CEBRAP, n. 6, 1973.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento e mudança social: formação da sociedade urbano-industrial no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1976.

\_\_\_\_\_. **Empresas e pequenos produtores no desenvolvimento do capitalismo agrário em São Paulo (1940-1970)**. In: Estudos CEBRAP, n. 22, 1977.

\_\_\_\_\_. **Do latifúndio à empresa: unidade e diversidade do capitalismo no campo**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2008.

MARANHÃO, Ricardo. *O Estado e a política 'populista no Brasil (1954-1964)*. In: Fausto, B. (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. t. III. O Brasil republicano. Vol. 3: Sociedade e política. São Paulo: DIFEL, 1981.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1975.

\_\_\_\_\_. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

\_\_\_\_\_. **O cativo da terra**. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2021.

\_\_\_\_\_. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano.** 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2022.

MARX, Karl. **Grundrisse.** São Paulo: Boitempo, Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

\_\_\_\_\_. **O Capital: Crítica da economia política. Vol. 1: O processo de produção do capital.** São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. **O Capital: Crítica da economia política. Vol. 3: O processo global da produção capitalista.** São Paulo: Boitempo, 2017.

MELLO, João Manuel. Cardoso de. **O Capitalismo Tardio.** São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MELLO, João. Manuel Cardodo de. NOVAIS, Fernando. *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna.* In: Novais, F. (ed.); Schwarcz, L. M. **História da Vida Privada no Brasil. Vol. 4.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MELLO, Maria da Conceição D’Incão e. **O “Bóia-Fria”: acumulação e miséria.** Petrópolis: Vozes, 1975.

NICHOLLS, William H. **A fronteira agrícola na história recente do Brasil: o estado do Paraná, 1920-65.** In: Revista Brasileira de Economia, v. 24, n. 4, pp. 33-63, 1970

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na Crise do Sistema Colonial.** 6ª ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

\_\_\_\_\_. **A navegação venturosa: ensaios sobre Celso Furtado.** São Paulo: Boitempo, 2003.

\_\_\_\_\_. **Crítica à razão dualista.** São Paulo: Boitempo, 2013.

PAIVA, Ruy Miller. **Reflexões sobre as tendências da produção, da produtividade e dos preços do setor agrícola do Brasil.** Revista Brasileira de Economia, v. 20, n. 2-3, p. 111-134, 1966.

\_\_\_\_\_. **Apreciação geral sobre o comportamento da agricultura brasileira.** Revista de Administração Pública, v. 3, n. 1, p. 55-118, 1969.

\_\_\_\_\_. **A agricultura no desenvolvimento econômico: suas limitações como fator dinâmico.** Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979.

PAIVA, Ruy Miller; Schattan, Salomão; Freitas, Claus F. Trench. **Setor agrícola do Brasil: Comportamento econômico, problemas e possibilidades.** São Paulo: Secretaria de Agricultura, 1973.

PALMEIRA, Moacir. **Modernização, Estado e a questão agrária.** Estudos avançados, v. 3, pp. 87-108, 1989.

\_\_\_\_\_. *Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na plantation tradicional.* In: Welch, C. A. et al (org.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas, vol. 1.** São Paulo: Editora UNESP, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: As origens políticas e econômicas de nossa época.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2021.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

\_\_\_\_\_. **Evolução política do Brasil e outros estudos.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

\_\_\_\_\_. **A revolução brasileira/A questão agrária no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

RANGEL, Ignácio. **Obras reunidas. Vol. 1 e Vol. 2.** Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2012.

SÁ JR., Francisco. **O desenvolvimento da agricultura nordestina e a função das atividades de subsistência.** In: Estudos CEBRAP, n. 3, 1973.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2018.

SAWYER, Donald R. **Fluxo e refluxo da fronteira agrícola no Brasil: ensaio de interpretação estrutural e espacial.** Revista Brasileira de Estudos da População, v. 1, n. 1/2, pp. 3-34, 1984.

SOARES, Herick Vazquez. **A incorporação subordinada do Centro-Oeste ao capitalismo brasileiro: uma interpretação histórica.** Dissertação de Mestrado. São Paulo: Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2013.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil.** 5ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1968, pp. 342-64.

SOUZA, Paulo Renato. **Emprego, salários e pobreza.** São Paulo: Hucitec, 1980.

SILVA, José Graziano da. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura.** São Paulo: Hucitec, 1981.

SILVA, José Graziano da. (coord.) *et al.* **Estrutura agrária e produção da subsistência**

**na agricultura brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1980.

SILVA, José Graziano da; QUEDA, Oriowaldo. *Distribuição da renda e posse da terra na produção de alimentos.* In: Pinsky, J. **Capital e trabalho no campo.** São Paulo: Hucitec, 1977.

SILVA, Sérgio. *Formas de acumulação e desenvolvimento do capitalismo no campo.* In: Pinsky, J. (org.). In: **Capital e trabalho no campo.** São Paulo: Hucitec, 1977

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização.** 6ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

\_\_\_\_\_. **Dominação e desigualdade: estrutura de classes e repartição da renda no Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

\_\_\_\_\_. *Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento.* In: Fausto, B. (org.). **História Geral da Civilização Brasileira. t. III. O Brasil republicano. Vol. 11: Economia e cultura.** 4ª ed. São Paulo: DIFEL, 2007.

STEDILE, João Pedro (org.) **A Questão Agrária no Brasil: Programas de reforma agrária – 1946-2003.** 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira: origem e desenvolvimento.** 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2021.

SZMRECSÁNYI, Tamas. *O desenvolvimento da produção agropecuária: 1930-1970.* In: Fausto, B. (org.) **História Geral da Civilização Brasileira. t. III. O Brasil republicano. Vol 11: Economia e cultura.** São Paulo: DIFEL, 2007.

SZMRECSÁNYI, Tamas e MOREIRA, Eduardo Pestana. **O desenvolvimento da agroindústria canavieira do Brasil desde a Segunda Guerra Mundial.** Estudos

Avançados, v. 5, p. 57-79, 1991

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento.** São Paulo-Rio de Janeiro, 1976.

\_\_\_\_\_. *O conceito de camponês e sua aplicação à análise do campo brasileiro.* In: Welch, C. A. (et al.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas, vol. 1.** São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

WAIBEL, Leo H. **As zonas pioneiras do Brasil.** In: Revista Brasileira de Geografia, v. 60, n. 1-2, jan/dez, pp. 87-121, 2006.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O sistema mundial moderno. Vol. 1.** Porto: Edições Afrontamento, 1990.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. **O camponês: um trabalhador para o capital.** Cadernos de Ciência & Tecnologia, v. 2, n. 1, pp. 13-78, 1985.

\_\_\_\_\_. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** Agricultura familiar: realidades e perspectivas, v. 3, pp. 21-55, 1999.

\_\_\_\_\_. **O campesinato brasileiro: uma história de resistência.** Revista de economia e sociologia rural, v. 52, pp. 25-44, 2014

### **Fontes primárias**

Centro de Contas Nacionais - IBRE-FGV In: Conjuntura Econômica, v. 25, nº 9, 1971

Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

Recenseamento Geral de 1940, Série Nacional e Regional, vol. II e III, IBGE, 1950.

Recenseamento Geral de 1950, Série Nacional e Regional, vol. I e II, IBGE, 1956.

Recenseamento Geral de 1960, Série Nacional e Regional, vol. I e II, IBGE, 1960.